Capa Livro Barrando Barragens.pdf 1 07/06/18 16:09

e comunidades tradicionais da bacia, compreendendo pescadores, ribeirinhos, indígenas e quilombolas encontram-se sujeitos a deslocamentos compulsórios e à expropriação de suas terras tradicionalmente ocupadas, evidenciando um clima de tensão social e conflitos, porquanto são mantidos sob condições intrínsecas às secas.

A desarticulação das territorialidades específicas e das formas organizativas destes povos demonstram o potencial destruidor destas ações desenvolvimentistas, que não levam em conta as realidades localizadas e as especificidades regionais. Este livro busca registrar tanto as formas de resistência destes povos mediante este violento processo de expropriação, quanto as medidas que se opõem a seus efeitos perversos e que tem sido adotadas por outros países, como aquelas que concernem à remoção das barragens já instaladas em virtude de seus trágicos impactos sobre a natureza e as milhares de famílias atingidas.

"Em nome do progresso essas barragens foram feitas e novamente essa ameaça vem para os povos do baixo: as barragens dasTraíras, Pão de Açúcar, Pedra Branca. Isso tá assustando o povo lá próximo. Em Pão de Açúcar tem o Povo Xocó, os Aconã em Traipú, os Kariri em Porto Real, os Tingui em Feira Grande, enfim, as comunidades que hoje estão aflitas, estão com medo das barragens que vêm em nome do progresso. Progresso esse que nunca veio para as comunidades. O discurso do governo é que as barragens vai trazer energia, vai trazer prosperidade, e nas nossas comunidades alguns moram embaixo de torres de transmissão da própria CHESF, e não tem sequer energia; algumas comunidades moram na beira do rio e não têm água tratada. Então que progresso é esse? A quem serve este progresso? Então o progresso para a comunidade é assustador."

Marcos Sabaru (2007)

Este livro quer testemunhar que a energia hidrelétrica não é limpa e que seus impactos são dramáticos para a natureza e para milhares de pessoas. Esta modalidade de produção de energiaestá em rápido processo de substituição em todo o mundo e deve se iniciar no Brasil uma vez que outras formas de produção de energia são capazes de substituir estas construções envelhecidas, responsáveis pela morte dos principais rios brasilerios.Por exemplo, a qualidade dos ventos do nosso país é tão boa que sozinha, essa fonte de energia poderia abastecer o território nacional. Destacamos que, em novembro de 2016, segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), 52% da energia consumida no nordeste vieram das eólicas. Alguém tem dúvida que oo rio São Francisco voltará ao que era antes?

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7883-480-7
9 788578 834807

SABEH

UNEB
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

PPGCSP
UEMA

UEA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

BARRANDO AS BARRAGENS
O INÍCIO DO FIM DAS HIDROELÉTRICAS

JURACY MARQUES | ALFREDO WAGNER | LUCIANO MENEZES (ORG.)

PNCSA

BARRANDO AS BARRAGENS

O INÍCIO DO FIM DAS HIDROELÉTRICAS

JURACY MARQUES
ALFREDO WAGNER
LUCIANO MENEZES
(ORG)

ALZENI TOMAZ • AURÉLIO VIANNA JR • BRUNO BARBOSA • CARLOS GONÇALVEZ • DANIELA SANTOS • EDCARLOS MENDES • JOAQUIM NOVAES • JOSÉ IVALDO • JULIANA NEVES • KERLY MARIANA MARQUES • LEONARDO SOUZA • LUIZ EDUARDO GOMES • MARIA ROSA ALVES • MATTEO NIGRO • ROBSON MARQUES • SHAMAA DIAN • UILSON VIANA

Nota prévia dos organizadores

Esta segunda edição de Barrando as Barragens ora apresentada contém algumas achegas e alterações com respeito à edição anterior que devem ser devidamente explicitadas. Em primeiro lugar foi definida, consoante um critério de prioridade, como região empiricamente observável, a bacia do Rio São Francisco. Esta decisão dos organizadores, afinando os critérios de composição do livro e aproximando-os da trajetória política dos povos e comunidades atingidas, levou à inclusão de um texto inicial com características históricas da implantação das barragens no São Francisco, no Nordeste, e de seus efeitos sobre a expansão dos agronegócios, do mesmo modo que levou à exclusão de texto sobre outras bacias, como no caso daquele referente ao Rio Madeira, na Amazônia. Objetivou-se, assim, circunstanciar os problemas e os temas regionalmente colocados.

Cabe enfatizar que a modernização autoritária no Rio São Francisco ocorre através de grandes projetos, como aquele da transposição e da implantação de "novas plantations", como vinícolas e agroindústrias, levando a um intenso debate que, em certa medida, reproduz discussões dos anos 30, do século passado, sobre o papel central do Estado na utilização dos recursos hídricos para fins energéticos e de irrigação. Os povos

BARRANDO AS BARRAGENS

O INÍCIO DO FIM DAS HIDROELÉTRICAS

JURACY MARQUES
ALFREDO WAGNER
LUCIANO MENEZES
(ORGs)

2ª EDIÇÃO
UEA EDIÇÕES/ PNCSA
2018

FICHA TÉCNICA:

Diagramação e capa: Philipe Teixeira
Revisão Textual: Marcos Alan Costa Faria
Edição: Alfredo Wagner Berno de Almeida

CONSELHO EDITORIAL DA SABEH:

Dr. Juracy Marques dos Santos (PPGEcoH/UNEB); Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida (UFAM/PPGAS); Dr. João Pacheco de Oliveira (UFRJ/Museu Nacional); Dr. Martín Boada Jucá – Espanha (UAB); Dra. Iva Miranda Pires (FCSH-Portugal); Dra. Maria Cleonice de Souza Vergne (CAAPA/PPGEcoH/UNEB); Dra. Eliane Maria de Souza Nogueira (NECTAS/PPGEcoH/UNEB); Dr. José Geraldo Wanderley Marques (UNICAMP/UEFS/PPGEcoH); Dr. Paulo Magalhães - Portugal (QUERCUS); Dr. Júlio Cesar de Sá Rocha (PPGEcoH/UNEB); Dr. Sérgio Luiz Malta de Azevedo (PPGEcoH/UFCG); Dr. Ricardo Amorim (PPGEcoH/UNEB); Dr. Ronaldo Alvim (UNIT); Dr. Artur Dias Lima (UNEB/PPGECOH); Dra. Adriana Cunha (UNEB/PPGECOH); Dr. Feliciano de Mira (PPGECOH); Dr. Adibula Isau Badiu - Nigéria (UNIT); Dra. Alpina Begossi (UNICAMP); Dra. Flávia de Barros Prado Moura (MHNUFAL); Dr. Anderson da Costa Armstrong (UNIVASF); Dr. Luciano Sérgio Ventin Bomfim (PPGEcoH/UNEB) Dr. Ernani M. F. Lins Neto (UNIVASF); Dr. Gustavo Hees de Negreiros (UNIVASF/SABEH); Dr. Carlos Alberto Batista Santos (PPGEcoH/UNEB).

Catalogação na publicação (CIP)
Ficha Catalográfica

B223

Barrando as barragens: o início do fim das hidrelétricas / Juracy Marques; Alfredo W. B. de Almeida; Luciano Menezes (Orgs.). – 2° Ed. - Manaus: UEA Edições/ PNCSA, 2018.

280 p. : il. ; 24 cm.

ISBN 978-85-7883-480-7

1. Recursos Hídricos. 2. Barragens. 3. Hidrelétricas. I.Título. II Marques, Juracy III. Almeida, Alfredo Wagner Berno de. IV. Menezes, Luciano.

CDU 316+910.3

(Bibliotecária Responsável: Rosiane Pereira Lima - CRB 11/963)

Este livro é produto do trabalho desenvolvido no âmbito do Projeto Brasil Central, coordenado pela Prof. Euciane Araújo e pelo Prof. Alfredo Wagner, e consta do repertório de atividades do Grupo de Pesquisa em Ecologia Humana-GPEHA, supervisionado pelo Prof. Juracy Marques, em parceria com a Sociedade Brasileira de Ecologia Humana – SABEH, e dos mestrados em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGECOH) e em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA).

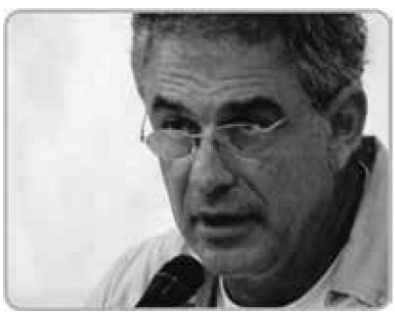
Sociedade Brasileira de Ecologia Humana – SABEH
www.sabeh.org.br

Ao Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB

ORGANIZADORES

JURACY MARQUES: Professor Titular da UNEB, Sócio Fundador da Sociedade Brasileira de Ecologia Humana – SABEH, líder do grupo de Pesquisa em Ecologia Humana (CNPQ), Dr. em Cultura e Sociedade com pós- doutorado em Antropologia pela UFBA e em Ecologia Humana pela Universidade Nova de Lisboa.

E-MAIL: juracymarquespshy@gmail.com



ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA: Antropólogo. Pesquisador CNPQ e bolsista UEMA. Ministra disciplinas nos seguintes Programas de Pós-graduação - Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia e Pós-Graduação em Antropologia Social na Universidade Federal do Amazonas - UFAM, Pós - Graduação, Cidadania e Direitos Humanos em Segurança Pública e na Pós Graduação mestrado interdisciplinar em Ciências Humanas na Universidade do Estado do Amazonas - UEA, Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia na Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e coordena os Projetos Cartografia da Cartografia Social: uma síntese das experiências. (UFAM/Fundação Ford); o projeto "Centro de Ciências de Saberes: experiências de criação de Museus vivos na afirmação dos saberes e fazeres representativos dos povos e comunidades tradicionais" - MCTI/ CNPQ/SECIS, realizado pela UEA em parceria com o Museu de Astronomia/ MCTI; o projeto Cartografia Social como Estratégia de Fortalecimento do Ensino e da Pesquisa Acadêmica: Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia e o Projeto Mapeamento da Região Ecológica do Babaçu (Fundação Ford).

E-MAIL:alfredow@leopoldina.com.br

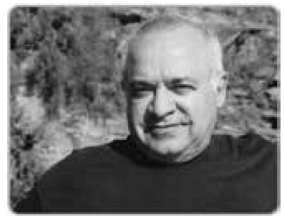
LUCIANO SILVA DE MENEZES: Licenciado em História, com Especialização em História Geral: Patrimônio e Cultura e Especialização em História do Brasil - Cultura e Poder. Mestrando em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental pela UNEB.

E-MAIL: luciano_violao@hotmail.com

AUTORES (AS)

ROBSON MARQUES DOS SANTOS: Mestrando em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – PPGEcoH – UNEB. Graduado em Licenciatura em Educação Física - UNIVASF. Servidor Público –Técnico Administrativo em Educação – IF Baiano Campus Senhor do Bonfim. Dedicação: estudos/pesquisas sobre povos de terreiros, festas e curas religiosas e culturas tradicionais. E-MAIL: robsonmarquesambiente@yahoo.com.br

MARIA ROSA ALMEIDA ALVES: Licenciada em Letras pela UNEB *Campus* IX, pós Graduada em História e Cultura Afro-Brasileira. Mestranda do PPGESA/UNEB Campus III, em Letramento e Comunicação Intercultural. Atualmente trabalha na Rede de Educação Pública do Estado da Bahia, tendo atuado como professora convidada na Universidade de Pernambuco - *Campus* Petrolina e em outras Instituições de Ensino Superior da rede privada. E-MAIL: rosaroseiralves@gmail.com



JOAQUIM ALVES NOVAES: (Médico Ginecologista e Obstetra, especialista em Metodologia do Ensino Superior e Administração Hospitalar. MBA Executivo em Gestão Empresarial. Pesquisador de temas ligados à identidade e saúde de Povos de Terreiros de Candomblé e Umabanda e indígenas E-MAIL: joaquim.novaes@gmail.com

DANIELA SANTOS SILVA: Mestranda em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental na Universidade do Estado da Bahia – PPGEcoH/UNEB. Pós-Graduanda em Tecnologia Ambiental e Sustentabilidade nos Territórios Semiáridos - IF SERTÃO PERNAMBUCANO. Pós-Graduada em Psicopedagogia pela Universidade de Pernambuco – UPE. Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. E-mail: sdan.santos@gmail.com

JOSÉ IVALDO DE BRITO FERREIRA: (Bacharel em Direito, Especialista e Mestre em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental. Professor Auxiliar do Colegiado de Direito - *Campus* VIII, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Foi Prefeito, Vereador e Secretário do Município de Paulo Afonso. Dirigiu a Superintendência de Planejamento e Políticas Ambientais da Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA) e foi Chefe de Gabinete do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia (INEMA). E-MAIL: zeivaldo13@gmail.com)

LEONARDO DA S. C. SOUSA: Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação. Advogado. Membro do Centro de Referência em Desenvolvimento e Humanidades e do Grupo de Pesquisa em Socioeconomia do Desenvolvimento Sustentável da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. E-MAIL: leonardosousaadv@gmail.com

ALZENI TOMAZ: Presidenta da Sociedade Brasileira de Ecologia Humana – SABEH, mestranda em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental, bacharelem Direito, atua como Educadora Popular e Pesquisadora junto aos Povos e Comunidades Tradicionais através do Projeto da Nova Cartografia Social do Brasil e do Conselho Pastoral dos Pescadores. Possui experiência na área de Direito, com ênfase, nos direitos ambientais, antropologia jurídica, direitos constitucionais e agrário e atua principalmente, nos temas relacionados a autodeterminação dos povos, territórios étnicos e etnoecologia. E-MAIL: alzenitomaz@gmail.com

MATTEO NIGRO: Arquiteto e Urbanista (La Sapienza, Roma). Mestre em Arquitetura e Urbanismo (SUN, Napoli). Doutorando em Geografia (UFBA). Militante em favor das causas socioambientais. Atua por meio da pesquisa-ação na área de planejamento urbano, com ênfase em: cursos d'água urbanos, áreas verdes, saneamento básico, mobilidade sustentável. E-MAIL: mat.nig.br@gmail.com

UILSON VIANA DE SOUZA: Técnico Agrícola; Jornalista; Administrador; Especialista em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro e em Gestão de Políticas em Gênero e Raça; Mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA-UNEB; uilsonego@hotmail.com

JULIANA NEVES BARROS: Professora assistente no Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo Baiano. Mestre e doutoranda em Planejamento Urbano e Regional pelo Rio de Janeiro. Graduada em Direito pela UFBA (2002). Tem experiência no campo da assessoria jurídica popular e interesse de pesquisa nas seguintes áreas: grandes projetos de desenvolvimento e conflitos ambientais; questões agrárias, territorialidades e identidades étnico-raciais; deslocamentos forçados e políticas de reassentamento; cartografia social; indústria extrativa e direitos humanos. E-MAIL: junevesbarros@gmail.com

FÁBIA LINS (SHAMAA DHYAN): Bacharela em Direito; Mestranda em Estrategias y Tecnologías para el Desarrollo: La Cooperación en un Mundo en Cambio, Universidad Complutense, Madri; Pesquisadora associada de ITD –UMP Centro de Innovación del Tecnologia para el Desarrollo Humano da Universidade Politecnica de Madrid com enfoque na Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável ; Membro de Colisão do Think and Do Tank de Sustentabilidade do Instituto Jatobás; Diretora Fundadora da Matura - Projetos e Inovações para a Economia Circular. E-MAIL: shamaa@matura.eco.br)

BRUNO BARBOSA HEIM: Mestre em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental. Especialista em Direito Público. Advogado. Professor de Direito da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, *Campus* VIII. E-MAIL: brunoheimadv@gmail.com

AURÉLIO VIANNA JR.: Antropólogo, Doutor pelo PPGAS do Museu Nacional, UFRJ, foi coordenador/membro de diversas organizações não governamentais brasileiras, como o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), o Instituto de Estudos Amazônicos, a Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais e o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC). Trabalhou na assessoria a movimentos sociais, como a Comissão Regional de Atingidos por Barragens, o Polo Sindical do Submédio São Francisco, e o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais. Foi membro da equipe de pesquisa da Profª Lygia Sigaud no projeto "Impactos sociais decorrentes da construção de hidrelétricas", professor substituto no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB). Foi diretor do PPG-7 e do Programa Áreas Protegidas da Amazônia. Desde 2004, trabalha no escritório da Fundação Ford no Rio de Janeiro.

LUIZ EDUARDO GOMES DO NASCIMENTO: Possui graduação em Direito pela Universidade do Estado da Bahia (2008). Atualmente é professor auxiliar da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Teoria do Direito. E-MAIL: luislobo7@gmail.com

EDCARLOS MENDES DA SILVA: remansense atingido por Sobradinho, geo-historiador atuando como docente nas redes públicas do Estado da Bahia e do Município de Remanso, engajado na militância cultural e acadêmica local, pesquisa o processo de construção da Barragem de Sobradinho e seus efeitos, associado ao Projeto GeografAR/UFBA, Museu do Sertão de Remanso, Comitê Gestor da Bacia do RSF e outros parceiros por um semiárido melhor. E-MAIL:edcarlosmendes@gmail.com

KERLY MARIANA MARQUES DOS SANTOS XAVIER: Formada em Engenharia Agronômica pela Universidade Federal do Vale do São Francisco. Durante esses anos, além dos estudos, me dediquei a projetos de extensão universitária e inclusão social na promoção da segurança alimentar e nutricional, fiz parte do Centro de Referência para Recuperação de Áreas Degradadas - CRAD, trabalhando com restauração ecológica dentro e fora das áreas do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), dediquei-me ao estágio no setor de Obtenção de Terras com Levantamentos de Viabilidade Técnica no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. E-MAIL: kerlyxavier@hotmail.com

CARLOS GONÇALVES DE ANDRADE NETO: Possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Olinda (2000), mestrado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (2003) e doutorado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (2007). Atualmente é Professor da FACESF - Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco, e da Autarquia Educacional doVale do São Francisco. Membro da ISFL - International Society of Family Law, da Associação Brasileira de Direito e Economia -ABDE e do CONPEDI -Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito. E-MAIL: arlosandradeadv@gmail.com

MARIA CLEONICE DE SOUZA VERGNE: Possui doutorado em Arqueologia pela Universidade de São Paulo - USP (2004), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (1990) e graduação em História pela Universidade Federal de Sergipe - UFS (1983). Atualmente é professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Coordenadora de Pesquisa do Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso/CAAPA. E-MAIL: mvergne@bol.com.br

SUMÁRIO

11 **APRESENTAÇÃO**

15 **INTRODUÇÃO - GRANDES PROJETOS, EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO E MODERNIZAÇÃO COMPULSÓRIA NO RIO SÃO FRANCISCO**
Aurélio Vianna Jr

43 **CAPÍTULO 1 - REMOÇÃO DE BARRAGENS: DESOBSTRUÇÕES E RESTAURAÇÕES DE RIOS NA EUROPA**
Luciano Silva de Menezes; Juracy Marques; Maria Rosa Almeida Alves

49 **CAPÍTULO 2 - REMOÇÕES DE BARRAGENS E RESTAURAÇÕES DE RIOS**
Luciano Silva de Menezes; Juracy Marques; Robson Marques dos Santos

59 **CAPÍTULO 3 - BARRAMENTOS DO SÃO FRANCISCO**
Juracy Marques

91 **CAPÍTULO 4 - DANOS SIMBÓLICOS E VALORAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO**
Juracy Marques; Alzeni Tomaz; Leonardo da S. C. Sousa; Bruno Barbosa Heim; Eduardo Gomes do Nascimento; Juliana Neves Barros; Carlos Gonçalves de Andrade Neto; Kerly Mariana Marques dos Santos Xavier

111 **CAPÍTULO 5 - POVOS INDÍGENAS DO NORDESTE, TERRITORIALIDADES E MOVIMENTOS NO PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: ANÁLISE DE UMA CARTOGRAFIA SOCIAL**
Alzeni de Freittas Tomaz; Juliana Neves; Juracy Marques

145 **CAPÍTULO 6 - A VIDA DO NOVO CHICO DEPOIS DA MORTE DO VELHO: GOTAS DE ESPERANÇA**
Juracy Marques; Uilson Viana de Souza; Robson Marques dos Santos; Joaquim Alves Novaes; Luciano Silva de Menezes

159 **CAPÍTULO 7 - SOBRADINHO 40 ANOS: DA PROMESSA AO VAZIO**
Edcarlos Mendes

175 **CAPÍTULO 8 - PERFIL HISTÓRICO E SOCIOCULTURAL DA "VELHA" PETROLÂNDIA-PE**
Luciano Silva de Menezes; Juracy Marques; Joaquim Alves Novaes

185 **CAPÍTULO 9 - MUDANÇAS DA "VELHA" PARA A "NOVA" PETROLÂNDIA- PE: DESLOCAMENTOS PROVOCADOS PELA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE ITAPARICA**
Luciano Silva de Menezes; Juracy Marques; Daniela Santos Silva

199 **CAPÍTULO 10 - PRODUÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA NO BRASIL: POTENCIAL E FALHAS**
Matteo Nigro

217 **CAPÍTULO 11 - A INVENÇÃO DOS *ROYALTIES*: A CONQUISTA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE HIDRELÉTRICAS E SUA IMPORTÂNCIA PARA O MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO**
José Ivaldo de Brito Ferreira; Juracy Marques

243 **CAPÍTULO 12 - PEIXES E ANZOL: UMA CONVERSA SOBRE BARRAGENS**
Cleonice Vergne

267 **CAPÍTULO 13 - INSTUMENTOS JURÍDICOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS, POVOS INDÍGENAS E BARRAGENS**
Fábia Lins (Shamaa Dhyan)

APRESENTAÇÃO

Quem anda no trilho é trem de ferro. Sou água que corre
entre pedras - liberdade caça jeito.

Manoel de Barros

Estima-se que no mundo existam mais de 45.000 barragens construídas, responsáveis pela expulsão de mais de 80 milhões de pessoas[1] (MAB, 2007). No caso do rio São Francisco, foram construídas mais de uma dezena de grandes hidrelétricas, atingindo mais de 250.000 pessoas[2] (MARQUES, 2008). Trata-se do rio com a maior cascata de barragens do Brasil.

Natanael (MARQUES, 2016)

No Encontro dos Pescadores Artesanais do Rio São Francisco, realizado na Ilha do Fogo em Juazeiro- BA, em 2016, o Pescador Artesanal, Natanael, da Ilha da Maré-BA, disse que só haveria uma solução para trazer de volta a vida do São Francisco: ***retirar todas as barragens que estão matando o Velho Chico!***

Pajé Armando Tuxá (MARQUES , 2007).

Isso nos fez lembrar duas outras falas de lideranças tradicionais da Bacia do São Francisco. O Pajé Armando, do Povo Tuxá (2007), em visita à Xingó, em 2007, disse que ***todo o problema do São Francisco foi que amarram o rio com cimento!***

1. MAB. **Hidrelétricas do Rio Madeira – Energia para Quê e Para Quem?** Rondônia: MAB, 2007.

2. MARQUES, J. **Cultura Material e Etnicidade dos Povos Indígenas do São Francisco Afetados por Barragens:** um Estudo de Caso dos Tuxá de Rodelas, Bahia, Brasil. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia-UFBA, Salvador, 2008.

Raimundo Xocó (MARQUES, 2007).

Seo Raimundo, Pajé do Povo Xocó, quando realizávamos a Cartografia Social do seu Povo, disse-nos o seguinte:

já tiraram o couro do rio São Francisco, agora só falta espichar!

Todas as falas sempre fazem referência aos danos causados pelas hidrelétricas ao Velho Chico - *Opará,* para os povos indígenas. Sempre é recorrente na memória dos grupos tradicionais a ideia de que o rio deve voltar a ser o que era antes, e isso só será possível se forem retiradas as barragens.

Construídas desde 1913 (Angiquinho), todo o corpo do São Francisco fora acorrentado com paredes de concreto que, além da destruição de dezenas de cidades e da vida de milhares de pessoas, atingiu drasticamente toda a diversidade biológica que dependia do ciclo natural do São Francisco. Trata- se, como será dito no corpo do nosso livro "Barrando as Barragens", de uma experiência incalculável, impagável e inapagável.

Hoje, mesmo sendo um tipo de empreendimento extremamente caro e com um ônus ambiental impagável, o pensamento envelhecido e ecocida de grupos econômicos e do estado das frágeis democracias, como é o caso do Brasil, as barragens ainda são vendidas como parte incorporada às paisagens naturais, parecendo não ser mais possível removê-las. Assim, falas como as de Natanael, dos Pajés Armando e Manoel, parecem delírios.

O fato é que eles estão mais lúcidos do que nunca! O mundo acordou para os custos ao Planeta desse tipo de empreendimento e, como vocês verão nesse livro, o desmanche de barragens é uma ação em curso em diversos lugares do globo e hoje é um movimento sem volta.

O *"American Rivers*[3]*"*, centro de restauração de rios nos EUA, desde 1973 vem restaurando rios, resguardando mais de 150 mil milhas desses corpos d´água. Esse centro de restauração menciona a restauração de mais de **1.100 barragens nos EUA**, resultando em benefícios para às águas dos rios, peixes e outras espécies, inclusive, nós humanos.

3. ***AMERICAN RIVER.*** Disponível em:< http://www.americanrivers.org/initiative/dams/projects/2013-dam- removals/>. Acessado em jul. 2017.

De acordo com a *"Dam Removal Europe"*[4], a partir dos levantamentos de dados referentes à Suécia, Espanha, Reino Unido, Portugal, França e Suíça, foram removidas **3.450 barragens em território europeu**. Até 2008, foram removidas, somente na Espanha, 300 barragens de pequena e médio portes.

Este livro quer testemunhar que a energia hidrelétrica não é limpa e que seus impactos são dramáticos para a natureza sobretudo para milhares de pessoas em todo o mundo. Esta forma de produção está em rápido processo de substituição em todo o mundo e deve se iniciar no Brasil que, conforme observamos, outras formas de produção de energia são capazes de substituir essas construções envelhecidas que foram responsáveis pela morte dos principais rios do Brasil. Por exemplo, a qualidade dos ventos no nosso país é tão boa que, sozinha, essa fonte de energia poderia abastecer todo o território nacional. Destacamos que, em novembro de 2016, segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), 52% da energia consumida no Nordeste veio das eólicas. **Alguém tem dúvida que o rio São Francisco voltará ao que era antes?!**

Juracy Marques
Alfredo Wagner
Luciano Menezes
(Orgs)

4. ***DAM REMOVAL EUROPE.*** Disponível em:< http://damremoval.eu/>. Acessado em jul. 2017.

INTRODUÇÃO

GRANDES PROJETOS E MODERNIZAÇÃO COMPULSÓRIA NO RIO SÃO FRANCISCO

Aurélio Vianna Jr.

> ***Em meio a maior seca, transposição do rio São Francisco divide nordestinos:***
> *Em paralelo à disputa política que marca a chegada das águas do rio aos canais e barragens da transposição, desenrola-se outra menos visível, entre as populações ao longo do trajeto da obra, atingidas pela seca mais severa em pelo menos 50 anos no Nordeste, que dura pelo menos 5 anos.*
> *Na ponta que começa a receber a água, o que se encontra são euforia e esperança. À medida que se desce no mapa em direção à bacia do São Francisco, a maior parte dos moradores relata apreensão ou oposição ao projeto. Neste segundo grupo está o casal Silva. "A transposição está prejudicando o rio. A bomba está ligada o tempo todo puxando água, o nível é baixo e já está baixando mais", disse José Aílton. "Entendo a alegria deles [moradores beneficiados], porque viviam de caminhão-pipa, mas tem de ver o sofrimento que agora está causando aqui, emendou Ana Paula.*[1]

Com a seca e o Projeto de Transposição, o Rio São Francisco segue nas manchetes dos jornais e nas discussões, tanto nas comunidades ribeirinhas e rurais que serão afetadas pelo projeto, como em movimentos sociais, organizações da sociedade civil, empresas e agências governamentais que discutem planos de desenvolvimento para o Vale do Rio São Francisco. Como no trecho de notícia recente transcrito acima, existem sempre, pelo menos, duas visões sobre os planos de desenvolvimento e grandes projetos na região: de indivíduos e "comunidades" que pensam poder vir a se beneficiar, e de outros que, vivendo em consonância com o rio há décadas, temem por seu modo de vida – e de ganhar a vida.

Como pano de fundo para tudo isso, estão os interesses de empreiteiras que tocam os grandes projetos; de empresas que implementam os novos empreendimentos e, ainda, dos que forçam a modernização compulsória[2] de camponeses ribeirinhos, e de povos e comunidades tradicionais.

De certa maneira, o debate atual reproduz uma discussão que persegue o Rio São Francisco desde, pelo menos, a Revolução de 1930, quando o Estado – e particularmente o Governo Federal – começou a desempenhar um papel central (e normatizador) na utilização de

1. http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1867771-em-meio-a-maior-seca-transposicao-do-rio-sao-francisco-divide-nordestinos.shtml

2. Conceito utilizado por Martins Costa para analisar o caso dos deslocamentos forçados em Sobradinho. MARTINS COSTA, A. L. 2013. Uma retirada insólita. UFRJ/IPPUR/ETTERN. Rio de Janeiro.

recursos hídricos para fins energéticos, e passou a adotar políticas desenvolvimentistas, ainda que naquele momento as demandas dos camponeses ribeirinhos, povos indígenas e comunidades tradicionais fossem muito pouco visibilizadas ou consideradas.

Em 10 de julho de 1934, foi assinado o Código de Águas (Decreto 26.234), regulamentando o setor de águas e energia elétrica. Sua grande inovação residiu na distinção entre a propriedade das quedas d'água e suas terras circundantes. Isto é, uma queda d'água com potencial para a construção de uma barragem deixava de pertencer ao proprietário da área onde se localizava e passava a ser um bem da União. A partir daí, consagrou-se definitivamente o regime de concessões para aproveitamentos hidrelétricos.

Com o regime de concessões e o descolamento dos direitos de propriedade do solo dos direitos de exploração de quedas d'água, iniciaram-se também as disputas que passaram a opor "interesses locais" e "nacionais" – haja vista que os aproveitamentos passaram a ser regulados por legislação e agências federais.

Ainda assim, o Código de Águas, no Artigo 143, foi inovador por tentar garantir salvaguardas sociais para comunidades ribeirinhas, particularmente em relação às atividades econômicas (inclusive irrigação) e à proteção ambiental.

A preocupação do Código de Águas denota a existência de disputas de visões em relação à utilização dos rios e das quedas d'água, como no trecho a seguir:

> *Em todos os aproveitamentos de energia hidrelétrica serão satisfeitas exigências acauteladoras dos interesses gerais: a) da alimentação e das necessidades das populações ribeirinhas; b) da salubridade pública; c) da navegação; d) da irrigação; e) da proteção contra inundação; f) da conservação e livre circulação do peixe; g) do escoamento e rejeição das águas.*[3]

Mas foi somente a partir dos Acordos de Washington, assinados em 3 de março de 1942, (nos quais o Brasil permitiu a instalação de bases militares dos Estados Unidos no Nordeste em troca de recursos financeiros e assistência), e da conclusão de uma missão técnica norte-americana conhecida como Missão Cook – encarregada pelo governo brasileiro de ajudar no planejamento da economia do país – que foi realçada a necessidade de criação de uma política de eletrificação que aproveitasse o grande potencial hidráulico do país. Assim, em 1943 foram iniciados os trabalhos da comissão encarregada de elaborar o Plano Nacional de Eletrificação (PNE).

No contexto das discussões com vistas à construção de uma hidrelétrica em Paulo Afonso (BA), no Rio São Francisco, o então Ministro da Agricultura, Apolônio Sales, visitou a Autoridade Jurisdicional do Vale do Rio Tennessee (Tennessee Valley Authority – TVA) em

3.VIANNA, A. 1989. Hidrelétricas e Meio Ambiente: informações básicas sobre o ambientalismo oficial e o setor elétrico no Brasil. CEDI.

1944, tida como um exemplo de implantação de um plano de desenvolvimento integrado[4] a partir do aproveitamento de um rio em uma região atrasada e pobre. Assim, em processo correlato ao da elaboração do PNE, autoridades governamentais sensibilizaram-se com a ideia de induzir o desenvolvimento a partir da construção de barragens, tomando como exemplo a iniciativa do governo americano que implantou políticas de transformação do Rio Tennessee.

> *A Tennessee Valley Authority (TVA) foi estabelecida durante a grande depressão pelo presidente Franklin D. Roosevelt. As principais áreas agricultáveis ao longo do rio Tennessee, um tributário do Mississippi, estavam entre as mais pobres nos Estados Unidos. A produtividade agrícola era baixa e a erosão do solo e os desmatamentos, altos. A TVA buscava mudar esta situação tirando o controle do vale da influência perversa e corrupta dos políticos locais, colocando-os sob a direção de uma burocracia de tecnocratas altamente capacitados, financiados pelo governo federal, coordenados por três diretores indicados pelo presidente dos Estados Unidos.*[5]

Com efeito, durante seu período de funcionamento a TVA construiu 38 grandes barragens no vale do Tennessee, além de apoiar a criação e a implantação de inúmeros outros empreendimentos, particularmente no setor energético. E, por muitas décadas, a experiência da TVA tornou-se um modelo mundial, como comenta o influente economista do desenvolvimento Albert Hirschman:

> *Qualquer esquema de desenvolvimento de um vale de rio, esteja situado no Rio São Francisco no Brasil, no rio Papaloapan no México, no Cauca na Colômbia, no Dez no Iran, ou no Damodar na Índia Oriental, era apresentado como uma cópia segura… da Autoridade Jurisdicional do Vale do Rio Tennessee (TVA)*[6].

No Brasil, o governo escolheu o Vale do Rio São Francisco como a região em que essa experiência poderia ser replicada, resolvendo ao mesmo tempo a questão energética e a do atraso, e intuindo contribuir para combater desigualdades regionais.[7]

---

4. http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/apolonio-jorge-de-faria-sales

5. Tradução livre de: "Tennessee Valley Authority (TVA), established during the Great Depression by the President Franklin D. Roosevelt. The mainly agricultural areas along the Tennessee River, a tributary of the Mississippi, were some of the poorest in the US. Farm productivity was low and soil erosion and deforestation high. The TVA was meant to change this by taking control of the valley away from the corrupting influence of local elected officials, and placing it under the guidance of a federally funded bureaucracy staffed with highly educated technocrats and run by three directors appointed by the US President". In, McCULLY, P. 1996. Idem. pp. 244

6. Tradução livre de: "For a number of years after the World War II", wrote economist Albert Hirschman in 1967, "any river valley development scheme, whether it concerned the São Francisco River in Brazil, the Papaloapan River in México, the Cauca in Colombia, the Dez in Iran, or the Damodar in eastern India, was presented to a reassured public as a true copy… of the Tennessee Valley Authority". In, McCULLY, P. 1996. Silenced Rivers: The Ecology and Politics of Large Dams. Zed Books. London & New York. pp. 244

7. Assim, apesar da ocupação humana do Vale ser reconhecidamente muito antiga, pois foi lugar escolhido por dezenas de povos indígenas para lá fixarem moradia seguidos por 3 séculos de criadores de gado, somente a partir dos anos 1940 surge a preocupação governamental de "povoar" e "desenvolver", "domando" o rio.

Foi então elaborado o Plano de Aproveitamento do Vale do São Francisco, com vistas à reorganização do espaço mediante a regularização do curso e da vazão do rio, com a construção de barragens no rio e em seus afluentes; com a irrigação de larga escala e a geração de energia elétrica e com a criação de distritos industriais, que passavam por colonização e exploração mineral.

A Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) foi criada em 1948, no governo democrático do general Eurico Gaspar Dutra, diretamente vinculada à presidência da república, com o objetivo de coordenar e aplicar os recursos para a execução do Plano. No mesmo ano, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) passou a operar[8], inicialmente responsabilizando-se pela produção e pela distribuição de energia elétrica. Em 1961 foi criado o Ministério de Minas e Energia e, no ano seguinte, foi instalada a Eletrobras.

Em 1967, já durante a Ditadura Militar, a CVSF foi extinta e substituída pela Superintendência do Vale do São Francisco (Suvale) e o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), subordinado ao MME, passou a ser corresponsável, junto com a Eletrobras, pela política energética elétrica brasileira.[9]

A CVSF, a Chesf e a Suvale foram responsáveis por mudar profundamente a infraestrutura do Vale do São Francisco, com a construção e a instalação de hidrelétricas, projetos de irrigação, linhas de transmissão, estradas, pontes, aeroportos. A Suvale seguiu com o apoio a projetos de irrigação, mas concentrando investimentos e incentivando empresas privadas.[10]

O BANCO MUNDIAL, A CHESF, OS MOVIMENTOS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E AS BARRAGENS NO SÃO FRANCISCO

Os anos 1970 trouxeram a questão ambiental para o contexto de construção das barragens. Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento), que desde os anos 1960 financiavam o governo brasileiro na elaboração de estudos de aproveitamento hidrelétrico, começaram a participar do financiamento da construção de grandes barragens em todo o mundo, fosse por meio de empréstimos setoriais (empréstimo para criação, implantação ou implementação de políticas, no qual os recursos não estão associados a uma única obra) ou empréstimos para a construção hidrelétricas.

8. A Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), a primeira estatal de produção de energia hidrelétrica brasileira, foi legalmente criada em 1945, durante a Ditadura Vargas, mas tornada operacional somente em 1948.

9. VIANNA, A. & MENEZES, L.. 1994. Políticas de Desenvolvimento no Vale do São Francisco: o Polo Sindical e a Luta dos Atingidos pela Barragem de Itaparica. CEDI/KOINONIA – Polo Sindical do Submédio São Francisco. Rio de Janeiro.

10. A CVSF implementou, ainda, a mecanização agrícola e a introdução de novos cultivos, como a uva e o melão. Instalou 15 postos de irrigação e incentivou a pequena irrigação privada. A Suvale segue com a execução do Plano, mas concentrando investimentos e também modificando a política de ocupação de terras irrigadas. Se a CVSF priorizava projetos de colonização de agricultores familiares (com de 4 a 8 hectares cada), a Suvale passa a incentivar empresas privadas, em lotes de até 50 hectares.

Ao mesmo tempo, a partir da I Conferência da ONU sobre Meio Ambiente (Estocolmo), em 1972, o Banco Mundial (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – Bird)[11] passou a exigir estudos de impactos ambientais, decorrentes da construção de hidrelétricas, que incluíam a "população". Apesar da notória debilidade desses estudos, abriu-se uma ampla discussão no país sobre a urgência do estabelecimento de agências governamentais para tratar da questão e de instrumentos de regulação.

Em 30 de outubro de 1973, em resposta a essas demandas, foi criada, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente – mas, somente em 1979 estudos de impacto ambiental passaram a ser exigidos, pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), para a construção de hidrelétricas.

Em 1981, foi estabelecida a Política Nacional do Meio Ambiente, com novos instrumentos, como o "licenciamento e a revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras" – onde se enquadram os empreendimentos hidrelétricos.[12]

Retornando à dinâmica do Rio São Francisco, em 1974 a Suvale foi extinta, dando lugar à Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasp). A Chesf, que até a década de 1970 somente havia concluído a construção das usinas hidrelétricas de Paulo Afonso I (1955) e II (1961), finalizou a barragem de Paulo Afonso III em 1971, seguida pela de Moxotó, em 1979, essa última parcialmente inundando o palco da Guerra de Canudos (1896 e 1897). E, visando otimizar a geração de energia, a Chesf planejou a criação de reservatório a montante de Paulo Afonso, a barragem de Sobradinho, concluída em 1979, formando um imenso lago de 420 mil hectares e desalojando compulsoriamente, segundo dados oficiais, cerca de 70 mil pessoas[13].

Depois de Sobradinho, a prioridade de construção recaía sobre Xingó, devido às suas características técnicas (de geração de energia) e ao menor custo em desapropriações. Em seu lugar, no entanto, foi construída primeiramente Itaparica, que desalojava muito mais camponeses ribeirinhos e povoados, e inundava sedes e vilas dos municípios do entorno. Essa mudança de prioridade merece ser analisada.

No final da década de 1970 e no início da de 1980, a Ditadura Militar começava a perder força política, agências ambientais governamentais eram criadas, assim como processos de licenciamento ambiental começavam a ser estabelecidos. Concomitantemente, o Banco Mundial passava a ser objeto de um escrutínio público internacional acusado de financiar a destruição da floresta tropical a partir do aporte financeiro à construção de estradas e, poucos anos depois, pelo financiamento de grandes barragens. ONGs como National Wildlife Fund,

11. "Yet, as early as 1972 the World Bank was the first major international aid agency to declare that developmental and environmental goals were compatible"; in, FOX, J. & BROWN, D. 1998. The Struggle for accountability: the World Bank, NGOs, and grassroots movements. The MIT Press. Cambridge, Massachusetts & London. pp. 1

12. VIANNA, A. 1989. Hidrelétricas e Meio Ambiente: informações básicas sobre o ambientalismo oficial e o setor elétrico no Brasil. Cedi.

13. Dados da Chesf, em MARTINS COSTA, A. L. 2013. Uma retirada insólita. UFRJ/IPPUR/ETTERN. Rio de Janeiro. pp. 9

Sierra Club e Environmental Defense Fund (EDF[14]) passaram a exigir a reforma do Banco e "condicionalidades ambientais e sociais" dos tomadores de empréstimos[15].

Com efeito, organizações da sociedade civil brasileira, ainda durante a Ditadura, começaram a relacionar-se com organizações não governamentais ou redes transnacionais de organizações da sociedade civil (formais ou informais), particularmente as que trabalhavam com questões relativas a direitos humanos e, posteriormente, com meio ambiente. As organizações brasileiras, motivadas pelo bloqueio dos canais de participação democrática, buscaram aliados internacionais para pressionar o governo[16]. Em poucos anos, como resposta a essas demandas internacionais, o Banco Mundial (Bird) começou a estabelecer Diretrizes Operacionais (políticas de salvaguarda) com vistas a orientar suas ações frente a questões sociais e ambientais.

Ainda que a maior dessas diretrizes esteja sempre "em revisão", tenha uma redação pouco precisa e sua aplicabilidade dependa da aceitação dos governos tomadores do empréstimo, elas serviram, em muitos casos, para provocar discussões em projetos muito polêmicos e com efeitos socioambientais negativos[17]. Não por acaso, a primeira política estabelecida foi a de reassentamento (1980), que trata do deslocamento forçado de populações, seguida pela de indígenas (1982).

Naquele período, camponeses afetados pelas barragens de Moxotó e Sobradinho já haviam enfrentado os problemas decorrentes dos deslocamentos compulsórios, dos reassentamos e da política de indenizações da Chesf. Esse era um assunto corriqueiro em toda a região e os camponeses passaram a se organizar para lutar por seus direitos. Nesse contexto, agências governamentais avaliaram que os custos relativos às desapropriações (e compensações) tenderiam a crescer muito com o passar dos anos, encarecendo a construção ou mesmo tornando-a inviável economicamente. A Chesf tinha pressa. Assim, priorizou-se a construção de Itaparica e, somente depois a construção de Xingó, onde o barramento inundaria uma área muito menor (6 mil ha contra os 83.400 ha do lago de Itaparica; ou 18 famílias

14. https://www.edf.org/

15. FOX, J. & BROWN, D. 1998. idem. pp. 6

16. Ver, sobre isso, análise de KECK, M. & SIKKINK, K. 1998. Activists beyond borders. Cornell University Press. Ithaca & London; particularmente no que se refere às redes criadas para monitorar a implementação de Convenções internacionais, no âmbito do sistema das Nações Unidas, tanto no que se refere a direitos humanos como a meio ambiente. As autoras desenvolvem o conceito de "efeito bumerangue" (boomerang effect) presente nas estratégias dessas redes, por tentar produzir mudanças positivas em políticas públicas nacionais a partir da pressão internacional. As organizações locais (nacionais) pressionariam a partir de seus "pares" baseadas em países do norte global, organismos multilaterais (e mesmo governamentais – do Norte), com vistas a pressionar governos do Sul e, assim, forçar mudanças políticas. Em 1990, escrevi o Texto para Discussão "The work of Brazilian NGOs on the internacional level", no qual discuto a eficácia desse modelo de intervenção "glocal" (global e local ao mesmo tempo) quando do estabelecimento de governos democráticos nos países do Sul. O modelo foi utilizado particularmente por "facilitar" a intervenção de ONGs nacionais junto a organismos nacionais, muitas vezes prescindindo de um trabalho local (nacional), o que levaria no curto prazo a uma perda de legitimidade na arena política nacional e, em médio e longo prazos, à não constituição de instrumentos de participação, transparência e controle nos países do Sul. (VIANNA JR. A., 1990, MIMEO. INESC. Brasília)

17. BAILEY, M., BARROS, H. & VIANNA JR. A. 1997. "PARA COMPREENDER E DIALOGAR COM O BANCO MUNDIAL: um guia para organizações da sociedade civil brasileira. REDE BRASIL/OXFAM. Recife, Brasília. MIMEO.

compulsoriamente deslocadas contra mais de 60 mil pessoas).[18] Simultaneamente, o governo brasileiro passou a procurar o Banco Mundial - Banco Internacional pela Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), com vistas a conseguir recursos financeiros para a construção das grandes barragens.[19]

Com os barramentos do Rio São Francisco planejados e uma priorização de construção estabelecida, a Codevasf começou a implantação de grandes projetos de irrigação, com políticas para agricultura, para a criação de distritos agroindustriais e agropecuários.

SOBRADINHO E ITAPARICA: CASOS EXEMPLARES E EFEITOS SOCIAIS

Os camponeses ribeirinhos, os catingueiros, os moradores de vilas rurais, passam a ser afetados pelas barragens e, ainda, pelos projetos de irrigação. Os camponeses agem frente a esses empreendimentos de diversas maneiras, institucionalizadas ou não. Com efeito, as barragens e os projetos de irrigação são o resultado concreto, territorializado, de políticas públicas que por sua vez são, na verdade, intenções previstas com desdobramentos inesperados. O "inesperado", por planejadores e empreendedores, é o comportamento de camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, genericamente denominados de "população", ou "público-alvo". As "condutas dos indivíduos forçados a se deslocar com a construção" de barragens é bastante diversa, e "a diversidade aí encontrada é reveladora de que nem perceberam a situação da mesma forma, nem se comportaram de modo semelhante". Condutas que também dizem respeito à crença – ou à descrença – no anúncio da construção, às experiências acumuladas, e aos interesses individuais e coletivos (SIGAUD, 1995)[20].

O caso de Sobradinho, como analisa Martins Costa (2013), realça uma disputa entre saberes. Martins Costa critica o modelo analítico segundo o qual os camponeses, por ignorância ou idiossincrasia, não acreditaram na veracidade das notícias de que a construção de uma barragem inundaria suas terras. No caso pesquisado, um conflito cognitivo esteve subjacente, sugerindo explicação distinta. Vigorou ali a crença camponesa de que seu saber sobre a ecologia do Rio São Francisco é superior ao dos técnicos, evidenciando que sua suposta ignorância é a manifestação legítima da desconfiança e da falta de crédito no discurso técnico e empresarial.[21]

18. VIANNA, A. & MENEZES, L.. 1994. idem.

19. Segundo relatório do Departamento de Avaliação de Operações (OED) do Bird, esses projetos beneficiaram milhões de nordestinos com o aumento da oferta de energia elétrica, mas, por outro lado, deslocaram compulsoriamente cerca de 170 mil pessoas, que requereram soluções de reassentamento que foram encaminhadas de forma diferenciada (The World Bank and the Environment in Brazil: a Review of Selected Projects, May 3, 1991, Operations Evaluation Department).

20. SIGAUD, L. 1995. A dimensão social em uma abordagem antropológica: Crença, descrença e interesses, por uma sociologia das condutas face ao deslocamento compulsório. In, ROSA, L. P.; SIGAUD, L.; LA ROVERE, E.; & MAGRINI, A. Energia, Energia Elétrica e Meio Ambiente. O Caso das Grandes Barragens. COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro. pp. 163

21. MARTINS COSTA, A. L. 2013. Uma retirada insólita. UFRJ/IPPUR/ETTERN. Rio de Janeiro.

Isso permite uma releitura sobre o processo decorrente do anúncio de construção da barragem e sua efetiva realização, como algo que ocorreu sem a constituição de um único mediador (movimento, rede de organizações, pastorais da igreja) que lograsse atuar como porta voz de uma diversidade de indivíduos com diferentes demandas. Em vez disso, a construção engendrou disputas simbólicas e de saberes, ainda que não associadas a sinais diacríticos mais comumente associados a grupos identitários que buscam se diferenciar a partir de situações de disputas e conflitos.[22]

"O inesperado" também são ações de mediadores (por exemplo, movimentos sociais institucionalizados) que ajudam a "fazer crer", isto é, fazer com que camponeses com uma grande diversidade de trajetórias passem a "acreditar nas ameaças que eram anunciadas" e, em alguns casos, ajudam os camponeses a explicitarem seus interesses múltiplos e distintos, consolidando-os em reivindicações a serem apresentadas e negociadas com a empresa responsável pela obra (SIGAUD, 1995)[23], como foi o caso da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), no Alto Uruguai. Este também parece ter sido o caso de Itaparica, onde, ao contrário do que ocorrera anteriormente em Moxotó e Sobradinho, um mediador, o Polo Sindical do Submédio São Francisco, criado em 1979, constituiu-se como o porta-voz dos camponeses perante a Chesf.

Com efeito, o trabalho de mediadores com os camponeses desta sub-região do Rio São Francisco "anunciando a construção da barragem" começou na primeira metade dos anos 1970, quando Moxotó já havia sido finalizada e Sobradinho começava a ser construída. Como destaca Souza (1990):

> *Membros da Igreja percorreram as comunidades, aproveitando as liturgias e reuniões pastorais para anunciar: a barragem está sendo construída – começou em 1974 –, a água nos atingirá, precisamos nos organizar para que não se repita Sobradinho e Moxotó*[24].

As pastorais da Igreja continuaram o trabalho junto às comunidades e, também, o apoio à criação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs). Em seguida, já no final da década de 1970, o Polo Sindical, originalmente resultado de uma estratégia da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) de articular sindicatos de um determinado território em torno de ações comuns, levou à criação de uma organização interestadual, envolvendo municípios da Bahia e de Pernambuco. O Polo Sindical criou o Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Submédio São Francisco como sua institucionalidade jurídica e editou o "Boletim Terra por Terra na Beira do Lago", periódico que reunia as demandas dos camponeses. No entanto, com o passar do tempo e o início do encaminhamento efetivo

22. Teria sido esse também o caso de Moxotó, que oficialmente deslocou compulsoriamente mais de 5 mil pessoas?

23. SIGAUD, L. 1995. A dimensão social em uma abordagem antropológica: Crença, descrença e interesses, por uma sociologia das condutas face ao deslocamento compulsório. In, ROSA, L. P.; SIGAUD, L.; LA ROVERE, E.; & MAGRINI, A. Energia, Energia Elétrica e Meio Ambiente. O Caso das Grandes Barragens. COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro. pp. 172 e 174.

24. SOUZA, C.P. 1990. "O sertão virou mar: a luta em Itaparica", in Barragens: Questão Ambiental e Luta por Terra; Proposta, número, 46. Fase. Rio de Janeiro. pp. 34

das negociações com a Chesf, houve uma importante mudança: o Polo deixou de lutar por terra na beira do lago e passou a demandar terra por terra. Isso porque, segundo um dos assessores:

> (…) [o] conhecimento técnico fez evoluir a luta do "terra por terra na margem do lago" para "terra por terra", onde houvesse áreas com capacidade para agricultura irrigada, – o que é fundamental no Nordeste –, desde que na mesma região[25].

No mesmo período, Itaparica também foi objeto de relevantes ações do Banco Mundial (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – Bird). Em 1986, respondendo a uma demanda do governo brasileiro, o Bird proveu fundos para o setor elétrico do Brasil por meio do Empréstimo ao Setor Elétrico/Eletrobras, um empréstimo setorial, quando o término da barragem de Itaparica era sua maior prioridade.[26]

Nesse contexto, o Polo do Submédio São Francisco logrou atuar decisivamente informando e discutindo com os camponeses (proprietários familiares, posseiros, arrendatários, e parte dos indígenas) a construção da barragem – à luz das experiências de Moxotó e Sobradinho – e das alternativas frente ao deslocamento compulsório, levando as demandas à Chesf, às agências governamentais e também ao Banco Mundial. Camponeses, alguns deles com alguma experiência em irrigação, camponeses e pescadores ribeirinhos, indígenas buscando afirmação étnica e territorial, tinham diferentes visões sobre o futuro que se anunciava. O Polo pareceu constituir-se, pelo menos por quase duas décadas, em uma *quase* "unidade de mobilização" (ALMEIDA, 2004), por lograr produzir uma identidade coletiva de "atingido" e "reassentado"; por envolver não somente sindicatos de sua base formal, mas também outros Sindicatos de Trabalhadores Rurais (como os de Santa Maria de Boa Vista e Orocó, fora do Submédio), e algumas lideranças indígenas, numa agenda construída de forma a atender a uma grande diversidade de interesses[27].

A demanda de reassentamento com irrigação constituindo-se em uma plataforma unificada de lutas coordenadas pelo Polo Sindical certamente não foi uma tarefa fácil, e somente foi consolidada em 1987, por meio da assinatura do Acordo entre o Polo Sindical e a Chesf, que obrigava a empresa a reassentar a população camponesa deslocada em agrovilas e em terrenos com irrigação. Assim, no início da operação de Itaparica, em 1988, ainda que a

25. SOUZA, C.P. 1990. Idem. pp. 36.

26. The World Bank and the Environment in Brazil: a Review of Selected Projects, May 3, 1991, Operations Evaluation Department.

27. Unidades de mobilização: "refere-se à aglutinação de interesses específicos de grupos sociais não necessariamente homogêneos, que são aproximados circunstancialmente pelo poder nivelador da intervenção do Estado – por meio de políticas desenvolvimentistas, ambientais ou agrárias – ou das ações por ele incentivadas ou empreendidas, tais como as chamadas obras de infraestrutura". BERNO DE ALMEIDA, A.W. 2004. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. In Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V.6. N.1 / Maio. Rio de Janeiro. pp. 9

Chesf tivesse dado alguns passos em direção do atendimento das demandas acordadas com os camponeses, somente depois da aprovação de um financiamento do Banco Mundial para a implementação do Projeto de Reassentamento e Irrigação, a problemática começou a ser efetivamente encaminhada.

O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) - Banco Mundial passou a financiar o Projeto de Reassentamento de Itaparica em um montante de US$ 100 milhões, de um Projeto orçado em US$ 303,7 milhões.[28] Ou seja, com esse empréstimo, o Bird emprestou recursos para o reassentamento, não para a construção da barragem de Itaparica que já havia sido parcialmente financiada por meio da aprovação do empréstimo para o Setor Elétrico. Do ponto de vista do Banco Mundial, esse empréstimo também representou uma virada institucional, pois de certa maneira reconhecia-se a falta de aplicação, ou a limitação, de sua própria política de reassentamento.

Isso ganha relevância ainda maior quando se considera a afirmação de McCully que coloca o Banco Mundial como o maior financiador de grandes barragens no mundo, possibilitando a construção de mais de 600 obras do tipo em 93 países[29]. Além disso, com esse empréstimo o Banco Mundial forçava o compromisso orçamentário do governo brasileiro de mais de US$ 200 milhões.

Para o Polo Sindical, tanto o acordo como o empréstimo foram vitórias do movimento, como assinalado no trecho abaixo:

> *O Projeto de Reassentamento, fruto de uma intensa luta empreendida pelos atingidos, pretendia compensar as irreversíveis perdas culturais, econômicas, sociais e ambientais que essa população camponesa sofreu com o deslocamento compulsório. Pretendia, portanto, elevar a qualidade de vida dessas pessoas proporcionando moradia, educação, saúde e meios para a produção. Constava da implantação de 110 Agrovilas, com infraestrutura de saúde e educação, e seis projetos de irrigação, totalizando 19.512,5 hectares. Um projeto que deveria deixar a população em melhores condições de vida do que antes da construção da barragem.*[30]

Ao lograr construir uma agenda comum entre uma grande diversidade de indivíduos e comunidades a partir da ideia de garantir "terra por terra" e a de "elevar a qualidade de vida" dos reassentados, qual seria a percepção dessa grupo heterogêneo de camponeses e indígenas sobre "qualidade de vida"? Como o projeto negociado e aprovado pela Chesf e pelo Banco Mundial buscou atender a essas demandas com a elaboração do Programa de Reassentamento?

28. VIANNA, A. 1997. O Processo de solicitação de Painel de Inspeção do Banco Mundial para o projeto de Itaparica. In Subsídio Inesc, novembro, ano V. N. 35. Brasília.

29. McCULLY, P. 1996. Idem. pp. 19

30. VIANNA, A. 1997. Idem.

O Acordo celebrado com a Chesf e as intervenções junto ao Banco Mundial permitiram que os camponeses a serem compulsoriamente deslocados (segundo o Polo, 40.055 pessoas "expulsas" e 118 mil "atingidas"[31]) conseguissem o atendimento de sua principal demanda, "terra por terra", conforme explicitado no Documento elaborado pelo Polo Sindical Diretrizes Básicas para o reassentamento, de 1984, e posteriormente no Acordo de 1986:

> (...) área irrigada de 6 ha; área de sequeiro/criatório; 25 ha para cada trabalhador; irrigação por aspersão; administração do projeto pelos trabalhadores; casa para todos; estradas; melhor escolha das terras; e desapropriação das terras.[32] (1984)

> (...) terra boa para irrigação; casas para morar; terra para o criatório; assistência técnica; quantia de 2,5 salários mínimos até o início da produção; indenização justa; participação efetiva dos trabalhadores nas decisões de reassentamento.[33] (1986)

Os documentos e as discussões que ocorreram durante a mudança para as agrovilas podem iluminar um pouco essa questão, como explicitado no resumo abaixo, elaborado a partir de uma reunião coordenada pelo Polo Sindical em 1988:

> Fevereiro de 1988. Os atingidos mudam-se para ag*rovilas. Cada um deles receberia uma área de sequeiro e um lote irrigado dentro de um* dos projetos de irrigação previstos. Evidentemente esses projetos não representam muita coisa além de plantas no papel.
> ...
> Em agosto de 1988, o Polo Sindical e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrolândia, junto com dirigentes de trabalhadores mais reassentados organizam um censo de gestão de projetos de irrigação.
> [De três pontos críticos discutidos na reunião, destaco o que transcrevo abaixo:]
> O saber acumulado pelos trabalhadores rurais como pequenos produtores ribeirinhos do São Francisco não é de muita serventia frente aos projetos de irrigação. É necessário, portanto, um grande investimento em formação.[34]

O Polo Sindical buscou garantir algo que pode ser considerado uma tentativa de recriação das condições sociais de produção e reprodução dos camponeses ribeirinhos, particularmente

31. "A barragem expulsou 40.055 pessoas e atingiu um total de 118 mil, inundando uma área de 834 km²." VIANNA, A. & ARAÚJO, F. (eds.). 1989. Terra Sim, Barragens Não: I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens. Central Única dos Trabalhadores (CUT), Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB). Rio de Janeiro. pp. 17

32. VIANNA, A. & ARAÚJO, F. (eds.). 1989. idem. pp. 18

33. VIANNA, A. & ARAÚJO, F. (eds.). 1989. idem. pp. 18 e 19

34. LEROY, J.P. 1990. "A questão da irrigação", in Barragens: Questão Ambiental e Luta por Terra; Proposta, número, 46. Fase. Rio de Janeiro. pp. 39

quando consideram a necessidade de uma área irrigada e uma de sequeiro, a tecnologia proposta para os sistemas de irrigação e, ainda, a administração do projeto, com vistas a garantir uma certa autonomia encontrada nos antigos povoados. Ao que parece, confiando na experiência acumulada pelas lideranças dos camponeses e em sua aliança com assessores qualificados, consideraram que poderiam controlar, ou dirigir, o processo de modernização a que iriam se submeter. Nesse sentido, ainda que sabedores do que ocorrera em Sobradinho, talvez os campoenses acreditassem em sua capacidade de garantir que a modernização não teria os mesmos efeitos da modernização compulsória ocorrida nos reassentamentos, como bem assinalado no trecho a seguir, de Martins Costa (2013):

> Nesta região do Médio São Francisco, a população distribuía-se pelas imediações do rio, que concentrava as atividades produtivas ao longo de seu curso pelo semiárido. Localizada fora do alcance das águas do rio, a chamada "área de caatinga" era deserta ou fracamente povoada. Com a formação do lago desapareceram as melhores terras para o exercício da agricultura de "lameiros" (terras aluvionais) das margens e ilhas do rio São Francisco. A maior parte dos camponeses ribeirinhos foi reassentada na borda do lago, distante vários quilômetros da antiga beira do rio, em plena caatinga, com seus solos secos e arenosos. A retomada do processo produtivo na área passa por um processo de modernização compulsória, com modificações nos parâmetros do cálculo econômico. A introdução de lavouras comerciais subordinadas à irrigação, sobretudo a de cebola, desencadeou novas modalidades de inserção no mercado e toda uma rede de obtenção de insumos e financiamento bancário. Com a formação do lago, os camponeses foram expropriados das condições sociais de produção e reprodução até então vigentes na área e de todo um modo de vida tradicional a elas associado.[35]

Ou seja, no caso de Itaparica, como decerto também havia acontecido em Sobradinho, o "pacote tecnológico" do reassentamento trazia não apenas o atendimento das demandas dos camponeses representados pelo Polo Sindical, como também um processo de modernização que poderia minar suas condições sociais de produção e reprodução. O que explica a afirmação assinalada anteriormente, formulada quando o processo de reassentamento já fora iniciado, mas não concluído.

> O saber acumulado pelos trabalhadores rurais como pequenos produtores ribeirinhos do São Francisco não é de muita serventia frente aos projetos de irrigação. É necessário, portanto, um grande investimento em formação.

35. MARTINS COSTA, A. L. 2013. Uma retirada insólita. UFRJ/IPPUR/ETTERN. Rio de Janeiro. pp. 9

Ora, pelo menos parte dos indivíduos e povoados representados pelo Polo Sindical sabia que os sistemas de reassentamento e de irrigação conseguidos com muita luta e mobilização não respeitavam o "saber acumulado pelos trabalhadores rurais como pequenos produtores ribeirinhos". Sabiam que um processo de modernização, talvez considerado por eles como irreversível, levaria à necessidade de se qualificarem por meio de um processo educativo e que muitos camponeses ficaram à margem da modernização, assim como os que lograssem ter sucesso poderiam ficar submetidos à integração agroindustrial. Os sindicalistas (do Polo Sindical e no âmbito da CONTAG) discutiam amplamente essas questões, particularmente a partir da integração de produtores familiares à agroindústria no Sul do país, produzindo, segundo eles, uma perda de autonomia, por tornarem-se "empregados" da agroindústria, como resume Bohn Gass (2015):

> *(…) o agricultor só tem o resultado de seu trabalho contratado. Ele não é um empregado regular, mas uma espécie de assalariado sem direitos sociais*[36].

É o que parece estar assinalado em outro trecho do relatório parcialmente transcrito anteriormente:

> (…) os trabalhadores rurais [reassentados de Itaparica] permanecem 'pequenos produtores', mesmo se estão dando um salto no escuro, do tradicional ao novo, da beira do rio ao perímetro irrigado. O sistema agroindustrial dominante quer vê-los saltar para o moderno, para a integração agroindustrial. E os que não conseguirão dar esse pulo desaparecerão sem que o sistema se importe. O novo processo educativo que está sendo exigido é ajudar todos a dar esse pulo, mas não nas condições idealizadas: modernização, integração, subordinação… e no final, submissão política e social, desaparecimento dos trabalhadores rurais como os sujeitos coletivos em que conseguiram se transformar como atingidos.[37]

Os versos de Fulgêncio Manoel da Silva, então diretor do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Floresta e do Polo Sindical, destaca a importância da "autogestão" para os reassentandos.

A todos reassentados
Preste bem atenção
A tudo que eu vou falar
Nessa minha narração
No meus versos vou falar
Pra juntos nos preparar
Pra futura autogestão.

36. Artigo do atual deputado e liderança sindicalista (rural) do Sul do país. https://www.sul21.com.br/jornal/integracao-agroindustrial-que-coisa-desequilibrada-e-essa-por-elvino-bohn-gass/

37. LEROY, J.P. 1990. "A questão da irrigação", in Barragens: Questão Ambiental e Luta por Terra; Proposta, número, 46. Fase. Rio de Janeiro. pp. 39.

Pra quem não sabe o que é isso
Eu quero aqui explicar
Auto quer dizer dono
Com direito de mandar
E nessa outra questão
Que se chama de gestão
Quer dizer administrar[38].

Em documento elaborado pelo Polo Sindical e encaminhado ao Painel de Inspeção do Banco Mundial[39] em 1997, dez anos depois do início do processo de reassentamento, e em que pese ser um documento com vistas a solicitar uma inspeção externa, destaca-se a preocupação dos camponeses reassentados com a "autogestão" dos reassetamentos e as tecnologias que passaram a ser utilizadas,

> No início de 1997, quase dez anos da assinatura do Acordo entre o Polo Sindical e a Chesf, pouco mais de 30% da área para irrigação encontravam-se em operação (cerca de 6.000 hectares dos quase 20.000 previstos), em sistema de irrigação por aspersão convencional fixa e móvel.
>
> O processo de negociação para a **autogestão dos projetos** está em andamento, por meio da parceria Polo Sindical - Chesf, tendo como referência uma proposta global de transição para a autogestão apresentada pelo Polo Sindical e consensada com a Chesf, Codevasf e Banco Mundial, em seminários realizados em Carnaíba (Bahia) em 1994 e Paulo Afonso (Bahia) em 1995.
>
> (...)
>
> ... Estudos pedológicos de classificação dos solos do Reassentamento de Itaparica mostram que, do total da área, 0,94% são solos de regular adaptabilidade à irrigação, 5,55% de adaptabilidade restrita, 31,09% recomendado após prévio estudo e 26,83% com viabilidade de uso dependendo de estudos técnicos.
>
> Esse quadro revela a existência de limitações naturais quanto à formação dos solos escolhidos para parte significativa dos projetos de irrigação, mostrando que os reassentamentos somente serão viáveis com a **geração de um padrão tecnológico condizente** que potencialize os fatores de produção, ou então, em algumas áreas, com a mudança do local escolhido para a irrigação.
>
> Os projetos de irrigação já quase inteiramente em funcionamento (como

38. http://polosindicalsubmediosaofrancisco.blogspot.com.br/2013/10/homenagem-do-polo-sindical-peba.html

39. O Painel de Inspeção é um comitê do Banco Mundial, criado em 1993, para prover um fórum independente para cidadãos que acreditam que eles ou seus interesses foram ou poderão ser diretamente prejudicados por um projeto financiado pelo Banco Mundial. Para uma análise mais aprofundada sobre o papel do Painel de Inspeção no Brasil ver: VIANNA JR., A. 2003. "The Inspection Panel Claims in Brazil", in CLARK, D., FOX, J. & TREAKLE, K. Demanding accountability, Civil-Society Claims and the World Bank Inspection Panel. Rowman & Littlefield Publishers. Lanhan, Boulder, New York, Oxford.

> Brígida e Pedra Branca), servem como exemplo das possibilidades dos camponeses da região que já conseguiram apreender com sucesso **novas tecnologias**, e, por outro lado, de importantes **problemas nos sistemas de irrigação instalados, tais como: a excessiva demanda de energia elétrica para a operação do sistema, o que pode tornar inviável a produção de diversas culturas tradicionais da região**;...; equívocos nas análises técnicas preliminares vêm provocando **dificuldades na irrigação de toda a área preparada; os sinais de erosão dos solos e salinização mostram a insustentabilidade do sistema do ponto de vista ambiental...**
>
> Assim, o reassentamento e os projetos de irrigação não têm conseguido recompor as condições sociais e econômicas de produção e reprodução de parte significativa da população que compulsoriamente deixou as terras mais férteis do Vale do São Francisco. Parte da população continua sem as mínimas condições de produção agrícola, depois de quase dez anos do deslocamento compulsório. E parte dos que já estão produzindo, começam a verificar que os **projetos de irrigação foram mal planejados e executados**, fazendo com que os projetos não tenham sustentabilidade econômica e ambiental. A execução do projeto não atendeu minimamente às suas especificações técnicas, o material utilizado nos sistemas de irrigação é muitas vezes de baixa qualidade e parte deles já necessita de reparo imediato.(**grifos meus**)[40]

Com os atrasos, os problemas tecnológicos, os de capacitação e a não operação da irrigação, a modernização negociada parecia sair do controle dos parâmetros colocados pelo Polo Sindical, tornando-se, na prática, uma modernização compulsória como a já ocorrida em Sobradinho.

No que tange ao papel dos mediadores, Sigaud (1995) analisa situação similar no Rio Uruguai (Alto Uruguai), na fronteira entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

> *Se a preservação dos interesses dos camponeses ameaçados pela construção das barragens esteve associada, no Alto Uruguai, a uma crença nas barragens, e sua reação se expressou através de exigências e enfrentamentos, tal se deve ao trabalho dos mediadores interessados. Mas, este mesmo trabalho teve outras implicações: ele contribuiu para que a ideia da barragem se tornasse aceitável para aqueles camponeses do Alto Uruguai e para que o deslocamento viesse a se realizar com a sua cumplicidade. Graças às atividades da Crab, a Eletrosul não precisou enviar seus funcionários aos povoados para anunciar a inundação, como teve que fazê-lo a Chesf [no caso de Sobradinho]. A Crab se encarregou do anúncio e investiu na crença na inundação, na medida que a mobilização que a interessava*

40.VIANNA, A. 1997. O Processo de solicitação de Painel de Inspeção do Banco Mundial para o projeto de Itaparica. In, Subsídio Inesc, novembro, ano V. N. 35. Brasília.

> *pressupunha a adesão a esta ideia. Graças ainda ao trabalho da Crab, a Eletrosul não precisou apresentar propostas de deslocamentos aos camponeses, como ocorreu com a Chesf. Foi a própria Crab que as formulou. Como a mobilização dos "atingidos" requeria a definição de um móvel para a luta, a Crab estimulou a explicitação dos múltiplos e distintos interesses dos camponeses. Tais interesses foram consolidados nas "reivindicações" do movimento que indicavam o modo como o deslocamento deveria ser feito. O acordo estabelecendo as condições para a saída dos "atingidos", que veio a ser assinado em 1987 entre a Eletrosul e a Crab foi construído a partir das propostas do próprio movimento.*[41]

O Acordo entre o Polo Sindical e a Chesf foi assinado em 1986, um ano antes do Acordo da Crab com a Eletrosul. Em ambos os casos, o envolvimento do Banco Mundial foi bastante relevante. Cabe assinalar que, conforme mencionado anteriormente, a política de reassentamento foi a primeira iniciativa social/ambiental do Banco Mundial estabelecida em 1980[42]. Ainda que de eficácia questionável, a existência da política forçava o Banco Mundial a discutir com o tomador do empréstimo o reassentamento de população deslocada compulsoriamente com a construção de barragens. Não por acaso, o Polo Sindical incluiu na requisição da instalação de um Painel de Inspeção (para o caso do reassentamento de Itaparica) a seguinte afirmação:

> *Representantes da Chesf afirmaram em um seminário de avaliação conjunta com o Banco Mundial que "O Plano de desocupação da área do reservatório (de Itaparica), submetido ao Banco Mundial e iniciado em 1986, gerou tensões sociais de tal ordem que o Banco, para conceder um importante empréstimo setorial à Eletrobras, exigiu a formulação de uma política para o reassentamento provocado de populações" (Aspectos Ambientais de Projetos Cofinanciados pelo Banco Mundial: Lições para o futuro, org. Alencar Soares de Freitas e Pedro Ribeiro Soares, IPEA/146, Brasília, 1994, a partir das conclusões dos estudos feitos pelo OED do Banco Mundial)*[43].

Como ocorrera com o Crab no Alto Uruguai, o trabalho do Polo Sindical na região do Submédio São Francisco incluiu informar os camponeses sobre a construção da barragem e dos seus efeitos, tendo em vista o que ocorrera em outras obras do tipo que já faziam parte do imaginário daqueles camponeses: as de Moxotó e Sobradinho. Assim, o Polo Sindical, aliado à experiência prévia dos camponeses da região, também dispensou a necessidade de a Chesf desenvolver trabalho de "comunicação" semelhante ao ocorrido em Sobradinho, e tratou

41. SIGAUD, L. 1995. A dimensão social em uma abordagem antropológica: Crença, descrença e interesses, por uma sociologia das condutas face ao deslocamento compulsório. In, ROSA, L. P.; SIGAUD, L.; LA ROVERE, E.; & MAGRINI, A. Energia, Energia Elétrica e Meio Ambiente. O Caso das Grandes Barragens. COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro. pp.174.

42. FOX, J. & BROWN, D. 1998. The Struggle for accountability: the World Bank, NGOs, and grassroots movements. The MIT Press. Cambridge, Massachusetts & London. pp. 304

43. VIANNA, A. 1997. O Processo de solicitação de Painel de Inspeção do Banco Mundial para o projeto de Itaparica. In, Subsídio INESC, novembro, ano V. N. 35. Brasília.

fundamentalmente da necessidade da mobilização dos camponeses em todos os municípios com vistas a garantir o reassentamento – terra por terra.

O Polo Sindical construiu, com os camponeses, uma pauta de lutas consolidada no documento "Diretrizes Básicas para o Reassentamento" e depois confirmadas no Acordo com a Chesf. Como no Alto Uruguai, não foi a empresa do setor elétrico que apresentou unilateralmente o Plano de reassentamento.

A vitória dos camponeses, a partir da mediação do Polo Sindical, talvez não tenha sido completa, devido ao não aprofundamento da questão do conteúdo "modernizador" e, na prática, da "modernização compulsória" advinda dos projetos de reassentamento conquistados. À época da celebração do Acordo, as populações tradicionais, à exceção de alguns povos indígenas, não estavam visibilizadas com destaque, particularmente no que se refere a grupos identitários com demandas de comuns, como fundos de pasto, quilombolas e povos indígenas em processo de reconhecimento.

A questão indígena esteve colocada em reuniões com o Banco Mundial, que desde 1982 contava com uma política (de salvaguardas) sobre povos indígenas[44]. O banco condicionou a liberação de recursos (do empréstimo para os reassentamentos) à resolução, por parte do governo (Fundação Nacional do Índio - Funai), dos casos dos Tuxá (Rodelas e Ibotirama, Bahia) e dos Pankararu (Petrolândia e Tacaratu, Pernambuco), com a demarcação da Terra Indígena Pankararu e, enfim, dos Pankararé (Nova Glória, Bahia)[45].

Os camponeses ribeirinhos, talvez por não terem se apresentado aos e pelos mediadores como "comunidades tradicionais", no sentido que compartilhavam de um sistema de valores e de produção e reprodução social em inteira consonância com o regime do Rio São Francisco, não apresentando sinais diacríticos[46] usualmente reconhecidos como identificadores de pertencimento a comunidades tradicionais (como, por exemplo, referências à uma ancestralidade, língua, lugares sagrados, rituais), ficaram subsumidos a uma pauta de reinvindicações unificadas que apenas respondiam parcialmente a suas demandas, particularmente no que tange à produção associada ao regime do rio e à reprodução social.

Entretanto, o Polo Sindical logrou com sua negociação com a Chesf e o Banco Mundial impor "prejuízos (…) tanto econômicos e políticos quanto simbólicos", implicando inclusive no aumento do custo de geração, como destaca a seguir trecho de artigo de Magalhães (1990: 52)[47].

44. FOX, J. & BROWN, D. 1998. idem. pp. 267

45. O reassentamento de posseiros dentro de territórios indígenas certamente acirrou disputas territoriais entre indígenas e camponeses.

46. Sinais diacríticos como "características", que são significantes para o próprio grupo identitário, para diferenciá-lo frente a outros grupos. BARTH, F. 1998. Ethnic groups and boundaries: the social organizations of culture difference. Waveland press.

47. MAGALHÃES, S. 1990. "Campesinato e hidrelétricas: uma visão sobre o I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens", in VIANNA, A. (ED.), Hidrelétricas, Ecologia e progresso: contribuições para um debate. Cedi. Rio de Janeiro.

Um outro elemento que gostaríamos de salientar é que a "negociação" imposta pelos camponeses traz para as concessionárias prejuízos tanto econômicos e políticos quanto simbólicos, constituindo-se na atualidade em um dos componentes de preocupação do setor. Do ponto de vista econômico, na década de 70, por exemplo, os custos financeiros reservados para a "população do reservatório" eram considerados insignificantes, como o era 1% do total da obra para Tucuruí; em Itaparica o reassentamento chegou a atingir 40% do valor orçado para a obra enquanto no mesmo período estimava-se que nas outras hidrelétricas este percentual atingiu no máximo a marca de 20%. Percentuais, portanto, que importam na medida em que alteram o custo de geração do kilowatt e têm consequências sobre a avaliação econômica do empreendimento.

A DEMOCRATIZAÇÃO E O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

A Constituição de 1988 como resultado do processo de democratização do país traz um novo marco jurídico, baseado na afirmação de direitos e no pluralismo jurídico. A partir de 1988, foram criados novos movimentos sociais, como o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de Babaçu (MIQCB), a Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e a Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira (Coiab), dentre outros[48].

A realização do I Encontro Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens, em Goiânia (1989), deu-se nesse contexto, como destaca o trecho abaixo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB):

> As experiências de luta local foram extremamente importantes e desencadearam em um processo de articulação. Em 1989, foi realizado o **Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens**, que contou com a participação de representantes de várias regiões do País. Foi um momento onde se realizou um levantamento global das lutas e experiências dos atingidos em todo o país. Foi então decidido constituir uma organização mais forte a nível nacional para fazer frente aos planos de construção de grandes barragens. Aos poucos, essa organização foi se constituindo como uma importante ferramenta de luta dos atingidos, com caráter nacional, e ganhando mais poder de disputa. Esta experiência foi importante para impulsionar as organizações de atingidos em outros locais[49].

48. Ver, sobre isso: BERNO DE ALMEIDA, A.W. 2004. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. In Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V.6. N.1 / Maio. Rio de Janeiro.

49. http://www.mabnacional.org.br/content/3-os-encontros-nacionais-e-cria-do-movimento-nacional

O I Encontro elegeu uma coordenação nacional provisória, que incluía um representante do Polo Sindical. Com efeito, a Carta de Goiânia, documento final do encontro, reafirma demandas dos reassentados do Rio São Francisco, como a seguir,

> *2) que sejam imediatamente solucionados os problemas sociais e ambientais gerados pelas hidrelétricas já construídas e que isto seja condição para implantação de novos projetos;*
>
> *3) cumprimento dos acordos já firmados entre os atingidos e as concessionárias do setor elétrico.*[50]

O I Encontro logrou posicionar – ou reposicionar – o nascente movimento nacional dos atingidos por barragens, movimentos locais, e também o Polo Sindical, como movimentos socioambientais.

Em março de 1991, no contexto da preparação da realização da Rio 92, Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, foi realizado o I Congresso dos Atingidos de todo o Brasil.

> *(...) onde se decide que o MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens deveria ser um movimento nacional, popular e autônomo, organizando e articulando as ações contra as barragens a partir das realidades locais, à luz dos princípios deliberados pelo Congresso*[51].

O Polo Sindical, e assim lideranças do São Francisco, foram determinantes na organização e na institucionalização desse novo movimento social, que participou com destaque da Rio 92 e, mais diretamente, como membro atuante do Fórum Brasileiro de ONGs e movimentos sociais para o meio ambiente e o desenvolvimento. [52] A participação do MAB e do Polo Sindical facilitou o contato do movimento com Organizações Não Governamentais brasileiras e internacionais e, mais particularmente, com o movimento ambientalista.

Assim, os atingidos por barragens, escudados pela experiência dos seringueiros a partir da luta liderada por Chico Mendes (assassinado em 1988) e pela criação do então Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e da Aliança dos Povos da Floresta, apresenta-se nacional e internacionalmente como um movimento social de defesa dos direitos dos camponeses mas, também, com preocupações ambientais. Como assinalou o ambientalista Waldman (2002: 88)[53]:

---

50. VIANNA, A. & ARAÚJO, F. (eds.). 1989. Idem. pp. 37

51. http://www.mabnacional.org.br/content/3-os-encontros-nacionais-e-cria-do-movimento-nacional

52. http://fboms.org.br/

53. WALDMAN, M. 2002. Ecologia e lutas sociais no Brasil. Geografia Contexto. São Paulo.

Da mesma forma que a Aliança dos Povos da Floresta, da luta dos povos indígenas, dos pescadores artesanais e de lutas sindicais que estão surgindo na defesa da qualidade de vida, os atingidos estão construindo, juntamente com ecologistas progressistas, um novo perfil de luta ambiental, que é popular e voltada para uma sociedade ecologicamente responsável e justa.

Apesar de todos esses avanços depois do processo de democratização do país, o Polo Sindical continuava lutando pela implementação do Acordo com a Chesf pela finalização dos projetos de reassentamento. A partir de uma série de novos contatos com redes e organizações que trabalhavam monitorando e incidindo sobre o Banco Mundial, o Polo Sindical, em parceria com a Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, uma rede de ONGs, movimentos sociais e sindicatos, resolve atuar diretamente sobre o agente financiador do reassentamento, utilizando-se de um então recém-criado (em 1993) Painel de Inspeção, um comitê do Banco Mundial para prover um fórum independente para cidadãos que acreditam que eles ou seus interesses foram ou poderão ser diretamente prejudicados por um projeto financiado pelo Banco Mundial.

O Polo Sindical, depois de muitas reuniões envolvendo lideranças de todos os sindicatos, resolveu levar sua demanda para uma instância internacional – sem, no entanto, se utilizar desse instrumento multilateral com vistas a pressionar o governo brasileiro ou a Chesf. O entendimento do Polo, assim como o da Rede Brasil, era que, como se vivia em uma democracia, e não em uma ditadura (como na construção de Itaparica), os movimentos sociais deveriam seguir fazendo denúncias ou demandas internacionais de outra maneira, isto é, reconhecendo que haviam novos instrumentos democráticos no Brasil que deveriam ser utilizados com vistas à realização de seus direitos. Nesse sentido, não seria mais o caso de atuar buscando um efeito bumerangue. As demandas para a Chesf e para o governo deveriam ser encaminhadas no Brasil (por meio de denúncias, de envolvimento do Parlamento, do Ministério Público e de mobilizações), mas solicitações poderiam e deveriam ser feitas a agências multilaterais ou globais com vistas a acioná-las em virtude de seus erros ou do não cumprimento de suas normas e salvaguardas sociais e ambientais[54]. Esse era exatamente o caso do Banco Mundial e da Solicitação de Painel, que é parcialmente reproduzida a seguir:

SOLICITAÇÃO DE PAINEL DE INSPEÇÃO DO BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BANCO MUNDIAL, PARA O PROJETO DE REASSENTAMENTO DOS ATINGIDOS PELA HIDRELÉTRICA DE ITAPARICA (BIRD 2883-1)

Petrolândia (Pernambuco, Brasil), 15 de março 1997

Ao Painel de Inspeção do Banco Mundial

54. VIANNA JR. A. 1990. The work of Brazilian NGOs on the international level. MIMEO. INESC. Brasília

Banco Internacional pela Reconstrução e Desenvolvimento - Banco Mundial

1. *Nós camponeses compulsoriamente deslocados pela construção da barragem de Itaparica, representados pelo Polo Sindical do Submédio São Francisco, vimos requerer ao Painel de Inspeção do Banco Mundial que recomende aos Diretores Executivos uma investigação sobre a execução do Projeto de Reassentamento para as famílias atingidas. O referido Projeto é financiado pelo BIRD, tendo como mutuário a ELETROBRAS, empresa estatal brasileira, e como executora a Companhia Hidrelétrica do São Francisco - Chesf, responsável pelas obras da barragem e pelo reassentamento da população.*

2. *O Projeto de Reassentamento, fruto de uma intensa luta empreendida pelos atingidos, pretendia compensar as irreversíveis perdas culturais, econômicas, sociais e ambientais que essa população camponesa sofreu com o deslocamento compulsório. Pretendia, portanto, elevar a qualidade de vida dessas pessoas proporcionando moradia, educação, saúde e meios para a produção. Constava da implantação de 110 Agrovilas, com infraestrutura de saúde e educação, e seis projetos de irrigação, totalizando 19.512,5 hectares. Um projeto que deveria deixar a população em melhores condições de vida do que antes da construção da barragem.*

3. *Atendia, portanto, as preocupações expressas pelo Banco Mundial, que afirma: "se o Reassentamento compulsório é inevitável, a política do Banco exige formulação e o financiamento de um plano de Reassentamento, para assegurar que as pessoas reassentadas tenham oportunidades de desenvolvimento que melhorem, ou pelo menos restaurem, os níveis de vida que tiveram antes do projeto" (OD 4.30/1990). Por outro lado, a experiência acumulada acerca dos impactos adversos irreversíveis provocados pela construção de barragens já é de amplo conhecimento do Banco que os analisa e normatiza no "Environmental assessment sourcebook", Vol 1, Cap. 3 (Problemas sociais e culturais na análise ambiental) e no Vol. 3, Cap. 10 (Projetos Hidrelétricos), bem como na Operational Directive-OD 4.01/1991, que incorporou as orientações contidas na OD 4.00/1989 (Anexo B-Environmental Policy for Dam and Reservoir Projects) estabelecendo a obrigatoriedade de Estudos Ambientais e a elaboração de programas de monitoramento e de mitigação dos impactos para a construção e operação de barragens.*

4. *Porém, o Projeto de Reassentamento de Itaparica não tem atendido ao objetivo de promover a melhoria das condições de vida dos atingidos, desconsiderando as políticas e normas do agente financiador, o BIRD. Os dados a seguir comprovam o exposto.*

5. *Apenas 30 % dos projetos de irrigação estão efetivamente implantados;*

6. *Cerca de 20 % das agrovilas construídas encontram-se em plena deterioração, cujo caso mais grave é o Projeto Borda do Lago - PE;*

7. *A comunidade indígena Tuxá (município de Rodelas) ainda não conseguiu recuperar seus níveis sociais socioecômicos;*

8. *O atraso na implantação e operação dos projetos de irrigação tem contribuído para o aumento da violência dentro das comunidades, ao alcoolismo e a desintegração familiar (como já era assinalado em 1991 pelo The World Bank and the Environment in Brazil: a Review of Selected Projects, May 3, 1991, Operations Evaluation Department).*

9. *Assim, quase dez anos depois do deslocamento compulsório, os resultados do Projeto de Reassentamento têm levado a que grande parte da população beneficiária encontre-se em condições de produção e reprodução social inferiores às anteriores.*

O encaminhamento da instalação de um Painel de Inspeção, para investigar as denúncias feitas pelo Polo Sindical, não foi aceito pelo Banco Mundial. No entanto, todo o processo decorrente da solicitação levou a uma recolocação do caso de Itaparica como uma questão nacional e internacional, além de levar ao monitoramento das ações do Banco Mundial pelo Congresso Nacional (Câmara dos Deputados). A iniciativa também desencadeou ações do governo brasileiro com vistas à finalização do Projeto.

Nos anos que se seguiram, as mobilizações continuaram, assim como a ameaça da construção de novas barragens. No final de 2016, como um momento de preparação do VIII Encontro Nacional do MAB (realizado em outubro de 2017[55]), os atingidos pelas barragens do vale do São Francisco realizaram uma grande reunião em Juazeiro (Bahia), com mais de 150 lideranças, como destacado em artigo publicado pelo movimento:

> *O Encontro reuniu os atingidos pela Barragem de Sobradinho, por Itaparica, e os ameaçados pelas Barragens de Riacho Seco e Pedra Branca, de seis municípios. Foram dois dias de avaliação, estudos, planejamento e confraternização, realizados na Univasf.*
>
> *Entidades parceiras estiveram presentes durante toda a realização do Encontro, como o DCE das Univasf, o MPA, o Sindae, a MMM, o Levante Popular da Juventude, o MST, o IRPAA, e outros.*
>
> *Na mesa sobre os Direitos dos Atingidos, durante a tarde de sábado, Dona Magnólia, moradora do município de Sobradinho relembrou as tristezas e violações que viveram e vivem até hoje os atingidos por Sobradinho."Barragem é uma farsa, acaba com a vida dos pais de família que já não têm nada para melhorar a vida dos poderosos. Ali não tem só água, tem sangue, carne e osso enterrado embaixo daqueles escombros", lamenta.*
>
> *Já a experiência de Itaparica traz a importância dos aprendizados tirados após o sofrimento em Sobradinho. Ali, os atingidos conseguiram fazer a luta. Aurelio Charle, atingido por Itaparica, conta que a resistência dos atingidos no período da implantação da barragem garantiu alguns direitos, como o reassentamento em projetos de irrigação.*

55. http://www.mabnacional.org.br/noticia/mab-realiza-8-encontro-nacional-no-rio-janeiro-em-outubro-2017-0; http://mabnacional.org.br/noticia/ideias-centrais-do-oitavo-encontro-nacional-do-mab; https://www.brasildefato.com.br/2017/10/05/movimento-dos-atingidos-por-barragens-encerra-8o-encontro-nacional-nesta-quinta-feira/

Ele explica que depois do que a Chesf fez com os atingidos por Sobradinho, Itaparica aprendeu alguns pontos importantes para fazer a luta. "Fulgêncio era uma liderança na região. Ele ia pra fora conhecer as experiências de resistência em outros estados do Brasil, voltava e passava tudo pra nós, fazíamos reuniões e estávamos organizados. Com isso, obtivemos várias conquistas, como os reassentamentos", relata o atingido.

Outra região do vale em que o MAB está organizado é no estado de Pernambuco, com a ameaça das Barragens de Rio Seco e Pedra Branca. Caso implantadas, elas irão impactar mais de 10 territórios quilombolas e pelo menos 5 municípios. Os municípios de Santa Maria da Boa Vista, Orocó e Curaça estão organizados no MAB pela resistência às barragens. Fernanda Rodrigues, moradora da comunidade quilombola de Cupira, conta que a intensa formação necessárias para os atingidos conhecerem a aprenderem a fazer a luta foi fundamental para entender outros direitos, como acesso a saúde, energia e água. "Estudando na luta com o MAB, aprendemos sobre nossos direitos, e assim conseguimos lutar por ainda mais coisa. As nossas comunidades melhoraram muito após esse salto de consciência que demos, hoje sabemos exigir direitos de atingidos e quilombolas", declara.[56]

O pequeno trecho sobre o encontro preparatório atualiza a questão das barragens no Rio São Francisco ao refirmar a ameaça da construção de novas barragens. Ao mesmo tempo, retorna a Sobradinho, dando voz a uma "moradora" que afirma que a "barragem é uma farsa", por não ter melhorado a vida das famílias. Em seguida, um "atingido" pela barragem de Itaparica relaciona a "resistência dos atingidos" à garantia de alguns direitos, como o reassentamento com irrigação.

Ainda sobre Itaparica, menciona-se a importância de Fulgêncio como uma liderança que contribuiu ao trazer as experiências de outros estados na resistência às barragens para o Vale do Rio São Francisco. Mas, ao que parece, o Polo Sindical não é mais o protagonista e porta-voz dos camponeses ribeirinhos, pois mesmo a menção a Fulgêncio Manoel da Silva não traz mais informações sobre seu papel como dirigente sindical (do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Floresta, Pernambuco, e do Polo Sindical). O MAB, por sua vez, aparece como o movimento que organiza e dá voz aos camponeses, quilombolas, ribeirinhos, como atingidos por barragens.

BARRANDO AS BARRAGENS

"Barrando as Barragens", organizado pelos professores Juracy Marques, Alfredo Wagner e Luciano Menezes, reúne artigos que tratam, a partir de diferentes entradas, dos processos ocorridos no Vale do Rio São Francisco, particularmente os relativos aos grandes projetos governamentais de construção de barragens e, mais recentemente, da transposição do rio

56. http://www.mabnacional.org.br/noticia/vale-do-s-francisco-se-re-ne-rumo-ao-8-encontro-nacional-em-2017-0

que, a meu ver, tratam da "modernização" do vale. O livro reúne ensaios, entrevistas e etnografias de pesquisadores engajados com a defesa dos direitos das comunidades e do meio ambiente. Recupera, amplia e atualiza essa dinâmica, revelando ainda novos sujeitos políticos e questões que não haviam sido suficientemente analisadas por outros autores.

Os capítulos *I – Remoção de barragens: desobstruções e restaurações de rios na Europa; e, II – Remoções de Barragens e restaurações de rios* levantam a discussão sobre um crescente movimento internacional de remoção de barragens, particularmente na Europa (Capítulo I) e nos Estados Unidos (Capítulo II). Mais que propor a criação de iniciativa semelhante no São Francisco, os autores destacam uma questão pouco tratada e discutida pelas organizações da sociedade civil no Brasil: a da vida útil das barragens e suas implicações para os processos decisórios em relação ao planejamento e à construção de novas barragens. Em texto publicado em 2002 sobre o Rio São Francisco, Andrade destaca:

> As represas e as barragens de Sobradinho, Itaparica, Moxotó, Paulo Afonso I e IV, e Xingó, localizadas no rio São Francisco, foram construídas com o incentivo do governo federal… Sobradinho, com um volume máximo operativo de 34 bilhões de m³, foi inicialmente construída para a produção de energia elétrica e regulação das vazões interanuais, com o controle de cheias e liberando uma vazão média de 2800m³/s. Mas Sobradinho não acumula somente água, a represa também acumula toneladas de sedimento ano a ano originado no Médio São Francisco, o que diminui sua capacidade de regulação da vazão. A origem desse sedimento está certamente relacionada à erosão das barrancas, ao desmatamento das margens e às práticas agropastoris.
>
> Mas pouco se comenta sobre uma outra causa do assoreamento do rio São Francisco – a represa de Três Marias, localizada a montante de Sobradinho. Três Marias, construída no início da década de 1950, com um volume total de 19 bilhões de m³, além de produzir energia elétrica, regula e controla o regime de vazões do rio São Francisco à montante de Sobradinho, e acumula grande parte do sedimento produzido no Alto São Francisco. Assim, a água turbinada em Três Marias, por carregar muito pouco sedimento, é bem límpida, e aliada à mudança do regime de vazões regulado pela barragem, é responsável pelo efeito "águas esfomeadas".
>
> O efeito "águas esfomeadas" consiste numa intensa abrasão no leito e também nas margens do rio desprotegidas pela ausência de matas ciliares, por uma constante vazão de água (carregando somente sedimentos finos e nada de sedimentos mais grossos) maior ou superior ao regime natural, provocando erosão e desestabilização das barrancas do rio. Esta desestabilização das barrancas e dos leitos é responsável pelo assoreamento do rio à jusante. Existe uma grande incerteza em relação à taxa de assoreamento do rio São Francisco na barragem

> de Sobradinho. **De acordo com estudo feito em 1986 para o Planvasf, Plano Diretor de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, o diagnóstico de sedimentologia realizado pela Chesf detectou que a vida útil de Sobradinho pode ser de cerca de 150 anos. Quer dizer, de acordo com o Planvasf, levaria 150 anos para ocorrer o assoreamento do volume morto do reservatório de Sobradinho. Com o assoreamento do volume morto do reservatório, a garantia da produção de energia firme do sistema Paulo Afonso – Itaparica – Moxotó – Xingó ficaria comprometida seriamente. Como esse estudo foi realizado há quase 20 anos, lembrando as incertezas dos cálculos realizados, o assoreamento pode ocorrer em 80-120 anos. Cem anos é o tempo médio usado por várias agências americanas e brasileiras para cálculos da vida útil de um reservatório. Porém, com o crescimento populacional, urbanização, e intensificação do uso do solo e das águas do rio São Francisco, poderá ocorrer um incremento na taxa de assoreamento com aumento da erosão no rio e diminuição da vida útil do reservatório de Sobradinho.**
>
> (…)
>
> Grandes projetos hidráulicos acabam afetando profundamente a geomorfologia fluvial, por modificar o regime de cheias e de sedimento transportado pelo rio…**(grifos meus)**[57]

O texto acima reforça o argumento dos autores. A discussão, nesse caso, não parece ser a relativa à geomorfologia fluvial, mas da publicização de informações necessárias às tomadas de decisão em relação ao planejamento e à construção de barragens, considerando-se seus efeitos sociais e ambientais no longo prazo e seu tempo de vida útil. Particularmente no que se refere aos discursos que são utilizados para justificar a construção das barragens. A barragem de Sobradinho, crucial para a manutenção de todo um sistema de geração de energia que inclui Paulo Afonso, Itaparica, Moxotó e Xingó, poderia estar a "apenas" 40-60 anos do término de sua vida útil? Como considerar essa informação – ou probabilidade – no planejamento de construção de novas barragens no bacia do Rio São Francisco? Os autores, a partir de experiências internacionais, como nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, levantam a questão da remoção das barragens como uma possibilidade, do ponto de vista deles desejável, para remediar os problemas do Rio São Francisco e das comunidades ribeirinhas. Além disso, informam como Suécia e Noruega estabeleceram legislações que proíbem a construção de barragens em seus rios. Possibilidades que atualmente não se

57. ANDRADE, R. 2002. Da transposição das águas do Rio São Francisco à revitalização da bacia: as várias visões de um rio. International Rivers Network (IRN), Fórum Permanente de Defesa do Rio São Francisco, Rios Vivos. pp. 9 e 10 (https://www.internationalrivers.org/sites/default/files/attached-files/final_document_sao_fran2da.pdf)

encontram na agenda de discussões nem da sociedade civil organizada, nem tampouco das agências governamentais.

Outro tema diretamente vinculado à discussão das barragens e do planejamento do desenvolvimento no Rio São Francisco diz respeito ao lugar da Autoridade Jurisdicional do Vale do rio Tennessee (Tennessee Valley Authority – TVA). Praticamente todos os estudos sobre o planejamento do desenvolvimento no Vale do Rio São Francisco realçam a importância da TVA como um exemplo de sucesso que foi seguido no Brasil. Entretanto, estudos mais recentes sobre a TVA nos EUA destacam que: poucos estudos foram realizados sobre a experiência; a iniciativa concentrou-se na geração de energia elétrica e, com o passar das décadas, as barragens foram abandonadas como a fonte prioritária de geração, passando às termoelétricas (em 1993, apenas 7% da energia gerada no vale do rio Tennessee eram de origem hidráulica); os efeitos sobre a população local compulsoriamente deslocada (mais de 50 mil pessoas) foi subavaliado, particularmente no que tange à assistência aos agricultores – a maioria, afrodescendente. As discussões do parlamento norte americano sobre o fracasso dessa iniciativa governamental também não foram devidamente publicizadas fora dos Estados Unidos. Isto é, a inspiração para a atuação do governo brasileiro no Rio São Francisco teria vindo de um fracasso, não do sucesso de uma iniciativa governamental[58].

Barramentos do São Francisco é um capítulo que aprofunda a história das barragens no "Velho Chico" e analisa os "impactos humanos" e ambientais decorrentes da construção das barragens, incluindo "impactos no campo simbólico". O capítulo é leitura obrigatória para entender como se chegou à situação atual de degradação ambiental do rio. O subsequente, *Danos simbólicos e valoração ambiental, um estudo de caso da bacia do rio São Francisco*, questiona a "quantificação da indenização", ou a "mensuração de danos materiais" como meios adequados de compensação social ou ambiental, particularmente no que tange a bens simbólicos, apesar de reconhecer que indenizações podem levar ao desestímulo a novos empreendimentos potencialmente causadores de danos.

O *Capítulo V, Povos Indígenas do Nordeste, territorialidades e movimentos no projeto de transposição do rio São Francisco: análise de uma cartografia social,* trata das demandas territoriais de grupos indígenas no contexto da transposição do São Francisco, como um grande projeto associado à construção de barragens e com grande influência sobre o regime do rio e seus povos. A discussão apresentada sobre o projeto de transposição visibiliza "novos" sujeitos políticos no Vale do Rio São Francisco, "novos" talvez por somente agora visibilizados, ou ainda, por fazerem parte da

58. … The TVA was supposed to be the epitome of "integrated development planning" but in fact quickly became chiefly an electricity utility, spending only a few percent of its budget on non-power programs such as agricultural training and reforestation. The TVA was seem as synonymous with dams, but it built few large dams after 1945: in 1955 the TVA's coal-burning capacity overtook its hydro capacity… in 1993 only a seventh of the TVA's power was generated at its dams. … Studies show that the TVA gave little long-term assistance to the more than 50,000 people who lost land and livelihood to their reservoirs.…The lesson of the TVA, the Corps and Bureau is that although dam-building agencies will go to great lengths to continue building projects for the sole purpose of maintaining their power and prestige, eventually they will overreach themselves, lose public support. And – assuming some degree of democratic control – be forced to scale down their activities to managing infrastructure they already built. McCULLY, P. 1996. Silenced Rivers: The Ecology and Politics of Large Dams. Zed Books. London & New York. pp. 245 a 247

dinâmica dos chamados novos movimentos sociais, como destaca Alfredo Wagner (2004):

Os movimentos sociais no campo, que desde 1970 vêm se consolidando fora dos marcos tradicionais do controle clientelístico e tendo nos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais uma de suas expressões maiores, conhecem desde 1988-1989 certos desdobramentos, cujas formas de associação e luta escapam ao sentido estrito de uma entidade sindical, incorporando fatores étnicos, critérios ecológicos e critérios de gênero e de autodefinição coletiva que concorrem para relativizar as divisões político-administrativas e a maneira convencional de organização e de encaminhamento de demandas aos poderes públicos.[59]

Ou seja, o movimento do Polo Sindical do Submédio São Francisco, reconhecidamente o maior movimento social organizado em função da construção e da instalação de uma barragem nesse rio, apesar de "inovador", como uma *quase* "unidade de mobilização", não logrou visibilizar os novos movimentos sociais consagrados no contexto pós-Constituinte de 1988, como o movimento quilombola (ainda porque a criação do Polo Sindical antecede esse período). O capítulo atualiza o mapa dos novos grupos identitários que passaram a ser politicamente relevantes no rio, assim como o "ressurgimento político" de mediadores que haviam sido relegados à retaguarda dos movimentos, como as pastorais.

A seguir, o capítulo *A vida do novo Chico depois da morte do velho: gotas de esperança* apresenta a relevância da questão da água, à luz da seca que afeta o Rio São Francisco, da utilização da água prioritariamente para atender a demandas de projetos de irrigação e ainda, da convivência com o Semiárido.

Os *Capítulos VI - Sobradinho 40 anos: da promessa ao vazio; VII – Perfil histórico e sociocultural da "velha" Petrolândia e VIII – Mudanças da "velha" para a "nova Petrolândia: deslocamentos provocados pela construção da barragem de Itaparica*; tratam, respectivamente, da situação atual de Sobradinho, que parece ter voltado a ser um rio em função da seca e do assoreamento (o mar voltou a virar sertão?), e da questão do deslocamento compulsório de uma cidade, uma área urbana.

Produção de energia hidrelétrica no Brasil: potencial e falhas, é um artigo que apresenta o debate sobre a política energética brasileira; e o *Capítulo XI, A invenção dos royalties: a conquista da compensação financeira de hidrelétricas e sua importância para o município de Paulo Afonso*, trata da história dos movimentos sociais em Paulo Afonso, nos anos 1980 e suas lutas pela conquista dos royalties da energia hidrelétrica, tendo em vista sua importância para o município e para o país.

Peixes e Anzol: uma conversa sobre barragens, como o título do capítulo explicita, é uma conversa, com relevante recuperação histórica, entre João Paulo Aguiar, que por 30 anos esteve diretamente envolvido na construção de barragens no São Francisco, e Juracy Marques, que à época estudava os efeitos socioambientais das grandes barragens no mesmo rio, tema de sua tese de doutorado defendida na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

59. BERNO DE ALMEIDA, A.W. 2004. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. In Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V.6. N.1 / Maio. Rio de Janeiro. pp. 9

Em seguida, o *Capítulo XIII, A imposição de modelos de reassentamento no rio Madeira: observações quanto aos procedimentos adotados*; apresenta os desafios colocados pelos reassentamentos nesse rio amazônico.

O último artigo do livro, *Instrumentos jurídicos internacionais de direitos humanos, povos indígenas e barragens*, analisa os relevantes instrumentos disponíveis internacionalmente em relação à garantia de direitos de povos em contextos de construção de barragens ou outros grandes projetos.

O rio São Francisco continua sobrevivendo, mas novos empreendimentos continuam a ser planejados. Os municípios de Juazeiro e Petrolina aprofundaram o modelo de irrigação comercial e estima-se que atualmente existem mais de 100 mil hectares de irrigação já em produção no Vale, tendo como principais beneficiários empresas e agricultores capitalizados. Como decorrência, os projetos de irrigação já respondem pelo consumo de mais de 85% da água utilizada do rio.[60]

Como já foi assinalado anteriormente, no entanto, a transposição e a seca, que afetam o rio, têm levado a mais discussões sobre a necessidade de recuperar o São Francisco. A publicação deste livro certamente vai contribuir para ampliar os limites das discussões sobre as barragens e os grandes projetos no Rio São Francisco e no Brasil, do ponto de vista da manutenção e da ampliação dos direitos das comunidades e do meio ambiente.

60. https://g1.globo.com/economia/noticia/captacao-de-agua-no-rio-sao-francisco-esta-proibida-as-quartas-feiras.ghtml

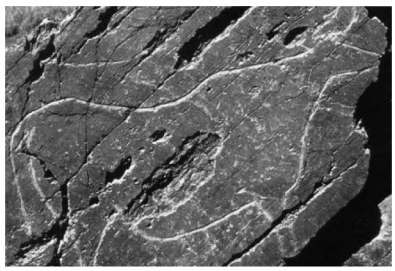
CAPÍTULO I

REMOÇÃO DE BARRAGENS: DESOBSTRUÇÕES E RESTAURAÇÕES DE RIOS NA EUROPA

Luciano Silva de Menezes
Juracy Marques
Maria Rosa Almeida Alves

Meditei sobre as borboletas (...) Vi que elas podem pousar
nas flores e nas pedras, sem magoar as próprias asas.
Manoel de Barros

1. A EUROPA TAMBÉM ESTÁ BARRANDO AS BARRAGENS?



Gravura do Foz Coa (Portugal), responsável pela suspensão de barragem em Portugal

A ERN – *Europa River Network* menciona que ainda existe, em toda Europa, mais de 5 mil grandes barragens.[1] Há também, além desse número expressivo de grandes represas, centena de milhares de pequenas e médias barragens obstruindo rios e comprometendo ecossistemas. Os efeitos deletérios fomentados pelas barragens caracterizam, parcialmente, preponderâncias de medidas técnicas de engenharia sobre os ambientes aquáticos e terrestres.

As primeiras iniciativas de remoção de barragens foram nos EUA, em meados 1931. Lejon et al. (2009) falam a respeito da demolição da barragem do rio *Idaho*, contudo, acreditam que os trabalhos de remoções de barragens só se intensificaram com Bruce Babitt, secretário de Estado, na década de 1999.

1. *The National Inventory of Dams* estabelece como grande barragem, àquelas a partir de 15 pés de altura e com capacidade de estocagem de 6.200. 000 m³. Nesse caso, esses dados, referentes à Europa, correspondem a 10% do número total de barragens no mundo.

Para Lejon et al. (2009), as remoções de barragens caracterizam opções de gerenciamentos viáveis, nas quais sobrepujam quatro razões motivadoras: economia – ecológica, segurança, direito e política. Desse modo, ao mencionarem, naquela ocasião, as 17 barragens projetadas para remoção na Suécia, preconizavam determinadas posturas entendidas como ideais. A baixa produção de eletricidade das 17 barragens revisadas também reforçava as inviabilidades e vulnerabilidades estruturais.

Seria necessário, *a priori*, um devido cuidado ao expor para as populações os motivos e os efeitos das remoções. Para não provocar conflitos e, principalmente, evitar falhas, era preciso levar em consideração a chamada integralidade dos conhecimentos das partes incorporadas. Podem também eclodir outras obstruções fazendo reverter toda situação favorável a um projeto de remoção. Dentre essas oposições – obstruções destacadas por Lejon et al. (2009), estão os problemas de financiamentos e despesas elevadas; os conflitos entre os valores histórico – culturais e os valores ecológicos. Muitos lagos de barragens são considerados ou vistos como espaços naturais e históricos.

As medidas ponderativas também visam obstar possíveis conflitos nas futuras remoções de barragens. Assim, é importante exteriorizar o período de vida limitado das barragens e, ao mesmo tempo, sublinhar os interesses, as vantagens e os motivos ambientais.

São múltiplos os obstáculos quando se fala em plano de remoção de barragem. Lejon et al. (2009) fala em indignações dos "adversários das remoções", pois, as barragens são vistas como monumentos imponentes de habilidades humanas de engenharia. Nesse caso, nessa ótica, as barragens aparecem como elementos praticamente intocáveis. Estaria presente, segundo os autores, ummedododesconhecido permeadopor uma conotação negativa nas quais põem em dúvida, dentre várias coisas, o antes e o depois da remoção. Além disso, vêm também à tona, incompreensões a respeito do restabelecimento da vegetação nas antigas áreas do reservatório.[2]

Ao exprimir as alterações e deformações provocadas pelas barragens, Lejon et al. (2009) enumeram sete aspectos nocivos:

1 – Modificações dos hidrogramas;

2 – Eliminação das áreas ciliares úmidas;

3 – Impossibilidade de migrações de peixes e de animais de espécies diversas; 4 – Redução das interações entre os ambientes terrestres e os ambientes aquáticos – lênticos e lóticos;

5 – Provocações de emissões de gases de efeito estufa e dióxido de carbono – CO_2;

6 – Destruição de matérias orgânicas;

7 – Dificultam os ecossistemas e reduzem as produtividades aquáticas.

2. Estudos prévios de remoção devem ser realizados, incondicionalmente. Para Lejon et al. (2009), ao remover essas barreiras, a restauração do rio pode aumentar a homogeneização de biotas aquáticas espalhando espécies não nativas.

Ademais, as barragens também podem representar ameaças concretas às populações não somente devidos às altas taxas de sedimentações e riscos de roturas. Um exemplo, é o caso da barragem de *Banqiao*, em Henan, na China, que rompeu em 1975, e segundo McCully (2001), destruiu por completo aldeias e cidades, ocasionando a morte de 230 mil pessoas.

O quadro de grandes mudanças climáticas preconiza que é necessário colocar em avaliações o futuro das barragens. De acordo com Lejon et al. (2009), as avaliações independem das finalidades pelas quais às barragens foram construídas. Assim como também não dependem de seus teores de viabilidades econômicas, ou seja, de ser ou não viável financeiramente – utilizáveis, não funcionais ou não utilizadas. Desse modo, através das revisões de reservatórios sempre existirão razões para suas demolições. Uma vez que essas revisões e análises provavelmente evidenciarão problemas que atravessam as fragilidades e as caducidades das estruturas físicas.

É visível a procura constante por novas medidas de conservação dos recursos hídricos. Frente às disparidades climáticas têm ocorrido buscas incessantes por novas adaptabilidades, sobretudo, por meio dos trabalhos de remoção de barragens. Lejon et al. (2009) enfatizam que com o aumento das temperaturas, os reservatórios em áreas quentes e secas perderão ainda mais água por meio da evaporação, além dos aproximadamente 3,5% que evaporam anualmente.

Os usos indevidos das águas têm trazido consequências indesejáveis e negativas, e parte dessas revisões de reservatórios estão diretamente ligadas a essa perspectiva.[3] A partir das revisões que foram realizadas no norte da Suécia e na Romênia, dentre outras, ratificamos as afirmações de Lejon et al. (2009) de que, em muitos países, as eliminações de barragens se apoiam em políticas nacionais e legislações ligadas aos ecossistemas de água doce e da biodiversidade. Assim, os autores demonstram o caráter imperativo e determinante da legislação regional para a manutenção de um estado ecológico. Certamente, esse caráter imperativo provoca a obrigação de restauração não somente das águas afetadas pelas barragens, mas dos devidos reparos intrínsecos às tomadas de decisões de demolições.

As revisões de reservatórios expõem dois projetos e duas tomadas de decisões: remover, ainda que a barragem tenha viabilidade econômica, ou manter, com os devidos reparos. Vale ressaltar que, a geração de eletricidade pode dificultar os planos e decisões de remoção. Entretanto, não é papel somente das legislações buscar garantir que as futuras gerações possam usufruir dos espaços e dos recursos hídricos, sobretudo, dos rios desobstruídos. Esse é um desafio comum a todos.

Robert Epple, fundador e presidente da ERN, ao evidenciar antigas concessões e inviabilidades econômicas e técnicas de barragens construídas em áreas montanhosas da França, Áustria, Suíça, Itália e Noruega, enfatizou, ao mesmo tempo, viabilidades ecológicas e econômicas que serão obtidas a partir das demolições dessas barragens.

3. Aqui, vale evidenciar a criação de centros, redes, órgãos e tomadas de decisões de restaurações ecológicas de rios na Europa. Podemos citar a rede ECRR – *European Centre for River Restoration,* criada em 1995. A ERN – *European Rivers Network* que trabalha com preservação e gestão de rios e águas.

Algumas concessões já ultrapassavam meio século, acarretando, em alguns casos, uma atmosfera de insegurança coletiva, motivada por fatores que evidenciavam o fim da vida física e útil de muitas barragens. Além dos problemas de sedimentos nas estruturas e no interior de alguns reservatórios, casos de incapacidades produtivas de energia e os custos elevados para promover modernizações de equipamentos foram e têm sidos critérios determinantes para remoção de barragens na Europa.

Outro aspecto relevante, diz respeito ao empobrecimento parcial ou total da fauna, em especial, alguns peixes,[4] que outrora constituíram fontes econômicas e/ou rendas essências. Na medida em que se constata uma ampliação dos problemas ambientais, tais como a eutrofização, com a poluição excessiva das águas de muitos reservatórios de barragens, não se pode restringir às adversidades apenas aos impedimentos das migrações de organismos biológicos.

Alex Delaunay, do "Ministério do Meio Ambiente Francês", em nota pronunciada, em 1999, sobre o "Desmantelamento de barragens na França"[5], sublinhou que as barragens haviam provocado grandes alterações nas características morfodinâmicas e hidráulicas dos rios, reduzindo drasticamente os fluxos e promovendo aquecimentos extremos das águas e, por conseguinte, de todo ecossistema.

Para melhor compreender essa conjuntura, é preciso ressaltar que em 1994, na França, o "*Plan Loire Grandeur Nature*" havia proposto concepções inovadoras referentes às medidas de gestões ligadas aos rios. Através dessas medidas o rio Loire foi agraciado com a remoção de duas barragens. Naquela mesma ocasião, também houve a remoção de mais uma barragem que ficava localizada no rio *Léguer*. Os benefícios foram traduzidos e viabilizados por intermédio das restaurações ecológicas nos dois rios – *Loire* e *Léguer*.

Ao buscar efeitos positivos com a remoção de barragens por meio do Plano Natural do rio *Loire*, na França, efetuava-se o chamado princípio da reversibilidade. O mesmo objetivava a proteção de ambientes aquáticos, seus afluentes e a conservação das espécies de características migratórias, em especial, o salmão do *Loire – Loire – Allier salmon*. Os desafios estavam intrínsecos nas buscas de harmonização entre as possíveis vantagens sociais e os benefícios econômicos. Manter determinadas produções locais e buscar, ao mesmo tempo, uma ampliação da biodiversidade.

Também foram removidas, no rio *Upper Allier*, afluente do rio *Loire*, a barragem de *Saint Etienne du Vigan*, e no rio Tributário *Allier* e *Maison – Rouges*, no Tributário *Viena*. O rio *Upper Allier*, de acordo com Lejon et al. (2009), melhorou os habitats e voltou praticamente ao estágio natural.

---

4. Destacamos o *Bow trout – SalmoTrutta, o Lamprey – Lampetra Fluviatilis, e a European eel – Anguilla anguilla.* Cf. Olle Calles et al. (2016). ***Dam Removal Sweden.*** Karlstad University - river Ecologyand Grupo de Pesquisa de Gestão – RecMa, *County Board of* Örebro, *Uniper, Swedish Agricultural University.*

5. Nota divulgada em 22 de outubro de 1999, por Alex Delaunay, do Ministério do Meio Ambiente Francês.

A barragem *Saint Etienne du Vigan*, foi construída na França em 1895 e tinha 12,5 metros de altura. A sua finalidade era o fornecimento de energia para a *Langogne*, no departamento de Lozère, porém, em contrapartida, causaria danos irreparáveis às espécies. Todas as consequências negativas para os ecossistemas mobilizaram, em 1998, a "EDF – *Eletricité de France*" e a "*Loire – Brittany Water Agency*" a subsidiarem, com 1 milhão de euros, e removerem, com explosivos à barragem, restaurando e recuperando o rio e toda área adjacente.

Foi também removida, em 1998, nos rios *Creuse* e *Vienne*, a barragem de *Maison – Rouges*, na França. A produção de energia era sua principal finalidade quando foi construída em 1922. As preocupações convergiam para os sedimentos em escala crescente e a redução do nível das águas. Os trabalhos de remoção foram feitos pela "*Indre – et – Loire*", com custos de aproximadamente 2,2 milhões de euros, financiados pelo Ministérios do Meio Ambiente.

Foi removida, entre 2013 e 2014, e 2015 e 2016,[6] a barragem de Inturia, na Espanha. Essa barragem, que foi construída em 1913, e era parte integrante do Sistema de Eletricidade - *System of Bertxin*. Os seus 12,5 metros de altura já vinham sendo comprometidos pelos excessos de sedimentos.

Também acabaria sendo removida, na Espanha, a barragem de *Robledo de Chavela*, em 2012. O agravamento das contaminações provocadas por metais pesados e os sedimentos excessivos constituíram as razões motivadoras do trabalho de remoção dessa represa. No mesmo ano, foi desmantelada a barragem de *Retuera*, também na Espanha. Essa represa havia sido construída em meados 1970 e, por quase meio século, havia provocado graves devastações na maioria das espécies do rio.

Também seria removida, em 2011, na Espanha, a barragem *La Gotera*, no rio *Bernesga*. Os sedimentos avolumaram após praticamente nove décadas de existência da barragem. Essa ação de remoção foi realizada pela "*Spanish National Strateggy of River Restoration*", promovendo a recuperação integral do rio Bernesga, assim como de toda biosfera e suas reservas.

2. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Através dessas demonstrações do movimento de remoção de barragens a nível mundial é possível notar que tais medidas ultrapassam as preocupações de cunho ecológico – ambiental. Basta dizermos que Lejon et al. (2009) compreendem que os problemas na Europa e nos EUA são semelhantes, e que, é imprescindível compartilhar as inúmeras experiências. Essas partilhas irão, sem dúvida, guiar-nos nas densas análises e revisões de campos. A necessidade vital de cooperações e articulações entre práticas de remoção e de proteções ambientais são entendidas como elementares a nível global. Podemos, no entanto, constatar que as demolições de represas e restaurações de rios, em várias partes do mundo, têm lavado em consideração as respostas salutares que emergem dos desbloqueios das seculares barreiras nocivas que embaraçam águas e, consequentemente, vidas.

6. Os anos de 2012 e 2013 correspondem a primeira e segunda fases de remoção, enquanto que, os anos de 2015 e 2016, dizem respeito a terceira e quarta etapas dos trabalhos de remoção.

REFERÊNCIAS

DAM REMOVAL IN EUROPE IS NO LONGERTABOO! Disponível em: < http://www.ern.org/en/dam-removal/>. Acessado em 10 de jul. 2017.

Dam Removal Europe: case studies. **Disponível em:** < http://damremoval.eu/ case-studies/>. Acessado em 14 de jul. 2017.

Dam Removal Sweden. Disponível em: http://damremoval.eu/wp-content/uploads/2016/11/5_Dam-Removal-Europe-Dam-Removal-in-Sweden-Olle- Calles.pdf>. Acessado em 11 de jul. 2017.

ECRR – ***European center for River Restoration.*** Disponível: < http://www. rivernet.org/general/dams/decommissioning/decom3_e.htm. >.

Lejon, A.G.C, B. Malm Renöfält e C. Nilsson. ***Conflicts associated with Dam Removal in Sweden***. Ecology and Society 14 (2): 4.2009 Disponível em:< http:// www.ecologyandsociety.org/vol14/iss2/art4/ >. Acessado em 12 de fev. 2017.

McCully, P. ***Silenced rivers: the ecology and politics of large dams.*** **St. Martin's Press.** 2001. New York, New York, USA.

The Loire – Allier Salmon: a survivor. Disponível em: < http://www.rivernet. org/general/salmon/saumo1_e.htm>. Acessado em 15 de jul. 2017.

CAPÍTULO II

REMOÇÕES DE BARRAGENS E RESTAURAÇÕES DE RIOS

Luciano Silva de Menezes
Juracy Marques
Robson Marques dos Santos

Quem anda no trilho é trem de ferro. Sou água que corre
entre pedras - liberdade caça jeito.
Manoel de Barros

1. OS EUA DIZEM ADEUS ÀS SUAS REPRESAS

Explosão da Barragem de Elwha Dam (EUA)

As remoções e/ou reavaliações de diversas Barragens têm sido feitas, mediante políticas públicas ambientalistas, nos EUA, assim como também, na Europa. Ultimamente, fala-se em sensibilidade e proteção em relação aos valores reais dos recursos naturais. O Ex – Secretário de Estado no Interior dos EUA, Bruce Babbit descreveu a necessidade de coordenadas biológicas para uma comoção inerente aos recursos básicos à manutenção da vida. Ao mesmo tempo, em alguns Estados Norte - americanos têm ocorrido refutações de projetos que mitigam sobre as mais de 75 mil barragens, de natureza abusiva e excessivamente perdulária.

A "*Dam Removal Europe*" tem restaurado rios na Europa, a partir das remoções de Barragens, objetivando recuperar ambientes que outrora foram salutares e prolíficos. De acordo com o"*The European Dam Removal Map*", 3.450 barragens foram removidas na Suécia, na Suíça, na Espanha, em Portugal, na França e no Reino Unido.

Segundo o "Mapa de Remoção de Barragens" na Europa, o número de barramentos nos rios europeus ultrapassa 1 milhão. Encontra-se, assim, dentre os desafios a continuidade das remoções dessas barragens para que os rios voltem a fluir de maneira mais livre. Assim, com efeito, promover a abertura dos rios, concomitantemente, favorece às comunidades e a toda complexidade de vidas interligadas.

Na medida em que se busca uma segurança econômica e ecológica, amplia-se os fatores motivantes das remoções de barragens. Ou seja, esses não se restringem, tão somente, aos fatores ecológicos - ambientais, como também, abrangem os fatores sociopolíticos, acrescidos aos fatores de segurança pública que sobrepujam os problemas de instabilidades e integridades estruturais.

Algumas discussões ocorrem a partir do comprometimento das bacias hidrográficas, visíveis no agravamento dos impactos socioambientais e na escassez dos recursos. Muitas ações antropológicas são, sem dúvidas, responsáveis pelas precariedades dos recursos, como também, pelo extermínio de determinadas espécies.

Stanley e Doyle (2002), ao destacarem a abundância de antigas barragens[1] em Wisconsin, nos EUA, alertam para as inviabilidades econômicas da maioria delas. Ratificando também argumentos de alerta pela iminente ameaça na segurança pública e, concomitantemente, falam sobre os desperdícios dos recursos hídricos. Somente no reservatório do *Lago Powell*,[2] anualmente, evapora-se, segundo Abrahm Lustgarten (2016), 160 bilhões de litros de água, enquanto, aproximadamente, 120 bilhões de litros são desperdiçados pelas infiltrações subterrâneas. Assim, substancialmente, o autor menciona que esse desperdício de água no Rio Colorado, seria o suficiente para o abastecimento de uma cidade com nove milhões de pessoas, por aproximadamente um ano.

Efetivamente, os vínculos discursivos incipientes têm levado sempre em ressalva e consideração às peculiaridades e as complexidades de cada tipo de Barragem. As dimensões estruturais[3] e consequentemente, os níveis de nocividades aos ecossistemas. De acordo com Stanley e Doyle (2002), os reservatórios de Barragens retêm aprisionado um legado de fertilizações por muitos anos, caracterizando então, uma retenção considerável de nutrientes. Nesse caso, a remoção das Barragens visa também, trazer à tona, "ressuscitando" áreas e seus ciclos vitais que foram submersos. No entanto, os velhos reservatórios devolveriam também, segundo Stanley e Doyle (2002), muitos sítios arqueológicos que foram inundados.

Podemos destacar os desequilíbrios nos quadros de alterações climáticas, dentre algumas implicações inerentes às barragens e os seus grandes reservatórios. Além disso, existe uma

1. No tocante às bacias hidrográficas de Wisconsin, Stanley e Doyle (2002) afirmam que muitas represas, no Estado, ultrapassam oito décadas de existência.

2. O Lago Powell integra o Rio Colorado e está localizado entre os Estados de Utah e do Arizona, ao Oeste dos EUA. O Rio Colorado banha sete Estado dos EUA, além de uma grande área no território mexicano.

3. *The National Inventory of Dams* estabelece como grande barragem, àquelas a partir de 15 pés de altura e com capacidade de estocagem de 6.200. 000 m^3.

preocupação essencial, que também foi abordada por Maude Barlow (2001), trata-se da demanda crescente em relação à água. A autora alerta, sobretudo, para aumento exacerbado do consumo de água no planeta e, ao mesmo tempo, para a inacessibilidade de mais de um bilhão de pessoas.

A restauração de um rio, para Hart e Poff (2002), implica num reconhecimento inquestionável em relação às perturbações ocorrida devido às construções de barragens. Nessa perspectiva, parte do que elespuderaminferir, está no campo das estratégias necessárias para restaurar, urgentemente, as integridades ecológicas dos ecossistemas, uma vez que, os ecossistemas são, para ambos, entidades fundamentais nas hierarquias das vidas. Porém, eles alertam para a necessidade de compreensão densa sobre as estruturas complexas, as funções e os processos biológicos.

Bruce Babbitt (2013) afirmou que o exemplo prático da destruição das Barragens *Elwha* e *Glines Canyon*,[4] ambas construídas no século XX, caracterizam uma espécie de manual para remoção de Barragens, assim como, modelos para restaurações de rios. Ressaltamos que, em alguns casos, essas atividades de restaurações de *habitats* encontram-se mobilizadas em parcerias. Há quase duas décadas, Poff e Hart (2002) falava que havia ocorrido a restauração de 25 mil habitats estatuários.[5]

As Barragens *Elwha* e *Glines Canyon*, segundo Wendee Nicole (2012), confirmaram que os custos de remoção e restauração são inferiores aos custos de manutenção das antigas estruturas. Nesse caso, após quatro décadas de existência, aproximadamente a Barragem *Elwha*, com 105 pés de altura, e a Barragem *Glines Canyon*, com 210 pés, foram demolidas. Atualmente, essas experiências são referências planetárias no tocante às metodologias para os desmontes de grandes hidrelétricas.

EdWhitelaw e Ed. Macmullan (2002) indagaram se era possível mensurar o valor de uma espécie ameaçada. Em suas estimativas, quase toda discussão se voltava para as análises do custo – benefício e quais as consequências potenciais no tocante à remoção de uma barragem. Efetivamente, alertaram, afirmando que mesmo as grandes represas fornecendo bens fundamentais como à energia e o abastecimento de água, também propiciam efeitos extremamente nocivos aos ecossistemas ribeirinhos.

Em relação às Barragens *Elwha* e *Glines Canyon* prevaleceram às preocupações com os ecossistemas fluviais que deveriam ser restaurados a longo prazo e, em curto prazo, uma liberação de sedimentos retidos.[6] Wendee Nicole (2012) menciona que o Salmão - *Chinook* -

4. Segundo Babbitt (2013), a inviabilidade econômica das duas Barragens centra-se, sobretudo, porque as comunidades antes beneficiadas pela produção de energia passaram a fazer uso da Rede Regional de Energia, em disponibilidade. A remoção da Barragem *Elwha* iniciou em 2011, sendo concluída em maio de 2012.

5. A respeito dessas atividades de restauração, foram enfatizados a RAE – *Restore America's Estatuares* (Restauração dos Estatuários da América) e a ERF – *Estaurine Research Federation* – Federação de Investigação Estuarine.

6. De acordo com Wendee Nicole (2012), mais de vinte milhões de metros cúbicos de argila, areia, cascalhos e fragmentos minerais foram recuperados em curto prazo, com a remoção das Barragens *Elwha* e *Glines Canyon.* O cascalho é um elemento essencial para restaurações de *habitats* de peixes.

Oncorhynchus tshawytscha, o Salmão *Coho - Oncorhynchus kisutch* e o Salmão *Sockey – Oncorhynchus nerka* representam a sustentabilidade econômica, uma base cultural e espiritual milenar, sobretudo para a tribo *Klallam*, do baixo *Elwha*. Além desses aspectos, as remoções das duas barragens, tal como, a restauração do Rio, estavam, também, associadas aos direitos das populações locais. Tais fatores envolveram uma série de preocupações em relação à qualidade da água e não somente à ameaça das espécies ribeirinhas. Assim, nesse caso, o resultado essencial e positivo da maior remoção de represa, já ocorrida, acabou se tornando uma abertura para outras análises e remoções de barragens, não apenas nos EUA.

Wendee Nicole (2012) destacou que o WADOE – Departamento de Ecologia de Washington concluiu, em 1999, que as amostras de peixes analisados ultrapassavam os critérios de consumo seguro, em relação às regras nacionais de toxicologia. Além desse fator, ocorreram, nas amostras de água, designações de categoria 5, exigindo urgentemente um planejamento de limpeza no Rio *Elwha*.

Foi preciso, a princípio, uma renúncia à pesca para que se respeitassem os ciclos de colonizações naturais das espécies, após a remoção das Barragens. Visto que, os elementos contaminantes do ambiente precisaram ser removidos. Wendee Nicole (2012) destacou os extremos riscos dos detritos de metais e de concreto, além do amianto que foram removidos e/ou reciclados dentro do possível.

Desse modo, todo monitoramento das espécies ribeirinhas, no Rio Elwha, esteve ligado aos estudos dos níveis de poluentes. As observações e as medidas adotadas em relação ao desenvolvimento das espécies necessitavam, principalmente, dos estudos sobre a turbidez nefelométrica, tal como descreveu Wendee Nicole (2012). Foi, no entanto, indispensável, a análise de fatores consideráveis, no tocante aos elementos contaminantes do ambiente.

Buscar um equilíbrio nas medidas estratégicas, entre um rio, as suas funções e as necessidades das comunidades, não deixa de ser um desafio. Para Stanley e Doyle (2002), a remoção de Barragens caracteriza uma forma de gerenciamento. Eles mencionaram, há mais de duas décadas, o trabalho do "Departamento de Recursos Naturais de Wisconsin", que realizaram a remoção de mais de cinquenta Barragens, somente naquele Estado.

Os quadros climáticos são essenciais, em suas especificidades, quando se trata de estudos e planejamentos sobre grandes reservatórios de Barragens. Um exemplo contundente está no Reservatório Uribante, na Venezuela, construído em 1985, com o objetivo de gerar energia, contudo, devido ao longo período de seca na região, em meados 2010, a água evaporou-se por completo.

Outro exemplo antagônico está no projeto para o armazenamento de água que culminou no Lago Powell. Ele foi, a priori, responsável pela inundação de vários monumentos históricos. Atualmente, as represas doVale da Garganta e as Barragens Wedged e Glen Canyon, construídas a partir de 1963, no Rio Colorado, encontram-se com volume de água

drasticamente reduzido, em virtude das mudanças climáticas.

Os desperdícios de água, tanto pela evaporação quanto pelas vias subterrâneas, assim como, a incapacidade produtiva de energia, parece reforçar a certeza da insustentabilidade econômica e ecológica da Barragem e do Lago Powell, nessa conjuntura do Rio Colorado. De acordo com Abrahm Lustgarten (2016), no ano passado, a produção de energia estava distante dos índices planejados. Além desse aspecto, o aumento excessivo das taxas financeiras, não deixou de ser mencionado por ele. Assim, todas as conjecturas a respeito da remoção da Barragem de Glen Canyon, seriam possíveis a partir de acordos entre os governos dos Estados competentes. Dependendo, portanto, o Lago Powell, de novas reavaliações, sobretudo, do volume de suas águas e da produção de energia nos próximos anos. Segundo Gilman (2016), havendo uma redução inferior aos 1.320 megawatts de energia produzidos e diminuindo o volume de água no reservatório, significaria uma inviabilidade irreversível.

Abrahm Lustgarten (2016) afirmou que seis Barragens foram destruídas em 2015, no Oeste dos EUA. Somente no mês de abril, quatro Barragens geradoras de energia foram removidas, no Rio Klamath, nos Estados da Califórnia e do Oregon.

Na maioria dos casos, as medidas de remoção foram tomadas a partir das preocupações com os ecossistemas aquáticos[7] e as suas fontes variadas. Acrescidos a isso, estavam às perturbações de ordem econômica que impossibilitavam a pesca e as perdas significativas dos recursos naturais. De acordo com Sarah Gilman (2016), a partir de 2015, nos EUA, foram removidas mais de 1.300 Barragens. Num encadeamento desse processo de remoção, paulatinamente, outras barragens passaram a ser reavaliadas.

Enquanto existe um alerta relativo aos desperdícios de água, inerentes aos grandes reservatórios, como o Lago *Mead* e o *Hoover*[8], têm sucedido, com êxitos, muitas remoções de médias e pequenas estruturas de Barragens.

Em 2013, no Alabama, houve dois projetos[9] de remoção de barragens no Lago *Shadow*, em *Turkey Creek*: uma com 85 pés de altura e outra, com 08 pés, foram removidas. Em relação às duas remoções, foram determinantes, não somente as precariedades estruturais, visíveis nos sedimentos, como também, o benefício da espécie *Vermilion Darter – Etheostoma Chermocki*. Buscavam- se, com as medidas de remoção, mudanças nos ecossistemas degradados: aberturas e ampliações dos *habitats* dos peixes, restaurando os tamanhos naturais dos espaços, além de um melhoramento na qualidade da água.

Há quase duas décadas, Bruce Babbitt (1998) denunciava problemas como ameaça às espécies, destacando, principalmente, os altos custos ecológicos das barragens para os habitas

7. Stanley e Doyle (2002) consideram os Ecossistemas aquáticos como fontes difusas não pontuais de paisagens circundantes, que estão normalmente associados aos usos urbanos da terra.

8. Lago *Mead*, localiza-se nos EUA, entre os Estados do Arizona e Nevada, no Rio Colorado. Entre o Estado de Nevada e do Arizona, está o Lago *Hoover*.

9. Os projetos tiveram financiamentos das *US Fisher and Wildlife Service* – Parcerias para a Vida Silvestre e Peixes, da *National Fish* e da *Wildlife Foundation Five Star Restouration Grant.*

aquáticos. Naquela ocasião, enfatizou uma carga de ameaças que envolviam aproximadamente um terço dos peixes, dois terços dos lagostins e três quartos dos mexilhões bivalves de água doce. No entanto, segundo ele, devido às ameaças de extinções, num quadro mais amplo e, a impossibilidade de migrações e desovas dos anádromos, em circunstâncias mais específicas, o melhor caminho seria buscar compreender as tormentas complexas do mundo natural. Seria, no entanto, a destruição das barragens, a melhor unidade de medida para uma compreensão do mundo natural. Seguidos, portanto, das restaurações das bacias hidrográficas, uma vez que, elas traduzem as condições de vida nos *habitats*.

Esses impasses, como outros, que se encontram emergentes com as construções de grandes hidrelétricas são questões chaves no nascimento desse fenômeno mundial de desmanche das barragens. Destacamos, o caso da desistência da construção de uma barragem no Foz Côa, em Portugal, o motivo foi a descoberta de importantes sítios rupestres. No caso do Brasil: país com a trágica história de construção de grandes hidrelétricas, observamos em duas importantes bacias hidrográficas: Xingu e São Francisco, o drama de milhares de pessoas, sobretudo, centenas de povos indígenas, deslocadas dos espaços atingidos pelas hidrelétricas. Os custos socioambientais desses empreendimentos, que servem a um cartel mundial de grandes construtoras, são imensuráveis, impagáveis e inapagáveis.

Não são necessários determinados aprofundamentos para perceber que os custos com a manutenção dessas estruturas são superiores aos gastos para produzir a mesma quantidade de energia a partir de fontes como o sol, o vento e o mar. Somando-se aos custos socioambientais intrínsecos e os volumes de recursos para as revitalizações das bacias destruídas com a construção dessas cortinas de concreto, como bem descreveram os pescadores artesanais da Bacia do São Francisco: "Hoje é um bom negócio desmanchar as barragens". Para melhorar o uso da terra e do Rio *Neuse*, na Corolina do Norte, em 1999, a Barragem *Quaker Neck* foi removida, dando melhores possibilidades de existência e reprodução ao *american shad - Alosa sapidíssima*.

Com propósitos similares, em 1999, a represa *Edward*, construída no Rio *Kennebec*, em Maine, em 1837, também foi removida. Com as nocividades intensificadas para as diversas espécies de peixes migratórios, sobretudo, para o Salmão do Atlântico – *Salmon salar*, a medida de remoção da Barragem foi irrevogável. Não houve outra escolha além da remoção. A conjuntura apresentava um valor totalmente calculável de produção de energia bem abaixo do esperado e, por outro lado, existia um valor enorme, incalculável e latente, ligados aos danos causados à pesca e ao próprio Rio.

No Estado da Califórnia, entre 1922 a 2003, foram removidas e catalogadas, pelo DWR – *The Department of Water Resources* – Departamento de Recursos Hídricos da Califórnia, 67 Barragens. 23% das remoções visavam proteger os recursos naturais, em especial, a restauração dos habitats dos peixes. Outras razões para as remoções estavam vinculadas direta e indiretamente aos problemas de erosões, de segurança e de licenciamentos.

Segundo os registros do *American River*, nos EUA, desde 1912, 1.384 Barragens foram removidas nos EUA. Thomas – Batle (2016) menciona que 72 Barragens foram destruídas em mais de vinte Estados e que as restaurações se alargaram por mais de 2.100 km de rios. Dentre as remoções mais recentes catalogadas, aparecem com proeminência o Estado da Pensilvânia, com 10 remoções, a Carolina do Norte, com oito e Minnesota, com seis. Desse modo, a partir desses dados registrados, percebe-se que os números de remoções são consideráveis e bem mais abrangentes.

Os registros descrevem remoções nos Estados daCalifórnia, noColorado, em Connecticut, em Illinois, em Indiana, em Massachusetts, em Michigan, em Minnesota, em Nova Hampshire, em Nova Jersey, em Nova Iorque, na Carolina do Norte, em Óregon, na Pensilvânia, no Texas, em Washington, em West Virgínia e em Wisconsin.

Todavia, é importante ressaltar que grande parte das remoções catalogadas pela *American River*, trata-se de Barragens de estruturas relativamente pequenas. Muito embora, em meio a essa profusão de remoções existem muitas Barragens que possuíam acima de 15 pés, independentemente de suas capacidades de armazenamentos. Salientamos, dentre algumas barragens catalogadas, a *Benbow*, na Califórnia, com 20 pés de altura e 300 de largura; a *Riss East*, no Colorado, com 38 pés de altura e 50 de largura; *Norton Paper*, em Connecticut, com 20 pés de altura; a *Shuford Mill*, na Carolina do Norte, com 35 pés; a *Bald Knob*, na Pensilvânia, com 65 pés de altura e 650 de largura; a *Beaver Pond*, também na Pensilvânia, com 26 pés de altura e 130 de largura; a *Gordon*, em Wisconsin, com 33 pés de altura e 1.550 de largura e a *Has Kins*, também em Wisconsin, com 18 pés de altura.

A Barragem Primeira *Dewey*, no Colorado foi removida em 2014. A sua estrutura media 15 pés de altura por 3.600 de largura. Outra remoção que é importante destacar trata-se da Barragem *Ceresco*, que se localizava no Rio Michigan, construída em Kalamazoo, em 1906. A sua estrutura media 23 pés de altura por 350 de comprimento. A Barragem *Ceresco* que outrora significou produção de energia, gradativamente perdeu espaços para novos projetos de recuperação de nutrientes do solo e das águas. Além disso, sobrepujaram-se os desígnios da restauração da pesca e do delineamento do próprio rio.

Com 15 pés de altura por 103 pés de comprimento, as antigas estruturas do século XIX da Barragem *Union Village* foram removidas do Rio *Branch*, em New Hampshire, em outubro de 2014. Os cultos de manutenção se avantajaram e inevitavelmente precisaram ser eliminados. Foram colocados em práticas processos que buscavam alcançar uma regeneração do rio.

No mês de outubro de 2014, cinco barragens, acima dos 15 pés de alturas, foram removidas no Rio *Cuyahoga*, em Ohio: a Barragem *Pittinger*, a Barragem *Fink*, a Barragem *Heart Break*, a Barragem *Herphan* e a Barragem *Oscada*. O produto final que se buscava era uma melhoria nas articulações do Rio *Cuyahoga*.

A Barragem *Commodore*, na Pensilvânia, também foi removida em junho de 2014. A instabilidade e os riscos oferecidos pelos seus 16 pés de altura por 230 pés de comprimento foram o bastante para provocar a remoção da barragem. Acrescidos a esses fatores motivadores da remoção, existia uma escassez das benesses naturais que precisava ser revertida.

Também foi aniquilada, em agosto de 2014, a Barragem *Furnace Creak*, na Pensilvânia. Toda estrutura suprimida, ultrapassava pouco mais de 63 pés de altura por 372 pés de comprimento. No mesmo período ocorreu também à remoção da Represa *Poplar*, no Rio Poplar, que configurava uma estrutura física de 10 pés de altura por 400 pés de comprimento.

2. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As remoções de barragens que têm por fim as restaurações dos rios e ecossistemas são realizadas, buscando previamente compreender as dissemelhanças, no tocante aos fluxos e dimensões das bacias hidrográficas, as especificidades nas mudanças geomórficas e climáticas, além das disparidades nos tipos e estruturas de barragens. Contudo, encontra - se na essência de grande parte dos processos de remoções de barragens, nos EUA e na Europa, às tentativas de recuperar os habitats nos ecossistemas lóticos e as suas redes conectivas e interativas de vida. Serão, também, essas as razões futuras, inerentes ao aumento inevitável e progressivo desse fenômeno em todo o mundo?

Muitos fatores preocupantes e decisivos estão relacionados às barragens: os desperdícios de água e a escassez da mesma; os agravamentos em relação à qualidade; a escassez avantajada de muitos outros recursos; um grande número de espécies drasticamente ameaçadas, visíveis na impossibilidade das desovas reprodutivas dos peixes e consequentemente da pesca.

Não há dúvidas de que novas decisões de remoções de Barragens irão ocorrer expansivamente pelo mundo. Não somente pela possível derrocada das estruturas envelhecidas, no tocante à produção de energia, como também, pela ânsia de vivificar e/ou ressuscitar novamente alguns delineamentos e cursos de rios. Nesse caso, todo mal-estar causado pela deturpação dos espaços, a exemplo das intensificações das erosões, perceptíveis nas margens degradadas dos reservatórios, dentre outros desconfortos, serão cada vez mais interrogados, portanto, outras inquietudes virão à tona, fortalecidas pela necessidade imprescindível de regeneração das vidas.

REFERÊNCIAS

ABRAHMLUSTGARTEN. ***Unplugging the Colorado River. Could theend be near for on the west's biggest dams.*** Disponívelem:<Ahttps://www.nytimes.com/2016/05/22/opinion/unplugging-the-colorado-river.html?_r=0>. Acessado em 14 de fev. 2017.

AMERICAN RIVERS. 72 Dams Removed to Restore Rivers in 2016. Disponível:https://s3.amazonaws.com/american-rivers-website/wp-content/ uploads/2017/02/15104536/DamsRemoved_1999-2016.pdf.Acessado em 28 de fev. 2017.

BABBITT,BRUCE. **Osrioscorrentescontraacorrente.**Disponívelem:<http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=95.>. Acessado em 21 de fev. 2017.

_____. ***Ecological Society of America Annual Meeting. 1998.*** Disponível em:

<http://www.sci.sdsu.edu/salton/DamsAreNotForever.html.>. Acessado em 27 de fev. 2017.

REMOVAL OF DAMS IN CALIFORNIA. Disponível: http://www.water.ca.gov/

fishpassage/docs/dams/dam_removal_5_09.pdf. Acessado em 28 de fev. 2017.

DAM REMOVAL EUROPE. Disponível em:< http://damremoval.eu/> acessado em 03 de jul. 2017.

ED WHITELAW; ED MACMULLAN. ***A Framework for Estimating the Costs and Benefits of Dam Removal.*** 2002. Disponível em: < https://academic.oup.com/bioscience/article/52/8/724/255069/A-Framework-for-Estimating-the-Costs-and-Benefits>. Acessado em 10 de fev. 2017.

Essential Habitat Reopening for the Endangered Fish, Vermilion Darter. Disponível em: < https://www.fws.gov/southeast/news/2013/076.html> acessado em 08 de fev. 2017.

GILMAN, S. ***This Will Be the Biggest Dam-Removal Project in History.*** Disponível em:< http://news.nationalgeographic.com/2016/04/160411-klamath-glen-canyon-dam-removal-video-anniversary/. Acessado em 20 de fev. 2017.

HART, D. D.; POFF, N. L. ***A Special Section on Dam Removal and River Restoration.*** 2002. Disponívelem:<https://academic.oup.com/bioscience/article/52/8/653/254874/A-Special-Section-on-Dam-Removal-and-River>. Acessado em 18 de fev. 2017.

MAUDE BARLOW. ***BLUEGOLD: The Global Water Crisis and the Commodification of the World's Water Supply.*** Revised Edition Spring, 2001.

POFF, N.L.; HART, D.D. ***How Dams Vary and Why It Matters for the Emerging Science of Dam Removal.*** 2002. Disponível em:<https://www.fws.gov/habitatconservation/ Dams.pdf>. Acessado em 15 de fev. 2017.

STANLEY, E. H.; DOYLE, MARTIN W. ***A Geomorphic Perspective on Nutrient Retention Following Dam Removal.*** 2002. Disponível em: < https://academic.oup.com/bioscience/article/52/8/693/254952/A-Geomorphic-Perspective-on-Nutrient-Retention> Acessado em 12 de jan. 2017.

THOMAS – BATLE, J. ***Celebrating a great year for Dam Removal in 2016.*** Disponível em: https://www.americanrivers.org/2017/02/celebrating-great-year- dam-removal-2016/. Acessado em: 28 de fev. 2017.

WENDEE NICOLE. ***Environmental Health Perspectives***. Volume 120, number 11. November 2012. Disponível em: < https://ehp.niehs.nih.gov/november-2012/>. Acessado em: 28 de Ago. 2016.

CAPÍTULO III

BARRAMENTOS DO SÃO FRANCISCO[1]

Juracy Marques

Um pássaro nunca teme que um galho quebre, proque a
confiança está em suas próprias asas.
Manoel de Barros

1. BARRANDO A VIDA

Desenho da Cachoeira de Paulo Afonso feito por D. Pedro II

A pesquisa que realizamos sobre os impactos humanos dos processos de barramento em algumas cidades do São Francisco (MARQUES, 2006) mostra, em linhas gerais, como essas ações têm marcado a história de muitas famílias ribeirinhas.

Essas populações, como personagens principais dessas narrativas desenvolvimentistas, têm ficado fora dos anunciados projetos de desenvolvimento. As medidas compensatórias como a liberação de Verbas de Manutenção Temporária - VMT, pagamentos de indenizações de terras e outros bens, alocação das populações em projetos de reassentamentos rurais, construção de novas cidades, a exemplo de Remanso, Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado, Barra do Tarrachil, Glória, Petrolândia, entre outras, inundadas depois das construções das barragens de Sobradinho e Itaparica, não foram suficientes para gerar a tão prometida qualidade de

1. Parte da Tese de Doutorado de Juracy Marques (UFBA, 2008).

vida para essas populações. São visíveis as condições de pobreza dessas pessoas que vivem às margens e à margem doVelho Chico. A fala de Marcos Sabaru (2007), da etniaTingui- Boto, ilustra essa problemática:

> Em nome do progresso essas barragens foram feitas e novamente essa ameaça vem para os povos do baixo: as barragens dasTraíras, Pão de Açúcar, Pedra Branca. Isso tá assustando o povo lá próximo. Em Pão de Açúcar tem o Povo Xocó, os Aconã em Traipú, os Kariri em Porto Real, os Tingui em Feira Grande, enfim, as comunidades que hoje estão aflitas, estão com medo das barragens que vêm em nome do progresso. Progresso esse que nunca veio para as comunidades. O discurso do governo é que as barragens vai trazer energia, vai trazer prosperidade, e nas nossas comunidades alguns moram embaixo de torres de transmissão da própria CHESF, e não tem sequer energia; algumas comunidades moram na beira do rio e não têm água tratada. Então que progresso é esse? A quem serve este progresso? Então o progresso para a comunidade é assustador.

A diáspora vivida pelas famílias ribeirinhas atingidas com as barragens ganha novos contornos na atualidade. Quem convive no meio dos pescadores e pescadoras artesanais, dos povos indígenas dessa região, dos remanescentes de quilombos, dos migrantes vindos para a construção das hidroelétricas, assusta-se com as difíceis condições de vida, desde a fome e a sede, passando por dificuldades de referências identitárias, entre tantos outros problemas socioambientais. Esses indicadores provam que este tipo de energia não é tão "limpa" assim.

Um exemplo das consequências dos processos de produção de energia elétrica sobre os grupos humanos, recentemente, pôde ser observado na cidade de Paulo Afonso - Bahia: os trabalhadores rurais, reassentados dos projetos de irrigação criados com a construção da barragem de Itaparica, montaram um acampamento em frente à sede da CHESF, na Cidade, e lá ficaram reivindicando condições justas de vida, haja vista serem expropriados pela feroz ação de construção de usinas para a geração de energia: a barragem de Itaparica.

Atingidos pela Barragem de Itaparica, acampados em Paulo Afonso, em julho. (MARQUES, 2007).

No Brasil, são mais de um milhão de pessoas expulsas de suas terras devido a construção de hidroelétricas. Como seria pensar essa proporção em toda a Bacia do São Francisco? Somando as consequências dos barramentos de Paulo Afonso I (1948), Três Marias (1950), Paulo Afonso II (1955) e III (1967), Moxotó (1970), Sobradinho (1973), Paulo Afonso IV (1975), Itaparica (1979) e Xingó (1987), estima-se que mais de 250.000 pessoas foram atingidas e deslocadas para outras áreas organizadas pela CHESF.

Só a barragem de Sobradinho atingiu cerca de 72.000 pessoas, enquanto Itaparica foi responsável pelo deslocamento de aproximadamente 65.000, entre as quais, 169 indígenas. Estas obras representam investimentos na ordem de 14 bilhões de dólares. Alguns entrevistados na pesquisa relatam o que significou para eles estas experiências:

> Valeu a palavra do mais forte. Ou saíamos ou morríamos afogados. Tenho um sentimento de perda, de destruição de sonhos, das casas, do ritmo de vida. Acostumei-me aqui devido a situação. Em certo sentido todos deixaram de existir (GUILHERME, 45 anos).

> Eu tenho um trauma tão grande da CHESF por causa dessas barragens… vivi minha infância toda nas nossas ilhas… eles me tiraram de lá com quase 10 anos (SANDRO TUXÁ, 2008).

Uma das características dos deslocamentos populacionais no São Francisco foi a quebra dos vínculos das pessoas com seus lugares, com seus espaços identitários. Não se trata apenas de uma lembrança traumática, mas de uma busca de sentido na dinâmica de organização da identidade sociocultural e das suas dimensões subjetivas.

Hall (2004) refere-se a um processo amplo de mudanças que desloca as estruturas e processos centrais das sociedades e abalam os quadros de referências que proporcionavam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. É importante salientar que, no caso específico da Bacia do São Francisco, essa dinâmica é imposta, portanto, as pessoas não conviveram ou convivem com esses processos "adaptativos", apenas foram obrigados a se submeterem.

2. PLANEJANDO A NATUREZA ARTIFICIAL DO SÃO FRANCISCO

É impressionante como vez ou outra a miséria nordestina entra em cena para legitimar discursos políticos e econômicos no Brasil. Neste cenário, o Rio São Francisco tem sido palco de intensos debates sobre a solução para a seca e a difícil vida nos sertões do Nordeste. Esta perspectiva ignora os avanços das concretas ações de convivência com o Semiárido/Caatinga

e com o Cerrado. Só convém, para a consolidação de um modelo de desenvolvimento também explorador da água do rio, independentemente das consequências socioambientais decorrente dos seus usos.

Os conflitos entre colonizadores e os nativos das regiões franciscanas desde o início do século XVI, "exterminaram" povos autóctones de mais de 9 mil anos (MAX, 2004). Os remanescentes destas foram submetidos a sucessivos processos de escravidão e submissão, encontrando- se, hoje, em preocupante estado de pobreza e abandono, como podemos observar entre povos indígenas sanfranciscanos. A cena em todos os tempos é a mesma, despótico e usurpação de terras de uso comum, sobretudo das áreas úmidas, e expulsão dos grupos tradicionais que vivem nesses territórios.

O terceiro rio nacional em extensão, abaixo apenas do Amazonas e Paraná, foi avistado pelo olhar colonizador em 04 de outubro de 1501, pela armada de Américo Vespúcio, recebendo o nome do grande ambientalista São Francisco de Assis, seguindo a tradição onomástica portuguesa da designação de acidentes geográficos.

Em seus caminhos, além do ouro, caçavam escravos indígenas que também foram aldeados em missões católicas. Já nos séculos XVII e XVIII, suas margens encontravam-se repletas de currais, dada expanção da fonte pecuária e a ação dos sesmeiros, agraciados com as benevolências da Coroa Portuguesa.

Ruínas de uma antiga missão em Cabrobó, cuja primeira queda é datada de 1617 (MARQUES, 2007).

Usado como via de navegação e comunicação durante séculos, o Rio São Francisco ganha a atenção das políticas governamentais e transforma-se, a partir de 1833, numa das maiores vias de navegação para escoamento dos produtos de toda a sua Bacia.

O objetivo dos investimentos que foram feitos no Velho Chico consistiu em aumentar as relações comerciais entre os grandes centros produtores/ consumidores, tais como: Salvador, Recife e Rio de Janeiro e as regiões do Vale do São Francisco. Segundo Machado (2002):

> Para facilitar as transações mercantis, a ideia básica era criar nas regiões relacionadas com o Vale do São Francisco um amplo sistema geral de transporte utilizando as vias de comunicação fluvial, ferroviária e terrestre. As quatro

> principais ligações idealizadas foram: a) a navegação por vapores começaria no rio das Velhas, em Sabará, e se estenderia até a Barra no São Francisco, na localidade de Guiaicuí-MG. Daí, iniciaria a navegação a vapor do Médio São Francisco, passando por Juazeiro-Ba, Boa Vista-PE, e chegando a Jatobá-PE. De Jatobá a Piranhas-AL seria utilizada a Estrada de Ferro de Paulo Afonso. A partir de Piranhas, no Baixo São Francisco, até o oceano Atlântico, o transporte se realizaria novamente por navios; b) uma linha férrea unindo Juazeiro com Salvador seria construída; c) a Estrada de Ferro Bahia e Minas (Caravelas-BA a Teófilo Otoni-MG), pela qual se pretendia ligar as regiões ribeirinhas dos rios das Velhas e São Francisco, o nordeste e o norte de Minas com o oceano Atlântico; d) a ferrovia Central do Brasil partiria da cidade do Rio de Janeiro e alcançaria um ponto da margem do rio das Velhas e do São Francisco, fazendo a junção com a navegação fluvial.

Esta região passa, no século XIX, por sucessivas crises, sobretudo no setor agropecuário, passando por conflitos familiares marcados pela histórica disputa por terras. Segundo Theodomiro de Araújo (1991):

> Se esse isolamento, no plano político, foi prejudicial, no plano comportamental, foi responsável pelo surgimento de uma sociedade com costumes, hábitos, crendices e mitos muito particulares, gerando um sentimento regionalista muito forte, e que perdura até hoje, além de ter forjado a unidade da região, dando-lhe uniformidade e características próprias. Seu folclore, sua história, sua literatura e sua linguagem são comuns a toda a bacia, porém muito diferente das demais regiões dos estados que o rio atravessa. Até hoje, de São Roque de Minas até Piassabuçu, em Alagoas, o homem do São Francisco se identifica por inteiro com o rio, com quem mantém estreita relação de dependência.

Das violentas experiências de colonização estabelecidas pela Casa da Torre e Casa da Ponte, representadas por Francisco Dias D'Ávila e Antônio Guedes de Brito, passando pelos estudos exploratórios do engenheiro alemão Henrique Halfeld, a mando de D. Pedro II, até chegar aos atuais discursos sobre o aproveitamento das águas do Velho Chico para irrigação e geração de energia e, numa perspectiva infinitamente menor, consumo humano e animal, predomina a exclusão dos verdadeiros moradores e moradoras das margens desse Rio.

É neste contexto de conflitos violentos pelo domínio das terras, de mortes e de escravidão no enfrentamento de vontades de liberdades, que vão se desenhando os vários povoados e cidades franciscanas. Hoje, temos 504 municípios ao longo do São Francisco, com uma população superior a 17 milhões de habitantes.

3. AS HIDRELÉTRICAS CHEGARAM

Já no início do século XX, o industrial Delmiro Gouveia inaugurou, em 1913, na margem alagoana do São Francisco, a primeira usina hidroelétrica do Nordeste – Angiquinho, que abastecia uma fábrica de linhas e fios e fornecia energia ao antigo município alagoano de Pedra, hoje Delmiro Gouveia. Esta usina foi desativada em 1960 pela CHESF, em virtude de uma enchente.

Usinas de Angiquinho I e II, idealizadas por Delmiro Gouveia (MARQUES, 2005).

No início dos anos 20 foram realizados, pelo Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura, estudos para o aproveitamento das águas do São Francisco, entre as regiões de Juazeiro - BA e Paulo Afonso - BA, objetivando o "desenvolvimento" do Nordeste brasileiro. Estas pesquisas resultaram num planejamento desenvolvimentista que incluía construção de grandes barragens para a geração de energia elétrica, industrialização, realização de projetos de irrigação e retomada do antigo projeto de transposição já mencionado na época de D. Pedro II.

Em 1932, a Companhia Agrícola e Pastoril do São Francisco S.A. iniciou a construção de uma hidroelétrica na antiga cachoeira de Itaparica, situada nos limites dos estados da Bahia e Pernambuco, próximo de Petrolândia - PE. As obras foram paralisadas, sendo retomadas dez anos depois pelo Núcleo Colonial Agro - Industrial do São Francisco, começando a operar em 1945. Esta usina foi inundada na década de 80 com a construção da hidroelétrica de Itaparica, conhecida como Usina Luiz Gonzaga.

Em 1943, o então Ministro da Agricultura, Apolônio Sales lançou uma campanha para a exploração da cachoeira de Paulo Afonso. Depois de visitar a Tennessee Valey Authority - TVA, empresa norte-americana que inspirou a criação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), apresentou seu projeto ao Presidente Getúlio Vargas que assinou o Decreto-Lei no. 8.031, em 03 de outubro de 1945, autorizando a organização da CHESF pelo Ministério da Agricultura.

Neste mesmo ano de 1945 Vargas é deposto. Foi somente em janeiro de 1947, quando é empossado o Presidente Eurico Gaspar Dutra, que o "Projeto Chesf" é retomado, desenhando a façanha de uma poderosa empresa nacional que, juntamente com outros grupos, marcariam para sempre a fisionomia dessa parte do Brasil, como podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 1: ALGUMAS BARRAGENS CONSTRUÍDAS NO SÃO FRANCISCO

BARRAGEM	LOCALIZAÇÃO	ÁREA INUNDADA	INÍCIO DA CONSTRUÇÃO	PESSOAS ATINGIDAS	INDÍGENAS ATINGIDOS	ENTRADA EM OPERAÇÃO	CIDADES ATINGIDAS
Angiquinho I	Delmiro Gouveia (AL)	_	1911	_	_	1913	
Angiquinho II	Paulo Afonso (BA)		1915	_	_	Não foi inaugurada em virtude do assassinato de Delmiro em 1917	
Itaparica Antiga	Petrolândia (PE)	_	1932	_	Pankararu	1945	
Usina Piloto	Paulo Afonso (BA)	_	_	_	_	1949	_
Paulo Afonso I	Paulo Afonso (BA)	4.800 km2 (PA I, II e III)	1948	_	_	1955	
Paulo Afonso II	Paulo Afonso (BA)	_	1955	_	_	1961	
Três Marias	Três Marias (MG)	_	_____	_	_	1962	
Paulo Afonso III	Paulo Afonso (BA)	_	1966	_	_	1971	
Moxotó	Paulo Afonso (BA)	90 km2	1971	5.600	_	1977	Petrolândia (PE), Delmiro Gouveia (AL), Paulo Afonso (BA) e Glória (BA)
Sobradinho	Sobradinho (BA)	4.226 km2	1973	72.000	Truká, Tumbalalá, Tuxá	1979	Juazeiro, Xique-Xique, Pilão Arcado, Remanso, Casa Nova, Sento Sé (BA)
Paulo Afonso IV	Paulo Afonso (BA)	14,6 km2	1975	_	_	1979	
Itaparica	Itapararica (PE)	834 km 2	1979	65.000	669 (Tuxá)	1988	Petrolândia, Floresta e Itacuruba e Belém do São Francisco (PE), Glória, Barra do Tarrachil, Rodelas, Chorrochó, Abaré e Curaçá (BA)
Xingó	Xingó	60 km2	1987	18 famílias	Etnias do Baixo São Francisco	1994	70 propriedades rurais

Fonte: CHESF, CEMIG, ELETROBRÁS (1986), Dossiê 500 Anos (2004); Araújo (2000); Pesquisa de Campo (2006).

As verificações dos potenciais hidroelétricos do São Francisco, feitas pelo Comitê de Estudos Energéticos do Nordeste - ELETRONORTE/ELETROBRÁS, indicaram a viabilidade de construção da Barragem de Itaparica com a cota NA - Nominal Alta entre 328 e 334m, e Sobradinho com a cota NA 392,50m. Optou-se por iniciar com Sobradinho, em função dos custos serem mais baixos e as repercussões políticas e sociais serem menores. Considerou-se que a densidade populacional e a consequente transferência de sedes em Itaparica eram "maiores". A barragem de Itaparica ficou apenas como possibilidade de mais geração de energia (SANTANA, 1995).

Passada a construção das usinas de Angiquinho (1917), Itaparica Antiga (1945), Três Marias/CEMIG (1950), Paulo Afonso I (1955), II (1961), III (1971), Moxotó (1977), essa façanha seconcretizaria em 1979 quando entra em operação a barragem de Sobradinho. São incalculáveis os impactos causados por essa obra, erguida numa área que permitiria uma leitura singular da ocupação pré- histórica da região franciscana, tendo sido feito apenas um precário salvamento arqueológico e um desrespeitoso processo de reassentamento humano. Trata- se de uma região onde, apesar da resistência da população local em se recusar a sair, a decisão da construção e expulsão das comunidades foi imperativa. É importante registrar as arbitrariedades dos aparatos da Ditadura Militar, entre abril de 1964 e março de 1985, neste cenário:

> Nesse sentido, vale lembrar que as ditaduras militares pós-64 trataram a questão agrária sob a ótica das políticas públicas, procurando, por um lado, expandir a presença do Estado no campo através de expressivas políticas de modernização que objetivavam estabelecer uma plena mercantilização do trabalho rural e uma intensa capitalização agrícola de fazendas tradicionais e pequenas unidades de produção familiares, e, por outro, desmobilizar pela força repressiva os movimentos camponeses e de trabalhadores rurais (REGO, 1993).

O discurso do progresso almejado para o Brasil, em particular para o Nordeste, tem implicado em consequências graves do ponto de vista socioambiental, na perspectiva biótica, abiótica ou social, tomando como referência a complexidade dos processos de deslocamentos e reassentamentos populacionais, objeto de análise deste trabalho de pesquisa.

Barragens não param de ser planejadas. Depois disso, foram construídas Paulo Afonso IV (1979), Itaparica (1988): responsáveis pela desorganização do espaço geo-humano de boa parte do Submédio São Francisco e, mais recentemente, Xingó (1994).Vários outros projetos se encontram "na agulha": A um custo estimado de R$ 1,13 bilhão, no PAC/2007 estão previstos cinco barramentos (três na bacia do Paracatu, um no Rio Urucuia e outro no Rio das Velhas) na região do Alto, Pedra Branca, Riacho Seco e Areias na região do Submédio, Pão de Açúcar, no Baixo, entre tantas outras.

O Povoado de Pedra Branca, todos ameaçados com a proposta de construção de novas barragens em Curaçá/ BA (MARQUES, 2007).

Áreas da Construção da Barragem de Areias (Icó Mandantes) e de Pão de Açúcar (TOMAZ, 2008).

Caso sejam construídas, as barragens de Pedra Branca e Riacho Seco, além de afetar drasticamente alguns municípios do Sub-médio São Francisco, a exemplo de Orocó/PE, que terá parte da cidade inundada, estas Usinas Hidroelétricas afetarão diretamente, dois povos indígenas da Bacia: os Truká, em Cabrobó, Pernambuco, e os Tumbalalá, em Abaré e Curaçá, Bahia.

> [..] essas barragens? Fazer eles não vão fazer não. Só se for matando todo o povo Tumbalalá (CACIQUE MIGUEL TUMBALALÁ, 2008).

> Não basta o que a barragem de sobradinho fez com o nosso povo e com a natureza? Essas barragens vão inundar nossas ilhas; agora, será com o povo Truká dentro delas (CACIQUE NEGUINHO TRUKÁ, 2008).

O custo previsto para a construção da UHE é de 910 milhões de reais e afetará cerca de 5.449 pessoas. Para a UHE de Riacho Seco, estão previstos gatos de 810 milhões de reais e estima-se que ela atingirá cerca de 5.818 ribeirinhos/as franciscanos/as.

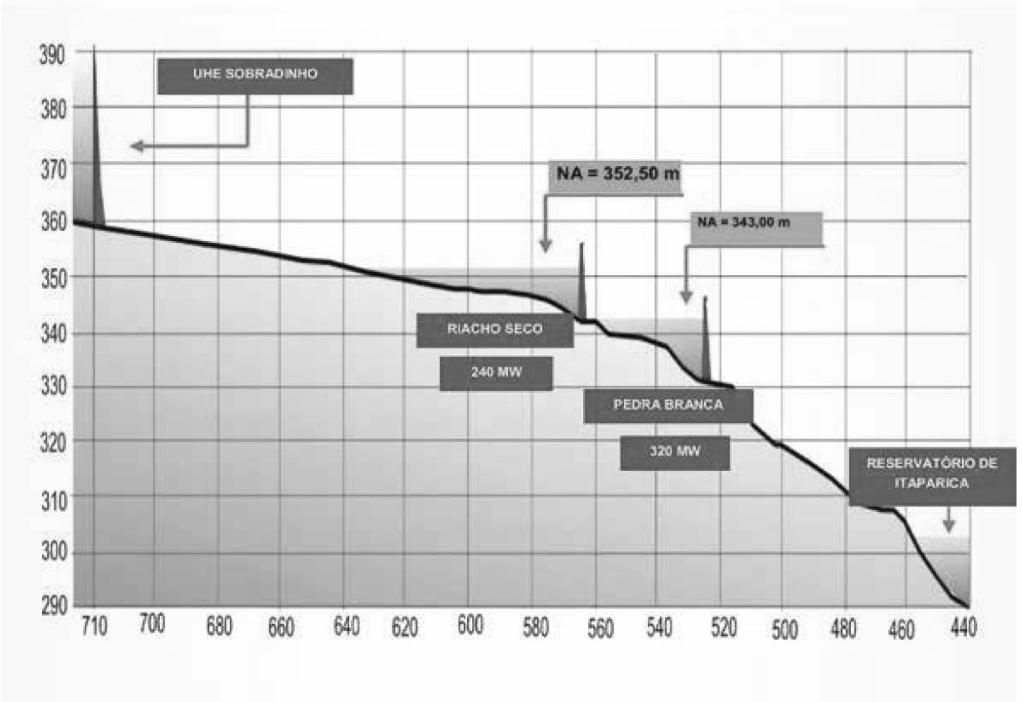


Figura 7: Fonte: CHESF - Apresentação Slides, 2007.

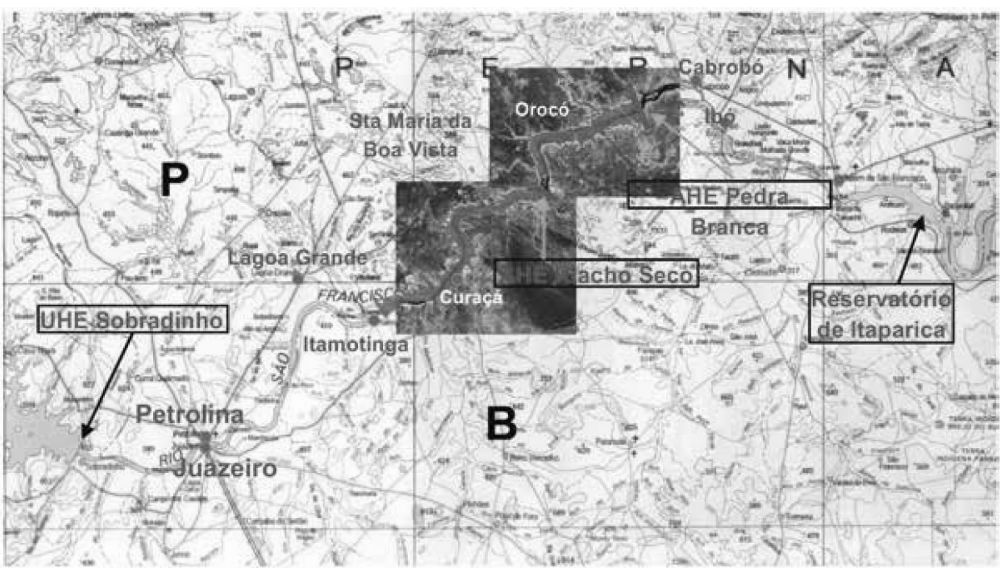


Figura 8: Fonte: CHESF - Apresentação Slides, 2007.

A CHESF desenhou o atendimento às populações afetadas no seu Plano de Desocupação (1985), antecedente ao Plano 2010, no qual foi descrito um modelo de reassentamento que privilegia, no tocante às famílias rurais, a transferência para perímetros de irrigação, distribuídos em manchas férteis[2], identificados nas margens dos lagos, bem como em localidades mais distantes, selecionados em função da oferta de terras tecnicamente adequadas ao tipo de projeto que viria a ser implementado (ARAÚJO, 2000).

Porém, passados quase dez anos de descaso com os reassentados de Itaparica, só em 1986 este plano entraria em ação, graças às mobilizações dos atingidos, que resultou num acordo firmado entre CHESF e o Polo Sindical do Submédio São Francisco, em dezembro do referido ano.

No caso específico da região da Barragem de Itaparica, onde o projeto de reassentamento recebeu investimentos na ordem de mais de um bilhão de dólares norte-americanos, com a participação do Banco Mundial, a alocação das populações foi estabelecida em, pelo menos, seis grupos diferentes, como está descrito abaixo:

> Projetos Especiais: contemplando uma média de 37% da população afetada, divide-se em quatro grandes perímetros de irrigação - Brígida em Orocó - BA, Caraíbas em Santa Maria da Boa Vista - PE, Pedra Branca em Curaçá - BA e Jusante que fica em Glória - BA;
>
> Projeto Borda do Lago: atendeu cerca de 23% dos atingidos, caracterizando-se pela divisão de lotes próximos ao lago, sendo 1.798 lotes em Petrolândia, Pernambuco e 530 lotes em Glória e Rodelas, na Bahia;
>
> Projetos em Grupo: inclui os projetos e propostas apresentadas pelos ribeirinhos que não se enquadravam nos modelos de reassentamentos estabelecidos pela CHESF;
>
> Piscigranjas: proposto em virtude da má qualidade dos solos, como alternativa de produção agropecuária. Porém, é considerada uma das ações mais fracassadas;
>
> Nas Novas Cidades: trata-se da alocação de algumas famílias residentes em áreas rurais da cidade alagada, na nova área urbana construída pela CHESF; Solução Própria: refere-se às indenizações pagas em dinheiro aos atingidos pela barragem, de forma individual ou coletiva, para que os mesmos criem alternativas de reassentamentos (ARAÚJO, 2000).

A lógica de todo o planejamento pautava-se na ideia de que a aceitação e êxito dos reassentamentos justificavam-se pelos "esforços" de superação da pobreza e geração de novas condições de desenvolvimento. Entretanto, como escreveu Fávero e Santos (2002):

2. Segundo relatório técnico (FJN, 1996) em nenhum dos perímetros instalados pela CHESF havia solos férteis, sendo que 70% dos solos existentes são constituídos por areia quartzosa, com menos de 0,6% de matéria orgânica (ARAÚJO, 2000).

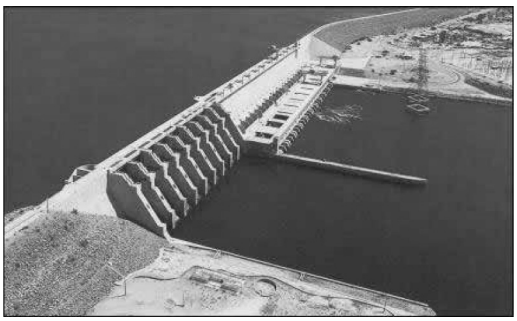
> Por trás da palavra desenvolvimento, em geral, esconde-se um projeto predatório, de extração das riquezas da região, deixando em segundo plano, ou mesmo esquecido, a questão do desenvolvimento social. A região [Sobradinho] é vista por cima, de Brasília ou de Salvador, mas não a partir de dentro. Finalmente, no nível local, as elites tradicionais, latifundiárias e comerciantes, controladoras dos organismos e das políticas públicas, nunca arredam o pé do poder, revezando-se entre elas.

Este formato de reassentamento que ainda não adquiriu forma, pelo contrário, tem estado cada vez mais deformado, só foi possível em virtude das lutas do Polo Sindical do Submédio São Francisco, importante instituição na história dos Atingidos por Barragens no Brasil que, gradativamente, tem perdido esse lugar referencial. Não fosse esse esforço, a história de descasocom os atingidos pela Barragem de Sobradinho se repetiria, e com os mesmos ranços da Ditadura de 64.

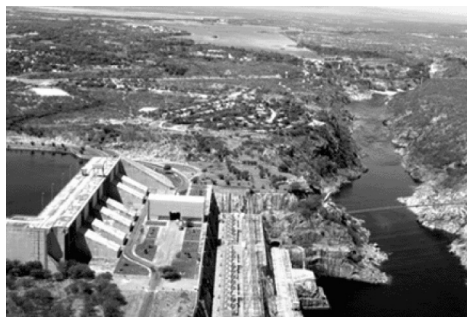
Assim, a incompletude das ações planejadas, os desacertos no gerenciamento de políticas socioambientais que deveriam se aproximar de modelos economicamente viáveis, ecologicamente corretos, socialmente justos e referenciados, bem como a dificuldade das populações em se situar nessas "novas" realidades construídas a partir dos barramentos, têm se constituído em sérios problemas que merecem uma preocupação maior dos poderes públicos, dos movimentos sociais e da sociedade civil como um todo. Abaixo a visualização das regiões do Vale do São Francisco onde foram feitas as construções das barragens.

Barragem Três Marias (CEMIG).

Barragem Sobradinho (CHESF).



Barragem L.Gonzaga CHESF).



Paulo Afonso IV (CHESF).

Usina Piloto (CHESF).

Paulo Afonso I, II e III (CHESF).

Usina Apolônio Sales (CHESF)

Usina de Xingó (CHESF)

4. SÃO FRANCISCO CORTADO

> Por esse Pé de Abacate eu queria o dinheiro da CHESF todinho (Reassentado de Belém do São Francisco-PE).

O interesse pelos locais habitáveis das regiões franciscanas se deu em virtude de características bem particulares: trata-se do único curso natural de água perene a cortar parte das regiões semiáridas do Nordeste do Brasil (70% de suas sub-bacias e afluentes), caracterizando-se como via principal de atração dos diferentes grupos sociais que se fixaram ou passaram por suas margens.

Às margens doVelho Chico formaram-se pequenas cidades, com a lógica clássica dos anseios de privilégios dos brancos colonizadores e exclusão dos grupos étnicos inferiorizados, sobretudo os povos e as comunidades indígenas e de negros escravizados, que se associaram num processo de marginalização histórica aos "mestiços"[3], aos tipicamente sertanejos. A

3. A mestiçagem das populações ribeirinhas é um tema que merece uma atenção especial. A questão não é mergulhar num discurso de pureza étnica, nem tão pouco negar a relação das raças/etnias.Trata-se, portanto, de refletir sobre uma nova compreensão do que seja a identidade étnica num país classificado acriticamente como "mestiço" como o Brasil. Neste sentido, é extremamente "bem vinda" a expressão cunhada pelo poeta e cantor baiano Caetano Veloso (Disco ***Cê***, 2007): "sou uma legião de ex-mulatos".

atual condição de pobreza dos povos e comunidades tradicionais do São Francisco é, de fato, produto da história social deste encontro étnico, do qual foram desenhadas as cidades e identidades ribeirinhas.

Com a criação da CHESF - Companhia Hidroelétrica do São Francisco – em 03 de outubro de 1945, o desnível natural do rio São Francisco, passou a ser mais aproveitado para o processo de produção de energia elétrica. Este acontecimento modificou, sobremaneira, a dinâmica social, ambiental, econômica, política, subjetiva e cultural das populações humanas em toda a Bacia.

O modelo de desenvolvimento socioeconômico e tecnológico advindo destes empreendimentos provocou ruptura nos espaços urbanos e rurais do São Francisco. Grandes barragens têm sido construídas para o processo de geração de energia, provocando o desaparecimento de muitas cidades das margens do Velho Chico. Os discursos oficiais relatam a importância da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, da CEMIG, entre outros, no desenvolvimento científico, econômico, social, tecnológico e cultural da região, consequentemente, na melhoria da qualidade de vida do povo ribeirinho, sem problematizar a consequência desses empreendimentos para a vida das pessoas e dos ecossistemas desse Rio.

ACHESF, com um sistema de geração de energia composto por 14 usinas hidroelétricas, as mais importantes situadas no Rio São Francisco: Paulo Afonso I, II, III e IV, Apolônio Sales ou Moxotó, Sobradinho, Luiz Gonzaga ou Itaparica, Xingó, entre outras, acumulou um passivo ambiental ainda pouco discutido, o que foi condição do IBAMA para a liberação das licenças ambientais concedidas à empresa em 2005 (números 509 e 510).

Desde o início dos anos 70, onde se intensificou a política de aproveitamento das águas do São Francisco para a geração de energia, áreas urbanas e de ocupação agrícola e pecuária da região de Sobradinho, foram inundadas. Neste período o represamento das águas do Rio atingiu sete municípios, sendo os mais afetados: Remanso, Casa Nova, Sento Sé e Pilão Arcado, que tiveram as suas sedes transferidas, além de Juazeiro, Xique-Xique e Barra, áreas "menos" afetadas.

Nesta época, e se deu a maior migração forçada de população no Brasil, foram desalojadas cerca de 12 mil famílias, num total aproximado de 72 mil pessoas. Desse universo, 8.619 famílias habitavam a zona rural. Trata- se de diversos territórios inundados, numa área superior a mais de quatro mil quilômetros quadrados.

Um outro grande momento deste projeto de "desenvolvimento" socioeconômico e tecnológico do Nordeste ocorreu em 1974, foram dados os primeiros passos para a criação de uma barragem no local da antiga cachoeira de Itaparica. Em 1988, um reservatório de 150km de comprimento alagou 834 km^2 de terras de boa qualidade. Delas foram deslocadas 10.500 famílias – cerca de sessenta e cinco mil pessoas das zonas urbanas e rurais dos municípios de Petrolândia, Floresta, Itacuruba, Belém do São Francisco, no estado de Pernambuco, e

os de Glória, Rodelas e Chorrochó, na Bahia. Quatro cidades desapareceram, replantadas em outros locais com os pré-nomes de Nova (Rodelas e Glória, na Bahia, e Petrolândia e Itacuruba, em Pernambuco). Esse processo não inundou apenas as cidades e sua história, alagaram almas, gentes e identidades.

Os impactos sociais desses processos são incalculáveis, impagáveis e inapagáveis! A ideia de desenvolvimento socioambiental sustentável nestes espaços é altamente questionável. A violência das "perdas" dos espaços identitários das populações afetadas com o processo de barramento na região do São Francisco coloca em xeque os discursos em torno do desenvolvimento científico, econômico, social e tecnológico, tão cantado em nome desses projetos.

Entretanto, toda essa traumática e violenta experiência não serviu para os governos ponderarem novas estratégias desenvolvimentistas na Bacia. Ao contrário, sem nos darmos conta da dimensão dos impactos dessas intervenções, está na pauta para execução, entre tantas outras medidas, dezenas de novas barragens, o projeto de transposição e até a construção de usinas nucleares na Bacia do São Francisco. Como afirma AurélioViana (2007), da Fundação FORD:

> No mínimo, dá para se ter uma reflexão muito séria e mais aprofundada sobre os limites do que foi proposto como compensação à população, grandes limitações. Então acho que ali é possível se pensar, sobre tudo isso e verificar: "olha, talvez isso não tenha dado certo nem com as correções que os movimentos tenham imposto a quem estava planejando". O "modelão" existe e há o consenso de que é um modelo equivocado, que é um modelo errado, e que não leva à justiça social ou ao desenvolvimento real.

Apesar de existir acurados estudos sobre as barragens construídas no Rio São Francisco (SIGAUD, 1986; ARAÚJO, 2000; SIQUEIRA, 1992; MARTINS-COSTA, 1989; DAOU, 1988), podemos traduzi-los, no geral, como inquietações de ambientalistas, religiosos, educadores, sociólogos, antropólogos, economistas e arqueólogos, entre outros, que, dentro das competências que lhes são facultadas, estão possibilitando, em bancos de teses e dissertações de programas de pós-graduação em todo o Brasil e fora do País, a existência da memória dessa experiência. Mas, certamente, esses estudos ainda não foram considerados nos processos decisórios das políticas públicas voltadas para as intervenções na Bacia do São Francisco e nem nos debates jurídicos formais. Para ilustrar essa afirmação, alguns estudos (MARQUES, 2006) apontam para a ilegal forma de ocupação e uso das Áreas de Proteção Permanente - APP, conforme determinações da Resolução CONAMA nº. 302, de 20 de março de 2002, que estabelecem diretrizes e normas para a conservação de áreas dispostas ao entorno de reservatórios artificiais e, concretamente, a efetividade do disciplinamento dessas áreas ainda não se efetivou na Bacia do São Francisco.

Estas pesquisas não podem ser apenas tradutoras dessa contínua lógica de violência. Segundo Ross (1999), os principais impactos gerados pela construção de hidroelétricas são: aqueles ocasionados no período que antecede à sua construção (tabela 2), aqueles ocasionados com o término da construção de hidroelétricas (tabela 3) e aqueles que ocorrem com o enchimento e operação do reservatório (tabela 4), conforme especificações abaixo.

Tabela 2: IMPACTOS ANTERIORES À CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS

MEIO FÍSICO	SÓCIO-ECONÔMICOS
Desmatamento para instalação de canteiros de obras, alojamento e vilas residenciais	Forte demanda de mão-de-obra para a construção civil
Desmatamento para a construção de estradas	Grande fluxo de população masculina estranha à Região
Terraplanagem para a instalação das obras de apoio - cortes, aterros, alterações das cabeceiras ou bacias de captação	Tendência à criação de focos de prostituição
Serviços de construção dos diques e barragens no leito principal e nos pontos de fuga de água	Crescimento demográfico extenso, com surgimento de favelas e áreas urbanas bastante empobrecidas
Ampliação da atividade de caça e pesca nos arredores do empreendimento, levando até ao desaparecimento local de espécies de animais	Aparecimento de comércio clandestine
Destruição de cemitérios e outras áreas dos territórios tradicionais de ocupações humanas das margens dos rios - povos indígenas e comunidades negras	Mudanças dos hábitos e costumes sócio-culturais dos "nativos"
Intervenção na dinâmica de ocupação e negociação das terras	Alterações nos custos dos serviços (preço de mão-de-obra) e preços das mercadorias
Alterações nos lençóis de água subterrâneas	Deficiências infra-estruturais (escolas, hospitais, água filtrada, esgotos)

Fonte: ROSS (1999) adaptado.

Tabela 3: IMPACTOS APÓS A CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS

No.	IMPACTOS
01	Intensa liberação de mão-de-obra
02	Desaceleração brusca da economia local
03	Mão-de-obra-local ociosa
04	Desequilíbrio social pela queda do nível de renda
05	Esvaziamento demográfico com forte migração urbana

Fonte: ROSS (1999).

Tabela 4: IMPACTOS APÓS O ENCHIMENTO E OPERAÇÃO DO RESERVATÓRIO

MEIO FÍSICO	SÓCIO-ECONÔMICOS
Necessidade de desmatamento da área a ser inundada	Deslocamento compulsório de populações ribeirinhas, rurais e urbanas
Ocupação pela água de extensas áreas de terras	Interferencia em bens de valor afetivo, cultural e religioso
Eliminação de grandes volumes de biomassa vegetal	Inundações das terras agrícolas torna as pequenas propriedades inviáveis economicamente
Altera o regime fluvial do rio	Desestruturação de famílias de origem rural, que às vezes são transferidas para áreas muito distantes
O ambiente aquático passa de água corrente para lacustre	Alteração dos modos de reprodução física, cultural e simbólica das populações tradicionais
Erosão e deslizamento nas margens	Provoca a ocorrência de diversos problemas emocionais nas populações afetadas
Assoreamento nos remansos	Aumento do uso de álcool nas comunidades sedentarizadas pela transferência
Ressecamento ou rebaixamento do nível das águas	Desorganização das relações de parentescos e vizinhanças

Fonte: ROSS (1999) adaptado.

Na fase de início das construções das barragens, as populações ribeirinhas ficaram atônitas: "É como o gado quando se abre as porteiras e eles saem sem rumo…" (MARIA BEATRIZ, 2005). Sem dimensionar ao certo as consequências desses processos e, envolvidas nas atividades de trabalho, participam, são enganadas, submetem-se e, em alguns poucos casos, reúnem-se para reivindicar seus direitos. Por exemplo, com a construção e funcionamento da barragem de Sobradinho em 1979, época da Ditadura Militar, só a revolta, a percepção "tardia" permitida, fez surgir formas de organização e reivindicação por medidas mitigatórias, embora seja perceptível na história a ação de forças de resistência ativa. É importante lembrar que só recentemente o MMA/IBAMA tem negociado com a CHESF as licenças ambientais das construções das barragens e suas decorrentes ações compensatórias.

Esta etapa foi responsável por outra importante dinâmica de reorganização dos atingidos. Certos de que não havia mais o que fazer, as populações tentaram se projetar nos novos espaços, buscando outros horizontes. Estruturam-se, então, novos sentidos identitários que ressignificam o lugar de suas "perdas" reais e simbólicas.

No dia 01 de dezembro de 1986, cerca de 1.000 trabalhadores e trabalhadoras rurais de Petrolândia "agoniados/as" com o descaso da CHESF em relação à discussão dos reassentamentos, haja vista estar faltando apenas 11 meses para que fossem concluídas as obras e começasse o alagamento das terras, ocuparam a área da construção da barragem e solicitaram da gerência da CHESF, espaço para negociar uma nova proposta para as mais de

dez mil famílias que seriam atingidas. Uma senhora de 56 anos, que também seria afetada, em depoimento à imprensa que fazia cobertura naquela ocasião, disse:

> Deus alive de nós não achar um canto pra nós ficar. Se prometeu que ia fazer a barragem pra idenizar o pessoal, agora tem que idenizar. Minhas fias não queria que eu vince, mas eu num ia deixar meu marido sozinho. Eu vim!.

Outro discurso que materializa o lugar da incerteza, da fragilidade e da mudança está presente num dos poemas da índia Tuxá, Josefa Cruz:

> Da margem da minha aldeia
> Da minha Ilha querida
> Eu não sei o que será
> Quando dé o Adeus da Despedida Adeus minha
> casinha
> Meu pé de Quixabeira
> Adeus minhas fruteiras
> E meu pezinho de laranjeira
> Eu vou parar de cantá
> Porque minha voz já quer privá
> Pensando na minha Aldeia Que as águas vai inundá

Com o término da construção das barragens, o foco da mobilização social deixa de ser a resistência contra a expulsão das terras a serem alagadas, para se converter em negociações que assegurassem o mínimo de dignidade e condições de sobrevivência nos projetos de reassentamentos. Foi o que ocorreu na ocasião da ocupação da barragem de Itaparica pelos ribeirinhos que, no terceiro dia, em virtude do descaso, resolveram paralisar todas as atividades da barragem de Itaparica.

Em 04 de dezembro de 1986 , após mais de 15 horas de negociações entre o Polo Sindical do Submédio São Francisco e a CHESF, desenharam a nova cara do Projeto de Reassentamento que, entre outras coisas, definia: assistência técnica e extensão rural para as famílias realocadas; acompanhamento das indenizações pelo Polo Sindical; finalização do reassentamento para só então começar o enchimento do lago.

Entretanto, ainda hoje, há regiões em que o projeto não foi completado. Segundo Jorge Melo, do Projeto Jusante, Glória (BA):

> É muito constrangedor a gente tá num projeto desse. A gente ainda lida com problemas como falta de água, de terras. Temos aqui, talvez, mais de 70% das terras para o reassentamento, para irrigação do projeto ainda a serem adquiridas por parte do governo através da CHESF.

A marca mais forte dessa etapa é a concretização da quebra dos vínculos das pessoas com suas casas e histórias de vidas. É possível observar, a partir das imagens disponíveis sobre esses momentos, algumas delas feitas pelos próprios moradores, reações das mais diversas.

Antigo morador de Petrolândia Velha que se recusou a sair da sua casa que seria inundada. Foi retirado à força pelo Serviço Social da CHESF. Morreu de "banzo", desgosto, trinta dias após sua relocação (TAVARES, 1988).

Os depoimentos abaixo, extraídos da pesquisa realizada entre os anos de 2003 a 2006 (MARQUES, 2006), e de vários vídeos que falam da experiência dos barramentos no São Francisco (Terra por Terra – Fonte Viva; Águas Transformadas – NUSP, Terra Molhada – Mapa Filmes; Reassentados – TV Fonte Viva; Índios do Sertão – TVE; Adeus Rodelas – Agnaldo Azevedo, entre outros) mostram como a população ribeirinha representou esta experiência:

> Essas construções de barragens destrói tudo. Ela não destrói o poder econômico das pessoas. Ela destrói a cultura, destrói a vida das pessoas. Por isso é que sou contra.
>
> Tem tantas outras formas de produzir energia, porque só construir hidroelétrica? Porque expulsar o povo da terra que ele nasceu, donde ele vive? Esse progresso não é progresso. Ele é progresso destruidor da humanidade, do meio ambiente, de tudo (FULGÊNCIO SILVA - Poeta Ribeirinho).
>
> A gente sem os costume de tá nas caatingas, morando na beira do rio, aqui isolado como ainda hoje ainda é (PEDRO MARINHO - Pedra Branca)
>
> Depois vem a "GESP" nos iludindo com promessas, a gente se sigurando, agora se acha eles dizendo que não tem compromissos. A situação que a gente vive aqui com um pai de família com dez, doze pessoas, num dá. Tem que viver mesmo numa mal.

Eu mesmo, com meus filhos plantei 19 tarefas de terras de sequeiro, perdi tudinho, não tirei nem um caroço de milho pra comer (Reassentado).

Se tirar o salário (VMT[4]) nós vamos morrer. Não tem condições de sobreviver não. Quando cortar é o mesmo que bater e já morreu (Reassentado).

Tem áreas que é boa. Tem áreas que num vale nada. Você só tira se bota estrume com fé (Reassentado).

A gente vive mais de ilusão. Cada dia pensa que tá melhor, num tá. Ai parte pro outro dia e assim a gente vai vivendo (Reassentado).

Eu tinha a moiação, ou seja, tinha o motô. Nessas irrigações que eu tinha eu criava gado. A gente tinha o leite à vontade; tinha o bode. A gente vivia da agricultura mas também da pecuária.

Eu tinha barco pra navegar no rio, como carro viaja na estrada. A gente tinha riqueza e não sabia. Hoje eu moro no município de Boa Vista, na Agrovila 30 do Projeto Caraíba. De onde nós viemo pra cá a terra é boa. Nossa idéia é que no futuro a gente seja um proprietário rico e farto como a gente era na beira do Rio (DEUSDETE PEREIRA - Projeto Caraíba).

Nós pensava que era o fim do mundo, sentimos muita tristeza ao saber que tudo que ali tinha construído estava sendo perdido. Ninguém entendeu nada porque a CHESF não explicava nada pra ninguém" (Morador de Barra do Tarrachil/BA).

Pois a história aqui é assim: eu poderia receber todo o dinheiro do mundo, mas não queria me afastar da terra onde eu nasci e me criei. E mais, ver tudo isso se acabando debaixo d'água é muito triste" (Morador de Rodelas/BA).

As pessoas na Velha Cidade eram mais integradas, receptivas. Petrolândia era uma cidade pacata. Atualmente a geração é outra, há mais violência, não existem amizades como as de antes. A maioria dos nossos vizinhos não está mais perto. As festas entre famílias nas ruas não são mais comuns" (Moradora de Petrolândia/PE).

Todas as obras contratadas que foram trabalhadas por empreiteiras contratadas pela CHESF tem deixado a desejar (PAULO GOMES - Projeto Glória).

Fazer o projeto de reassentamento dar certo é tão difícil quanto foi conquistá-lo (VICENTE COELHO, Sindicalista).

4. Verba de Manutenção Temporária - acordada para ser 2,5 salários mínimos, mas se paga às famílias uma média de dois salários.

Ainda tô ariado; num sei onde é o poente, onde é o nascente. Desses dias que cheguei eu vim existir ontem (Reassentado, in ARAÚJO, 2000).

E qual foi o grave problema? Justamente a barragem de Paulo Afonso foi a primeira barragem experimental, no Velho Chico, para a queda das águas gerar energia para o nosso Brasil e para o exterior ser beneficiado. Quantas coisas, que são industrializadas aqui no Brasil, vão ser consumidas no exterior? Por isso eu acho que o exterior, nesta questão da geração de energia com a queda das águas, também estão lucrando. Quem melhorou de vida foi os grande lucrador dessa energia gerada, porque não é só Paulo Afonso que tá gerando energia. Cada uma barragem dessas tão feitas aí não é pra outra coisa, não é pra salvar ninguém não.

Não é pra salvar a pobreza. A barragem de Sobradinho hoje é uma das grande doenças do Velho Chico. Tá todo mundo derrotado. Quem tá lá em cima tá sendo derrotado. Por quem? Pela represa, quando ela enche. Quem tá embaixo, tá sendo derrotado. Quando? Quando eles baixam a represa, sobe aqui.

Por isso uma das grandes doenças que o Velho Chico sofre é o controle das águas feito pelas barragens. Tá sendo controlada? Pra eles poderosos.

Mas tá sendo descontrole e sofrimento pra toda pobreza dos barrancos do Velho Chico. AqueleVelho Chico que até hoje quem nasceu perto dele e quem vive perto dele, rico pode nunca sê, mas nem de fome e nem de sede haverá de morrer (SEO ELIAS de Juazeiro, in CAPPIO, 1995).

Além do forte sentimento de expropriação, alguns atingidos expressam certa expectativa de uma vida melhor, sobretudo os que não possuíam terra, alimentados pela possibilidade de acesso a ela e aos meios de produção, considerando que, segundo o Plano de Desocupação (CHESF, 1985) 60% das famílias reassentadas eram privadas de posse:

Minha família está contente por realizar o sonho da casa própria, além de todas as outras vantagens que as agrovilas oferecem: escola perto, água encanada, luz elétrica. Vou me entregar nas mãos da CHESF, pois o governo não vai desamparar mais ainda os pobres (Reassentado de Rodelas/BA, in SÁ, 2000).

Nos quadros abaixo, podemos visualizar o quantitativo de famílias afetadas com as barragens do Submédio São Francisco, região que abrange as áreas dos estados da BA e PE, estendendo-se de Remanso até a cidade de PauloAfonso, BA.

Tabela 5: FAMÍLIAS ATINGIDAS COM A BARRAGEM DE SOBRADINHO

ORIGEM	FAMÍLIAS ATINGIDAS	PERCENTUAL
ÁREA RURAL		
Juazeiro	223	2,8
Sento Sé	3.597	45,2
Xique-Xique	86	1
Casa Nova	2.847	35,9
Remanso	1.200	15,1
TOTAL	7.953	
ÁREA URBANA		
Sento sé	291	8,9
Casa Nova	632	19,5
Remanso	1.983	61,3
Pilão Arcado	326	10,3
TOTAL	3.234	

Fonte: Dossiê 500 Anos: Rio São Francisco (2004).

Da região são franciscana, Sobradinho foi a primeira experiência de grande impacto de barragens sobre as populações ribeirinhas. Desenvolvida no tempo da Ditadura Militar, este megaprojeto de hidro energia alterou imensamente o meio físico, biótico e antrópico.

Tabela 6: FAMÍLIAS ATINGIDAS COM A BARRAGEM DE MOXOTÓ

ORIGEM	FAMÍLIAS ATINGIDAS	PERCENTUAL
Glória (BA)	563	56
Petrolândia (PE)	231	23
Delmiro Gouveia (AL)	178	17,6
Paulo Afonso (BA)	35	3,4
TOTAL	1.007	

Fonte: Dossiê 500 Anos: Rio São Francisco (2004).

Como podemos observar na tabela acima, a cidade de Glória foi a mais afetada com a construção da hidroelétrica de Moxotó, cuja finalidade maior era a regularização pluri - semanal do fluxo do rio São Francisco em Paulo Afonso - BA.

Tabela 7: FAMÍLIAS ATINGIDAS COM A BARRAGEM DE ITAPARICA – ZONA RURAL

ESTADO	MUNICÍPIO	FAMÍLIAS ATINGIDAS	PERCENTUAL
PE		4.491	67,8
	Belém do São Francisco	959	14,5
	Floresta	757	11,4
	Itacuruba	1.015	15,3
	Petrolândia	1.760	26,6
BA		2.132	32,2
	Abaré/Curaçá	170	2,6
	Chorrochó	309	4,7
	Glória	530	8
	Rodelas	1.123	16,9
TOTAL		6.623	

Fonte: Dossiê 500 Anos: Rio São Francisco (2004).

Segundo dados da Fundação Joaquim Nabuco (2000), 69,9% da força de trabalho das regiões afetadas com a construção da Barragem de Itaparica estão diretamente vinculados à atividade agropecuária. A zona rural foi, justamente, a área que sofreu maior impacto com o barramento, como podemos observar na tabela acima.

Até hoje, as medidas mitigatórias em relação às famílias afetadas com os barramentos, têm se estruturado nas organizações dos reassentamentos. No caso do Projeto de Itaparica, tem-se uma média de 6.000 famílias reassentadas em 5.135 lotes irrigados, divididos em 110 agrovilas, em seis municípios dos estados afetados.

Entre os "atingidos" pelas barragens havia uma grande concentração de comunidades quilombolas, pescadores artesanais e vários povos indígenas. Um caso clássico dessa experiência é o Povo Tuxá de Rodelas que, mais de vinte anos depois do seu deslocamento em virtude das barragens, ainda tenta negociar com a CHESF seus direitos. Esse caso será melhor discutido em artigo posterior.

5. IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DAS BARRAGENS

Abaixo, pontuaremos alguns problemas derivados dos barramentos construídos ao longo do São Francisco, duas constatações são bastante evidentes: a primeira refere-se ao fato de que a dimensão social tem apresentado desafios enormes ao governo, haja vista que, o respeito às pessoas, em certo sentido, significa a não realização de algumas obras com dimensões de grandes impactos socioambientais, como é o caso da construção das hidroelétricas e do projeto da transposição. Ao contrário dessa dimensão, como podemos observar no PAC/2007, a ordem governamental é fazê-las.

> Sobre a ameaça aos direitos dos povos indígenas e do desrespeito à convenção 169 da OIT, o que dizer se o governo Lula é o maior invasor das nossas terras? (CACIQUE NEGUINHO TRUKÁ, 2008).

A segunda é que, apesar das experiências vividas em todo o Brasil, às drásticas consequências oriundas dos barramentos, a exemplo da expulsão compulsória de milhares de pessoas de seus espaços, em vários lugares do país, em particular, no Rio São Francisco, não têm sensibilizado parcela significativa da sociedade brasileira. Prova disso são os vários projetos de construção de novas barragens ao longo do São Francisco e em outros rios, como o Madeira.

A pesquisadora Lígia Sigaud, do Museu Nacional, denunciou os impactos socioambientais causados por hidroelétricas há décadas, em especial, os danos causados às populações afetadas com o Lago de Sobradinho. Uma de suas reflexões, trabalhadas na oficina de Desenvolvimento e Impactos Ambientais no Vale do São Francisco, no IV Congresso Nordestino de Ecologia, realizado em Recife em 1991, evidencia bem esta questão:

> Na região de Sobradinho, o patrimônio das terras que foi acumulado na borda do lago é imenso, com a distribuição dos lagos efetuada pela CHESF, a maioria dos trabalhadores está nos sequeiros. A maior parte da população que foi afetada com a construção da barragem foi impedida de ter acesso à borda do lago. Um dos problemas mais graves é a dificuldade do setor elétrico em acumular experiências. Não há esse interesse e o que aconteceu com Sobradinho não serviu para subsidiar as ações em outras barragens. A cada empreendimento se começa do zero. Se houvesse uma pressão por parte da sociedade não seria assim.

Abaixo tabela com os impactos socioambientais ocasionados pelas barragens às populações do São Francisco, identificadas em pesquisa realizada entre 2003 e 2005, nas cidades de: Petrolândia, Rodelas, Barra do Tarrachil, Itacuruba, Remanso e Glória.

Tabela 8: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DE BARRAGENS NO SÃO FRANCISCO

FATOR AMBIENTAL	IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS
Situação demográfica	1. Transferência compulsória da população afetada (cerca de 150 mil pessoas); 2. Êxodo rural e inchaço urbano; 3. Problemas habitacionais durante a fase de construção dos acampamentos; 4. Dificuldades de adaptação nos novos espaços urbanos e rurais;
Aspectos Sociais e Culturais	5. Desestruturação das redes de relações sociais; 6. Desarticulação dos elementos/atividades culturais; 7.Surgimento de situação de apreensão e insegurança; 8.Dispersão dos povos e comunidades tradicionais (povos indígenas, comunidades quilombolas, pescadores artesanais, vazanteiros, etc); 9 Intervenção na realização de muitas manifestações culturais;
Núcleos Populacionais	10. Inundação de Áreas Urbanas e Rurais; 11.Planejamento Urbanístico Inadequado; 12. Quebra e desestruturação de polos de abastecimento e comercialização; 13. Inviabilização de acesso a bens/recursos naturais e serviços locais;
Atividades Econômicas	14. Expropriação efetiva das terras; 15. Perda dos espaços familiares de produção: fruteiras, plantações, matas que alimentam o criatório de animais; 16. Desorganização das atividades agrícolas e pesqueiras; 17. Perda de áreas agrícolas com consequente decréscimo da produção de alimentos e outros produtos agropecuários; 18. Aumento da taxa de Desemprego rural; 19. Rupturas das famílias agricultores/pescadoras com os modos de produção; 20. Desativação das roças;
Saúde Pública	21. Surgimento de focos de moléstias diversas; 22. Acidentes com a população local e com pessoal alocado nas obras; 23. Mortalidade acentuada em populações de idosos; 24. Sobrecarga de rede médico-hospitalar; 25. Dificuldades no acesso aos serviços de saúde; 26. Surgimento de doenças gastrintestinais provenientes de modificações na água;
Educação, Recreação e Lazer	27. Demanda maior que a oferta de escolas, centros de recreação e lazer; 28. Modificações nas atividades de lazer e recreação (quebra de relações com o Rio, a Rua, a Praça);
Patrimônio Cultural, Histórico, Arqueológico e Paisagístico.	29. Perda de registro sobre a introdução da mão de obra escrava e o avanço da pecuária no Alto Sertão, Ruínas de Jesuítas e Franciscanos; 30. Desaparecimento de fósseis de uma floresta de coníferas; 31. Perda de mais de 200 sítios arqueológicos de caçadores e coletores pré-históricos (de aproximadamente 10 mil anos atrás, com gravuras e pinturas rupestres); 32. Desaparecimento de prédios com valor cultural e histórico; 33. Pouca ou, em algumas comunidades ribeirinhas, nenhuma relação das comunidades e povos tradicionais do Submédio São Francisco com os achados arqueológicos;

Meio Natural	34. Desaparecimento de espécies endêmicas ou ameaçadas de extinção; 35. Proliferação de plantas exóticas aquáticas; 36. Interrupção na migração da ictiofauna e de sua consequente reprodução; 37. Alteração na composição da fauna e flora aquática e das regiões ciliares; 38. Destruição da biodiversidade; 39. Alteração da qualidade da água; 40 Modificações Climáticas e contribuição para o aquecimento global; 41. Sismicidade induzida; 42. Inundação de Jazidas minerais e áreas férteis; 43. Processo erosivo nas margens (80% das matas ciliares destruídas); 44. Modificações nas condições de navegabilidade; 45. Menor armazenamento de água no sistema solo-vegetação (THEODOMIRO, 1990); 46. Possível diminuição da precipitação pluviométrica (THEODOMIRO, 1990); 47. Emissão de gases estufa (CO2 e Metano); 48. Destruição das cachoeiras; 49. Intenso desmatamento em áreas de reassentamentos.

FONTE: Pesquisa de Campo 2003-2005 (MARQUES, 2005)

6. IMPACTOS NO CAMPO SIMBÓLICO

Uma das mais interessantes análises das consequências das barragens no campo simbólico das populações ribeirinhas é feita por Arruti (1996) em sua dissertação de mestrado intitulada "O Reencantamento do Mundo: Trama Histórica eArranjosTerritoriais Pankararu", do Museu Nacional - UFRJ. Percebe- se a partir desta pesquisa que os "encantamentos" de "índios vivos" que geraram os atuais "Encantados"[5] envolviam as extintas cachoeiras de Paulo Afonso e de Itaparica. Algumas narrativas contam que o surgimento dos Encantados e dos próprios Pankararu deve-se ao encantamento de toda uma população de índios, uma "tropa", que teria se jogado na cachoeira de Paulo Afonso.

Foram esses "Encantados" que passaram a habitar a cachoeira e que tinham origem em todas as "nações" antigas, que secomunicavam por meio do estrondo das águas, prevendo desgraças, mortes ou mesmo novos encantamentos. Depois desse encantamento coletivo, que dá origem à própria aldeia, pensada enquanto unidade espiritual, outros índios, depois de serem anunciados e de passarem pela devida preparação, podiam continuar se encantando: 'veja só, as linhas dos encantos das águas são as cachoeiras. Se elas estão sendo destruídas, como vai ficar agora?' (CACIQUE CÍCERO TUMBALALÁ, 2008).

Culto aos Encantados dos Indígenas Pankararé (MARQUES, 2007).

5. Forças espirituais cultuadas pelas populações indígenas do São Francisco.

Ainda, segundo Arruti (1996), o dilema mais dramático, do ponto de vista da identidade étnica para os Pankararu, é o fato de todo esse sistema estar ameaçado em sua reprodução. Depois de terem assistido a sua morada nas cachoeiras de Paulo Afonso serem destruídas pela construção das barragens, os "Encantados" migraram para a cachoeira de Itaparica, também inundada com a barragem, acontecendo novamente uma nova destruição de sua morada.

Extintas as cachoeiras, os Pankararu, e muitas outras etnias do São Francisco, estão limitados ao panteão de "Encantados" já existente e àquele universo dos que ainda podem vir a se manifestar. Isso, no entanto, é considerado insuficiente para continuar contemplando a sua expansão demográfica. Hoje, os Pankararu estão no trabalho de descobrirem um novo "segredo". Segundo João de Páscoa, veterano e guardião da tradição Pankararu:

> A cachoeira era um lugar sagrado onde nós ouvíamos gritos de índio, cantoria de índio, berros, gritos. O encanto acabou porque o governo quer assim, né… […] Olha, essa cachoeira, quando ela zoava, estava perto dela chover ou de um índio viajar. E a cachoeira não zoou mais, chove quando quer… Acabou-se o encanto dela. Então esse era todo o lugar sagrado que a gente pediu pra preservar, mas… É a força maior combatendo a menor… Era uma grande cachoeira, de um grande rio, que a gente ouvia os cantos, das tribos indígenas, vários cantos de tribos indígenas cantando junto que nem numa festa. Mas hoje em dia não se vê mais nada… Aquele encanto acabou (In ARRUTI, 1996).

Como avaliar impactos socioambientais no campo simbólico - espiritual quando o pragmatismo e racionalidade das nações consumistas e desenvolvimentistas ignoram, absolutamente, a dimensão espiritual/afetiva dos cálculos, das trocas, das recompensas financeiras? Como quantificar e negociar algo dessa dimensão? Não justificamos que a destruição da dimensão simbólica seja incluída nos cálculos das compensações ambientais, ao contrário, que sirvam de condicionante para a inviabilização de obras dessa natureza que interferem nos processos identitários e territoriais desses grupos.

7. AS LICENÇAS AMBIENTAIS DA CHESF

Como podemos analisar no corpo deste trabalho, a forma como foram feitas algumas barragens ao longo do São Francisco não dimensionou os impactos socioambientais advindos dessas construções, haja vista, não haver na época, mecanismos legais de controle e fiscalização. Segundo o Gerente do Departamento de Meio Ambiente - DMA da CHESF, Francisco Lira (2006):

> Antes de 1988, não havia exigência legal para o licenciamento ambiental de obras como essas. A partir de então, os empreendimentos novos só foram liberados com autorização dos órgãos ambientais. Posteriormente, a lei obrigou

que as antigas usinas também buscassem adequação (FOLHA SERTANEJA, Fev/2006).

As solicitações das licenças ambientais das usinas hidroelétricas, construídas pela CHESF, foram requeridas desde 1999 ao IBAMA, órgão responsável, que exigiu para esta liberação, estudos dos impactos nas áreas de abrangências dos empreendimentos, nos aspectos voltados para os meios biótico, abiótico e, sobretudo, social.

As licenças nº 509/2005 e 510/2005, que incluem cinco usinas: Luiz Gonzaga - PE, Moxotó - AL e Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso - BA, foram liberadas após estes estudos e, depois de serem definidas as "Condições de Validade da Licença de Operação", conhecidas como "Condicionantes Ambientais", entre as quais: programa de comunicação, educação e saúde ambiental; programa para identificar processos erosivos em torno do reservatório de Paulo Afonso; inventário do ecossistema aquático dos reservatórios; plano de revitalização e organização das áreas de visitação do complexo e o mapeamento de todo o reassentamento de Itaparica, bem como a situação socioeconômica dos reassentados.

Cabe salientar que os processos de construção desses condicionantes não escutaram as demandas de um número significativo de populações ribeirinhas do São Francisco, nem tão pouco foi produto de um processo amplo de discussão e análise dos impactos socioambientais ocasionados pelos barramentos.

Em síntese, podemos afirmar que as barragens estão "legais", mas o povo não está "legal". É paradoxal que, em 2007, tenhamos assistido a uma das maiores destruições de sítios rupestres do Nordeste no entorno do complexo hidrelétrico de Paulo Afonso, margem do São Francisco, onde está uma das "sedes" da CHESF. Hoje, a duras penas e, após constatarmos que mais de 50% sítios já foram destruídos, com a intervenção de vários órgãos estaduais, federais e da sociedade civil organizada, destacando-se a atuação do Ministério Público Federal, está se desenhando uma possível solução para estes problemas.

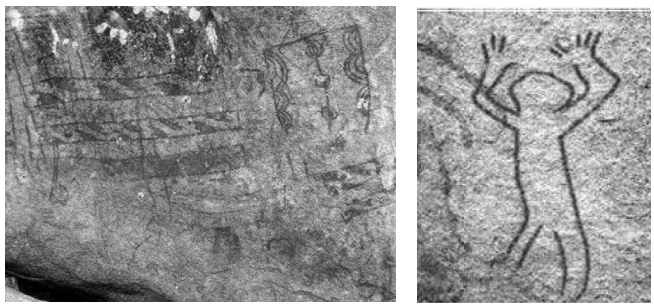


Figura 19: Pinturas ameçadas de serem destruídas em Paulo Afonso (CAAPA, 2007)

8. DESENRAIZAMENTOS NA BACIA DO SÃO FRANCISCO

As migrações, forçadas ou não, os exílios, as diásporas, as "misturas" de culturas, simbólicas ou "reais", os desenraizamentos, são marcas indeléveis da constituição da identidade social. É nisto, que apelidamos de hibridismo cultural ou interfaces de peles e culturas, que as identidades étnico-sociais vão se desenhando.

Podemos usar para falarmos dos desenraizamentos das populações ribeirinhas, duas expressões de Cancline (2003): reterritorialização e desterritorialização. O próprio autor escreve: "Com isso refiro-me a dois processos: a perda da relação 'natural' da cultura com os territórios geográficos e sociais e, ao mesmo tempo, certas relocalizações territoriais relativas, parciais, das velhas e novas produções simbólicas".

É importante imaginar que "nosso mais profundo sentimento de geração é o da perda que surge da partida" (GÓMEZ-PENHA apud CANCLINE, 2003). É neste lugar de "expulsão", de "diáspora das águas", que milhares de barranqueiros e barranqueiras vão significar novos espaços para viver, obrigados a esquecer de lembrar de toda uma vida! Trata-se de uma reelaboração dos sentidos, no sentido de sentir na pele! Parece simples teorizar sobre migrações e misturas humanas.

Entretanto, viver, refletir sobre qualquer experiência dessa natureza, ser dessa experiência, é por demais doloroso, com o amargo imperativo de que é necessário superar as desterritorializações traumáticas, como é o caso dos deslocamentos humanos de forma geral. Parafraseando Hall (2003): "Vida Ribeirinha" é o significante, a metáfora para aquela dimensão da vida que foi alagada ou forçosamente reelaborada.

Entretanto as dinâmicas das famílias ribeirinhas são como os ciclos das borboletas: ovos, crisálidas, lagartas e, novamente, borboletas! Poderemos observar esta compreensão no intenso processo de reafirmação das identidades indígenas vivenciados em todo o São Francisco, mesmo após o trauma contínuo dos barramentos.

Há um precioso pensamento do escritor Ítalo Calvino que nos acompanhou durante a pesquisa: "A cidade de quem passa sem entrar é uma, é outra para quem é aprisionado e não sai mais dali; uma é a cidade à qual se chega pela primeira vez, outra é a que se abandona para nunca mais retornar" (As Cidades Invisíveis, 1990).

Trata-se de uma dolorosa fratura humana: a quebra dos vínculos. São essas ligações constituintes e constituidoras das identidades que atribuem sentido aos processos de identificações sociais, como as que os beija-flores têm com seus ninhos e as borboletas com seus casulos. Gente também estabelece vínculo com água e terra. Falamos, pois, das complexas análises sobre os processos identitários e territoriais vivenciados em toda a Bacia do São Francisco, estes, destruídos pelas barragens.

BIBLIOGRAFIA

AB'SABER, A. N. O Homem dos Terraços de Xingo. Documento 06, UFS/PAX/PETROBRÁS/CHESF, 1997.

ALDEIA XACRIABÁ. O Povo Xacriabá e a Luta em Defesa do Rio São Francisco. Glória/Plenária Indígena do CBHSF, 2007. (folheto).

ALDÉ, Lorenzo. Etnia pra que te quero. In Revista de História da Biblioteca Nacional, ano 2, no. 18, março de 2007: Minoria: ser ou não ser? Rio de Janeiro: Gráfico Ediouro, 2007.

ALMEIDA, Afredo Wagner Berno de. Terras de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livres" faxinais e fundo de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus/AM: PPGSCA-UFAM, 2006.

ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. O reencantamento do mundo: trama histórica e arranjos territoriais pankararu. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. Dissertação de Mestrado.

_____. Mocambo: Antropologia e História do Processo de Formação Quilombola. Bauru/SP: EDUSC, 2006.

BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e Suas Fronteiras. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

BELTRÃO, Maria. Disponível em: <http://www.mariabeltrao.com.br/>. Acesso em: 11.fev.2007.

BRASIL. Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá Outras Providências.

_____. Dossiê 500 Anos: Rio São Francisco. Brasília: Câmara dos Deputados, Coord. de Publicações, 2002.

BRASILEIRO. Sheila. O Processo de Reassentamento do Povo Tuxá. In Relatório de Eleição da Área a ser Destinada aos Índios Tuxá de Rodelas pela CHESF. Salvador, Agosto de 1998.

BUENO, Eduardo. Brasil: Uma História – A Incrível Saga de um País. São Paulo: Ática, 2003.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CALDERON, Valentin (1967). Notícia preliminar sobre as seqüências arqueológicas do médio São Francisco e da Chapada Diamantina, estado da Bahia. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - PRONAPA, 1. Resultados preliminares do Primeiro Ano, 1965-1966. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, p. 107-120, il.

_____. (1969). Nota prévia sobre arqueologia das regiões central e sudeste do estado da Bahia. Programa Nacional de PesquisasArqueológicas - PRONAPA, 2. Resultados preliminares do Segundo Ano, 1966-1967. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, p. 135-152, il.

CALDERÓN, Valentin; ATAIDE, Yara; DÓREA, Ivan. Relatório das atividades de campo realizadas pelo "projeto Sobradinho de salvamento arqueológico". Bahia: CHESF, 1977.

CALDERÓN, Valentin; JACONE, Yara Dulce Bandeira de Ataíde; SOARES, Ivan Dórea Cansio. (1977). Relatório das atividades de campo realizadas pelo projeto Sobradinho de salvamento arqueológico. Salvador, Convênio AAPHBA/ CHESF, 73 p.

ROCCO, ROGÉRIO; Dos instrumentos tributários para a sustentabilidade das cidades; ROCCO, ROGÉRIO, COUTINHO, RONALDO (orgs.), O Direito Ambiental das Cidades. Rio de Janeiro. DP&A, 2004.

RODRIGUES, E. F. Externalidade negativas ambientais e o princípio do poluidor pagador. [S.l.]: DireitoNet, 2005. Disponível em:

<http://www.direitonet.com.br/artigos/x/22/27/2227/#perfil_autor#perfil_autor>. Acesso em: 26 set. 2006.

SETTE, M. T. D.; NOGUEIRA, J. M.; SOUZA, A. P. Direito tributário e sua aplicação à gestão ambiental: um enfoque econômico. Brasília: FACE/UnB, 2004. Disponível em:

<http://www.unb.br/face/eco/jmn/trabalhos/2004/direitotributario.pdf>. Acesso em: 20 set. 2006.

SILVA, GABRIELLA D. O impacto da compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos no desenvolvimento dos municípios: o caso do reservatório da usina hidroelétrica Três Marias. GEA. Unb, 2007. Disponível em Repositório BCE UNB, http://hdl.handle.net/10482/1305.

SILVA, LUDMILA L.; A compensação financeira das usinas hidrelétricas como instrumento econômico de desenvolvimento social, econômico e ambiental. Brasília, DF. Unb, 2007.

VERHOEF, E. T. Externalities. In: BERGH, J. C. J. M. van den (Ed.). Handbook of environmental and resource economics. Northampton: Edward Elgar, 1999.

CAPÍTULO IV

DANOS SIMBÓLICOS E VALORAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO[1]

Juracy Marques
Alzeni Tomaz
Leonardo da S. C. Sousa
Bruno Barbosa Heim
Eduardo Gomes do Nascimento
Juliana Neves Barros
Carlos Gonçalves de Andrade Neto
Kerly Mariana Marques dos Santos Xavier

As folhas das árvores servem para nos
ensinar a cair sem alardes.
Manoel de Barros

Indígenas Kariri- Xocó na base da Cachoeira de Paulo Afonso (CIMI, 2017)

No fluxo da história, observamos que parte significativa da humanidade foi limitada do acesso a direitos fundamentais em virtude de uma lógica de domínio e subjugação. O direito também é parido, em alguma medida, para legitimar esses sentidos e, complementar e contraditoriamente, esconde os segredos do seus dessentidos opostos aos sistemas de controle tão bem legitimados pelas letras jurídicas.

O direito não é apenas um jogo puramente lógico/racional, pois se assim o fosse, uma máquina logo nos substituiría em nossas atividades. É mais uma manifestação de conflitos de interesses e de disputas de poder na sociedade, cuja composição segue inúmeras regras, escritas e não escritas, em constante transformação e de múltiplos planos, que culminam num jogo retórico/entimêmico de palavras que, sem sombra de dúvidas, são apenas a ponta do iceberg das "verdades das formas jurídicas".

Sabemos que o mundo não pode ser pensado senão como um espaço culturalmente

1. Texto publicado na Revista Oparaá da FACAPA-Petrolina.

diferenciado. Não há como descer a diferença à condição do igual e do homogênio para que ela caiba nos cárceres hermenêuticos do direito. O direito, por um tempo, serviu ao projeto de assimilação cultural nos seus modelos de interpretação jurídica.

No caso brasileiro, o direito preexistente à Lei Magna, não contemplava o direito dos diferentes povos e culturas. A Contituição Federal de 1988, é que vai, definitivamente, instituir o Estado nacional como pluriétnico e multicultural. Essa decisão recente da história do nosso País, traduz, para o campo do direito, a obrigatoriedade de, em seus passos, tomar essa premissa como algo de referência fundamental.

Quando falamos em direito evocamos seus sentidos a partir de uma unidade antropocêntrica, etnocêntrica, humanocêntrica. Assim, tomamos o direito como de homens e mulheres. A história do direito é a história da humanidade como se nada mais existisse além dela. Quando pensamos a noção de vida para o direito, excluímos o valor e sentido dos outros elementos que integram e possibilitam a vida humana na Terra. O direito na era das epistemologias jurídicas líquidas, deve retroceder a esta verdade e incorporar outros elementos à sua dogmática para além da matéria, da razão, da objetividade e positividade dos espíritos das leis. Há sempre um sentido atrás dos sentidos, como sempre desconfiou Lacan.

1. POR UMA ÉTICA DA SUSTENTABILIDADE

Num contexto atual de grandes avanços tecnológicos, a sociedade, na esperança de um futuro promissor quanto às incertezas de eventuais riscos à humanidade e ao meio ambiente, busca demonstrar preocupações éticas em torno da razão da natureza frente ao desenvolvimento posto. Isto porque, quando práticas desenvolvimentistas desafiam valores humanos e comprometem o ambiente natural, ajudando ou prejudicando os seres humanos e as condições ecológicas, comumente, o Estado e setores privados influenciam e convencem a sociedade a aceitar a simples relação de custos/benefícios. Somos convenções dos valores associativos à natureza como objeto.

No Brasil o modelo de desenvolvimento aplicado ainda a partir da década de 60 e 70, não levou em consideração a questão ambiental, ampliando práticas de motomecanização, químico-agrícola, concentração agrária e monocultivos, estabelecendo, portanto, o modelo da chamada revolução verde que teve como consequência a superprodução de alimentos com concentração de renda, todavia, com má distribuição. As consequências deste modelo levaram a discutir o tema da sustentabilidade, inicialmente, como conceito "conservacionista florestal" (NEDER, 2002: 31). Mesmo hoje, a lógica desenvolvimentista brasileira repete um modelo etno e ecocída.

Para Neder (2002) o debate que orienta a sustentabilidade é fomentado a partir de

um cenário internacional de crise dos recursos renováveis e não renováveis como o colapso do petróleo, por exemplo, que gerou os problemas energéticos e econômicos no Planeta. A resposta brasileira foi à difusão de energias, como as das hidroelétricas e a ênfase nas políticas de estruturas administrativas, voltadas para a gestão ambiental[2] como as proibições, licenciamentos, outorgas como agenda principal do conservacionismo[3] clássico, apregoada na Conferência de Estocolmo em 1972. O estado brasileiro agencia e financia esse modelo de desenvolvimento em todo o território nacional.

Outra fase do conceito de sustentabilidade praticada pelas esferas oficiais, ocorre na década de 90 com a política de desenvolvimento que orienta investimentos econômicos empresariais, multilaterais, governamentais e agentes privados que traçam diretrizes para usos de tecnologias e a relação com o meio ambiente, através de políticas conservacionistas sem considerar os grupos humanos, onde países hegemônicos consideram grandes extensões territoriais dos países pobres como agricultáveis e não como socioambientais, todavia, o Brasil não considerou a distribuição agrária. Outra prática de sustentabilidade ambiental intensificada pelo governo ocorreu com a implantação de áreas de unidades de conservação integral, sem considerar as comunidades locais, expulsando-os dos territórios ancestrais, indígenas ou não (NEDER, 2002: 45-46).

Na Bacia do rio São Francisco situam-se inúmeros povos e comunidades tradicionais como, Indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, povos de terreiros, ciganos, fundo de pasto, vazanteiros, entre outros, que na correlação de forças, numa sociedade de classes como a brasileira, são excluídas das políticas socioambientais. Esses atores sociais encontram-se em territórios tradicionais de vínculos simbólicos e ritualísticos onde mantém relações simbióticas com seus respectivos ambientes biofísicos, também simbólicos. Esse modelo de desenvolvimento implantado no Brasil a partir da década de 60, teve impactos diretos sobre a vida de milhares de pessoas ribeirinhas do São Francisco que, ainda hoje, não tiveram o amparo tão cantado nas estruturas jurídicas nacionais e internacionais.

2. O CASO DO SÃO FRANCISCO

O Rio São Francisco e as Caatingas do Nordeste são ecossistemas extremamente fragilizados pela ação violenta do capital ao longo dos seus mais de 500 anos de exploração. Trata-se de um rio com a maior cascata de barragens do Brasil (Três Marias, Sobradinho, Itaparica, Complexo PauloAfonso I, II, III e IV e Xingó), responsável pela desarticulação da vida de

2. Criação das agencias ambientais nos Estados como, a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente em 1973 (NEDES, 2002: 34), SUDENE (1959), SUDAN (1966), CHESF (1948), entre os outros órgãos de natureza desenvolvimentista (grifo meu) e a criação de inúmeras leis infra.

3. Ler: DIEGUES, Antonio Carlos Santana. O Mito Moderno da Natureza intocada. São Paulo: Hucitec, USP, 2000. O livro trata das relações do ser humano e o mundo natural nesse final de século, marcando processos globais que tem levado a uma crescente degradação ambiental.

mais de 250.000 (duzentos e cinquenta mil) pessoas, destruição de cidades inteiras como Remanso, Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado e Sobradinho, pela hidroelétrica de Sobradinho em 1979 ; Itacuruba, Rodelas, Petrolândia, Barra do Tarrachil, Glória, entre outras, pela barragem de Itaparica em 1988; apagamento da cultura material e imaterial dos povos autóctones das Américas, extinção de centenas de espécies da biodiversidade das caatingas e outros biomas, destruição das cachoeiras sagradas dos povos indígenas e dos encantados a elas associadas, desorganização dos modos de reprodução cultural e simbólica das populações ribeirinhas, entre outros impactos socioambientais.

Um caso bastante dramático diz respeito à situação dos povos indígenas do São Francisco, como osTumbalalá (Abaré/Curaçá-BA),Truká (Cabrobó-PE),Tuxá (Rodelas-BA), Pankararu (Jatobá-PE), Pipipan (Floresta-PE), Kambiwá (Ibimirim-PE), Xocó (Porto da Folha–SE), Kariri-Xocó (Porto Real do Colégio- AL), Xukuru (Pesqueira-PE), Pankararé (Glória-BA), entre outros. Esses povos indígenas do São Francisco, sequencialmente, são vítimas de diferentes danos socioambientais decorrentes do modelo de desenvolvimento implementado na Bacia desde a década de 60.

3. DANO AMBIENTAL E DIREITO PENAL

O meio ambiente vem sofrendo cada vez mais coma degradação causada, em grande parte, pelo fator humano, de maneira que não se pode enxergá-lo tão somente como uma preocupação em longo prazo, mas, sobretudo, como elemento substancial para garantir a perpetuação das presentes e futuras gerações, como assegura a Constituição Brasileira. Obviamente, a degradação ambiental interfere sobremaneira na vida humana, e mostra os seus reflexos nos tempos atuais através da redução da fauna e ictiofauna silvestre, da flora nativa, dos regimes climáticos extremos, da desertificação de grandes faixas territoriais, da exaustão dos ecossistemas em todas as suas dimensões.

Em virtude da irreversibilidade dos danos causados ao meio ambiente, a tutela ambiental constitucional e penal, administrativa e civil, embora não sejam suficientemente eficazes e, espera-se ao menos, que sejam bem entendidas e corretamente aplicadas, como possibilidade de minimizar tais situações. A lei nº. 9.605/98 procurou sistematizar toda a legislação esparsa, trouxe avanços e alguns retrocessos, mas, no geral, melhorou alguns tipos penais e criou outros, acrescentando a culpa como modalidade inexistente anteriormente, bem como mais crimes de perigo. Vale mencionar também, que a tutela administrativa é permeada de interesses políticos e deficiência de aparelhagem humana e técnica. Por seu turno, no que concerne à tutela civil, observa-se a desatualização das legislações pátrias, bem como a timidez do Poder Judiciário ao lidar com questões socioambientais.

Deste modo, observa-se que o patrimônio imaterial, mesmo com a Constituição de 1988, ainda se coloca desprotegido. No entanto, a busca é pela efetividade da proteção ambiental,

como preocupação na sociedade contemporânea, o que alguns doutrinadores vêm chamando de criminalidade moderna, a qual compreende um novo tipo de conjuntos criminais. Como consequência desse novo tipo de criminalidade, adveio o que se costuma conceituar de sociedade do risco, sendo o meio ambiente um dos ramos mais atingidos por esse novo instituto.

A utilização do direito penal para tutelar o meio ambiente é essencial, uma vez que as demais tutelas se mostram um tanto quanto ineficientes, ante a constatação do tamanho da destruição ambiental que a sociedade contemporânea experimenta. Sobreleve-se a importância da elaboração, pelo legislador, da lei nº. 9.605/98, denominada de lei dos Crimes Ambientais, que em seu bojo passou a tipificar como crime muitas infrações penais contra o meio ambiente que antes eram consideradas contravenções penais, quando não eram configuradas como condutas atípicas.

De mais a mais, o supramencionado diploma normativo, trouxe no seu interior a possibilidade de uma maior utilização dos institutos da transação penal e suspensão condicional do processo, por meio das quais se busca uma menor criminalização das condutas. Portanto, deve-se ter em mente que a utilização do direito penal é de extrema importância para a tutela ambiental, devendo-se sempre, respeitar os preceitos constitucionais que limitam a criminalização. Em verdade, o direito penal ambiental é mais um reforço para a busca da efetividade na proteção ambiental, e não uma mera substituição às outras formas de tutelas ambientais. Mesmo assim, a reflexão deve-se pautar primeiro, no elemento promissor do princípio constitucional ambiental da precaução. Se é difícil a materialização do direito penal ambiental no que tange a cultura material, é mais desafiador ainda a tutela do direito imaterial, imbuídos de elementos subjetivos do qual o direito positivado pouco ou quase nada dar conta.

4. DANOS SIMBÓLICOS

A noção do "dano" é muito cara ao direito. Historicamente sempre se pensou o dando como uma alteração sofrida por alguém ou algo, vítimas, em algum grau, dos efeitos dessa ação ou omissão. No campo do direito ambiental, por exemplo, trabalha-se com tipificações de danos que vai desde uma dimensão material, patrimonial, até uma perspectiva não-patrimonial, que classificaremos aqui como simbólica ou imaterial, para a qual há poucas formulações no campo jurídico-formal. *Odano ambiental significa a violação do direito de todos ao equilíbrio ecológico, direito humano fundamental, de natureza difusa*[4].

Antes, nos processos de mensuração dos impactos ocasionados pelas grandes barragens do São Francisco, tomava-se como atingidos aqueles sujeitos que sofreram as consequências desses empreendimentos a partir de uma lógica hídrica e territorial. Assim, as comunidades

4. MIRRA, Álvaro Luiz Valery, in Relatório do MP/SP sobre danos ambientais (2011).

de pescadores à jusante das barragens, cujos efeitos sofridos escapavam à esta ideológica e limitada noção, não foram indicadas como indenizáveis. Por exemplo, as comunidades de pescadores artesanais da foz do Velho Chico, destruídas com o avanço do mar, efeito provocado, entre outras coisas, pelo enfraquecimento da vazão do Rio, decorrente da construção da Barragem de Xingó, cerca de 300 km à montante, não foram compensadas pelas consequências dessa obra. São evidentes, nesta situação, danos materiais e imateriais, passivos de serem mensurados e indicadas sua reparação e/ou compensação.

Nessa perspectiva, o que seria o dano imaterial? Ele se configuraria como dano material, como dano moral ou de outra natureza? A dimensão material hospeda o campo imaterial? O que chamamos de imaterial seria correlativo à dimensão simbólica da cultura? Já temos formulações jurídicas para descrevermos o patrimônio imaterial natural da humanidade e suas correlativas mensurações aos danos sofridos nessa dimensão? Como pensar a reparação (restauração ou recuperação) ou mesmo a compensação, no campo jurídico-formal, do dano ao patrimônio cultural imaterial?

Via de regra, mesmo as dimensões simbólicas da cultura, no campo do direito, deságua para o campo patrimonial, e retoma o espírito da verdade sobre a matéria, um positivo materialismo jurídico. A Constituição Federal de 1988, no seu Art. 225, defende o direito ao "meio ambiente ecologicamente equilibrado". Não podemos tomar essa descrição como uma ecologia material. Nos perguntaríamos de quem é este direito, senão da cultura humana?

Em alguns países daAmérica Latina, nos seus novos constitucionalismos, já se percebe o direito de outros seres integrantes dos ecossistemas que não os humanos. A Corte Máxima do nosso País, têm referendado interpretações de natureza simbólica nas suas decisões, como a elaboração recente na decisão do Supremo Tribunal Federal (maio de 2012) que reconheceu o direito dos Pataxó Hã-Hã-Hãe aos seus territórios tradicionais, na Bahia, do Presidente, Carlos Ayres Britto, que, em seu parecer, quebra este lugar da "materialidade jurídica" e recepciona, no campo jurídico-formal, as leis imateriais das subjetivas e simbólicas elaborações ecológicas de diversos povos e comunidades tradicionais, entre os quais, os povos indígenas:

> Para o índio a terra não é um objeto sujeito a pecúnia. Para o índio a terra é um totem horizontal. O índio tem com suas terras um vínculo que nós não conseguimos ter. A terra é uma alma, um principio espiritual. É anímica, psíquica.

Falamos dos complexos desafios frente ao *direito subjetivo* das sociedades humanas. Anuncia-se nas análises jurídicas abordagens sobre « a alma dos objetos ». Observado o dano, os novos passos jurídicos indica para *a reparação dodano ambiental, segundo determina a Constituição Federal (art. 225, § 1º), devendo ser buscadas as reparações de todos os danos* àquele *associado, ou seja, os danos*

presentes e futuros, os previsíveis e imprevisíveis, os emergentes, os morais e, também, os lucros cessantes[5], como indica o Inciso VI, do Art. 4º., da lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, nos aspectos relativos à preservação e restauração dos recursos ambientais.

Mas como atribuir o valor patrimonial, ou extra-patrimonial, a uma espécie que foi extinta em virtude de uma determinada ação nos ecossitemas naturais? Como mensurar o valor pela destruição de lugares sagrados dos povos e comunidades tradicionais, como cachoeiras, cemitérios, florestas, rios, etc? Como traduzir o valor sobre a morte de um idoso após ser transplantado de suas memórias em virtude de alagação de cidades pelos grandes lagos das hidrelétricas? O direito deveria classificar essas situações como "dano moral" ? É possível inferir que os mesmos não se enquadram como violação a direito de personalidade. Tais situações são presumíveis, mas não temos fechadas suas categorizações conceituais no campo jurídico-formal. Já é *facto* que o dano moral difere-se do dano ambiental.

Quando o dano é indenizável? Quando representa uma infração à lei, ou seja, quando a ação é ilícita, mesmo sendo a ação uma omissão. Mas a tradição jurídica, nos seus percursos indenizatórios sempre trabalhou com a "prova material" . E quando o dano escapa a esta dimensão, o que tem feito o direito? Já podemos dizer que o direito deixou de ser patrimonialista? A decantação dos princípios "da dignidade humana" , do "direito à felicidade", são indicativos de que o direito não pensa apenas pela lógica material, ou estamos falando de uma nova materialidade: a dimensão simbólica como algo real? Bourdieu (2005), sobre essa nova materialidade, vai dizer que:

> O poder simbólico é esse poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. Poder quase mágico, que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário.

Na nossa sociedade, que força está no lugar totêmico desse reconhecimento? Provavelmente, o direito. Mas, quando a questão é o dano ambiental, este reconhecimento não pode desaguar numa contabilidade ou precificação dos serviços ambientais interditados. Numa sociedade capitalista de consumo, pensa-se, tudo vira mercadoria, tudo tem preço, até o que não tem preço. Vivemos aera da mercantilização da natureza como professa a Economia Ambiental em contraposição ao que defende a Economia Ecológica, para qual nem todo o dano ambiental é passivo de mensuração. Mas ao direito é dado o direito de indicar que há coisas que não tem preço? Quanto vale a destruição de um encantado[6] , por exemplo? Dizem alguns entusiastas da valoração do dano ambiental, material ou imaterial, que a mensuração, a valoração, a precificação, é *para diminuir a dimensão subjetiva* dessas relações, ou mesmo servir de parâmetro para o controle da ação tipificada e medida

5. Relatório do MP/SP sobre danos ambientais (2011).

6. Forças espirituais das cosmovisões dos povos indígenas do São Francisco, que "moravam" nas cachoeiras destruídas para construção das grandes barragens.

educativa. Quiçá. Sabemos que os custos dos danos já são estimados nos valores das ações e omissões, e, sabe-se, esperados nos diálogos jurídicos.

Em alguns casos específicos de indicação de dano imaterial, correlativo temporário ao dano moral, busca-se, sempre, compensar a vítima violada em seus direitos extra-patrimoniais ligados à personalidade. Mas estas saídas têm sido, corajosamente, questionadas por diferentes operadores do direito na contemporaneidade.

Quando nos reportamos ao dano estamos indicando "o prejuízo", a ação sofrida e suas consequências, seus efeitos, quer seja na dimensão material ou imaterial. Objetivando reparar, minimizar e, quem sabe, evitar a repetição dessas condutas, o direito, tem dedicado-se a pensar "metodologias" para realizar mensurações com suas respectivas equivalências. É sabido que os impactos no campo simbólico, imaterial, são incalculáveis, inapagáveis e impagáveis.

A mensuração do dano imaterial estaria na ordem do impossível? Não é fácil estimar o inestimável, calcular o incalculável, mensurar o imensurável, pagar o impagável. Eis a tarefa do direito: fazer o impossível: "*sabendo impossível ele foi lá e fez*."

Esta seara da mensuração do dano ao patrimônio cultural imaterial, por exemplo, pode ser pensada como o valor que a sociedade, a coletividade, atribui ao dano? O Decreto Federal 4339/2002, que institui a Política Nacional da Biodiversidade, no item XIV do seu anexo, diz que: "o valor de uso da biodiversidade é determinado pelos valores culturais e inclui valor de uso direto e indireto, de opção de uso futuro e, ainda, valor intrínseco, incluindo os valores ecológico, genético, social, econômico, científico, educacional, cultural, recreativo e estético". São respostas a estes questionamentos que vão levar aos caminhos das reparações ou compensações ambientais.

Hoje, para o direito, a reparação "in natura" e "in situ" (restauração e recuperação) e mesmo a compensação "ex situ", quando não for possível a reparação, são formas indicadas de soluções jurídicas para a problemática do dano ambiental, mas, muitos casos, exigem metodologias capazes de operar a valoração que antecede a reparação e a compensação ambiental. Quando a questão está na dimensão simbólica, imaterial, os desafios são oceânicos para o campo jurídico.

5. CULTURA IMATERIAL

A noção de cultura talvez seja uma das categorias mais complexas das experiências humanas. Sua dimensão simbólica tornou-se um elemento facilmente perceptível, mas, a tradição racionalista, mecanicista, cartesiana, positivista, materialista do mundo, expulsou do campo das análises associadas à cultura, esta perspectiva. Só recentemente, a dimensão

imaterial da cultura passou a ser pauta no campo das políticas públicas e na ordem jurídico-formal.

A Unesco toma a Cultural Imaterial como "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural." Não há, portanto, consenso sobre a definição do que seja cultura imaterial, mas, observamos, tem algo da ordem simbólica associada a cultura, traduzida em alguns espaços como "cultura popular", "práticas tradicionais culturais", "patrimônio cultural intangível", "patrimônio vivo", "bens culturais", "culturas simbólicas", "patrimônio cultural imaterial", entre outros.

A Constituição Federal, no seu Art. 216, diz que o patrimônio cultural brasileiro são os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. A cultura imaterial tem relação direta com a cultura material.

Compreendemos **cultura material** como qualquer segmento do meio físico socialmente apropriado e ao qual são atribuídos uma forma e uma função (MENEZES in NEVES, 2004:172). Porém, historicamente, vemos ser defendido como patrimônio nacional apenas os elementos relativos ao patrimônio material. No caso do Brasil, que, gradativamente vêm incorporando as novas discussões no campo da cultura imaterial, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Próprio Ministério da Cultura, adotam a definição estabelecida pela CF/88, em seu artigo 216, como foi mencionado.

Do ponto de vista sociocultural, o artigo acima citado, traduz a história de um povo, formando assim sua identidade. Todavia, numa lógica conservacionista, buscou-se dividir severamente o meio ambiente em meio ambiente e cultura, reduzindo-o a uma essência artificial. No entanto, o papel de proteger a cultura imaterial, segundo a Constituição Federal, compete ao "poder público em colaboração com a comunidade, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação".

O Brasil já dispõe de um Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, criado pelo Decreto 3551/2000, que, segundo o ex-Ministro da Cultura, Gilberto Gil, era para "identificar, iluminar, contemplar e, posteriormente, compartilhar com os brasileiros e demais povos do mundo a rica pluralidade cultural e social que caracteriza a nação brasileira, faz parte da nossa consolidação democrática e da missão planetária que nos chama."

6. DANOS AO PATRIMÔNIO IMATERIAL

No geral as mensurações por dano imaterial objetiva reparar as consequências da ação; minimizar os efeitos da ação; servir de elemento educativo para evitar a recorrência da ação; promover, mesmo que minimamente, a satisfação do sofredor da ação danosa, entre outros. Em alguns casos a mensuração visa aspectos restitutivos e, em outros, compensatórios. Segundo Carlos Gonçalves (2008) :

> Historicamente, a díade material-moral, na esteira do fenômeno da evolução dos conceitos jurídicos, é passo sucessivo do reconhecimento apenas das violações de natureza patrimonial, a se abarcar a história recente. A própria construção do conceito de dano moral e, mais recentemente, sua associação com os direitos de personalidade, evoluíram paulatinamente ao longo do Século XX, de modo que é recentíssima esta associação plena entre elas (pág. 12).

A redação da lei 7.347/85, que trata da Ação Civil Pública, no seu Art. 1º., e suas modificações subsequentes, entre elas pela lei 8.884/94, já evidencia a noção do dano imaterial : "regem-se pelas disposições desta lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados"(redação dada pela lei nº. 8.884, de 11.6.1994). Carlos Gonçalves (2008) a problematiza:

> Curioso notar que a expressão "morais e patrimoniais" não existia na redação original, que referia-se apenas a danos causados à lista que se seguia. A lei 8.884/94, que acrescentou a expressão referida supra, aliás, em nada tratava de questões de meio-ambiente, mas tão somente da prevenção e repressão às infrações à ordem econômica, nos dizeres de sua própria ementa. Entretanto, esta lei, que não guarda nenhuma conexão material com o direito ambiental, simplesmente criou um problema técnico-dogmático, que é o da possibilidade jurídica de se reconhecer *danos morais ambientais*, ou melhor dizendo, *danos ambientais morais*. A tentativa, *a posteriori*, de justificar consequências não previstas de atos legislativos é, aliás, não incomum em nossa ordem jurídica, a demonstrar o descuido com que o feitio das leis é conduzido.

Para a Constituição Federal de 1988, « bem ambiental » é caracterizado como interesse difuso e coletivo:

> Art. 129, III. promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

E ainda, no Art. 225 § 3º prevê a possibilidade de sua reparação civil:

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê- lo e preservá- lo para as presentes e futuras gerações.
>
> § 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; (...) § 2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
>
> § 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

No que é complementada pela lei 6.938/81:

> Art 14 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores: (...)
>
> § 1º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

A noção de dano, sabemos, tem relação direta com as esferas do poder. Não há como pensar equidade nas suas análises e mensurações. Por exemplo: o arranhão provocado no rosto de um cidadão comum é equivalente à de uma modelo internacional? Os processos históricos mostram como tem sido difícil para diferentes povos e culturas, colocar na pauta das mensurações de danos ambientais suas dimensões simbólicas. Por exemplo, passados mais de 20 anos da instalação da barragem de Itaparica, ainda há povos lutando por indenizações ligadas à uma lógica territorial e hídrica como é o caso do Povo Tuxá de Rodelas. A dimensão sagrada das cachoeiras e consequentemente, a expulsão dos encantados ordenadores de suas cosmovisões; a extinção de parte da ictiofauna sanfranciscana em virtude da quebra nos ciclos reprodutivos das espécies nativas após o alicerçamento dos grandes barramentos e suas consequências na vida dos pescadores artesanais, entre tantos e infinitos exemplos, ainda

não estão na pauta do jogo jurídico dos processos indenizatórios nem configuram-se como condicionantes para liberação de licenças ambientais desses empreendimentos.

> Perder as cachoeiras não tem explicação, não. Não tem explicação! Que as cachoeira seria muito importante pra nós. Quando a gente ia pescar que num tava pegando peixe, a gente parava, que as água também parava. A gente ficava ali. Quando as cachoeira dava o sinal e começava a zoar, zoar era a hora de agente pegar o peixe. Que a água dormia, no silêncio da noite ela parava, perto da meia-noite pra meia-noite. Quando dava uma da madrugada ela acordava e começa a zuar, a roncar, aí a gente ia e pegava peixe, o peixe já tava andando, era um sinal que o índio tinha, a experiência nas nossa pesca. E outra! Os velhos nervoso, quando tava qualquer pessoa doente dos nervo, ia tomar banho de cachoeira, muito importante. Chegava lá, agarrava nas pedra, marguiava e dexava a água correr até… enquanto ele tinha fôlego de tá ali. Sarvava e livrava do nervosismo. (Cacique Bidu – Tuxá[7])

O sentido simbólico também tem efeito de saúde nas narrativas desses povos. A perda das cachoeiras demonstraram a assertiva. Uma das mais interessantes análises das consequências das barragens no campo simbólico das populações ribeirinhas é feita por Arruti (1996) em sua dissertação de mestrado intitulada "O Reencantamento do Mundo: Trama Histórica e Arranjos Territoriais Pankararu", do Museu Nacional - UFRJ. Percebe-se a partir desta pesquisa que os "encantamentos" de "índios vivos" que geraram os atuais Encantados, envolviam as extintas cachoeiras de Paulo Afonso e de Itaparica, embora todos os outros povos indígenas narrem essas relações com outras cachoeiras e quedas d'águas do São Francisco, todas destruídas pelas barragens.

Algumas narrativas contam que o surgimento dos Encantados e dos próprios Pankararu deve-se aoencantamento de toda umapopulação de índios, uma "tropa", que teria se jogado na cachoeira de Paulo Afonso. Eram esses Encantados que passaram a habitar a cachoeira e que tinham origem em todas as "nações" antigas, que se comunicavam por meio do estrondo das águas, prevendo desgraças, mortes ou mesmo novos encantamentos. Depois desse encantamento coletivo, que dá origem à própria aldeia, pensada enquanto unidade espiritual, outros índios, depois de serem anunciados e de passarem pela devida preparação, podiam continuar se encantando: "*veja só, as linhas dos encantos das* águas *são as cachoeiras. Se elas estão sendo destruídas, como vai ficar agora?"* (CACIQUE CÍCERO TUMBALALÁ, 2008).

Ainda, segundo Arruti (1996) o dilema mais dramático, do ponto de vista da identidade étnica para os Pankararu, é o fato de todo esse sistema estar ameaçado em sua reprodução. Depois de terem assistido a sua morada nas cachoeiras de Paulo Afonso serem destruídas pela construção das barragens, os Encantados migraram para a cachoeira de Itaparica,

7. Leitura da Nova Cartografias Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil: Tuxá de Rodelas, UEA Edições, 2010.

também inundada com a barragem, acontecendo novamente uma nova destruição de sua morada. Extintas as cachoeiras, os Pankararu, e muitas outras etnias do São Francisco, estão limitados ao panteão de Encantados já existente e àquele universo dos que ainda podem vir a se manifestar. Isso, no entanto, é considerado insuficiente para continuar contemplando a sua expansão demográfica. Hoje, os Pankararu estão no trabalho de descobrirem um novo "segredo". Segundo João de Páscoa, veterano e guardião da tradição Pankararu:

> A cachoeira era um lugar sagrado onde nós ouvíamos gritos de índio, cantoria de índio, berros, gritos. O encanto acabou porque o governo quer assim, né… […] Olha, essa cachoeira, quando ela zoava, estava perto dela chover ou de um índio viajar. E a cachoeira não zoou mais, chove quando quer… Acabou-se o encanto dela. Então esse era todo o lugar sagrado que a gente pediu pra preservar, mas… É a força maior combatendo a menor… Era uma grande cachoeira, de um grande rio, que a gente ouvia os cantos, das tribos indígenas, vários cantos de tribos indígenas cantando junto que nem numa festa. Mas hoje em dia não se vê mais nada… Aquele encanto acabou (In ARRUTI, 1996).

Como avaliar impactos socioambientais no campo simbólico quando o pragmatismo e racionalidade ainda são hegemônicas no campo do direito? Como quantificar e negociar algo dessa dimensão? Não justificamos que a destruição da dimensão simbólica seja incluída nos cálculos das compensações ambientais, ao contrário, que sirvam de condicionantes para a inviabilização de obras dessa natureza que interferem nos processos identitários e territoriais desses grupos humanos culturalmente diferenciados. Escutemos SandroTuxá (2006):

> Em relação às nossas cachoeiras que, de certa forma perdemos, devido ao enchimento das barragens. As cachoeiras simbolizam os contatos profundos que os nossos índios tinham com o Rio, de forma tal que os nossos antepassados que os mesmos nunca se distanciam do Rio. As cachoeiras não tinha só a serventia de fazer o remanso e dali ficar alguns peixes para a gente flechar com o batim. Mas também porque através das cachoeiras a maioria dos mais velhos entravam numa espécie de transe nos seus rituais que conseguiam, compreendiam o que as cachoeiras estavam a dizer e através delas entoavam vários cantos. Hoje os cantos desses, muito presente nas nossas comunidades, aonde simboliza a questão da nossa cultura, a questão das águas, infelizmente devido não existir mais as cachoeiras, esse contato que existia antes com o Rio não foi mais possível e hoje dificilmente os índios mais velhos conseguem entoar cantos relacionados com as águas, porque aonde os índios estavam mais presentes no dia a dia era com o Rio, portanto era uma aproximação muito profunda ao ponto deles compreenderem e escutar as águas, nós acreditávamos nisso, aonde os mais velhos sabiam quando as águas dormiam e quando chegava a madrugada de repente acalmava, vinha a calmaria e ninguém mais escutava o

> estrondo da cachoeira. É interessante que eu era menino e conseguia escutar isso muito bem e de repente as cachoeiras começavam a ficar novamente revoltas e começava o barulho mais uma vez, os índios sabiam através da zuada, dos barulhos da Cachoeira aonde e como o peixe tava caminhando para eles poderem pescar, para eles poderem caçar e isso tinha uma relação tão profunda com as comunidades, com o povo que ali viviam que eles previam aonde era o melhor local para pescar, enfim esse contato que era muito frequente e a gente costumávamos dizer em algumas palestras e para o governo também, que não só basta pensar em progresso mas que forma de progresso. Como é que você pode criar o progresso onde você não respeita o vivenciar dos povos indígenas, das comunidades que estão ali presentes, a sua espiritualidade.

Aos povos/nações indígenas que margeiam o Rio São Francisco foi suprimida parte de sua identidade quando as cachoeiras do rio foram ocupadas pelas usinas hidrelétricas. O conceito de povo, para efeito de aplicação das normas internacionais de tutela dos direitos humanos inclui, por definição, a tutela de seus símbolos, território, costumes, práticas religiosas, culturas e, de um modo geral, seu modo de ser e de se reproduzir.

Neste sentido, pensamos, é que pode também ser construída a interpretação da lesão à coletividade especificada, por impedimento à continuidade do exercício de determinadas práticas e manifestações culturais ou religiosas que tradicionalmente compunham seus processos identitários e territoriais.

Diz o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, Decreto nº 592 - de 6 de julho de 1992, Art. 27:

> No caso em que haja minorias étnicas, religiosas ou linguísticas, as pessoas pertencentes a essas minorias não poderão ser privadas do direito de ter, conjuntamente com outras membros de seu grupo, sua própria vida cultural, de professar e praticar sua própria religião e usar sua própria língua.

Considerando-se que o referido dispositivo de direito internacional foi formalmente internalizado na ordem jurídica brasileira por decreto, não haverá nenhuma dificuldade para o aplicador do direito construir a ponte entre a conduta comissiva lesiva praticada pelo Estado, ou outro ente, e o dever de indenizar pelo dano coletivo. Vide ainda o disposto na Convenção 169 da OIT, Art. 14:

> 1. Os direitos de propriedade e posse de terras tradicionalmente ocupadas pelos povos interessados deverão ser reconhecidos. Além disso, quando justificado, *medidas deverãoser tomadas para salvaguardar odireitodospovos interessadosde usar terrasnão exclusivamente ocupadaspor eles* às

> *quais tenham tido acesso tradicionalmente para desenvolver atividades tradicionais e de subsistência.* Nesse contexto, a situação de povos nômades e agricultores itinerantes deverá ser objeto de uma atenção particular.

O Art.15 dessa mesma Convenção estabelece:

> 2. *Em situações nas quais o Estado retém a propriedade dos minerais ou dos recursos do subsolo ou direitos a outros recursos existentes nas terras, os governos estabelecerão ou manterão procedimentos pelos quais consultarão estes povos para determinar se seus interesses seriam prejudicados, e em que medida, antes de executar ou autorizar qualquer programa de exploração desses recursos existentes em suas terras. Sempre que for possível, os povos participarão dos benefícios proporcionados por essas atividades e receberão indenização justa por qualquer dano que sofram em decorrência dessas atividades*. (com nossos destaques)

Observe-se que mesmo não sendo terra de "ocupação exclusiva", a indenização é devida aos povos indígenas que sofrerem danos (seja de que categoria forem) com a exploração econômica de recursos econômicos pelos governos em seus territórios tradicionais e, embora não explicitado, muito mais no que concerne à perda de elementos identitários, como é o caso em tela.

No que concerne à ***quantificação da indenização***, somos da corrente de que perdas irreparáveis como estas não são quantificáveis para efeito de equivalência pecuniária. O que justifica a indenização é o efeito de desestímulo a novos empreendimentos do gênero. Entretanto, há que se destacar, no caso das sucessivas construções de grandes hidrelétricas construídas na Bacia do São Francisco, onde cerca de 250.000 (duzentos e cinquenta mil) pessoas foram atingidas, nada serviu de elemento inibidor dessas ações. Hoje, vemos se repetir esse modelo e, com a construção das novas hidrelétricas planejadas (Pedra Branca, Riacho Seco e Pão de Açúcar), os efeitos desses empreendimentos repetem suas características danosas aos povos e seus ecossistemas associados, mesmo o Brasil "não mais estando" sob o solado de uma ditadura ou ser vítima de frágeis leis ambientais. Hoje somos um país com "uma das melhores" legislações ambientais do mundo e, vivenciamos, um "estado democrático de direito".

Analogamente, ao princípio do poluidor-pagador do Direito Ambiental, sem um preço que iniba efetivamente a conduta causadora do dano se estará premiando a ação que se quer desestimular, o que vai na contramão dos fins a que se busca. A indenização precisa, portanto, ser exemplar, desestimulante das condutas e preventiva.

Este cenário se reconfigura, se repete, mesmo que seus danos já tenham sido mensurados

e os autores das ações responsabilizados. Esses pagamentos são decorrentes de anos de mobilização popular motivada pela avalanche de impactos causados pela implantação de grandes hidrelétricas na Bacia do São Francisco. O pagamento de *royalties* por parte das empresas causadoras dos danos, foi consagrada na Constituição Federal de 1988, art. 20, § 1º., instituída pela lei nº. 7.990/91, regulamentada pelo Decreto nº. 01, de 11 de janeiro de 1991. É salutar questionarmos os efeitos desses procedimentos sobre a natureza e as pessoas do São Francisco. Pensamos sempre: para onde vai o danado do dinheiro do dano (DDD)? Em Paulo Afonso, por exemplo, onde está a "casa da CHESF", o dilema de dezenas de famílias de quebradores de pedras em área de ocorrência de sítios arqueológicos, demonstra esta total disparidade entre o dano e a minimização das fragilidades sociais e ambientais alimentadas pelos empreendimentos de onde decorrem os danos.

Nestes casos, onde a tensão se estabelece com o Estado, os conflitos e negociações (punição ou acordo; compensação x reparação), comporta uma violência subsumida. Quando se trata da relação com o estado, em muitos casos, já há uma vitória e uma derrota estabelecida. O dano, nestas situações, são complexos e de dificuldades aumentadas, como podemos observar nas lutas por seus territórios tradicionais do povo Truká e Tumbalalá em área onde o estado implantou a obra da transposição.

7. COMPENSAÇÃO DO DANO

Rogério Rocco, na obra "Direito Ambiental das Cidades" (2004), problematiza que há no Brasil uma carência "de uma política tributária que funcione como instrumento de defesa e proteção do meio ambiente". A mensuração do dano material e, sobretudo imaterial, pode estar atrelada aos sentidos de proteção ou evitamento da repetição da ação danosa? Os princípios do usuário-pagador e poluidor-pagador do Direito Ambiental, em algum grau, nega essa possibilidade. Para Ludmila Silva (2007):

> A compensação financeira reúne duas das características do tributo ambiental: o pagamento pelo uso do recurso natural para o desenvolvimento de uma atividade econômica e destinação de recursos para minimizar as externalidades associadas ao uso do bem ambiental.

8. CONCLUSÃO

Há uma aposta no sentido de que a mensuração e tributação ambiental possa ser um dos meios para se alcançar um modelo de desenvolvimento preocupado com as gerações presentes, as futuras e com os outros seres da natureza.

Como o patrimônio imaterial é tratado dentro das medidas compensatórias que não seja recuperação pecuniária?O direito ambiental ainda não dá conta dos danos imateriais, associa-se, para tentá-lo, a outras esferas do direito. Vive-se campos de disputas semânticas. Apesar dos avanços nos tribunais, efetivamente, ainda não incorporam essa dimensão complexa do direito ambiental. Não há como separar direitos humanos, direitos ambientais e outros direitos. Assim, sabemos, o patrimônio imaterial é de difícil configuração de danos, porém, não impossíveis.

Por "teoria do dano imaterial", tomamos todo tipo de violação por interesse jurídico que não se expressa corporeamente, desde o livro de Jorge Amado até a patente da Ayahuasca, dos saberes associados aos conhecimentos tradicionais até seus subprodutos estratificados no campo das ciências e suas relações com o mercado.

No campo jurídico-formal foram desenvolvidas metodologias capazes de servir de parâmetro para mensuração de danos ambientais. Apesar de não serem estruturas objetivas, estes instrumentos técnicos correlacionam danos e suas reparações, na maioria das vezes, quando não possível a recuperação ou restauração do dano, compensações financeiras em virtude do princípio "poluidor-pagador", muito utilizado no direito ambiental.

Mas a quem compete, efetivamente, a busca pela reparação total do dano? Isso é possível ? Como ficam os danos que se estabelecem na dimensão imaterial e simbólica? Quais possibilidades o direito tem de estabelecer parâmetros para mensuração desses impactos socioambientais? Antes da mensuração do dando, sabe-se, há uma cascata de violações de direitos associadas. Como considerar essa realidade na política de valoração do dano ambiental?

O processo de implantação da obra da transposição das águas do São Francisco, por exemplo, que impacta diretamente diferentes territórios tradicionais e povos indígenas como osTruká,Tumbalalá,Tuxá,Anacé, Kambiwá e Pipipã, não goza da autorização desses grupos humanos nem da aprovação do Congresso Nacional como preconiza a lei e, mesmo as licenças ambientais associadas a ela, foram denunciadas por técnicos dos órgãos licenciadores federais na Rio + 20, como produto de coações institucionais.

Voltemos ao caso dos impactos das grandes hidrelétricas no São Francisco. As compensações financeiras a partir dessas realidades se traduziu emVerbasTemporárias para Manutenção dos "considerados atingidos" (VMT), *royalties* para os municípios inundados ou afetados territorialmente, trocas de casas e terrenos para os que tinham estes bens materiais antes da inundação, enfim, o dano material foi trocado por pagamentos financeiros ou material mediados nas negociações sociais, políticas e jurídicas. Nestes exemplos, pouco se falou da mensuração dos danos imateriais. Prescrito? Nesses processos de remendos para o burcado do dano, fala-se sempre em "auxílio social" (preocupação social para quem não tem direito – caso do Pelourinho) e não de indenização.

Todo dano considerado imaterial ou simbólico dessas traumáticas experiências, foram negados e deixados de lado nas mesas de negociações, como é o caso das cachoeiras sagradas para os indígenas e seus encantados. Como valorar este dano simbólico? Que preço ou correlativo material substituiria este patrimônio imaterial desses povos? É possível relacioná-los, no campo jurídico-formal, nas searas das reparações e compensações ambientais? O que é mais estratégico e mais significante para os povos, a ideia de que a destruição é invalorável ou de que é possível discutir a precificação dessas violações ?

O direito já entende que a violação da cultura de um povo é violação da humanidade. Os MPs que já trabalham diversas metodologias para valoração do dano imaterial, simbólico, avançaram em algumas coisas, a exemplo de valorar danos ao ambiente natural buscando identificar os serviços ecossistêmicos do bem lesado e vem adotando uma série de métodos quanto ao ambiente natural. Também estão avançando na valoração ao patrimônio cultural material, levando em consideração os usos do bem, isso ainda não é, essencialmente, valoração do patrimônio cultural imaterial, como se espera.

O projeto de transposição do Rio São Francisco, é um bom exemplo de como é difícil mensurar, no campo jurídico formal, a dimensão dos impactos ao patrimônio cultural imaterial. Nada apontado no seu estudo de impacto ambiental serviu de base para que este projeto seja suspenso dado a gravidade dos danos que causa às pessoas e seus ecossistemas associados. Ele integra um projeto econômico desenvolvimentista que em nada serve a princípios caros ao patrimônio imaterial como o da precaução.

Na balança do custo x benefício, vale a pena o risco da condenação à indenização, mas sabemos ser um braço não totalmente eficiente na reparação do dano imaterial, por natureza irreparável. Enquanto não se assenta no campo do direito metodologias capazes de "valorar" esse danos, pode-se apostar, também, na sensibilidade humanitária associada a princípios como o do livre convencimento e da livre apreciação das provas, facultadas aos julgadores do direito mas que, antes, conta, com elaborações técnicas de outros operadores das leis jurídicas.

No que concerne à ***quantificação da indenização***, somos da corrente de que perdas irreparáveis como estas não são quantificáveis para efeito de equivalência pecuniária. O que justifica a indenização é o efeito de desestímulo a novos empreendimentos do gênero sem que, como acontece, isso seja antes um prêmio aos causadores dos danos. Pintamos aqui, o questionamento de uma Promotora da Bahia que tem dedicado-se aos processos de mensuração de danos imateriais: «ocorre-me pensar, como podemos valorar a situação dos encantados das cachoeiras do São Francisco. Obrigaríamos os causadores do dano a construir cachoeiras artificiais para que os encantados voltem a morar nelas? Atribuiríamos um valor por cada encantado destruído? O que faríamos? *Envolvamos os grupos, inclusive os encantados, nos processos de discussão dos danos para que esta verdade brote*, pensamos.

Em suma, o reconhecimento da figura do dano existencial na tipologia da responsabilidade civil, exsurge como a consagração jurídica da defesa plena da dignidade da pessoa humana, incluindo sua dimensão simbólica, imaterial.

BIBLIOGRAFIA

ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. **O Reencantamento do Mundo: Trama Histórica e Arranjos Territoriais Pankararu**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. Dissertação de Mestrado.

_____. **Mocambo: Antropologia e História do Processo de Formação Quilombola**. Bauru/SP: EDUSC, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
BRASIL. **Os Sambas, As Rodas, os Bumbas, os Meus e os Bois : Princípios, Ações e Resultados da Política de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil (2003-2010**). Brasília : IPHAN, 2010.

MARQUES, Juracy. **Cultura Material e Etnicidade dos Povos Indígenas do São Francisco Afetados por Barragens : Um Estudo de Caso dos Tuxá de Rodelas.** Salvador : UFBA, 2008. Tese de Doutorado.

_____. **Ecologia da Alma.** Petrolina : Franciscana, 2012.

NEDER, Ricardo Toledo. **Crise Socioambiental:** estado & sociedade civil no Brasil, 1982-1998. São Paulo. Ed, Annablume, Fapesp, 2002.

NETO, Carlos Gonçalves de Andrade. **Dano Ambiental: Material ou Moral?** Recife: 2008.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

CAPÍTULO V

POVOS INDÍGENAS DO NORDESTE, TERRITORIALIDADES E MOVIMENTOS NO PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: ANÁLISE DE UMA CARTOGRAFIA SOCIAL[1]

Alzeni de Freittas Tomaz
Juliana Neves
Juracy Marques

A fundo um pouco o rio com meus sapatos.
Desperto um som de raízes com isso.
A altura do som é quase azul.
Manoel de Barros

1. INTRODUÇÃO

As reivindicações territoriais por parte de grupos sociais contrapostas à implementação de grandes projetos ocorrem em paralelo aos processos de diferenciação dos usos da terra e da água por parte das unidades baseadas no trabalho familiar. É neste cenário das diferentes trajetórias organizativas dos movimentos de luta por terra/território, que buscaremos analisar como alguns povos indígenas do Nordeste mobilizaram seu repertório politico e identitário na luta contra o projeto de transposição das águas do rio São Francisco. Teremos como principais ferramentas analíticas o processo de produção de fascículos da "Nova Cartografia Social dos Povos Indígenas do Nordeste", realizado em 2008 por iniciativa da APOINME - Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo.

2. A CARTOGRAFIA SOCIAL DOS POVOS INDÍGENAS DO NORDESTE AFETADOS PELO PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO

Originada dos termos gregos *chartis* (mapa) e *graphein* (escrita), a cartografia foi descrita como a ciência que produz e estuda os mapas. Durante décadas foi instrumento exclusivo das forças militares em diversas partes do mundo para os fins de ocupação, controle e defesa dos territórios dos Estados nacionais, tendo lugar de destaque nos processos de colonização e expansão imperialista.

1. Capítulo do livro de Henri Acselrad: Cartografia Social, Terra e Território (Editora Ippur-UFRJ, 2013).

Entretanto, em paralelo aos usos hegemônicos da cartografia, diferentes grupos sociais desenvolveram modelos de representação de suas territorialidades e, para isso, criaram métodos cartográficos sociais, populares, analisados como etnomapas por algumas ciências. Por vezes, ganharam materialidade, por outras ficaram na ordem do simbólico, do costume, da tradição, codificado nas experiências cotidianas dos grupos com seus diferentes processos territoriais e identitários.

Inspirado nesses processos e acreditando serem modelos legítimos de descrição dos fenômenos de territorialização dos povos e comunidades tradicionais, o Projeto Nova Cartografia Social (PNCSA)[2] passou a apoiar a auto-cartografia desses grupos, sob o prisma de que "estas territorialidades específicas, construídas socialmente pelos diversos agentes sociais, é que suportam as identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais". A cartografia passou a ser um instrumento de afirmação dessas identidades coletivas e dos seus respectivos processos de territorialização, constituindo-se numa proposta de contra-mapeamento das cartografias oficiais e ferramenta de denúncia e combate às violações de direitos desses grupos. Em certas circunstâncias, vincula-se a uma ampliação de horizontes políticos, como parece dizer a liderança indígena Sérgio Tucano (2012): "a cartografia tem o poder de realizar alguns sonhos".

No esteio da "guerra dos mapas" - metáfora que simboliza o estado de tensão e beligerância decorrente da tentativa de supressão do território do outro, da pretensão de "apagar do mapa" uma determinada existência coletiva (ALMEIDA, 1993 apud ACSELRAD 2008) -, a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) demandou ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia a realização de oficinas de cartografia social junto aos povos indígenas do Nordeste impactados pelo projeto de transposição das águas do rio São Francisco, tendo em vista principalmente o não reconhecimento por parte do Estado brasileiro de qualquer impacto do empreendimento sobre terras indígenas.

Importa contextualizar que o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco é um megaprojeto do governo federal, em implantação desde 2007 sob coordenação do Ministério da Integração Nacional, que visa levar águas do rio para os estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, com a justificativa oficial de garantir o abastecimento humano a doze milhões de pessoas que sofrem com os efeitos da seca, a um custo de 8,2 bilhões de reais. Prevê a construção de dois canais, com mais de 600 km de extensão, em dois eixos – eixo leste e eixo norte. Os pontos de captação de água iniciam-se em territórios de dois povos indígenas – Truká, no município de Cabrobó, e Pipipã, em Floresta. Ainda existe a previsão da construção de duas barragens que inundarão diversos povoados e cidades, dentre esses o território do povo indígena Tumbalalá. No eixo Norte, um dos destinos da água transposta será o abastecimento do Complexo Portuário de Pecém, no Ceará, em pleno território do povo Anacé, ameaçado de remoção forçada.

2. Informações disponíveis no sitio eletrônico: www.novacartografiasocial.com

Sobre o traçado cartográfico oficial do projeto de transposição foi produzido outro mapa geral identificando os territórios indígenas reivindicados na mesma área, a maior parte deles ainda não demarcados ou com pedidos de revisão não concluídos. Foram mapeados nove povos diretamente atingidos - Kambiwá, Pipipan, Truka, Tuxa, Xoco, Kariri-Xoco, Pankararu, Anacé e Tumbalalá – com os quais foram realizadas oficinas de cartografia social centradas em dois objetivos bem definidos: fortalecer as lutas territoriais e de reconhecimento identitário de cada grupo, buscando visibilizar as suas especificidades étnicas e territoriais em um contexto onde persiste a negação da existência de índios no Nordeste; sob a unidade articulada em torno dos "povos indígenas do Nordeste", contrapor-se à posição do Estado brasileiro oferecendo relatório dedenúncia no sistema internacional dedireitos humanos.

A metodologia das oficinas consistiu na divisão de grupos em 3 eixos: identidade, território e conflitos, onde as pessoas foram estimuladas a representar livremente sua territorialidade, com suas fronteiras e limites, os elementos-símbolo da sua cultura e tradição, bem como as situações de conflito que vivenciavam. O resultado final resultou na publicação de 8 fascículos e de um relatório bilíngue utilizado entre os anos de 2010 e 2011 como motivação para uma campanha internacional contra o projeto de transposição, a Campanha Opará (http://apoinme.org.br/campanha-opara/), servindo também de subsídio nos processos judiciais ainda à espera de julgamento definitivo pelo Supremo Tribunal Federal e nos pleitos de demarcação territorial junto à Funai.

A partir dessas narrativas cartográficas e das suas formas de apropriação pelos povos indígenas, acionadas numa situação de conflito que também mobilizou vários outros grupos sociais, procuraremos destacar aqui elementos as relações entre as territorialidades indígenas do rio São Francisco com outras formas de territorialização, tanto protagonizadas pelo Estado quanto por outros movimentos de luta por terra/território no raio de ação do megaprojeto. Considerando a perspectiva de que os modos de enfrentamento ou mesmo os efeitos de um fato como a transposição das águas de um rio não estão contidos apenas no acontecimento em si, "mas são mediatizados pelas relações que os grupos sociais concretos mantêm com o território" (SIGAUD, 1992), cabe ter como ponto de partida as formas tradicionais de apropriação do território pelos povos indígenas - a partir do rio São Francisco - bem como os conflitos vivenciados com outras práticas espaciais**.** Imprescindível também considerar o processo de etnogênese que marca tais grupos sociais e a situação de expropriação territorial em que se encontram. Isso os diferencia de outros grupos indígenas envolvidos em conflitos socioambientais, por exemplo, na Amazônia, onde a perspectiva é de lutar pela permanência no território, contra a ameaça de expulsão; onde igualmente a luta se faz a partir de uma condição de apossamento da terra; onde se teve frentes de expansão mais recentes, com povos que "*não passaram por toda a história do Brasil como os* índios *do Nordeste*"conforme argumenta o índio kariri-xoco (Al) para dar conta da miscigenação, da ausência dos traços estereotipados e das perdas territoriais sofridas[3].

3. Estima-se que enquanto há 20% de territórios regularizados no Nordeste, tem-se cerca de 70% na Amazônia, o que não significa privilégio ou vantagem para os últimos visto que tendem a sofrer com a não desintrusão dos territórios.

A historicidade dos processos de territorialização indígena no Nordeste interfere igualmente no repertório discursivo manejado pelo Estado até os dias atuais para negar-lhes a identidade étnica e, por conseguinte, não reconhecê-los como povos indígenas afetados, como aconteceu na dinâmica de licenciamento e implementação do projeto de transposição.

Importa destacar que uma imensa diversidade sociocultural e de modos de ocupação fundiária e de territorialização (LITTLE, 2002) estão presentes no conflito da transposição. O foco nos povos indígenas deve-se ao protagonismo assumido por estes, como emblema da *experiência da diferença* (Gonçalves, 2005) dos demais povos tradicionais do rio São Francisco na articulação com movimentos de luta pela terra, mais legatários das tradições de esquerda brasileira, a exemplo da Via Campesina - todos juntos buscando conjugar esforços para enfrentar a razão hegemônica e instrumental do Estado sobre o território.

3. DES-RE-TERRITORIALIZAÇÕES E EMERGÊNCIA ÉTNICA NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO: DE CABOCLO A ÍNDIO, DO SÍTIO À ALDEIA

Ao contrário do que se projetou no imaginário nacional, a presença indígena é marcante na região. A população estimada é de 80 mil, a maior parte situada no sertão do rio São Francisco[4]. Diferentemente de outras regiões, as formas de resistência étnica são aí marcadas por uma história de violência e dominação territorial bem antiga, onde a invisibilidade e o quase desaparecimento das aldeias indígenas, associadas à noção de "mistura" e "integração", reforçada pela inauguração da categoria homogeneizante "caboclo", foi ideia predominante até os anos 70 do século XX, com fortes persistências até os dias atuais.

Em termos de reconhecimento oficial, já no início do século XIX, praticamente não havia mais "índios", mas apenas "caboclos" no Sertão. A Lei de Terras do Império, de 21 de outubro de 1850, "(...) mandou incorporar aos próprios nacionais as terras dos índios que já não vivem aldeados, mas dispersos e confundidos na massa da população civilizada" (Carvalho, 1994). Dadas como extintas as aldeias dos índios, a esses só restaria, em certos casos, lotes individuais de terra. A Constituição Republicana de 1891, em seu artigo 64, determinou a transferência, para os Estados federados, das terras devolutas, entre as quais se contavam, desde 1887, aquelas dos aldeamentos extintos (Carneiro da Cunha *apud* Carvalho, 1994).

4. Funai, Estudos Etnoecológicos Kambiwá, Pipipã, Truká e Tumbalalá, 2006: Registros históricos destacam, entre os séculos XVII e XIX, o intenso trabalho missionário, com a formação de diferentes aldeias de catequização em larga extensão do Rio São Francisco, sobretudo no sertão entre Bahia e Pernambuco (marco inicial das obras da transposição): "*Sobre as aldeias o autor informa que são povoadas por inúmeros índios de várias nações e que muitas delas são povoações muito bem ordenadas, com suas ruas e praças. Algumas aldeias possuíam um Capitão Mor com patente de Governador, e Capitão General, sendo todas registradas no espiritual pelos clérigos e religiosos. É interessante destacar que, nesse momento (séc. XVIII), existiam 27 aldeias em Pernambuco, sendo que 23 ficavam localizadas no chamado sertão de Cabrobó, significando então uma concentração de indígenas bastante acentuada numa região onde a população era bastante reduzida. E, embora, a atividade principal - criação de gado - implicasse numa imobilização de mão de obra bastante reduzida, mesmo assim fazia-se necessário dispor-se de trabalhadores. Esta é uma questão que não pode ser descartada quando estamos pensando na situação das aldeias nesse trecho do São Francisco." (Batista, 1992).*

Antigas aldeias foram elevadas a condição de vilas e sítios. Para a autora Sarah Valle, esta lei provocou o que deve ter sido, no plano oficial, "a primeira grande questão de definição étnica na região e várias aldeias perderam as suas terras" (VALLE, 2011).

Importa ressaltar que a legislação anti-indígena e os vários atos oficiais de perseguição não tiveram o condão de romper ou eliminar as fronteiras étnicas entre índios e outros grupos sociais, mas sim inibir os processos de visibilização das diferenças étnicas. Dispersados em suas formas de organização fundiária, notadamente o regime comum, restaram-lhes muitas vezes os apossamentos de lotes individuais ou a condição demeeiro, arrendatário, parceiro, trabalhador rural de grandes propriedades ou simplesmente sem-terra:

> Em 1873, foram declaradas extintas todas as aldeias de Alagoas. Foram extintas asTerras, mas não os índios. Não tinha mais aldeia. Morávamos numa rua. Desde julho de 1876 a rua foi chamada de Rua dos Caboclos até 1944, quando passou a se chamar Rua dos Índios até 1978, ano em que saímos da rua e recuperamos nossas terras (Xocó, 2008)

> Porque eles (os brancos) diziam que essas terras eram deles; diziam "oie, eu não quero historia de índio aqui não, eu quero é trabalhador rural" (Xocó, 2008).

Assim, se não for para tomar como paradigma de reconhecimento o viés do instituído, parece-nos equivocado falar da *existência ou inexistência* de índios, cabendo antes analisar os momentos de mudança da invisibilidade para a visibilidade étnica como estratégica de afirmação no espaço social. O sentido da existência como índio para muitos grupos nunca deixou de existir ao longo do século XX, em que pese as perdas territoriais e mesmo o não- reconhecimento oficial; vários autores referem-se a conflitos entre "brancos" e índios durante todo o período. Tampouco a filiação a outras categorias mais homogeneizantes significaram aniquilação ou oposição absoluta à identidade indígena. Reitera-se que os processos de nomeação, de atribuição e auto- atribuição não são estanques nem cristalizados; são estruturados dentro das dinâmicas político-organizativas dos grupos e mesmo termos como "caboclos" podem ser acionados como modos de afirmação.

Entretanto, conforme nos assinala Little (2002), "o enfoque nos espaços intersticiais e nos distintos tipos de invisibilidade não deve ocultar um fato inegável: desde umamacro-perspectiva fundiária, o resultado geral do processo de expansão de fronteiras foi a instalação da hegemonia do Estado-nação e suas formas de territorialidade" se impondo sobre uma imensa parcela da área que hoje é o Brasil, de tal forma que todas as demais territorialidades são levadas a confrontá-la. Essa hegemonia se expressa desde as representações cartográficas oficiais ao conceito de territorialidade adotado nas Ciências Sociais, que é diretamente vinculado às práticas territoriais dos Estados-nação, ocultando outros tipos de territórios. Para a garantia dessa hegemonia, a categorização jurídica do regime de propriedade das

terras foi o suporte basilar. Dividas em terras privadas, sob a lógica capitalista e individual, e terras públicas, associadas diretamente ao controle por parte do Estado, os esquemas legais não atendem às diferentes práticas territoriais e acabam por encobrir, através do binômio público-privado, o binômio dos agentes do capital e do poder: a burguesia e a burocracia (QUIJANO apud LITTLE, 2002).

Somente nos anos 1970 e 1980 que toma forma um movimento étnico-territorial de maior amplitude, trazendo novas configurações aos processos de territorialização no sertão do São Francisco. Alguns fatores foram desencadeadores dessa "guinada étnico-territorial" (OFFEN *apud* GUEDES, 2012) dos índios na região, relacionados sobretudo a inflexões no modo de intervenção do estado na região e acirramento dos conflitos territoriais, ampliação dos processos de organização e articulação política e mudanças jurídico-constitucionais (SAMPAIO, 2011).

O primeiro fator relaciona-se ao impulso desenvolvimentista e modernizador do Estado brasileiro na região a partir dos anos 1970, marcado pela realização de grandes empreendimentos hidrelétricos, projetos de irrigação e avanço da industrialização no campo. Desde então, uma cascata de barragens foi construída no rio São Francisco, deslocando milhares de pessoas, com utilização de cerca de 95% do potencial hidrelétrico do rio. Foram elas: Três Marias; Complexo Paulo Afonso I, II, III e IV, Xingó; Moxotó; Sobradinho e Itaparica. Tal complexo hidrelétrico oportunizou possibilidades de uma nova espacialização promovida pelo Estado, através de projetos de reassentamentos envolvendo cerca de 250 mil pessoas atingidas pelas barragens, sujeitas a novas regras de ocupação, uso, exploração e distribuição de terras e água. A observação etnográfica permitiu registrar a força traumática dessas barragens na memória e na representação das territorialidades indígenas, tanto pelas perdas vivenciadas, mas também pela experiência de luta compartilhada[5].

Se por um lado a modernização conservadora ampliou sua área de ação, os movimentos sociais também aumentaram sua pressão sobre o Estado (OLIVEIRA, 2000). Assim é que a luta pela terra instaurou conflitos e pautou a Reforma Agrária através do instrumento da desapropriação de latifúndios, desencadeando táticas como ocupações (Movimento

5. Estudos Etnoecológicos da Funai (2006) apontam os efeitos de Sobradinho sobre os índios da Bacia, sobretudo o comprometimento da qualidade da água e perda de áreas de vazante para plantações: "De acordo com os índios, o rio São Francisco, após a implementação das barragens, principalmente Sobradinho, já não é mais o mesmo, nem com relação ao volume de água tampouco com relação à oferta de peixes. Os Truká relatam que a qualidade da água também foi afetada, apresentando cor amarelada e cheiro forte no inverno. O grande número de esgotos das cidades despejados no rio e a falta de vegetação nas margens são fatores que caracterizam a situação de degradação ambiental do rio.... relataram que o rio não tem mais peixe como antigamente. Também foi a Barragem de Sobradinho, que trouxe impactos diretos para a agricultura e a pesca deste povo. Com relação à agricultura, após a barragem, os Truká viram-se forçados a mudar sua forma de plantio. O plantio era feito "de vazante", ou seja, nas épocas em que o rio baixava, deixando a terra fértil e rica em matéria orgânica. Todos sabiam quais as épocas do ano em que deveria ser colocada a roça com diversas espécies: feijão, mandioca, milho, cebola, batata, cana de açúcar. Esse era o "tempo da natureza", no qual os índios podiam programar seu trabalho e esperar resultados. Atualmente, as águas do rio dependem do "tempo dos homens" e é extremamente difícil para os índios plantar nas vazantes, pois não existe previsão de quando as águas vão baixar. Com a perda quase total do plantio de vazantes, os índios são obrigados a plantar "de molhação", ou seja, com sistemas de irrigação. Esta forma de plantio requer investimentos financeiros que nem sempre estão disponíveis para as famílias".

SemTerra), negociações (Centrais Sindicais), ou retomadas[6] de territórios étnicos (Indígenas ou Quilombolas). A luta por terra – elaborada como lugar de trabalho, moradia, vida, cidadania[7] - era consubstancial à territorialidade dos seus sujeitos coletivos.

A disputa pelo controle dos recursos naturais e dos espaços produtivos levou os grupos sociais ameaçados pelas novas formas de apropriação a engajaram-se em movimentos de resistência baseados na reivindicação de reservas territoriais (MAYBURY-LEWIS *apud* ALBERT, 2002) associadas a demandas étnico-identitárias. Na contramão da "ideologia do desaparecimento" ou do horizonte da aniquilação cultural frente a uma tendência homogeneizante que marcaria o processo de globalização, como assinala Sahlins, "existem sempre tendências operando em direções contrárias

— por um lado, em direção à homogeneização e, por outro, em direção a novas distinções (Sahlins, 1996)."

Nesse mesmo período, como importante fator deestímulo à mobilização étnica e à ampliação da capacidade de alianças políticas, Sampaio (2011) aponta a criação, no âmbito da Igreja Católica, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1972, e o surgimento de várias associações de "apoio ao índio" em diversos estados a partir de 1978, a exemplo da Associação Nacional de Ação Indigenista, criada em 1979 na Bahia. Por sua vez, os próprios povos indígenas passariam a constituir, já ao final daquela década, associações indígenas de caráter multiétnico, com a criação, em 1980, da União das Nações Indígenas (UNI). Em 1990, nasce a Comissão de Articulação Indígena LE/NE, que se transforma mais tarde na Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME). Segundo o autor, "nesse período houve um sensível aumento dos canais edasfacilidades de comunicação entre estes povos e a sociedade nacional, fazendo com que a temática indígena chegasse mais facilmente à imprensa e à opinião pública. Em nível regional, as assembleias de líderes indígenas, organizadas pelo CIMI, passam a ocorrer com frequência e, em seguida, as próprias organizações indígenas encarregam-se de promovê- las. Nesse âmbito, o nível das preocupações também mudou. Embora as aspirações de cada etnia com relação à garantia de seus territórios e a outras questões ligadas ao atendimento das necessidades de suas comunidades permanecessem num lugar central, elas passam então a aparecer sempre vinculadas, nos discursos e avaliações críticas de líderes indígenas, a um quadro de referência bem mais amplo".

6. Forma de reaver, recuperar o território étnico que de alguma forma foi-lhe expropriado.

7. A permanência da questão camponesa no mundo "moderno" carrega consigo a problemática da terra e do território no capitalismo. Por conseguinte, não é possível falar em camponês sem fazer referência a esse debate, pois a terra, em disputa, se transforma em território e continua desempenhando papel *sui generis* no capitalismo (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 16) . A luta pela terra para Sauer (2010, p. 41) "é uma busca por um pedaço de terra como e um lugar de trabalho, de moradia, de cidadania, de vida". Trata-se de uma espacialidade efetivamente vivida e socialmente construída, que se concretiza como resultado de conflitos sociais e disputas políticas (Augé (1997) *apud* Sauer (*ibid*. p. 4). Sauer (*ibidem*. p. 41-42) ao citar Bourdieu (1996), Soja (1993), Berger e Luckmann (1998), em síntese, vai dizer que um assentamento de reforma agrária, por exemplo, apesar da descontinuidade, não são ilhas, mas, território social e politicamente demarcado. Resultado do 'poder de divisão', contexturas de práticas sociais, espaços singulares que possibilita um convívio face a face e abre possibilidades de interações e ressignificações identitárias e representacionais.

Segundo Little (2002), o agravamento das pressões sobre os diversos territórios, particularmente no que se refere ao acesso e à utilização de seus recursos naturais, impulsionou a elaboração de novas estratégias de defesa territorial voltadas para a legalização de distintas formas de expressão territorial e distintos regimes de propriedade pelo Estado brasileiro. A luta por novas categorias territoriais virou um dos campos privilegiados de disputa, cuja consolidação só foi possível com o apoio dos diversos dos movimentos sociais e organizações não-governamentais (Ongs) surgidos nas décadas de 1970 e 1980, além da abertura de novos espaços de atuação política com o fim da ditadura militar em 1985 e a instalação de governos civis. Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, distintas modalidades territoriais foram fortalecidas ou formalizadas. São os casos das terras indígenas e dos remanescentes das comunidades de quilombos. Os povos indígenas saíram do marco legal da tutela e do reconhecimento parcial dos seus territórios ("pela via camponesa como modo privilegiado de integração na sociedade brasileira") para reconhecimento de um processo administrativo próprio de identificação, delimitação, demarcação física, homologação e registro das suas terras (arts. 231e 232 da CF).

Tal quadro jurídico-administrativo, ao tempo que é reflexo de movimentos reivindicativos, também teve o efeito-reflexo de desencadear vários processos de formação de "etnias" e incidir nas formas de sua organização política, através do que Bruce Albert (2002) denomina de processo de "resistência mimética". Ou criando o que Carvalho (1994) denomina de "regime de índio" ou "regime discursivo" que inspirou o processo de reconstrução da indianidade concernente à área etnográfica do Nordeste. Para esta autora, fariam parte deste "regime":

i) a identificação do povo como "ponta de rama", já miscigenada e etnicamente misturada, descendente de um "tronco antigo"; ii) reconhecimento de uma liderança tradicional, consagrada pelos "encantos de luz", que deve ratificar a identidade reivindicada; iii) a "descoberta da aldeia" ou o nome da 'tribo', que deve ser obtido mediante intenso trabalho junto aos Encantados, através da ciência do índio, principalmente nos rituais do Toré. Esse regime constitui muitas vezes o fio condutor de um padrão narrativo que movimenta as lutas territoriais, onde tanto o mágico-religioso quanto o político são visualizados como cruciais. Um processo que mostra a dupla articulação do novo discurso político indígena, desenvolvido a partir de uma simbolização política complexa e original que passa ao largo do labirinto de imagens dos índios, construídos tanto pela retórica indigenista do Estado quanto pela de seus próprios aliados. Mesmo estreitamente articulada ao referencial emblemático da indianidade genérica, essa simbolização nunca se reduz a ela, mantendo sempre a especificidade cultural de cada grupo indígena a partir de suas referências cosmológicas e narrativas de origem (Albert, 2002).

Conforme acrescenta Sampaio (2011), o território é o suporte básico sobre o qual se constroem as etnicidades específicas na região. "Enquanto em vários dos outros aspectos culturais há uma tendência à identificação entre os diversos grupos, inclusive no sentido da

consolidação de uma identidade de "índios do Nordeste", é fundamentalmente enquanto detentores de um direito histórico e protagonistas de uma disputa particular sobre um território específicoqueseconstituemos Kapinawá,os Potiguara,os Kiriri".Osterritórios específicos refletem as diferenciações na fronteira da fricção interétnica e o "regime discursivo de índio" associa-se à noção de auto-atribuição enquanto evocação estratégica de categorias gerais para fins de obtenção de direitos (Arruti, 2010). No mesmo sentido, Little (2002) assinala que "é sempre difícil traçar a linha entre a força interna da territorialidade que é latente em cada grupo e as exigências externas que ´obrigam` que essa conduta territorial seja implementada. Assim, a historicidade desses territórios é complementada pela historicidade dos conceitos que são utilizados para entendê-los e enquadrá-los, surgindo uma espécie de convergência entre os conceitos jurídicos, político e etnográficos, os três formando parte de um mesmo processo de constituição e resistência dessas comunidades".

4. TERRITÓRIOS INDÍGENAS DO SÃO FRANCISCO

A partir desse histórico, dessa "onda" de novas territorializações indígenas, o que se tem atualmente ao longo do São Francisco são mais de 31 Povos, em mais de 40 territórios, entre os quais: Kaxago, Kariri-Xocó, Tingui-Botó, Akonã, Karapotó, Xocó, Katokin, Koiupanká, Karuazu, Kalankó, Pankararu, Fulni-ô, Xucuru-Kariri, Pankaiuká, Tuxá, Pipipã, Kambiwá, Kapinawá, Xukuru, Pankará, Tupan, Truká, Pankararé, Kantaruré, Atikum, Tumbalalá, Pankaru, Kiriri, Xacriabá, Kaxixó e Pataxó"[8]. Poucos com territórios demarcados.

As formas de expressão territorial aportam para uma miríade de sentidos: vínculos sociais, simbólicos, ritualísticos, sagrados, ecológicos, produtivos. O rio, também conhecido pelo nome indígena de Opará – rio-mar - e a caatinga (nome indígena que significa mata branca) - revestem-se de significativo valor simbólico e material e a plena existência dele colabora para que os povos indígenas se sintam mais fortalecidos enquanto povos. Ele foi e é vital para a sua sobrevivência física e cultural, seja no modo de produção (a agricultura, a pesca artesanal, a pecuária), seja na manutenção de seus rituais e cultura (os encantados da água, a história do povo, as ruínas, pinturas). A degradação do rio pode significar também a perda de força enquanto grupo étnico. Se o rio é prejudicado, tornam-se frágeis os rituais e os personagens desse ritual, o que pode trazer infelicidade ao grupo. É no rio e com ele que o povo conta sua história e respalda seu sentimento de pertencimento a um universo específico, o sentimento de pertencer a um grupo étnico com fronteiras sociais delimitadas frente ao que consideram como os "brancos".

> O São Francisco é pai e mão da nação indígena e do povo ribeirinho (Neguinho Truka).

8 Marques, Juracy. Ecologias do São Francisco. Paulo Afonso: Fonte Viva, 2006.

> Mas o maior tesouro que a gente tem aqui é o Rio São Francisco. A gente não dá ele por nada na vida, certo? Não tem nada que compre esse patrimônio (Pajé Raimundo Xocó).

> É o rio a coisa mais importante. Daqui se tira o sustento, daqui se povoa os encantados de luz. Daqui tem os pés de árvore, daqui tem os passarim, as lontra, os sinais de vida e de morte. Nós e o rio é um só. (Adailson – PajéTruká).

A terra, que não existe sem água, sem o rio, que não existe sem peixe, é importante para se plantar, pescar, obter alimento, fazer os rituais, a cura, praticar a tradição. A conquista da terra também é vista como liberdade e autonomia *para se libertar do jugo do patrão.* Ou seja, ao território – no sentido acima descrito da terra com suas demais dimensões - estão associados os elos biológicos, políticos, econômicos, sociais, culturais, religiosos. Conforme Almeida (2006), o processo de territorialização reúne raízes locais, novos laços de solidariedade, fatores político-organizativos, autodefinições coletivas, consciência ambiental e elementos distintivos de identidade coletiva. As observações etnográficas mostram essa ênfase numa significação ampla da terra, expressa por vezes como parte do território:

> A terra traz nossa cultura. O tamanho de nossa terra é de acordo com nossas necessidades, físicas, biológicas e culturais (liderança Kariri-Xocó, 2008).

> Sem muito arrodeio, sempre ouvia nas rodadas da aldeia, não consigo explicar o que é a terra, terra é sagrada, é tudo; historicamente pra nossa luta é muito importante, uma parte de nós está destroçada por a gente não poder usufruir dos que nossos antepassados usufruíram; brigar por terra é fome de viver, de existir, enquanto povo, enquanto índio; somos uma comunidade "pairando", mas temo convicção de que sem terra não dá pra sobreviver. Povo acaba se desencontrando de sua realidade, a gente volta, bate cabeça, volta. Mãe- Terra é como nosso alimento pra existir; essa batalha que tamo travando com a Chesf, não é só a Chesf, com a Chesf é parte do território, precisamos demarcar os limites, definir nosso território; conviver com os não-índios nós já aprendemos, mas sem terra jamais aprenderemos. Existindo, tendo posse daquilo que é nosso, Mãe Terra é algo que é da essência do povo indígena; não tenho palavras pra dizer o que significa a essência do povoTuxá, mas sei que tenho compromisso pra brigar nessa empreitada, ocupando aquilo que é nosso (Sandro Tuxá, 2008).

> O território para nós indígenas envolve a nossa ancestralidade, envolve nossa ritualidade, nossas lutas, os elementos da natureza, envolve a água, a terra, as pedras, o ar, as arvores, o céu, a natureza. É um todo que o índio precisa dar continuidade, é mais que um meio de produção, é nossa identidade física, cultural, religiosa, espiritual (Sandro Hawaty ArferTuxá, liderançaTuxá, 2012).

A dimensão cosmológica relaciona-se também com a representação sagrada sobre a natureza e a tendência a condenar qualquer forma de intervenção brusca pelo homem. Especialmente no rio estão localizados os encantados da água, que inspiram rituais e constituem a força e a própria identidade coletiva de um povo.

> Para crer em deus a gente não precisa saber ler, nem saber o que é uma bíblia, mais a gente vê as coisas que se transformam, como da terra molhada surge tudo aquilo que a gente necessita para nossa alimentação, nossa convivência no dia-a-dia, com as plantas, com os animais, com a água, para ver que existe na terra e da terra mesmo brota a água, e nós precisamos mesmo da terra que está seca, mas como a coisa é tão linda que da terra brota a água que vai molhar novamente a terra, então é lindo quando a gente vê. Em algumas regiões é verde o ano inteiro enquanto que aqui em nossa região, você chega aqui diz, oxente, botaram fogo na nossa mata, mas não, é que chegou o tempo, o tempo da seca aqui, o verão como a gente chama aqui, o verão para nós é o tempo que está seco, não aquele tempo que as vezes estando chovendo aqui mas nas quatro estações do ano é a data do verão, estando chovendo para a gente não é verão, só quando está seco, então de repente está tudo seco, as folhas das árvores caem e com uma ou duas chuvas está tudo verde novamente. Então tudo que tem para aparecer para se mostrar sai da terra, caiu a água, saiu tudo o que a gente precisa, que são as árvores enfolhadas, as plantas que a gente tira a nossa alimentação, o pasto para o animal, tanto animal domestico quanto animal selvagem e acho que não tem coisa mais linda que acreditar em deus através da natureza (Tumbalalá).

Em função do rio São Francisco, até antes da implantação das barragens de Sobradinho e Itaparica, estruturava-se o sistema de produção – o plantio das vazantes - as vias de transporte, a condição de beiradeiro/catingueiro. Era ainda, conforme o demonstra Martins-Costa (apud Sigaud, 1992), "o principal indicador na constituição dos referenciais de tempo e espaço; seus movimentos eram utilizados para assinalar as épocas do ano, as diferenças entre os anos, os momento oportunos para as comemorações religiosas, e a distância / proximidade em relação à sua borda era utilizada para estabelecer as hierarquias no interior do espaço. Nesse sentido, sua importância transcendia a esfera da produção e contaminava toda a vida social". Com as barragens e outros usos, "*o rio ficou poluído com as riquezas do governo e dos brancos*" (Tuxá). Apesar de ainda se constituir num referencial forte – algo por cuja recuperação tem que se lutar -, os índios representam a situação atual de degradação do rio como uma deterioração de suas próprias condições de vida.

> Os Encantados ficam sem rumo, sem lugar pra ficar e sem rumo fica nosso povo.
>
> Onde é que vocês já viram índio sem terra, terra é sempre terra. Perdemos nossa cultura, tradição dos antigos, do arco e flecha, cultura do apto, da capivara, do camaleão, da galinha dá agua, veleiro, tudo que tinha nas águas. Por isso que hoje nois vivemo encurralado, sacrificado, sofrido, fomos os primeiros habitantes desse território e daí chegou o homem branco para tirar nossa paz.
>
> E para contribuir mais com a falta de terra para o povo tumbalalá trabalhar vem a questão da água. Esse projeto da Chesf para tomar nossas terras…E toma essa terra como? De que forma? Toma a terra quando a gente não tem água para trabalhar na terra, porque quem pode botar uma bomba elétrica? Quem tem condições de comprar combustíveis para os motores funcionarem? Quem tem condições de a cada dia, a cada mês, ir criando uma estrutura para colocar a bomba, o motor? Porque a água está cada se afastando muito mais da terra, então aí a gente vê as construções de barragens, a gente está nessa luta para conquistar a terra, mas a terra com água. Porque como é que o povo vai ter terra sem água? E a gente já teve a barragem de Sobradinho, agora está aí a transposição.

Além dos projetos que expropriaram boa parte das condições materiais e simbólicas da territorialidade indígena, a crítica volta-se também para a noção de titulação e formalização de uma posse específica que as lutas de reivindicação por territórios têm que agregar: mais uma restrição criada desde que entrou esse "*sistema jurídico do branco*": *"Território tem varias definições; tem o indígena antes de o branco vir pra cá, que era uma leva de terra e com esse sistema jurídico delimitou mais ainda"(Kariri-xocó, 2008)*, inclusive minando a mobilidade territorial com a noção de território fixo. "*Foi aí que eles (os guerreiros) desceram e rapidamente retornaram e disseram para o conselho:"Não podemos mais subir nem descer porque a "civilização" vem aí arrastando tudo, então vamos ficar aqui mesmo"(Kariri Xocó).* Não bastasse ter que enfrentar toda uma série de interesses confrontantes e todo um interminável procedimento de demarcação, na visão dos povos indígenas as terras não são demarcadas porque já estão *"sistematizadas"* para outros projetos do governo.

É no atravessamento dessas lutas territoriais, carreadas de um imenso passivo socioambiental e memórias trágicas pelas formas de intervenção do Estado na implementação de grandes projetos no rio São Francisco, que se inscreve a luta indígena contra o projeto de transposição, divulgado em meados de 2004 pelo Governo Lula.

5. A RAZÃO INSTRUMENTAL DO ESTADO SOBRE O TERRITÓRIO DO RIO SÃO FRANCISCO EOTRATAMENTO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL ACERCA DOS POVOS INDÍGENAS AFETADOS PELO PROJETO DETRANSPOSIÇÃO

O projeto de transposição segue um padrão de intervenção estatal sobre o território semiárido do rio São Francisco: sob o argumento de combate à seca, propõe-se um empreendimento hidráulico de grande porte que, no mesmo esteio da construção de açudes e barragens, foi marca histórica da constituição de resistências e contestações populares por ter servido somente à concentração e cercamento das águas em propriedades privadas e deslocamento de povos e comunidades ribeirinhas. Compõe, junto com os demais projetos, a atribuição de um sentido mercantil ao rio, valorizado como grandes quedas ou córregos d`água propícios para instalação de hidrelétricas ou outros empreendimentos hidrointensivos, como siderurgias, carcinicultura, mineração, ostentados como promessas de desenvolvimento e progresso para uma região "pobre e seca". O rio é visto como recurso natural a ser explorado para viabilizar atividades econômicas; é o "oásis no deserto", no semiárido representado como um lugar inóspito, com biomas como caatinga e cerrado desprovidos de qualquer valor ambiental ou dimensão ecológica, um bioma de segunda ou terceira categoria no jogo das classificações. "N*em é visto como bioma, as políticas sempre foram no sentido de tirar a caatinga e botar outra coisa o lugar, botar uva, aspargo, com um patrimônio ambiental desclassificado, sem importância ou necessidade de proteção como a Amazônia"*. Trata-se do espaço de uma natureza pouco aquinhoada que demanda recorrentes obras e intervenções humanas, onde não há biodiversidade a ser protegida, que nasceu para ser explorado.

Passando ao largo da dimensão simbólica da territorialidade indígena, o Estado nunca buscou tratar juridicamente a recomposição dos danos e impactos sofridos. Além da lógica do reassentamento e de indenização por perdas produtivas, a cultura imaterial impactada nunca foi passível de mensuração no campo legal, a exemplo do patrimônio cultural religioso, crenças, patrimônio genético: plantas, peixes, pássaros, que desapareceram, assim como pinturas rupestres, quedas d´água, entre outros. Ainda: só foram enquadrados no rol dos indenizados os que detinham o direito de posse e propriedade, mas outros que não possuíam a posse sequer foram considerados impactados, como as famílias de pescadores artesanais e outros ribeirinhos que viviam em áreas públicas da união e foram totalmente excluídos do direito indenizatório de ter ao menos o acesso à moradia.

Diante do padrão histórico de implantação de grandes empreendimentos sobre territórios indígenas, o que deveriaacentuar deslocamentos no tratamento dado pelo Estado é a formação de um vasto quadro jurídico protetivo pós- Constituição de 1988, reforçado pela ratificação de tratados internacionais, que garantem aos povos e comunidades tradicionais instrumentos de participação e deliberação melhor definidos que para outros grupos sociais. Assim, para além dos direitos de participação conferidos indistintamente a todos os grupos, comunidades e

povos afetados por projetos de intervenção governamental, nos territórios indígenas coloca-se "a necessidade de autorização previa do Congresso Nacional em caso de aproveitamento hídrico em seus territórios (art.49, § CF) e o direito à consulta prévia e informada". Tais instrumentos, apesar de não impedirem, dificultam a realização dos projetos por requererem procedimentos mais específicos que as chamadas audiências públicas. Entretanto, abre-se uma nova lógica de "escape legal" que passa pela negação do atributo étnico seja ao próprio sujeito seja à terra enquanto parte da territorialidade. Ou não se reconhece a existência de povos indígenas na área do empreendimento ou se reconhece o povo, mas não a área reivindicada, sob o argumento de que terra não demarcada não viabiliza o exercício do direito[9]. Isto foi o que ocorreu no projeto de transposição[10]0: a menção a terras indígenas aparece de forma tangencial, relacionada a áreas próximas que podem sofrer "incômodos", mas não incidência direta. A Funai, que deveria se manifestar no licenciamento, não apresentou óbices desde que realizados os estudos etnoecológicos com os povos potencialmente afetados, propondo uma "plotagem" sobre 10 povos que injustificadamente foram reduzidos para 4: Kambiwá, Pipipa, Tumbalalá e Truká. Antes mesmo de concluídos os estudos, o presidente da Funai à época, Mércio Pereira Gomes, apresentou parecer favorável ao projeto, em que pese os impactos negativos levantados. O posicionamento oficial argumentado pelo Ibama e acatado na íntegra pelo Supremo Tribunal federal foi:

> Havendo, tão–somente, a construção de canal passando dentro de terra indígena, sem evidência maior de que recursos naturais hídricos serão utilizados, não há necessidade da autorização do Congresso Nacional Ora, se o projeto, efetivamente, não aproveita recursos hídricos dentro de terras indígenas, entendo que a autorização do Congresso Nacional não seria necessária (Acórdão STF, 19/12/2007).

Cotejando os relatórios de impacto ambiental (EIA/RIMA) de outros empreendimentos, como Madeira e Belo Monte, observa-se que o mesmo se repete: o componente indígena vai sempre aparecer como área próxima ao empreendimento, sujeita a pressões, mas não sob a perspectiva de perda ou afetação de territorialidade que enseje necessidade de consulta ou autorização. Já os povoados rurais, com suas categorias de posseiros, sitiantes, proprietários rurais, aparecem quantitativamente discriminados e inseridos em programas de reassentamentos e indenizações. Por vezes, estudos mais detalhados sobre indígenas e quilombolas normalmente aparecem a posteriori como exigência da procuradoria-geral da

9. O mais comum é encontra menção a impactos sobre sociabilidade, aumento de conflitos e pressão devido à proximidade da área, a ser tratada por programas de educação ambiental (vide RIMA de Belo Monte e Madeira).

10. Relatório do Projeto de Integração do Rio são Francisco com bacias do nordeste setentrional (projeto de transposição) pag. 79: A engenharia procurou um percurso para o canal que causasse o mínimo de incômodo possível às populações indígenas localizadas na região. Entretanto, duas comunidades estão próximas: Pipipan e Truká. A área reivindicada pelos índios Pipipan, especificamente a Aldeia Caraíba, localiza-se nas proximidades do trecho V (Eixo Leste) do Projeto. Essa etnia não consta das estatísticas oficiais da FUNAI. A Terra Indígena Truká ocupa, atualmente, toda a extensão da Ilha da Assunção, próximo à captação do Eixo Norte. Os maiores riscos de interferências indesejáveis estão na possibilidade de um maior contato entre os trabalhadores das obras e as populações indígenas.

República, por meio da 4ª e 6ª Câmara, e ainda assim serão tratados pelo governo como "beneficiários" de programas ambientais, mais especificamente medidas compensatórias. Tem-se, pois, um paradoxo: a discriminação positiva, diferenciada, na legislação constitucional para os povos indígenas diante de outros agrupamentos rurais tem correspondência inversa nos relatórios de impacto ambiental, chegando mesmo a um total apagamento.

> *Quando eles querem fazer qualquer empreendimento eles nem querem saber se aquele território é um território tradicional, de um povo quilombola, indígena, de pescadores. Se interessam apenas em fazer os empreendimentos. Se eles negam nossa identidade étnica, então eles estão negando que nós temos um território. Uma estratégia muito antiga do Estado é esta postura de resistir ainda com relação ao reconhecimento dos povos indígenas do Nordeste. Como o governo tem projetos específicos pra essa região e que irá impactar territórios indígenas, então ele não querem admitir que existem esses povos (Tuxá).*

> *Quando eu fiquei sabendo que ia ter a audiência pública no auditórioJoaoGilberto em Juazeiro, eu fui para essa audiência. Aí o Ministério da Integração disse que não tinha convidado os Tumbalalá porque não eram afetados diretamente. Aí eu me revoltei, nós estamos à beira rio. Aí quando foi a audiência publica em Salgueiro, nós fomos, dois* ônibus. *Não fomos convidados, mas fomos. Entramos na discussão porque sabíamos que* íamos *ser afetados, porque a questão não* é só da terra, território, mas todo o rio. Daí teve uma reportagem que dizia bem assim: "Os supostos índios tiveram aqui para não deixar a audiência publica acontecer". *Porque eles mascararam? Porque o Ministério da Integração queria que tivesse as audiências publicas, que o povo fosse lá e dissesse que o povo tinha referendado a transposição, e quando diz os supostos* índios, *eles querem dizer que não tinha sido os índios que tinham ido lá, mas todos sabiam que os índios estavam lá (Tumbalalá).*

Os povos indígenas do Nordeste, assim, tem seus direitos de participação e autodeterminação sistematicamente negados a partir da negação de um outro direito, que é o da autoafirmação identitária[11]. Tornou- se comum a propagação de um discurso que, sustentado em estereótipos preconceituosos, nega a existência de índios na região. Exemplo disso foi a postura do prefeito de Caucaia, no Ceará, que assinou documento declarando inexistir índios no município tendo em vista a reivindicação territorial dos povos Anacé e Tapeba, que estão ameaçados de remoção pela instalação do Complexo Portuário de Pecém, mega-empreendimento que será beneficiado pelas águas, se transpostas, do rio São

11. De acordo com João Pacheco de Oliveira, "diferentemente dosYanomami ou de outros poucos que habitam emregiõesrecuadasdopaís, os povosindígenasdo Nordeste não se encaixam comodamente nas representações difusas sobre os índios. Absurdo seria, no entanto, negar-lhes direitos preferenciais à terra sob o argumento que já não são mais índios, punido-os agora, uma segunda vez, pela destruição trazida pela dominação colonial. Melhor seria pensá-los como povos indígenas, como objeto de direitos coletivos, distanciando-se do mito da primitividade e das improcedentes cobranças que o senso comum instiga a cada momento. Contraditando o senso-comum, a presença indígena no nordeste é bastante significativa, assume inclusive uma grande importância demográfica, ambiental e política, sendo sobretudo de extrema relevância para se refletir sobre os múltiplos horizontes políticos possíveis na relação entre o Estado e os povos indígenas no Brasil" (Oliveira, 1993).

Francisco. No município de Cabrobó/PE, Trukás eTumbalalás denunciaram que os meios de comunicação, comerciantes, Promotoria pública e Prefeitura promovem desqualificação identitária dos índios mobilizados para intervir no projeto, acusados desrespeitosamente de "vândalos, selvagens, contrários ao progresso, canelacinza, ladrões, índios falsificados", "supostos"," pretensos" índios.

> A gente diz dos dois espantos da sociedade: o primeiro é "Nordeste tem índio"? E aí quando nos vê: "Você é índio?". Nos perguntam "Vocês moram em casa"? "Você usa roupa?". Tem o estereótipo, as idéias errôneas... ora, nós somos seres humanos que evoluem, nenhuma cultura é estanque. ...o que me torna diferente é que tenho uma cultura diferente, uma identidade, uma história deixada por nossos antepassados, sou uma guerreira porque a gente tem uma luta pelos povos desse país, luta pela sustentabilidade física e material (Liderança Pankararu).

Ignorados os impactos negativos sobre a territorialidade indígena, desvencilhando-se de obrigações constitucionais, o Estado passa a operar com a seguinte lógica, segundo os índios: *1º) tentativa de cooptação, oferta de dinheiro e vantagens com a divulgação de medidas compensatórias e um pacote de benefícios que vêm com o projeto; 2º) descaso, negligência e esvaziamento de serviços públicos para desvalorizar o território ecriar anecessidade danegociação; 3º) repressão, criminalização, violência.* Como parte da 1ª estratégia, os mapas e levantamentos etnoecológicos realizados pela Funai serviram justamente para a construção de programas ambientais de cunho "compensatório" aos povos indígenas. Construção de estradas, casas, banheiros, escolas e mesmo regularização de territórios incluíam-se dentre as medidas. Nesse aspecto, percebe-se uma necessidade por parte dos povos indígenas de demarcar um padrão de relacionamento político com o estado que prima pela autonomia e pela afirmação da politização crítica, contrapondo-se a uma visão preconceituosa que reforça a figura do índio como tutelado.

> A gente conseguiu produzir esse relatório mostrando os impactos que a gente já tinha e que a transposição traria para nosso território daqui dessa margem de Pernambuco, como a gente chama. Então eles embolaram o meio de campo e colocaram essas obras compensatórias pra gente, pros Tumbalalá, Kambiwa, Pipipãs, onde os eixos passam por dentro do território da gente. Mas ninguém foi consultado, de dizer a gente faz a obra e vai lhe dar isso aqui. Eles tocaram lá entre eles mesmo e eles amarraram isso. Quando foi em 2005, que veio aquela historia da transposição, as pessoas tentavam fazer o tempo todo a ligação daquelas demandas que a gente tinha com a questão da mitigação, das obras compensatórias, e a gente nunca aceitou.Tanto que fizeram o quê? Juntou-se Funai, Ministério da Integração (MI), Ministro da Justiça, e terminou colocando isso no papel, isso em certo momento recaiu sobre o espinhaço do nosso povo dizendo que a gente tinha se vendido, tinha mudado de posição porque a gente

> tinha obras lá feitas pelo MI mas nunca ninguém procurou escutar nossa versão (Truká).
>
> Eles trouxeram um documento que no documento dizia que era a primeira etapa da negociação em relação à transposição. Eu disse: "olhe, se não mudarem nesse documento aí a palavra negociação nósnão vamos fazer nada aqui". Em nenhum momento vou dizer que sou a favor da transposição, eu fui contra, sou contra e vou ser contra. Nem funcionando, mesmo depois de 1 mês feita, se a gente puder, mesmo depois, a gente faz ela parar. Então a palavra negociar não existe, nós estamos apenas cobrando o que é de direito e o governo tem obrigação com a gente. (Tumbalalá).

Ao tempo que impera uma total descrença nos espaços institucionais de participação, a exemplo da representação indígena no Comitê de Bacia, e que o judiciário é visto como campo de incidência política de um governo autoritário[12], observa-se o recurso ao sistema internacional, com muitas petições direcionadas à ONU e OEA e um bom domínio da legislação internacional, estando mais na "boca do índio" os direitos garantidos na Convenção 169 da OIT e na Declaração da ONU do que os da Constituição Federal. Essa estratégia nos parece igualmente ser um traço distintivo das demandas territoriais indígenas frente às lutas por terra e reforma agrária, decorrente de estatutos legais diferenciados, sobretudo no âmbito internacional.

Ainda a respeito da relação com o Estado, importa ressaltar que a representação/intervenção do governo sempre aparece associada à das empresas e contrária aos interesses dos povos ribeirinhos. As instituições mais mencionadas nas falas - como Funai e CHESF – são vistas ora como inoperantes, no caso da primeira, ora como alinhadas aos interesses de grupos privados, tratando diferenciadamente quem tem mais poder aquisitivo: *"o Estado faz descer mais quem tá embaixo para continuar batendo palma para eles"; "querem perpetuar a pobreza"; "os projetos afastaram água da terra, o custo do bombeamento inviabiliza trabalho"; "eles pensam que é porque a gente mora aqui no mato, a gente vai engolir tudo que eles querem"*.. Ainda, o Estado é que coloca *"pequeno para brigar contra pequeno"*, reassentando posseiros em áreas de índio, como é o exemplo dos reassentados de Itaparica em território reivindicado pelo povoTumbalalá. Sob o ânimo de uma desconfiança, o discurso da intervenção oficial aparece para os índios como camuflador de interesses estratégicos, dentre os quais o setor elétrico é o mais citado, por óbvias razões históricas. Assim, o próprio projeto de transposição aparece como preparação de terreno para "algo maior e pior" que seriam as barragens de Pedra Branca e Riacho Seco, momento em que *"a roda grande vai passar por dentro da pequena"(Truká).*

12. "A gente acha que não deve pagar um preço tão alto, acho que são mais de sete bilhões de reais para poder satisfazer uma vontade do estado e beneficiar seus colegas de parlamento, que já são detentores do poder aquisitivo e econômico desse país e dessa região. Depois que aconteceu essa decepção nossa, do julgamento do Supremo Tribunal Federal, que a gente avalia que não foi um julgamento técnico, mas sim, político, que essa decisão foi tendenciosa, que houve influencia do estado, porque é um projeto do governo do estado, portanto, a gente sabe que muitos ministros que compõem o tribunal é indicação do próprio presidente. A gente achou isso um desrespeito" (Uilton Tuxá, 2008).

6. TERRITORIALIDADES E IDENTIDADES INDÍGENAS EM MOVIMENTOS DE LUTA CONTRA A TRANSPOSIÇÃO

A mobilização social contra a implantação de grandes projetos no São Francisco vem desafiando lutas articuladas entre povos tradicionais e movimentos sociais há décadas, colocando em dinâmica inclusive o jogo de identidades coletivas acionadas em cada contexto. Como observado por Little (2002), o embate sobre políticas territoriais dá-se em cotas desiguais de poder: por um lado, um Estado poderoso que detém controle exclusivo sobre os aparelhos militares e de policiamento, e, por outro lado, os múltiplos povos tradicionais economicamente marginais e politicamente desarticulados entre si. Aqui, paradoxalmente, o Estado oferece aos povos que têm reivindicações territoriais uma fonte de unidade que procede de sua situação de marginalidade frente aos mesmos dispositivos estatais. Na luta para defender/conquistar seus direitos frente ao Estado, formam redes que lhes articulam politicamente. Há experiências de enfrentamento com o Estado, a exemplo das barragens, que congregam em torno da identidade do atingido por barragem trabalhadores rurais, lavradores, pescadores, índios, quilombolas, sindicalistas. A memória dos efeitos - perda de terras e territórios inundados por enchimento de lagos; prejuízos econômicos, perdas produtivas comuns, perda das vazantes; dependência da irrigação; diminuição da pesca; etc. - alinha uma percepção semelhante da atuação do Estado sobre o território e impulsiona mobilizações/ discursos de caráter anti-sistêmico, onde a fronteira étnica se ergue um torno de um inimigo maior, representativo do poder social e econômico hegemônico.

Em contraponto à razão do Estado, consideraremos aqui a base comum de sentidos e territorialidades que levaram à constituição de uma ampla rede de resistência popular contra o projeto de transposição, capitaneada, sobretudo, pela Articulação Popular do São Francisco (APSF), mas também se desdobrando em vários outros fóruns de debates e articulações. Quais são os desafios/limites percebidos a partir das diferenças organizativas entre tais movimentos, sob a perspectiva do movimento indígena? De um modo geral, a composição da articulação foi bastante diversificada: movimentos da Via Campesina (MST, MAB, MPA), indígenas, quilombolas, comunidades de fundo de pasto, pescadores, organizações ambientalistas, geraizeiros, vazanteiros, movimento negro, organizações de assessoria vinculadas à Igreja Católica (CPT, CIMI, CPP, Caritas), conselhos profissionais, universidades, comunidades cientificas, entre outros.Trataremos aqui mais especificamente da dinâmica de articulações entre os movimentos sociais do campo e os povos indígenas, que se inserem – com as suas especificidades – no contexto dos povos e comunidades tradicionais do rio São Francisco.

7. A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE

Os projetos defendidos por essa articulação de movimentos distancia- se das premissas da "pobreza natural do semiárido" e do "combate à seca" reproduzida no Projeto deTransposição, bem como das tecnologias associadas a projetos de grande porte. Eles afirmam a valorização da biodiversidade local e a necessidade de "convivência com o semiárido", inspirando-se no desenvolvimento de tecnologias populares dos grupos locais. Entre as propostas alternativas presentes no discurso comum, da unidade de luta, estão "a universalização do acesso à água a partir da democratização da água estocada nos 70 mil açudes; o abastecimento da população urbana e rural dos municípios que estão na Bacia do São Francisco; o aproveitamento sustentável de todas as águas superficiais e subterrâneas; a redução significativa das perdas na distribuição e no uso da água aduzida; o reuso da água; a minuciosa captação da água de chuva que cai todos os anos no semiárido; reforma agrária apropriada ao semiárido Brasileiro, orientada para a agricultura familiar; implementação de uma política que privilegie as ações de convivência com o semiárido a partir dos interesses, aptidões da realidade local e familiar: cisternas de placas, mandalas, barragens subterrâneas, criação de pequenos animais, produção e armazenamento de forragens, demarcação dos territórios indígenas; demarcação e regularização dos territórios quilombolas; demarcação e regularização dos territórios das comunidades tradicionais ribeirinhas, dos fundos e feixos de pastos; regularização das terras públicas da União e dos estados, garantindo-as aos que ainda não possuem terra para viver e aumentando para aqueles que não têm terra suficiente para garantir um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Conservação e Utilização Sustentável da Biodiversidade; Recuperação de Áreas Degradadas e Combate à Desertificação".

Composta em sua maioria por organizações, movimentos ecomunidades que já vinham partilhando lutas anteriores contra as barragens desde os anos 1970, em conjugação com novas forças organizativas vinculadas à atuação da Igreja Católica, a rede de resistência organizou uma série de atividades, tanto de mobilizações diretas quanto de questionamentos institucionais. Ressalte-se que o fato de o início das obras se constituir numa área geográfica que foi palco de lutas históricas – o sertão entre Pernambuco e Bahia – e especificamente ser área de retomada do Povo Truká, no município de Cabrobó, facilitou a comunicação entre os movimentos camponeses, quilombolas e indígenas da região. Foi o territórioTruká, em Cabrobó, o principal palco de enfrentamentos públicos diretos ao projeto de transposição, onde ocorreu a greve de fome de Dom Cappio de 2005 e a Ocupação do Canteiro de Obras em 2007.

No caso dos povos indígenas, a mobilização foi reforçada tanto pela condição de desterritorializados e atingidos por barragens (Sobradinho, Itaparica e Moxotó), quanto a outros projetos associados à transposição que atingem diretamente territórios reivindicados, a exemplo da etnia Tumbalalá, ameaçada de ser atingida pela hidrelétrica Pedra Branca, a

ser construída no rio São Francisco; as terras Kambiwá e Pipipã atingidas pelo Eixo Leste da transposição. Outros povos, como os Anacé, do litoral cearense, também foram afetados pelas obras do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), interligado ao macro-plano econômico do Nordeste vinculado à transposição. Ademais, a organização em torno da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoinme) convergiu para um posicionamento comum dos 34 povos indígenas do São Francisco.

Enquanto articulação ampla, a denúncia em torno do uso das águas para beneficiar o agronegócio e o hidronegócio, os altos custos da obra para beneficiar empreiteiras, as falhas no processo de debate público e garantia da participação popular do projeto, o estado de degradação do rio São Francisco e a necessidade de priorizar a revitalização foram pontos convergentes a todos os movimentos, tanto MAB quanto MST, MPA, comunidades quilombolas e povos indígenas.

8. A AFIRMAÇÃO ÉTNICA ALÉM DOS PARTICULARISMOS E UNIVERSALISMOS

Contrariando a ideia de que a afirmação étnica inviabiliza a construção de "unidades de luta", de "articulação", centrando-se num projeto territorial muito específico, observamos que se construiu a referência a uma oposição mais ampla – a governos e projetos empresariais – criando a identidade comum de grupos subalternos ou de "rede de resistência". Tensões porém existem entre movimentos territoriais que demandam reconhecimento de diferenças étnicas e movimentos clássicos de luta por acesso à terra, numa suposta oposição entre o alcance particular e *umbiguista* dos primeiros e o alcance universal e de solidariedade de classe dos segundos:

> Em outros países da América Latina, o campesino é índio e não tem outro jeito. Aqui no Brasil não. Eles são índios, são os índios contra os brancos, se os brancos são pobres, camponeses, lascados que nem nós, às vezes dá a impressão que não interessa muito. É uma luta muito umbiguista eu diria. E é um processo também de 500 anos de tutelagem que você não rompe de uma hora para outra assim. É uma articulação difícil, mas necessária, porque o inimigo é comum. É o agronegócio, o latifúndio, a forma de organização da sociedade (MST).

Percebe-se, entretanto, das falas indígenas e da própria existência da rede de resistência, que a diferenciação ou defesa de especificidades não é necessariamente concorrente ou excludente da identificação coletiva em torno de causas comuns, seja da condição de sem–terra ou de *"povo de cultura sofredor"* e discriminado.

A análise das notas etnográficas mostra, por exemplo, uma interessante tendência no uso diferenciado das expressões não-índios e brancos, que demarcam o campo das possibilidades de solidariedade sob a perspectiva indígena. O "homem branco" é o próprio suporte do sistema capitalista colonizador, é o adversário de uma luta antiga e a ameaça por excelência. Aparece associado a riqueza, ambição, formando dupla com "o governo" nos projetos : "a riqueza aí né para nóis não, é pro branco e pro governo se for falar no canal da transposição". "Branco" é identificado aos "fazendeiros", "usineiros", autoridades, grupos sociais que detém posição hegemônica de poder. "*O branco só tá tentando acabar ou destruir, está sempre querendo de uma certa forma não* é *de hoje nem de ontem* é *do nosso antepassado. Os brancos vêm querendo destruir o nosso povo, mas nós somos fortes, os mais velhos têm ensinado para nós e nós até hoje estamos resistindo, e estamos aí (Miguel Marcolino)";"é um absurdo do homem branco bulir na natureza do jeito que tá fazendo".*

"Branco" aqui tem uma força e conotação simbólica diferente, mais relacionada à encarnação do sistema capitalista e colonizador do que à idéia de cor da pele ou etnia. Esse tipo de adjetivação, que não implica necessariamente diferença de alianças, é um traço distintivo do discurso indígena quanto à transposição e à relação a outros movimentos, tendendo a se confrontar à tríade "capital/agronegócio/Estado".

Em outros momentos, podemos perceber o "arribar" de fronteiras com outros grupos sociais também subalternos: posseiros; quilombolas; índios do norte; etc, onde normalmente deixa-se de lado o termo "branco" para se optar pelo uso da expressão "não-índio". Essa diferenciação, que transita entre uma condição de oposição étnica e uma possível unidade de classe, normalmente encontra-se nas narrativas referidas a posseiros, pequenos agricultores, feirantes, reassentados, pequenos comerciantes, o mediador que não compreende a cultura indígena, entre outros, localizados numa gama de grupos que, ou reproduzem a discriminação étnica introjetada pelo sistema ou são utilizados como "pontas-de-lança" dos brancos poderosos, como é o caso dos posseiros "manipulados" pelo Estado, mas que não constituem expressão de poder hegemônicos. *"Precisamos ao mesmo tempo batalhar com o intuito de fazer compreender aos não índios, ou seja, os vizinhos, que aquilo é nosso, que aquilo foi dado por nossos maiores, nossos ancestrais"*(Sandro Tuxá**)**. Os não- índios são aliados em potencial.

A noção da diversidade dos grupos sociais que serão afetados pelo projeto, também é recorrentemente mencionada nas falas indígenas:

> Desassentar o índio, o quilombola, o pescador para botar onde, se a escola de todos foi a terra, o rio? O problema é o modelo de assentamento, que não resolve. Com a transposição, os pobres vão morrer de sede vendo o rio à sua frente. É o que se vê onde moro: mais ou menos oito meses de carro-pipa por ano (Xocó).

A própria existência de várias etnias num só território reconhecida no ato de acolhida e solidariedade com os "parentes" des-territorializados, "refugiados", também desconstrói a idéia do particularismo/umbiguismo, como infere o Cacique Natuyé Kaxangó":

> Assim como um dia os Xocó chegaram aqui para se refugiar dos perseguidores que eram os fazendeiros, do mesmo jeito os Kaxangó estão refugiados em Kariri-Xocó, porque aqui é aldeia mãe que acolhe os perseguidos, assim tem muitos que sofreram perseguição". "A etnia não muda muito não porque o pensamento indígena é um só; ser índio é não ter visão assim de riqueza, é lutar preocupado em estar com saúde e barriga cheia. Essa visão que daqui a vinte anos eu vou que ter isso, e tenho que trabalhar, e às vezes passa pela vida sem viver… porque os brancos tão aí instruindo o resto dos índio para isso, forçando os meninos a fazerem um projeto para pagar com vinte anos e então você sabe que só vai ser livre daquela situação daqui a 20 anos…isso é não ser vivo, é motivo de preocupação. E índio não é isso, índio não pode estar com fome, estando com barriga cheia e com saúde não existe problema na historia de vida dele (Natuyé Kaxangó, 2008).

Mesmo em conflitos territoriais de áreas superpostas, identificados como estratégia do Estado para fraturar os movimentos, observa-se estre estes esforços para evitar divisões entre "os pequenos", as "tainhas", como é usual se autoreferirem, para focar na briga com os "peixes grandes". Nesse sentido, o conflito entre o povo indígena Atikum e a comunidade quilombola de Conceição das Crioulas, bem como o assentamento Serra Negra e o território Pipipã apontam para a convivência no mesmo território de grupos etnicamente diferenciados.

> A transposição atravessa o território indígena do povo Pipipã. Desde 2010, a gente teve uma reunião com o MI para resolver a questão fundiária porque a terra não foi demarcada e não se sabe se é terra tradicional do povo indígena ou se é terra nacional. Já faz dois anos, eles pediram um mês. O pior é que fica o pessoal indefinido, e aí o INCRA não faz nada porque diz que ainda não é assentamento e nem a Funai porque ainda não é indígena, então um joga para o outro. E tentaram jogar os índios contra os assentados, o que nosso entendimento é uma briga muito desleal porque é pobre contra pobre, mas até que enfim o povo sentou e chegou a um acordo (Manoel, assentado em Serra Negra).

> A gente já entrou em acordo, se ficar indígena, a gente fica lá, isso são águas passadas. O problema agora é a transposição (Manoel, assentado em Serra Negra).

> Aqui em Pernambuco, por exemplo, já tivemos problemas de assentamento de 10 anos de luta que hoje os índios reivindicam como território tradicional. Nós

> temos uma definição que para nós é muita clara: se é terra tradicional, a gente não ocupa, por maior que seja a reivindicação. E aí quando é um acampamento, saímos, negociamos uma outra área para ocupação (Cássia Bechara, MST).

Por certo que afirmando tais dimensões de "entendimento" entre despossuídos, não se nega que as diferenças e tensões persistem e são empecilhos reais de muitas articulações. Nessa mesma linha de conflitos em razão da superposição de áreas territoriais reivindicadas, encontra-se o impasse entre o povo Tumbalalá com os reassentados de Itaparica no projeto Pedra Branca, que já deu lugar a inúmeras discussões.

9. A DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA E O DESAFIO DA AFIRMAÇÃO ENQUANTO SUJEITOS POLÍTICOS

O discurso dos povos indígenas denuncia a discriminação étnica no tratamento dispensado pelo Estado; mas também quanto a outros grupos sociais, alega desrespeito a seus direitos e dificuldades de articulação devidas à persistência e introjeção dos rótulos discriminatórios gerados ao longo da história da colonização. Frente a estes, respondem: i) mostrando sua capacidade política e crítica ante a pecha de seres tutelados e facilmente manipulados; ii) apresentando-se como bons plantadores e pescadores diante da acusação de que não servem para produzir por serem preguiçosos; iii) afirmando sua condição de sujeito de direito frente ao tratamento que recebem de "bichos- do-mato".

> Os cofres públicos tão cheios de dinheiro, tanto que a gente vê a sacanagem que tá acontecendo aí e nesse mundo esquecido o povo acha que não vive gente, que aquela pessoa não vive, que aquela pessoa não tem um corpo, não tem um coração, não tem uma vida. Aí eles fazem de conta que a gente não vive, a gente vegeta, vive nos mato que nem bicho, entendeu? O que eu fico mais triste é isso, porque eles sabem que a gente existe, sabe que aqui tem aldeia, sabe que tem um povo (Lurdes Tumbalalá).

> Então assim, a transposição em si trouxe pra gente uma convivência que nós não tínhamos, de estar o movimento indígena, negro e popular junto. O que ficou de lição pra gente? Que a gente tem que reavaliar os passos que a gente deu e conseguir traçar um horizonte para que a gente consiga chegar até lá. Porque infelizmente muito pouca gente da via campesina sabe da realidade indígena, sabe da realidade quilombola. Então assim, as mesmas dificuldades colocadas para nós, é a dificuldade que enfrenta qualquer trabalhador rural. Porque não há um indígena, um quilombola, que viva longe da terra. E infelizmente a discussão em torno dos direitos indígenas, dos direitos negros,

> na via campesina, é mínima, inexiste. Existe assim, você vai lá, tem um movimento, você consegue falar, representar e aí muita gente fica surpreso com a capacidade que os indígenas tem de debate. Porque para quem não conhece nossa realidade, em muitos momentos trata a gente como a história do Brasil; na história do Brasil, índio é nu, só anda pelado, nego só serve pra ser burro de carga, mas não vê muitas vezes a capacidade que ambos tem, a capacidade de pensar, raciocinar, de resistir. Então o que falta mais para nós é sentar, se articular (Neguinho Truka.)

10. A RELAÇÃO COMA NATUREZA EA DIMENSÃO SIMBÓLICO-RELIGIOSA

A relação com a natureza é também uma linha de contraste. A visão sagrada sobre as águas do rio torna absurda a própria mudança do seu curso; uma intervenção humana desse porte em "obra da natureza" é uma técnica irracional e destrutiva em si mesmo, quase uma "maldição". Apesar de associados como potenciais aliados dos ambientalistas pela dimensão ecológica da relação com o ambiente, vale aqui a observação de Bruce Albert (2002) no sentido de que a "interculturalidade política" entre os ambientalistas e os povos indígenas encontra seus limites de comunicabilidade na incomensurabilidade cosmológica. Difere também da visão de outros movimentos da região - como MAB, MST, MPA, sindicatos rurais - onde os discursos ressaltam menos a dimensão ambiental/ simbólica do rio para denunciar mais as finalidades e os destinatários da água (grupos econômicos ligados ao agronegócio e à siderurgia). Em que pese nacionalmente terem esses movimentos também se posicionado de modo contrário ao projeto, a visão da água e do rio associada à finalidade de consumo levou alguns a acreditar na pertinência tática da disputa das áreas dos canais da transposição para os fins reforma agrária.

> Por outro lado, né, foi aí que o debate começou a se dar, para onde vai essa água? Acho que para nós , mais do que o discurso ambiental que eu acho que foi o que pegou dentro desse pólo progressista de esquerda, foram os impactos ambientais … e eu acho que pra nós do movimento aqui de Pernambuco o que mais pegava era quem ia receber essa água…vai ter água, vai, é uma realidade aí que vai ter água dentro de um projeto para uma região que é escassa, é. O debate para nós foi em torno de quem ia receber essa água e aí nós começamos a estudar o que estava por trás do projeto, inclusive dentro da via campesina nos anos de 2006 e 2007 foi uma questão que a gente estudou muito, isso do avanço do agronegócio a partir dos grandes projetos de irrigação, parcerias público-privada, para além da transposição, todos os canais de irrigação que estão avançando na região. Foi quando em 2009 nós ocupamos o pontal sul, dentro dessa perspectiva: ou essa água que passa aqui vai para camponês… então

mais do que os impactos ambientais, eram os aspectos sociais, econômicos, de quem esse projeto ia beneficiar. Então pra nós não faz muito sentido assim. Eu vou ser muito sincera, nem sei se em outros estados isso é tão consensual no movimento. Aqui em Pernambuco pelo menos para nois isso é consenso, tanto que nós colocamos na nossa pauta de reivindicação que as terras irrigadas sejam destinadas para os camponeses e não só para as empresas do agronegócio (MST).

Se o rio se acaba, a gente se acaba, a transposição vai deixar o rio em poço, esse obra é uma serpente que começa nos Truká para alimentar o dragão (Pecem)… na verdade a transposição é para trazer mais água para esses projetos que estão na nossa terra, para os políticos. Aqui é o rabo da serpente, é o rabo tá o veneno (cacique Jonas Anacé).

Esse Projeto de Transposição que é uma ameaça também ao Rio São Francisco, que, quando se diz em ameaçar o Rio São Francisco, se diz em ameaçar todo o povo ribeirinho, principalmente os Povos Indígenas que são um povo tradicional, tem seus costumes antigos (Tumbalalá).

Também no nosso ritual tem o encantado que a gente se identifica, que

tem o encantado das águas e o das matas, então tem essa tradição com rio que a gente nunca deixa de ter (…) Com tanto projeto o rio surpreende. Tem interferência com os Encantados. Tem certo lugar no rio, como uma cachoeira, que é de muita importância. É um local onde a gente tem mais o contato com espiritual. Se o rio baixa tanto a água, aquela cachoeira não tem mais a mesma força que tinha. Então tudo dos nossos Encanto tem a ver com a água, como ela tá, com o tempo. É uma coisa tão forte o Encantado com nosso ritual que é uma escolha da natureza ele estar naquele lugar. Os Encantados estão naquele lugar da natureza, quanto mais forte a água, mais os Encantados estão presentes (Cacique Cícero Tumbalalá).

11. AS LUTAS E OS RITUAIS DA RESISTÊNCIA: AS DIFERENTES LÓGICAS ORGANIZATIVAS

A ocupação do canteiro de obras de Cabrobó, em pleno território Truká, é a melhor síntese do encontro entre diferentes lógicas organizativas que se esforçam, a despeito dos contratempos, para uma proposta de articulação. A ocupação foi uma das últimas estratégias de ação direta para barrar o projeto e aconteceu em junho de 2007, reunindo 1500 pessoas de diferentes movimentos durante 10 dias.

A gestão da articulação como um todo, desde funções de segurança à garantia de alimentação, transporte, interlocuções institucionais, tudo isso foi carreado por organizações e movimentos vinculados à Via Campesina, a priori pela experiência em processos semelhantes de ocupação de terras. A dinâmica também foi pautada pela realização de reuniões, assembleias e formação de comissões temáticas. Esse formato clássico não reverberou muito na mobilização e envolvimento dos indígenas, que tenderam a resistir a partir de seus próprios referenciais, comumente utilizados nas retomadas de terras: prática de rituais, em especial do ritual do Toré. Ponto de relativa tensão foi o catolicismo forte presente nas místicas dos movimentos sociais, o que foi discutido e implicou na abertura para a incorporação de outras manifestações culturais e religiosas ali presentes. Tais percepções diferenciadas entre modos de luta/resistência pode levar à definição de um grupo ou outro como "cooptado", ou "entreguista", ou "pouco disposto a mobilizar". Pode levar também a uma crise na identificação das decisões e dos porta-vozes legitimados.

Aqui vale chamar a atenção para alguns aspectos que diferenciam ou marcam as especificidades das lutas territoriais indígenas das demais: a preparação para a luta ou uma ação de enfrentamento direto envolve mais a prática de rituais espirituais, que conectam o povo aos guerreiros ancestrais, do que somente a estratégias racionalizadas, calculadas e discutidas em reuniões. O lugar e a memória têm uma importância privilegiada e um peso histórico nas reivindicações territoriais. Como afirma Little, "o fato de que seus territórios ficaram fora do regime formal de propriedade da Colônia, do Império e, até recentemente, da República, não deslegitima suas reivindicações, simplesmente as situa dentro de uma razão histórica e não instrumental, ao mesmo tempo em que mostra sua força histórica e sua persistência cultural. A expressão dessa territorialidade, então, não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território. Para as sociedades indígenas, sua memória coletiva tornou-se tão importante quanto os documentos escritos que antes, no confronto com representantes dos poderes públicos, tinham o total privilégio" (LITTLE, 2002).

As habilidades acionadas para formar "guerreiros" diferem da dos "militantes": relacionam-se mais ao conhecimento da história e cultura do povo, destreza para praticar os rituais, cantar, se vestir, saber pisar bem o Toré, do que a retórica política, a capacidade de leitura da estrutura capitalista e da conjuntura social, a diferenciação entre ações táticas e estratégicas que marcam a formação dos militantes da luta pela terra em geral. As "retomadas" constituem o local por excelência dessa práticas pedagógicas. A noção de liderança também se associa mais a critérios geracionais, aos mais velhos e ao Conselho de Anciãos do que ao carisma e domínio de um certo capital intelectual. Isso não quer dizer que a ação indígena seja desprovida de planejamento, organização e estratégia; muito pelo contrário, mas ela só se dá em outros parâmetros:

> Mobilizar para a luta requer plano, cuidado, conscientização, pessoas tem que se entregar de corpo e alma"; "como fazer a luta? a gente precisa compreender a geografia, entender bem o que é mesmo o território, qual a melhor forma de fazer, todos os meios legais. A retomada provoca o estado a agilizar o processo, isso é importante, tem que saber o momento e a hora certa e depende muito da organização do povo, então isso é uma coisa condicionante para fazer a luta de fato". A estratégia é de ocupar a área de terra após finalização do relatório, começando em áreas de conflito com posseiros, depois para conflitos com Estado na transposição (Cícero Tumbalalá, 2008).

As situações de conflito, de reivindicação junto ao poder público, devem ser marcadas por toda ostentação possível da cultura indígena, desde a prática dos rituais ao uso de vestes, pinturas e armas consideradas "típicas". A valorização de certa "plasticidade" na luta relaciona-se à demarcação de diferenças, necessária quando "é pra sair, ir para a luta, para o movimento". Essa mesma plasticidade também é valorizada nos momentos de luta articulada, onde os grupos indígenas normalmente tomam a posição dianteira das mobilizações, entoando cânticos e puxando o Toré.

> Vivemo do nosso costume se não tivesse ou um dia chegar a se acabar, não vai mais existir o povo Tumbalalá. Não existe um povo sem ritual e também a gente desde o início da retomada, a gente pede às pessoas que vem tentando colocar isso na mente de todos que a gente precisa, que usem as nossas vestes, nossa pujá, a nossa cataióba, ter seus maracás para na hora de dançar o Toré. E às vezes as pessoas esquecem ou às vezes não dão importância para aquilo que é necessário, porque do jeito que graças a Deus até agora tudo vem dando certo e a gente não tem tido pressão de pessoas não índios e posseiros, como também da justiça contra a gente, tudo bem. Mas, de repente, a gente precisa estar aqui diante do nosso movimento e se não apresentar com os nossos trajes, como é que a gente vai fazer? Porque para eles lá fora, se não encontrarem a gente desse jeito aqui, eles vão ficar em dúvida se realmente aqui todos são índios ou não, então às vezes a pessoa até escuta porque está aqui na reunião, mas não dá importância para aquilo que tem que ser feito, a gente quando anda por aí a fora, em Brasília, Salvador, se a gente passa pelo povo do jeito que estamos aqui, eles não sabem se é um povo do costume diferente, mas quando vê a gente trajado já diz: "Olha, aqueles alí são índios". Para a gente mesmo não precisa eles saber que nós somos índios, mas para a sociedade lá fora, quando eles identificam que nós somos índios mesmo eles tem um respeito diferente, os que tem respeito são aqueles que fazem a crítica, discriminam a gente também faz aquilo que eles desejam fazer e as vezes é para fazer crítica a gente (Cícero Tumbalalá).

A ação é muitas vezes traduzida num léxico de guerra *("nas nossas escolas, a gente diz que lá não é uma sala de aula, lá está se formando pequenos guerreiros, que amanhã serão os grandes guerreiros da aldeia"- NeguinhoTruká)*, onde a promessa de enfrentamento vai até o último limite, numa perspectiva de radicalidade discursiva e muitas vezes prática. Assim é que no momento do cumprimento da ordem de despejo do canteiro de obras do projeto de transposição, onde diversos movimentos sociais tinham deliberado por meio de Assembleia Geral sair em retirada e não resistir à polícia, um grupo de indígenas pintou-se, armou-se e posicionou-se no meio do mato numa postura pronta para a "guerra" e só não o fizeram porque foram dissuadidos pelo Cacique, invertendo nessa disposição para o enfrentamento direto toda a lógica interpretativa que os supunha desinteressados ou pouco dispostos à luta. Desse despejo seguiu-se a retomada de uma outra área próxima, também reivindicada como pertencente ao território Truká, que até hoje se sustenta.

12. RELAÇÃO COM A INSTITUCIONALIDADE E O GOVERNO LULA

Por fim, cabe destacar para as diferentes formas ou predisposições dos movimentos sociais para o enfrentamento a um projeto do Governo Lula. Um dos principais destaques do processo de mobilização contra grandes projetos naquela conjuntura foi o protagonismo das lutas e conflitos por povos e comunidades tradicionais. No caso da transposição, isso não foi diferente: o protesto ou posicionamento dos movimentos de massa de luta pela terra tardaram a vir ou vieram de modo tímido, cautelosos com as ações de oposição política de que pudessem se servir os "partidos de direita". Expectativas institucionais nas Comissões de Negociação foram apostas desses atores. Uma primeira motivação apresentada foi o fato de serem movimento de massa, que tem que se pautar por suas bases, as quais têm necessidades práticas e "são lulistas". Lançando mão de uma certa razão pragmática, colocaram-se receosos ou descrentes de qualquer ação mais impactante de mobilização:

> Por exemplo, isso mais hoje, a gente tem que ser mais realista. Hoje o projeto tá dado. E a questão que a gente colocava na época era essa: nós temos força para parar esse projeto? E parar significa ocupar de forma permanente os canteiros de obra da transposição. Eu lembro que ali, quando nós fomos pra Cabrobó, foi uma discussão. Porque quem bota a massa é nois e os ônibus que vão, vão tudo com data certa pra voltar. Nós temos duas alternativas no conjunto dos movimentos: ou nois bota base, massa ali dentro pra parar, inviabilizar o projeto à força, ou nois vamo disputar o projeto. E o que a gente falava naquela época era que nós não tínhamos força de massa, força política para parar essa obra, que era a única possibilidade que nós tínhamos.
>
> Minimamente a gente teve que fazer essa discussão; não foi massiva, é certo, foi mais com o pessoal que estava lá nessa região. E muito nessa perspectiva

> porque lá os líderes locais diziam "olha, vai chegar água, quem não quer isso é porque quer que o sertanejo continue na seca". Quem defendia o projeto de transposição nos poderes públicos locais eram nossos aliados e quem era contra eram nossos inimigos. Quem tava contra a transposição naquele momento eram os partidos mais conservadores. É mais complicado, eu acho, dentro dos poderes locais municipais, porque aí você entra num embate `nós vamo apoiar um projeto que é dos nossos maiores inimigos?` Nos municípios que ia receber água, estava diretamente envolvido com a transposição; isso era disputa política e aí eu acho que era mais complicado.
>
> Nas bases também, o povo é louco por Lula? É, mas nós temos acampamentos de 15 anos, o povo tá claro pra ele que esse governo não vai fazer reforma agrária. uma coisa é você enfrentar um governo que te encara na porrada, que aí o inimigo é claro, a luta de classe tá ali muito clara. Outra coisa é você enfrentar um governo que não deixa de tentar te destruir, mas de uma outra forma muito mais eficaz. Aqui agora tudo é negociado, não existe mais despejo violento. O Estado ainda é totalmente reacionário, mas tem todo um manual de conciliação de despejos da ouvidoria agrária nacional; então tem que conversar, ouvir, passar por todo aquele processo. Então o governo não faz o enfrentamento direto, o que dificulta para nós também fazer o enfrentamento direto (liderança do MST).

Sem proferirmos qualquer juízo de valor sobre o recuo ou a radicalidade crítica de um movimento e outro, considerando inclusive suas distintas estratégias e lógicas organizativas – uns com pretensão de abrangência e necessidade de mediação mais que outros - o fato é que a maior parte das mobilizações contra o projeto de transposição contou mais com a participação de povos e comunidades ribeirinhas, indígenas, quilombolas , apoiados por organizações de assessoria, do que propriamente com os chamados movimentos de massa que atuam na questão agrária.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta articulada contra o projeto de transposição reflete uma conjuntura política de afirmação de diferentes formações sociais no campo, fruto de processos históricos de resistência cada vez mais firmadas no componente étnico. Reflete também o que significou o poder de mobilização popular no momento inicial do governo Lula, cuja legitimidade e fidelidade eleitoral comprometeu em muito as ações de oposição dos movimentos sociais de massa, sobretudo aqueles herdeiros da tradição dos partidos de esquerda no Brasil.

A experiência deixou legados. As contradições entre os movimentos e povos e comunidades tradicionais são assumidas e continuam a ser apreendidas como desafios à luta. Podemos ainda perceber os atuais impasses nas alianças, os "buracos nos modelos instituídos" (BADIOU, 1995), como a oportunidade de recriação dialógica que é própria dos conflitos. Assim é que, por mais que se tenha arrefecido a luta articulada contra o projeto de transposição em si, os "desencontros" serviram para a identificação de problemas e lacunas a serem postas numa reflexão crítica e reforçaram o desafio da "unidade na diversidade" para embates futuros:

> Eu acho assim, nós temos pecado bastante no sentido de achar que cada movimento da gente tem razão. Nós temos levantado nossa bandeira e não temos ouvido muito quem de fato quer ser parceiro. Qual é o grande planejamento de qualquer movimento social do país, principalmente esse que lida com a questão fundiária? É uma política para a América Latina. Então eu vejo que os movimentos sociais na sua essência, o movimento indígena, o movimento negro, que a gente vai ter que ter uma bandeira de luta única, que a gente consiga fazer com que as coisas andem, que dê resultado, porque a partir daí a gente vai começar a se entender internamente mas sem perder de vista que de fato as coisas tem que ser articuladas com os outros. Não adianta a gente fazer um movimento contra a transposição e depois aparece os Truka que são os salvadores da pátria, MST que é salvador da pátria, não. Tem que parar porque isso atrapalhou muito. Nós vimos a discussão com nosso entendimento e achar que só nos tínhamos razão e pouco ouvir, ser assim obrigado a tolerar porque tá ali junto, nós vivenciamos muito isso. Um movimento tolerar o outro, sem de fato procurar entender ou reforçar a luta para que todos consigam. Então a gente pecou bastante. O governo soube tirar proveito disso. Primeiro nós jogamos com alguém que era do nosso meio, que era o Presidente Lula, que era movimento social puro. Então ele saiu pesquisando a fragilidade de cada um e soube dar resposta à altura. Se nós temos por objetivo, primeiro, paralisar os grandes empreendimentos, segundo, garantir o acesso da gente ao território indígena, aos assentamentos, nós temos que ter esse pensamento de se respeitar entre si. Então assim, pra nós, às vezes eu fico pensando nos momentos de 2007, os dias de hoje, estudando de que forma a gente vai conseguir enfrentar o que está posto para nós. Eu vejo que nós temos que ter uma articulação muito boa (Neguinho Truká).

> É uma articulação difícil, mas necessária. O inimigo é comum, porque o inimigo é comum. É o agronegócio, o latifúndio, a forma de organização da sociedade (liderança do MST).

Lembra-nos Porto-Gonçalves (2005) que foi nos anos 1970 que a sociedade brasileira conheceu um desenvolvimento capitalista sem precedentes, sob a ditadura, e que, por

suas contradições, ensejou um vigoroso movimento social no campo em resistência ao modelo. Foram introduzidos no léxico político outros protagonistas, que experimentavam a necessidade de se reinventarem como campesinato, como trabalhadores rurais, comunidades indígenas e afrodescendentes, expondo - a partir de então e definitivamente - a *experiência da diferença* no movimento social do campo brasileiro, constituindo-se num dos seus maiores desafios epistêmico-políticos. Permeada de contradições, como acontecerá com qualquer tentativa de unificação de formações sociais tão distintas, essa diferença é o desafio e a qualidade da nova questão agrária. Assim, para além da caracterização de um movimento como o MST como "um tipo de sociedade em rede com identidade social de projeto" ou como a daqueles que tentam desqualificá-lo pela "mobilização sem emancipação" ou pela ideologia dos seus dirigentes, que "sonham com a tomada do Palácio de Inverno", estamos diante deuma tensão entre adiversidade das temporalidades de cada uma dessas formações sociais e, ao mesmo tempo, da necessidade da unidade.

Cada experiência de confronto articulado desafiada pelos poderes hegemônicos é também uma experiência de deslocamento, de reflexão sobre a complexidade do tecido social formatado pela modernidade colonial; um estímulo a rearranjos interpretativos sobre os lugares das categorias de raça, classe, etnia como estruturantes indissociáveis das desigualdades de poder sobre o território no Brasil; um vetor de encontro entre diversidades muito ricas que não devem por horizonte de "unidade política" a eliminação das contradições, a fusão, o consenso ou a adesão que acabam por matar o próprio processo de produção dos sujeitos políticos, mas sim a coragem e o esforço criativo para se reinventar a partir da diferença, do conflito, no meio do próprio acontecimento que pare os sujeitos (Badiou, 1995).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. "Disputas cartográficas e disputas territoriais". In: Acselrad, Henri (org). *Cartografias sociais e territórios*. Rio de janeiro: Universidade Federal do rio de janeiro, IPPUR, 2008, p. 13-41.

ALBERT, Bruce. **"**O ouro canibal e a queda do céu. Uma crítica xamãnica da economia política da Natureza (Yanomami)" In Albert, Bruce & Ramos, Alcida. *Pacificando o Branco. Cosmologias do contato no norte amazônico.* São Paulo: Editora UNESP, 2002.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. "Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum". In: Almeida, Alfredo Wagner Berno. *Terra de quilombo, terras indígenas,"babaçuais libres","castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. 2ª ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008, p. 25-32.*

APOINME. Relatório de denúncia "Povos Indígenas do Nordeste impactados com a transposição", *Recife, 2009*. Disponível em: http://www.apoinme.org. br/index. php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=60

ARRUTI, J. M. A. "Morte e vida no Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno regional". *Revista Estudos Históricos*, V. 8, n. 15, 1995, p. 57-94. Disponível em http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/ viewArticle/1995

. "A Negação do Território: Estratégias e Táticas do Processo de Expropriação na Marambaia". In: Nova Cartografia Social. *Caderno dedebates. Territórios quilombolas e conflitos*/Alfredo Wagner Berno de Almeida (Orgs). et al. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, *UEA Edições,V. 2, 2010, p. 109-115*.

BADIOU, Alain. Ética. Um Ensaio sobre a Consciência do Mal. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

CARVALHO, Maria Rosário. "De Índios misturados' a Índios 'regimados'". XIX reunião Brasileira de Antropologia. Niterói: *1994.* Disponível em: http://www.pineb.ffch.ufba. br/downloads/1245096398CARVALHO,%20 Maria%20do%20R%20-%20De%20 %5C'indios%20misturados%5C'%20a%20%5C'Indios%20Regimados%5C'.pdf

FEATHERSTONE, Mike. "Localismo, globalismo e identidade cultural". *Revista Sociedade e Estado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, V.11, n. 1, jan./jun. 1996, p.9-39.

FUNAI. Estudos Etnoecológicos Kambiwá, Pipipan, Truka e Tumbalalá. Brasília, 2005.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. "A Nova Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST". In: *OSAL: Observatorio Social de América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, Ano 6, n. 16, jun. 2005. Disponível em:*http:// biblioteca.clacso.edu.ar//ar/libros/osal/osal16/AC16PortoG.pdf*

GUEDES, André Dumans. "A fronteira e as fronteiras entre camponeses, indígenas e comunidades tradicionais". *Mimeo, 2012.*

LITTLE, Paul E. "Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade". Série Antropologia, n. 174. *Brasília:* Departamento de Antropologia, 2002. Disponível em: http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/PaulLittle.pdf

MARQUES, Juracy, *Ecologias do São Francisco,* Paulo Afonso: FonteViva, 2006.

MARTINS, José de Souza. "O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira". In: *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*. São Paulo: V. 8. n. 1, 1996.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *Relatório de Impacto Ambiental do Projeto São Francisco*. 2004. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/ relatorio-de-impacto-ambiental-rima

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

DO BRASIL. *Tuxá de Rodelas*. Coordenadores Alfredo Wagner Berno de Almeida & Rosa Elizabeth Acevedo Marim; Organizadores: Juracy Marques dos Santos. et al. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, UEA Edições, 2010.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

DO BRASIL. *Povo Indígena Pankararu*. /Coordenadores Alfredo Wagner Berno de Almeida & Rosa Elizabeth Acevedo Marim; Organizadores: Juracy Marques dos Santos. et al. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, UEA Edições, 2010.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

DO BRASIL. *Povo Indígena Truká.* Coordenadores Alfredo Wagner Berno de Almeida & Rosa Elizabeth Acevedo Marim; Organizadores: Juracy Marques dos Santos. et al. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, UEA Edições, 2010.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

DO BRASIL: *Povo Indígena Tumbalalá.* Coordenadores Alfredo Wagner Berno de Almeida & Rosa Elizabeth Acevedo Marim; Organizadores: Juracy Marques dos Santos. et al. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, UEA Edições, 2010.

OLIVEIRA, João Pacheco de. "Uma etnografia dos índios misturados: situação colonial, territorialização e fluxos culturais". *Mana - Estudos de Antropologia Social do Museu Nacional.* Rio de Janeiro: UFRJ, V. 4, n. 1, Apr. 1998. Disponível: http:// www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000100003

PAULINO, Eliane Tomiasi; *ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. Terra e Território: A*

Questão Camponesa no Capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

POMPA, Cristina. "História de um desaparecimento anunciado: as aldeias missionárias do São Francisco, século XVIII-XIX". In: Oliveira, João Pacheco de. *A presença Indígena no Nordeste: processo de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011, p. 267-294.*

SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. "De Caboclo a Índio: Etnicidade e organização social e política entre povos indígenas contemporâneos no nordeste do Brasil; o caso Kapinawá". *Cadernos do LEME,* Campina Grande, V. 3, n. 2. jul./dez. 2011. p. 88 – 191. Disponível em: http://www.leme.ufcg.edu. br/cadernosdoleme/index.php/e-leme/article/view/45

SAHLINS, Marshall. “O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: Por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção”. *Mana - Estudos de Antropologia Social do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: UFRJ,V. 3, n. 1 e 2. 1997.

SIGAUD, Lygia. “O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.18, ano 7, *1992*. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_18/ rbcs18_02.htm

SILVA, Edson. “Povos indígenas no sertão: uma história de esbulhos das terras, conflitos e de mobilização por seus direitos”. *Historien – Revista de História*. Petrolina: jun./nov. 2011. pp 139-155. Disponível em: http://www. revistahistorien.com/8-%20povosindigenas.pdf

TOMÁZ, Alzení de Freitas. “O Semi árido: um lugar exponencial de encanto dor e alma”. In: *O Rio São Francisco e as Águas no Sertão*. João Zinclar (Org). Campinas, 2010.

VALLE, Sarah Maranhão. “A Fabricação Social da Mistura - O processo de destruição das aldeias na segunda metade do século XIX”. In: Oliveira, João Pacheco de (Org.). *A presença Indígena no Nordeste: processo de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011, p. 295-326.

CAPÍTULO VI

A VIDA DO NOVO CHICO DEPOIS DA MORTE DOVELHO: GOTAS DE ESPERANÇA

Juracy Marques
Uilson Viana de Souza
Robson Marques dos Santos
Joaquim Alves Novaes
Luciano Silva de Menezes

Natureza é uma força que inunda
como os desertos.
Manoel de Barros

1. A ÁGUA

Figura 1: Indígena do São Francisco (ZINCLAR, 2010)

A água é um bem natural essencial à manutenção de todas as formas de vida no planeta. Setenta por cento (70%) da superfície da Terra é coberta por esse precioso líquido. Entretanto, apenas um por cento (1%) desse grandioso volume de água é potável e adequado ao consumo humano.

Nesse sentido, estima-se que, na Terra, existam 1,37 bilhões de km³ de água. Desse volume, 97% constituem as águas dos oceanos e apenas 3% são de água doce. Desse percentual de água doce, 2/3 estão nas calotas polares e nas geleiras, restando apenas 1% do volume para consumo da população humana do planeta. O Brasil é detentor de 12% da água doce que escorre superficialmente no mundo; 72% desses recursos estão localizados na região amazônica e apenas 3% no Nordeste. Essa desigualdade de percentuais, com visível

desvantagem para o Nordeste brasileiro, é consequência das características geoambientais da região (JOÃO SUASSUNA, 1999[1]).

Nesta primeira década do século XXI, o mundo percebeu que a água potável, base para a manutenção da vida, é o maior indicador da riqueza de uma nação. Dos 7 bilhões de habitantes que somos em todo o mundo, 2 bilhões são atingidos pela escassez de água potável. Segundo a Organização das Nações Unidas - ONU (MMA, 2005), se não forem adotadas medidas de preservação dos mananciais e de racionalização do consumo, em 2025, esse percentual pode atingir mais de 4 bilhões de habitantes do planeta, mais da metade da população mundial.

Segundo a UNESCO (MMA, 2005), nos últimos 50 anos, a disponibilidade de água para cada ser humano diminuiu 60%, ao mesmo tempo em que a população cresceu 50%. Cerca de 1,4 bilhões de pessoas não tem acesso à água potável em toda a face da Terra e mais de 2,4 bilhões não têm acesso aos serviços de saneamento ambiental. Isso porque 70% do consumo da água doce no mundo vai para a agricultura, responsável por 40% de todos os produtos agrícolas produzidos no mundo, 20% para a indústria e apenas 10% para consumo humano (MALVEZZI, 2010).

A água é, hoje, um bem natural que está no centro das grandes questões da humanidade. A água doce, adequada ao consumo humano, foi apropriada como uma mercadoria, tornando-se objeto de lucro do capital.

2. O CLIMA

A disponibilidade de água no planeta se agravou com as alterações climáticas que mudaram as dinâmicas das águas doce e salgada em todo o mundo, fundamentais para comunidades humanas, animais, plantas e base para a economia global. Desde o fim do século XIX, o planeta está quase 1ºC mais quente. Parte desse aquecimento agravou-se após a década de 1960, com o processo de industrialização.

O mundo está preocupado com as mudanças do clima e suas consequências para a vida das pessoas e toda a biodiversidade planetária. Esse assunto foi pauta da 21ª Conferência das Partes das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (COP21), que aconteceu de 30 de novembro a 11 de dezembro de 2015, em Paris. Estima-se que até 2020 o clima pode aumentar em 1ºC, podendo chegar ao alarmante índice de 2ºC em 2050. Esse aumento climático é decorrente da excessiva emissão de carbono (CO2) e metano (CH4), gases de efeito estufa, gerados a partir das intervenções humanas na natureza. Consequências como a extinção de espécies vegetais e animais, além do aumento do número de refugiados ambientais, comporão as agendas ambientais neste século.

1. Fonte: http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=681&Itemid=376.

Em 1995 havia 25 milhões de refugiados ambientais e 27 milhões de refugiados políticos ou de guerras. Até 2020 o número de refugiados ambientais chegará a 50 milhões. Nos próximos 30 anos 200 milhões de pessoas deixarão seus lugares[2]. No caso do Nordeste brasileiro, estima-se que o processo de desertificação agravado com as mudanças climáticas, que já atinge uma área de 55.236 km^2, tem afetado mais de 750 mil[3] brasileiros, parte desse contingente migrou para os grandes centros do país.

Essas novas configurações climáticas, naturais e produzidas pelas ações humanas, somam-se às nossas preocupações com o El Ninho, fenômeno caracterizado pelo aquecimento das águas do oceano Pacífico, que provoca a ocorrência de chuvas no Sul e no Sudeste do Brasil e secas no Nordeste.

A Bacia do São Francisco inclui 58% da área do polígono das secas (CBHSF, 2011), espaço geo-humano com períodos críticos de estiagens e diferentes índices de aridez, do qual participam mais de 270 municípios brasileiros, a maioria na região Nordeste. Nesses espaços, temos observado intensos processos de êxodo populacional, sobretudo para Sul e Sudeste do país.

Hoje, a presença humana nas diferentes paisagens da Terra é pensada a partir dessas novas configurações apresentadas pelos problemas ambientais complexos, entre os quais a questão do clima e seus impactos para a vida humana. Na região do São Francisco, veem-se as consequências de um prolongado ciclo de estiagem, um agravante processo de morte do Cerrado e da Caatinga. Além da história de agressões socioambientais que vem sofrendo, atualmente, o rio agoniza, evidencia sua morte.

3. O RIO

Pela primeira vez na história, em 2014, observamos que a nascente do São Francisco, na Serra da Canastra, Minas Gerais, secou. Também pela primeira vez, em novembro de 2015, o maior lago artificial da América Latina, Sobradinho, construído na década de 70, com taxas de evaporação de água de 250m$^{3/s}$, três vezes mais que a vazão prevista para o projeto de transposição (FILHO, 2012), atingiu seu limite morto. Esses são apenas dois dados dos que o ecologista José Alves, no seu importante livro "Flora das Caatingas do Rio São Francisco" (2012), analisa como a extinção inexorável do Rio São Francisco. São assustadores os indicadores que ele apresenta, mas impactantemente reais.

Com extensão de 2.700 km, parte no Semiárido brasileiro, a Bacia do São Francisco é formada pelo Velho Chico, principal curso d'água, e um conjunto de afluentes (90 na

2. BLANC, Claudio. **Refugiados Ambientais**. In Guia Aquecimento Global. São Paulo: 2015.

3. O Globo, 2015.

margem direita e 78 na margem esquerda[4]) temporários e permanentes. É a terceira bacia do Brasil, única a cortar todo o território nacional, integrando 504 municípios (9% do total de município do país). Percorre os estados de Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.Tem, hoje, uma população humana estimada em mais de 17 milhões de habitantes (MP, 2014).

O cenário que caracteriza o que se pensa como escassez hídrica no Semiárido, foi base para justificar uma das intervenções mais violentas no São Francisco: o projeto de transposição. A questão em si não diz respeito ao volume de água que cai (se armazenássemos 10% desse volume seria suficiente para o desenvolvimento do Semiárido), mas a capacidade de armazená-la e evitar as altas taxas de evaporação. Segundo Tomaz (2010): *A transposição do Rio São Francisco nada acrescenta ao potencial de* água *do Nordeste, isso porque, o poder regulador das represas através da sua capacidade volumétrica ultrapassa as estiagens e derruba o mito da escassez*.

Sobre a transposição, sabemos que o Governo Federal do PT sustenta o argumento de que essa obra levará água para 12 milhões de habitantes do Semiárido, contemplando 268 municípios com capacidade para irrigar mais de 300 mil hectares de terras. Ela inclui a construção de mais duas barragens hidrelétricas (Pedra Branca e Riacho Seco), 9 estações de bombeamento, 27 aquedutos, 8 túneis e 35 reservatórios. Seu custo ultrapassa a casa dos 10 bilhões de reais. É um dos maiores investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento, iniciado no Governo Lula (MARQUES, 2006). Luciana Khoury (2010), promotora da área ambiental do MP da Bahia, a respeito dessa obra, esclarece:

> O Projeto de Transposição do Rio São Francisco contraria o Estado Democrático de Direito: viola a Constituição Federal, pois não foi ouvido o Congresso Nacional e o projeto afeta terras indígenas; afronta as normas ambientais, pois foram lacunosos os estudos de impacto ambiental quanto aos aspectos do meio físico, biótico e socioeconômico, além das audiências públicas terem sido convocadas para lugares distantes da Bacia, inviabilizando a participação da população afetada, e viola as normas de recursos hídricos, pois fere o Plano de Bacia aprovado pelo Comitê que decidiu que alocação externa das águas do São Francisco é possível apenas para consumo humano e animal, nos casos de comprovada escassez da bacia receptora e é fato notório que a Transposição tem finalidades de uso econômico das águas. O mais grave de tudo é que tramita no STF 14 ações judiciais ainda sem decisão definitiva e as obras estão acontecendo sob égide de uma liminar, e ao final, certamente serão comprovadas as ilegalidades, mas os danos já estarão consumados.

Além desses indicadores de ilegalidade, a obra da transposição também está na mira dos escândalos de corrupção do Brasil. Em dezembro de 2015, a Polícia Federal prendeu

4. MP (2014).

executivos do consórcio de empresas responsáveis por parte da obra, acusadas de desviarem 200 milhões de reais. OTribunal de Contas da União (TCU) apontou entre 2005 e 2013 irregularidades que somam R$ 734 milhões nas obras da transposição[5].

A região nordeste tem o maior índice de açudes do mundo. São mais de 70 mil açudes com capacidade para acumular 37 bilhões de m^3 de água, suficiente para atender ao uso humano e à dessedentação animal (SAID, 2010).

O Brasil possui uma das maiores redes hidrográficas do mundo, mas a poluição hídrica em todo o país cresceu drasticamente desde seu processo de urbanização e de industrialização. Podemos citar a dramática situação do Rio Tietê, em São Paulo, ou mesmo o assassinato do Rio Doce, a partir do rompimento das barragens de mineradoras em Minas Gerais, um dos maiores desastres ambientais da história da Terra. Mas olharemos para a agonizante situação do Rio São Francisco.

Repetindo: pela primeira vez na história, sua nascente secou. Pela primeira vez na história, o lago de Sobradinho, maior da América Latina, construído na década de 70, atingiu a cota de 0% por causa da seca no rio, quando, em 2014, era de 57%. Pela primeira vez na história, todos os moradores da Bacia do São Francisco ficaram aflitos com a evidente morte do dantes Rio- Mar. Em muitos lugares da Bacia, escuta-se a angustiante pergunta: será que o rio vai morrer?! Será?

Famílias ribeirinhas, em toda a extensão São Francisco, têm enfrentado dificuldades para o abastecimento humano e a dessedentação animal. As margens do Velho Chico estão secas. A vida, ao longo do seu Vale, está seca, morta. Sangrá-lo é a alternativa para levar águas aos sedentos? O São Francisco passa pela pior seca dos últimos 100 anos, mas essa não é a causa da sua morte, nem tampouco a presença da escultura da Sereia, de Ledo Ivo[6], em Petrolina, ou mesmo do seu Nego D'água, do lado de Juazeiro, como vêm disseminando alguns fracos e falsos religiosos, que têm investido seu tempo em perseguir símbolos que lembrem religiões de matrizes indígenas e africanas.

Apesar do triste cenário, os projetos econômicos em toda a Bacia não foram paralisados. A indústria, a mineração e a irrigação, juntas, são responsáveis por mais de 80% das águas retiradas do velho Chico. Segundo a ANA[7], de toda a água retirada do São Francisco, 76% são consumidas pela irrigação. No Vale, essa área é de 120 mil hectares (FILHO, 2012).

No pico da crise hídrica em que vimos atingir a região do rio São Francisco e ao mesmo tempo a lardeada ausência de chuva e baixa dos volumes de água na região Sudeste, mas precisamente em São Paulo e Rio de Janeiro, no ano de 2014, podemos verificar a produção de dois novos discursos da mídia sobre esta questão. O primeiro busca conscientizar os usuários de água e energia para uma prática educativa de economia, mobilizando aí artistas

5. Estadão, 2015.

6. Com tantos graves problemas, essa é a pauta sobre o São Francisco em Petrolina e Juazeiro.

7. Fonte: www.ana.gov.br.

globais e os horários nobres da Televisão brasileiro, sobre a égide em que predomina o argumento do papel social que a mídia cumpre. O que há de errado nisto?

Qualquer ação, seja ela individual ou institucional, que venha contemplar a conscientização para o uso consciente dos recursos naturais é bem vinda e benéfica. O que não se pode é sobrepor a este discurso uma carga de culpabilidade sobre o mau uso das águas dirigida somente ao consumo humano, quando, na verdade, alguns estudos comprovaram que o maior desperdício ou mau uso de água e energia provém dos grandes projetos de irrigação. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), "aproximadamente 70% de toda a água potável disponível no mundo é utilizada para irrigação, enquanto as atividades industriais consumem 20% e o uso doméstico 10%"(TERRA AMBIENTAL,2013).

O segundo discurso está alicerçado na forma como a grande mídia tratou a estiagem e a consequente baixa do volume dos reservatórios de água potável na região Sudeste do país em comparação como é pensada a seca na região semiárida brasileira. O que se viu foi um tratamento exclusivo, ou como se conceitua no jargão jornalístico, um agendamento da mídia para questões que até então não tinha sido veiculado, como o uso da água nos grandes centros urbanos sem nenhum controle de desperdício, a preocupação em pensar práticas de armazenamento da água, a divulgação de tecnologias simples de aproveitamento e reuso da água. Nós, daqui do "Norte", ainda somos ignorantemente tratados por boa parte daqueles que moram em São Paulo, queremos dizer, nós daqui do Semiárido, assistíamos pasmos a este tipo de informação.

Tendo em vista a região com um histórico de volume de chuva abundante, seria difícil imaginar agora o apelo da mídia e de fontes governamentais pela volta da chuva, pois por muitas vezes enquanto o sertanejo aqui rezava pedindo chuva, esta mesma era excomungada por muita gente do Sudeste. As práticas de armazenamento e de reuso da água foram tratadas com exclusividade, sem fazer nenhuma conexão com as experiências já existentes no Semiárido Brasileiro, o que acabou por reforçar que o que continua sendo priorizado pela mídia, que por sua vez se concentra no Sul e Sudeste do país, são os estereótipos, quando se trata desta região semiárida, a imagem descontextualizada de lavouras e rebanhos inapropriadas para este clima .

Parafraseando com o título deste artigo, percebemos recentemente, um discurso do novo Semiárido, depois da morte do velho discurso. O Velho discurso refere-se ao do "combate à Seca", o qual atravessou séculos se sustentando na falácia da seca apenas como fator climático, o que levou a criar políticas miúdas e pontuais, favoreceu o latifúndio e fez procriar modelos, gestões e governos viciados no discurso de um combate que nunca existiu, tendo em vista, neste sentido, a seca como um fator climático, já que nesta dimensão não se podia combater, mas aprender a viver com ela.

No contexto da seca da década de 80 predominava o discurso do combate à seca, sendo para isto, implementados órgãos federais como o Departamento Nacional de Obras Contra

as Secas – DNOCS (CARVALHO, 2011). Estes órgãos implementaram programas e projetos voltados somente para o "combate à seca", sendo que muitas destas ações não chegaram a cumprir seus objetivos, desacreditadas e questionadas por pesquisadores e estudiosos, como podemos verificar na citação abaixo:

> A mesma dificuldade encontrada com relação à ausência de dados no POLONORDESTE se repete com o PROHIDRO. De acordo com o relatório há uma "escassa documentação sobre o programa". No que se refere ao quantitativo da população atingida, não foi possível avaliar o impacto socioeconômico do PROHIDRO, já que o modo como foram feitas as estimativas da população potencialmente beneficiada podem levar a uma duplicação, caso haja uma totalização. "A falta de registros não permitiu também a avaliação do impacto do programa sobre a distribuição de renda nem sobre a estrutura agrária regional". Existem as limitações do próprio programa como, por exemplo, abrange áreas bastante diferenciadas no que se refere ao clima, solo, estrutura fundiária e sistemas de exploração (CAMPOS, 2003).

Os recursos voltados para programas de combate à seca eram destinados às prefeituras municipais ou líderes partidários em forma de frentes de serviços, cestas básicas, carros-pipas, fortalecendo velhas práticas assistencialistas e favorecendo grupos políticos e os viciados coronéis no Nordeste.

> Recrutava-se a mão de obra desocupada pela estiagem e empregava-se na construção das barragens e das estradas; os resultados deste trabalho concretizavam-se nas barragens feitas nas propriedades dos grandes fazendeiros e nas estradas, às vezes estradas privadas no interior dos grandes latifúndios. Alguns estudiosos críticos dos próprios quadros do DNOCS chegaram a calcular que se essa mão de obra em todas as secas de que há memória no Nordeste, desde a criação do INFOCS, tivesse sido utilizada na construção das barragens públicas, a grande maioria delas estaria construída a muito tempo. Tal acumulação primitiva utilizava os recursos do estado para a implementação de benfeitorias nas grandes propriedades e sua forma de financiamento chegou a constituir-se em outro pilar da força e do poder político dos coronéis, da oligarquia algodoeira- pecuária (OLIVEIRA,1981)

Albuquerque Junior (2011) considera que estes fatores levaram a constituir uma unidade discursiva, pensada de forma tão especifica que acabou dificultando até hoje a produção de uma nova configuração de verdades, capaz de romper com os estereótipos. Para a ASA (2011), as políticas de combate à seca ajudaram a construir no imaginário popular uma falsa ideia sobre o Nordeste e a mídia contribui para isto priorizando apenas os fatos ligados à seca.

A construção do imaginário popular reforçado pela grande mídia faz desta região e da seca uma representação uniforme, homogênea, desconsiderando que o que existe é uma diversidade de fauna, flora, solos e hábitos culturais e de cultivos diferentes. Uma das principais características do Semiárido brasileiro é sua multiplicidade em se tratando de seca e chuva, ou seja, há umadiferenciação em termos de quantidade de chuvas ededistribuição da mesma de uma região para outra.

> Existem três modos de seca: a hídrica, pequena, dando suporte apenas para a agricultura e a pecuária de subsistência, a seca agrícola, ocorre quando há chuvas abundantes, mas mal distribuídas em termos de tempo e espaço e a seca efetiva, caracterizada pela baixa precipitação e má distribuição de chuvas, tornando difícil a alimentação das populações e dos animais (FAVERO, 2002).

Esta é uma perspectiva pouco ou quase nada considerada pelos meios de comunicação e os centros de pesquisa que caracterizam a seca em sua singularidade, sem considerar suas especificidades de lugar, de tempo e de consequências. Neste sentido a imagem da seca do Nordeste é disseminada pelos veículos de comunicação de forma redundante e estereotipada.

O novo discurso está ancorado no pressuposto da convivência com o Semiárido, sendo este defendido e protagonizado por movimentos sociais, como ONG's, Sindicatos e Cooperativas de agricultores familiares. O mesmo cenário de seca que historicamente é mostrado pelos veículos de comunicação, como aquele em que predomina a perda de lavouras (milho e feijão), a morte de animais (gado), que expulsa suas gentes para outras regiões produtoras do país é no campo do discurso e da prática da convivência com o semiárido, o mesmo cenário que: produz com fartura as culturas adaptadas ao clima, cultiva pequenos quintais produtivos e áreas de captação de água de chuva, como barragens subterrâneas e cisternas.

Tidas estas como tecnologias sociais disseminadas por este novo discurso e que seguramente dão subsídio para a manutenção dos povos do Semiárido em sua terra, por meio do cultivo, do beneficiamento dos seus produtos e da prática de comercialização sustentada no víeis da economia solidária. Aprende e desenvolve tecnologias de captação de água de chuva, de alimentação animal, de beneficiamento de frutas silvestres, além das formas encontradas de organização comunitária e da geração de renda e comercialização cunhadas numa perspectiva da economia solidária.

> Nos últimos anos a perspectiva de combate à seca vem se modificando, visto que os problemas do Nordeste brasileiro não estão restritos à escassez de água. Assim, percebe-se uma modificação de paradigma, se outrora era a luta contra a seca, agora é a convivência com ela, já que é possível coexistir bem com o Semiárido nordestino, desde que através de políticas públicas e práticas sustentáveis (PONTES E MACHADO, 2009).

O novo discurso da convivência com oSemiárido, o qual tem se alicerçado na práxis da capacidade do sujeito criar alternativas de continuar vivendo nesta região, tem aparecido também em alguns veículos de comunicação da grande mídia. Uilson Viana (2013) em seu trabalho de pesquisa intitulado de "O que fica no "ar"?: discursos e representações da seca do Semiárido brasileiro no telejornalismo da Rede Globo", mostrou que o discurso da convivência está presente na programação da Rede Globo de Televisão, mas que aparece em horários de pouco acesso e audiência como no Profissão Repórter e Globo Cidadania, em detrimento das matérias que reforçam o combate à seca que vão ao ar no Jornal Nacional.

Dada a ultrapassada visão tão disseminada pela mídia, do combate à seca eo contemporâneo discurso da convivência com o semiárido, que hora tem sido reportado pelas políticas públicas governamentais e pela própria mídia, vimos recentemente surgir um novo discurso midiático de um Semiárido agora viável, promissor e produtivo. É a invenção de uma ascensão do Sertão por vias dos grandes projetos de irrigação, com os cultivos de pomares frutícolas, tendo a manga e uva como base produtiva, mas especificamente na região do Vale do São Francisco. Está em voga a visão distorcida de desenvolvimento, que se traduz na solução do Sertão aos olhos de quem está distante. "Nessa nova abordagem, o sertão ganha uma nova face, veste-se com o verde das grandes áreas irrigadas, vem a promoção das multinacionais, os conteúdos jornalísticos apontam uma "saída" para o Sertão, que até então era cenário de desolação" (SILVA, 2013).

Novamente é a TV que cumpre o papel de divulgar mais uma visão distorcida do Semiárido. Com o discurso do combate à seca, já superado pelas experiências de convivência com o Semiárido, desenvolvidas por agricultores e instituições não governamentais, a grande mídia reforça agora o discurso do Semiárido viável por via dos grandes projetos de irrigação. O que há, de fato, neste cenário, é uma prática de cultivo voltada para o agronegócio, onde apenas um pequeno grupo fica com o lucro oriundo de uma produção focada na exportação.

O povo do Semiárido, por sua vez, continua com o ônus deste progresso anunciado: má distribuição das riquezas, concentração do lucro, contaminação dos lençóis freáticos e a consequente morte doVelho Chico com o desacelerado uso da água para o cultivo das monoculturas de cana-de-açúcar de grandes empreendimentos, como a AGROVALE, usuária de um percentual de água igual ao de toda a cidade de Juazeiro, onde se situa, além da uva, soja, manga, dentre outras. O mesmo problema que começamos abordar sobre o discurso da conscientização do uso da água e energia, continua sem ser enfrentado. As empresas governamentais e a mídia direcionam-se aos usuários comuns, apelando para o uso consciente, portanto não discute com os grandes empresários do agronegócio sobre o uso em excesso da água e energia que tem causado drasticamente a baixa no volume das águas do Rio São Francisco, da Barragem de Sobradinho que abastece estas áreas.

Um exemplo disto é novamente a abordagem distorcida da TV, recentemente foi noticiado pela TV São Francisco em Juazeiro a situação dos perímetros irrigados com as águas do Velho Chico, chamando os grandes produtores de pequenos produtores e até considerando

estes de agricultores familiares. Na mesma lógica de abordagem, foi ao ar no início do mês de dezembro de 2015, no Jornal Hoje, da TV Globo, uma série de reportagens sobre as condições da Barragem de Sobradinho.

As matérias mostraram o período histórico do surgimento da barragem, as cidades alagadas, algumas lavouras comprometidas, mas não problematiza as grandes questões que estão por trás da questão hídrica desta região, as quais estão enraizadas na construção de grandes adutoras a céu aberto, levando a perdas consideráveis de água pela evapotranspiração, como já foi mencionada, o usos de sistemas de irrigação inapropriados para uma região em que deveria priorizar o baixo desperdício da água, além de outras questões que estruturam o atual quadro dramático em que se encontra o Velho Chico e o lago de Sobradinho. O problema continua sem solução e o discurso do desenvolvimento sustentável é a cada dia subutilizado, reproduzido e incutido na massa de que o Sertão do atraso agora é viável.

Diante deste cenário onde prevalece um conceito de desenvolvimento centrado nos grandes projetos de irrigação, da construção de barragens sem pensar nos impactos e nos sujeitos ali imbricados, pensamos que as ações e as políticas públicas voltadas para a convivência com o Semiárido, tendo como foco o acesso e a captação de água de chuva tem se colocado como experiências inovadoras e propositivas diante deste gigante discurso que insiste em operacionalizar de qualquer forma, indo de encontro e peitando de frente qualquer possibilidade de dialogo com a sociedade civil organizada, como é o caso da transposição do Rio São Francisco e junto com ele tantas outras frentes, muitas delas ainda desconhecidas e obscurecidas na profecia e no discurso do desenvolvimento que hora se anuncia.

A Lei 9.433 de 1997, Lei Nacional dos Recursos Hídricos, diz que, em situação de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é para o consumo humano e para a dessedentação animal. Isso não é respeitado no São Francisco. Um volume substancial de toda a água do velho Chico ainda vai para a irrigação, para a indústria e para a geração de energia, principais usuários da Bacia. A água no Sertão é representada e usada pelo controle dos grupos econômicos que controlam a política no nosso país.

4. A MORTE

Morte de peixes no Velho Chico (ZINCLAR, 2010).

O Velho Rio agoniza com graves problemas socioambientais intensificados nesses dois últimos séculos de sua história: é hoje o rio com a maior cascata de hidrelétricas do país (Três Marias, Sobradinho, Itaparica, Complexo Paulo Afonso I, II, III e IV e Xingó), que, juntas, impactaram a vida de mais de 250 mil ribeirinhos (MARQUES, 2008).

Além da salinização dos seus solos e a formação de núcleos de desertificação, quase toda a cobertura vegetal das suas matas ciliares foi destruída, restando apenas 4%, o que aumenta os processos erosivos nas suas margens, ocasionando o assoreamento do rio e tornando-o inviável como hidrovia (FILHO, 2012).

Várias espécies desapareceram doVelho Chico, entre as quais, podemos citar: matrinchã (*Brycon orthotaenia*), o pacamã (*Lophiosilurus alexandri*) e o pirá (*Conorhynchos conirostris*). O surubim (*Pseudoplatystoma corruscans*) e o dourado (*Salminus franciscanus*) tornaram-se raros (FILHO, 2012).

Em todo o Vale são-franciscano, observamos o uso indiscriminado de agrotóxicos na fruticultura irrigada, o que tem trazido um certo nível de vulnerabilidade à saúde do trabalhador e de todos os consumidores. Somos o país que mais usa agrotóxicos no mundo, cabendo a cada brasileiro o consumo de 5,2 litros de venenos agrícolas por ano[8].

O espelho d'água do Velho Chico, que em parte do ano tem uma bela coloração verde-azulada, antes habitat de centenas de espécies de peixes, plantas e outros organismos, hoje é o tablado para o insano espetáculo de potentes lanchas e de motos náuticas, parte delas, de uma classe média alienada e indiferente às causas socioambientais, que tomou conta das suas margens, do que, ridicularmente, chamamos de áreas de proteção permanente no nosso país.

Mais de 95 % dos municípios situados às margens do São Francisco ainda jogam esgotos urbanos sem tratamento no rio (MARQUES, 2006). Podemos falar ainda dos impactos causados pelas mineradoras, pelas carvoarias, enfim. Parte dos graves problemas socioambientais da Bacia do São Francisco é analisado na obra do Ministério Público da Bahia, "Velho Chico: A Experiência da Fiscalização Preventiva Integrada na Bahia" (2014).

Se olharmos para a história socioambiental do São Francisco, desde a presença de grupos originários de tempos superiores, há mais de 13 mil anos, passando por sua invasão, em 1501, até o início do século XIX, perceberemos que foi nesses dois últimos séculos que a carnificina doVelho Chico se efetivou. Atualmente, o que estamos fazendo com oVelho Chico, a exemplo do projeto de transposição, é apenas o "golpe de misericórdia". Seo Manoel (2004), pajé do Povo Xocó, disse: "Já tiraram o coro do Rio São Francisco, agora só falta espichar". A fala de José Alves (2012) também é reveladora dessa morte eminente do Velho Chico:

> Estou convencido da extinção inexorável do São Francisco. Eu gostaria de apreciar e documentar com maior precisão a biodiversidade desse pedaço do Brasil, mas não tive esse privilégio. A minha geração falhou na documentação

8. Fonte: http://www.ebc.com.br.

> do inventário da diversidade biológica e na conservação dos ecossistemas naturais. Agora resta-nos a restauração e a revitalização, mais dispendiosas, e a consciência de resgatar a condição original é uma impossibilidade.

Apesar da perplexidade e da inoperância de todos diante dessa catástrofe ambiental, a morte do São Francisco, ainda se vive com a ilusão de um morto que parece vivo, como é o estado atual do que dantes fora chamado pelos nativos de *Opará*, Rio-Mar.

5. A VIDA

Barco no São Francisco (ZINCLAR, 2010)

Há que pensarmos: Como um rio que agoniza nessa proporção ainda é base para a sustentação direta de um contingente humano de quase 17 milhões de habitantes? O que será da vida dos ribeirinhos se a vida do Velho Chico acabar? Essa vida que, observamos, está morta.

Há uma diferença substancial entre morrer vivo e viver morto. O São Francisco, como tantos outros rios do mundo, está sendo vítima de um modelo civilizacional etno e ecocida, baseado no consumo capitalista e na concentração de riquezas de poderosos grupos econômicos, internacionais e nacionais, que contam com a perversa complacência de corruptos grupos políticos e, assim, legitimam seus planos. Escancaradamente, estão visibilizados seus enraizamentos, inclusive, na esquerda brasileira que, historicamente, sustentou um discurso pelo cuidado socioambiental do Brasil, hoje, entregue ao mais vil e covarde modelo de gestão política e econômica. Como o Madeira, sacrificado pela autorização de hidrelétricas, o Doce, assassinado com a amarga lama das mineradoras de Minas, o São Francisco teve, definitivamente, seu destino selado nas mãos do PT, partido dos trabalhadores. Se nos mobilizarmos, resta-nos uma gota de esperança!

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes** – 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ASA, Articulação do Semiárido. **Caminhos Para a Convivência com o Semiárido**. 10ª edição. Recife PE, Julho de 2011.

ASA BRASIL. **O Semiárido**. Disponível em: www.asa**brasil**.org.br/portal/ informacoes.asp?cod_menu=1*acesso em 22 de Outubro, 2014.*

CAMPOS, Nivalda Aparecida. **A grande seca de 1979 a 1983: um estudo dos grandes projetos de desenvolvimento rural implementados na região semiárida do Nordeste do Brasil**. Artigo publicado no XI Congresso Brasileiro de Sociologia - 1 a 5 de Setembro de 2003 – UNICAMP, Campinas –SP

CARVALHO. Luzineide Dourado. **Natureza, Território e Desenvolvimento no Semiárido**. Educação e Convivência com o Semiárido/reflexões por dentro da UNEB/ Edmerson dos Santos Reis, Luciana da Silva Nóbrega e Luzineide Dourado Carvalho (orgs.) Juazeiro-Bahia. 2011, 173p.

CBHSF. **Guardiões do Velho Chico: Comitê da Bacia Hidrográfica do São**

Francisco. Salvador: 2011.

FAVERO e SANTOS, **Semiárido: fome, esperança, vida digna**/Celso Antonio Favero, Stella Rodrigues dos Santos. _Salvador: UNEB, 2002.

FILHO, José Alves de Siqueira (Org.). **Flora das Caatingas do Rio São Francisco: História Natural e Conservação**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2012.

MALVEZZI, Roberto. Mercado de Águas. In: ZINCLAR, João. **O Rio São Francisco e as Águas no Sertão**. São Paulo: Silvamarts, 2010.

KHOURY, Luciana. Um Atentado ao Estado de Direito. In: ZINCLAR, João. **O Rio São Francisco e as Águas no Sertão**. São Paulo: Silvamarts, 2010.

MARQUES, Juracy. **Cultura Material e Etnicidade dos Povos Indígenas do São Francisco Afetados por Barragens: Um Estudo de Caso dos Tuxás de Rodelas, Bahia, Brasil**. Tese de doutorado. Salvador: UFBA, 2008.

. **Ecologias do São Francisco**. Paulo Afonso: Fonte Viva: 2006.

MMA. Água é Vida: A Importância da Água para a Vida no Planeta. Rio Grande do Sul: MMA, 2005.

MP. **Velho Chico: A Experiência da Fiscalização Preventiva Integrada na Bahia**. Salvador: Ministério Público da Bahia e Órgãos Parceiros do Programa FPI, 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes.** 3 ed.Rio de Janeiro,Paz e terra,1981. Estudos sobre o Nordeste,v.1.

PONTES, E.T. M; MACHADO. T.A. **Programa Um Milhão de Cisternas Rurais no Nordeste Brasileiro: políticas públicas, desenvolvimento sustentável e convivência com o semiárido**. Artigo apresentado no XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-25.

SAID, Magnólia. Água no Semiárido. In: ZINCLAR, João. **O Rio São Francisco e as Águas no Sertão**. São Paulo: Silvamarts, 2010.

SILVA, Érica **Daiane da Costa. A mídia e as dizibilidades sobre o semiárido Brasileiro**. Artigo publicado na revista de Comunicação e Cultura no Semiárido/ Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas III-v.1, n.1(jul./2013-dez./2014) Juazeiro, Bahia.

SOUZA, Uilson Viana de **.O que fica no "ar"?: discursos e representações da seca do semiárido brasileiro no telejornalismo da rede globo .**Monografia (especialização em educação)apresentada à Câmara de pós-graduação no Departamento de Ciências Humanas-*Campus* III-UNEB,Juazeiro 2013.

TERRA AMBIENTAL. Irrigação é responsável pelo consumo de 72% da água no Brasil Disponível em http://www.teraambiental.com.br/blog-da-tera- ambiental/bid/320413/ acesso em 28 de Dez.2015

TOMAZ, Alzeni. O Semiárido: Um Lugar Exponencial de Encanto, Dor e Alma. In: ZINCLAR, João. **O Rio São Francisco e as Águas no Sertão**. São Paulo: Silvamarts, 2010.

ZINCLAR, João. **O Rio São Francisco e as Águas no Sertão**. São Paulo: Silvamarts, 2010.

CAPÍTULO VII

SOBRADINHO 40 ANOS: DA PROMESSA AO VAZIO

Edcarlos Mendes

Que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balanças nem barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós.

Manoel de Barros

1. "AQUI É MELHOR, MAS EU PREFERIA LÁ"

Figura 1: Barcos em Remanso - BA (MARQUES, 2007)

"Aqui é melhor, mas eu preferia lá". No início dos anos 1980 este desabafo, acompanhado de voz embargada e olhos marejados eram comuns em Remanso, no extremo Norte baiano, em alusão às condições da vida recém iniciada na nova sede ou nas localidades rurais, contrapostas à anterior, em territórios naquele momento submersos.

Em setembro de 1971, a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (CHESF) deu início à construção da barragem de Sobradinho. Em fevereiro de 1977, com o represamento parcial do rio São Francisco, iniciou- se a formação do lago de Sobradinho, concluída em janeiro de 1978, e no ano seguinte, entrou em funcionamento a sua usina geradora de energia. O lago cobriu uma área de 4.214 km^2, com a expropriação de milhares de imóveis rurais e urbanos. No processo, foram transferidas mais de 72 mil pessoas. Para tanto, houve a reconstrução pela CHESF de quatro cidades sedes dos municípios de Casa Nova, Sento Sé, Remanso e Pilão Arcado, assim como redistribuição de terras em compensação por parte dos imóveis rurais submersos (Pereira, 1987, p.11).[1]

1. PEREIRA, Rosa Maria Viana. O Papel Da Igreja na Resistência Camponesa de Sobradinho. 1987. 121 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

A construção da Barragem de Sobradinho e todas as obras periféricas associadas, assim como a metodologia e os conceitos que a sustentaram devem ser compreendidas no contexto do pioneirismo deste tipo de empreendimento nos anos 1970, inevitavelmente determinado pelo governo ditatorial militar com toda a consequência que isto traz.

Tem sido senso comum na região que a experiência de Sobradinho foi um processo de troca, em que foram tirados elementos materiais e transcendentais dos povos ribeirinhos, sendo oferecidas compensações por parte do Estado, na tentativa de suprir as reconhecidas perdas – ônus do progresso – e com isso um recomeço e uma reterritorialização.

Entretanto, alcançando a quarta década da expulsão das populações dos seus lugares e vidas, e com as várias constatações de empobrecimento material, cerceamento de condições de prosperidade, alijamento cultural, desenraizamento antropológico, desponta a ideia de que o resultado maior e último de Sobradinho foi o colossal esvaziamento da vida de quase cem mil pessoas, compreendendo aqui a concretude do vazio que restou, que predomina ostensivamente, como uma nova categoria espacial, a terra esvaziada.

2. DA TERRA E DA ÁGUA

Este esvaziamento se processou em várias dimensões. A transferência das populações é primeiramente um processo de supressão da base material da vida de milhares de pessoas, e de grupos com arranjos produtivos centenários, cultura material consolidada e relação harmônica com o meio ambiente original.

O desligamento daquela base material da vida é seguido pela desconstituição das redes de relacionamento e o distanciamento da região natal. O recomeço, em uma área totalmente nova, estranha e até mesmo hostil exigia novos saberes e acabava por incitar o apagamento dos modos tradicionais de vida. E a nova vida já era em si muito dura, pelo desafio de iniciar quase do zero.

A desarticulação social dos camponeses da região, tomados de assalto pelo aparato estatal, e a incompreensão do que estava acontecendo, favoreceram os excessos, injustiças e enganos que permearam a execução do projeto.

É notório que o Rio São Francisco sempre teve uma enorme variação hidrológica sazonal, o que era apontado pelos planejadores como um problema a ser solucionado com a construção de barragens, formando um complexo de regulação de vazão. Também é conhecido o fato de que se formou ao longo antigo vale um solo favorável à agricultura, pela deposição de material orgânico restante das cheias, o que foi posto como perda necessária, recompensada pela fartura de água e energia para as atividades do campo.

Construída a barragem e formado o reservatório, a alteração física do rio trouxe mudanças imediatas para seu entorno, contrárias à propaganda anterior. Como numa hecatombe, milhões de espécimes vegetais e animais foram dizimados em poucos dias. As populações humanas expropriadas e expulsas. O acesso à água, controlado. As terras de aluvião foram perdidas, não sendo comparáveis qualitativamente com as novas terras da borda do reservatório, e, dadas as complicações operacionais, utilizáveis por número inferior de agricultores.

Em lugar da prática ancestral de plantio de vazante não foi oferecida alternativa viável. Embora a região seja conhecida como "terra da irrigação", observa-se que estas atividades, viabilizadas por incentivos públicos e condições estruturais, se concentram em parte dos municípios de Casa Nova, Sobradinho, Juazeiro e Petrolina, sendo sim, estas duas últimas, um polo da atividade. As cidades de Remanso, Sento Sé e Pilão Arcado, mais distantes do polo da agricultura irrigada de Juazeiro-Petrolina, ficaram relegadas à sorte em relação às atividades produtivas rurais durante a maior parte do tempo, sendo esporádicos e pontuais os programas de incentivo por parte dos poderes públicos, incapazes ainda de propiciar uma melhoria consistente da qualidade de vida.

A água do rio exercia uma relação muito íntima com a cidade, numa relação mais personalizada e subjetiva do que utilitária, quase simbiótica. Aquela água que em outros tempos de pureza química era captada e distribuída *in natura* para o consumo, também por pureza moral bem serviam ao banho da comunidade, comum e espontâneo, num espaço natural de convívio e diversão. À medida em que se transformavam as ideias, a privacidade passou a ser valorizada, a posse da água tornou-se um distintivo, a aquisição de um banheiro um diferencial social. Remanso afastara-se um pouco do rio, mas ninguém imaginaria que no futuro seriam de todo apartados.

O porto era o ponto pulsante da velha Remanso, a receber as embarcações, de fora, com as novidades da civilização: mercadorias de todos os gêneros, e locais, levando os produtos regionais para beneficiamento e consumo em outras regiões. O porto, além de elemento agregador, era o único contato da cidade com o exterior, pois a rodovia ligando Remanso a Juazeiro foi construída somente após a mudança da cidade.

Aquele relacionamento com o Rio e suas águas não existe mais. Afastada oito quilômetros da sua antiga localização, Remanso recebe via encanamento o seu abastecimento, que em razão da distância se torna precário, caro e instável, tornando-se comuns as interrupções de fornecimento.

Por outro lado, é usual ainda hoje o transporte de água por carros-pipa para abastecimento das comunidades rurais, mesmo aquelas que estão localizadas a poucos quilômetros da borda do Lago, para os quais a água de Sobradinho não é acessível.

Estas ações paliativas são insuficientes, e embora de caráter emergencial, foram incorporadas à rotina da região. Geralmente são orientadas pelo Exército, mas eventualmente surgem

denúncias de irregularidades. Outra questão de grande relevância é que a baixa do lago isola partes da represa, formando lagoas, de onde às vezes é captada a água para abastecimento das cidades, ou inevitavelmente para consumo direto na zona rural. Há constantes questionamentos em torno da qualidade da água entregue às comunidades rurais, e também na sede do município, problemática que demandaria um estudo técnico, urgente e necessário.

3. O "ÔNUS DO PROGRESSO", POBREZA E ATRASO

Em segundo lugar, a mudança também trouxe o esgarçamento do universo simbólico, a cultura material, as referências religiosas, os toponímicos, pelo apagamento da concretude dos modos de vida da região.

Neste sentido, é notória a relação da paisagem com a formação do território, no casamento entre sociedade e a materialidade do *habitat*, dinâmica que se processa no plano histórico, cuja compreensão é essencial ao entendimento de seu funcionamento. Como se pode ver no caso de Remanso, há a resignificação, refuncionalização, reconversão de territórios, e principalmente a reconfiguração de referimentos simbólicos do espaço vivido. A paisagem é a materialização da mudança. **A mudança da paisagem é a mudança da mudança**. Chega-se assim ao ponto. A decomposição das estruturas de significação, identidade territorial, tomada nos termos expostos, remete a uma consequência social enorme: o desmantelamento da ordem sociocultural, com o estilhaçamento das redes e sua recomposição arbitrária, reterritorialização forçada.

Entretanto, este fenômeno ainda não terminou. Porque aquele primeiro flagelo em que se processou o apagamento por submersão, foi apenas o princípio das dores, sucedido pela penitência final, a emersão para o vazio. Em tão penosa sina não se distingue o pior sofrer.

Porque o planejador não ficou, o construtor não ficou. A riqueza produzida por Sobradinho não ficou. Ao preenchimento de todos os espaços da vida, sucedeu o abandono, institucional e administrativo. O deserto se avizinhava para Remanso, nos mais diversos sentidos do não existir.

A perversidade da intervenção estatal no Baixo-Médio São Francisco não se limita ao desmantelamento das configurações físicas, estruturas sociais, e universo das mentalidades, mas de modo ainda mais amplo, o comprometimento das futuras gerações com o desligamento de seus vínculos ancestrais e o empobrecimento dos modos de vida, com graves limitações de ordem material, nas necessidades mais básicas das várias populações.

A intervenção estatal na região não resultou melhoria para as populações locais, ao contrário, trouxe atraso pelo menosprezo do poder público, visto nas condições materiais de vida e na melancolia dos "ex-beradeiros":

> A situação é tão evidente que uma avaliação sócio-econômica da relocalização da população, encomendada pela própria CHESF, concluiu que a população relocalizada – tanto no Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho como no lago – não foi beneficiada pela melhoria nas suas condições de vida. Constata a criação e agravamento de desníveis econômicos entre a população afetada pela construção da barragem. Estas diferenças se acentuaram pelas distintas condições do solo, de acesso à água, pelo tamanho do lote, e a infra-estrutura de apoio. Estes elementos tendem a se traduzir em maiores vantagens comparativas para poucos, enquanto a maior parte dos produtores sofrem dificuldades. (GERMANI, 1993:572).[2]

Em contraste com os nove mil empregos gerados durante a construção da barragem (especializados, vindos "de fora") refere-se a perda de 15 mil empregos locais nas atividades tradicionais, como apontou Duque (1980:280)[3][3]. Com efeito, a distribuição de recursos não representou melhoria com o passar do tempo:

> Não obstante ter sido a ocupação estabelecida em parcelas individuais iguais para cada família – o que deveria corresponder a uma distribuição equitativa e a uma classificação do Índice de Gini de "nula a fraca" - o que se observa é que com dez anos de emancipação já aponta uma perspectiva de concentração (PROJETO GeografAR, 2006:20).[4]

Neste sentido, a contribuição de Vainer e Araújo (1992)[5] permitem seguir o raciocínio, ao afirmar que os projetos de instalação de hidrelétricas, sejam de grandes ou pequenos empreendimentos, enquanto as políticas governamentais estiverem destinadas à infraestrutura do capital industrial e do capital financeiro, dentro do modo de produção capitalista, as regiões e localidades participarão apenas como receptoras do empreendimento e das políticas já elaboradas e aprovadas, para o "bem da nação". O paradoxo que emerge das barragens é que a "recepção" do projeto se aplica somente às perdas impostas aos atingidos, enquanto os ganhos são escamoteados e acessíveis a poucos. Deste modo é que, por exemplo, a maioria das comunidades da borda do Lago de Sobradinho somente teve acesso à energia elétrica três décadas após a mudança, por ocasião do Programa Federal de Eletrificação Rural "Luz Para Todos", e o acesso à água tratada ainda é um luxo para poucos.

---

2. GERMANI, Guiomar I. **Cuestión Agraria y Assentamiento de Población ent el** Área **Rural: La nueva cara de la lucha por la tierra. Bahia, Brasil (1964-1990)**. Tese de Doutorado em Geografia. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1993.

3. DUQUÉ, Ghislaine. **Casa Nova: Interventions du Pouvoir et Strategies Paysannes; Un Municipe du Sertao Bahiano, A L'heure de la Modernisation.** Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales. Paris, 1980.

4. PROJETO GeografAR. **Acesso à Terra e Desenvolvimento Territorial no Médio São Francisco**. Projeto Geografar/ Universidade Federal da Bahia e University of Greenwich. Salvador, 2006.

5. VAINER, Carlos B. & ARAUJO, Frederico G. B. de. **Grandes Projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional.** Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

4. DA VISÃO DO OUTSIDER

Se considerarmos que a imensa maioria da população atingida residia no campo, com seu modo de vida considerado "atrasado", especialmente do ponto de vista do *outsider*, e com um sistema de valores e conhecimentos também vistos como inferiores, enquadramos o caso de Sobradinho entre a maioria da estatística.

Também é notório e convenientemente apontado pela CHESF que a produtividade de subsistência dos camponeses da região era precária em termos quantitativos e qualitativos. A tese da decadência das atividades produtivas locais, assim como da inviabilidade comercial e agrícola da microrregião, e o fim da navegação são parte do conjunto discursivo em favor da mudança. As evidências, entretanto, apontam para uma grande variedade de produtos, sem ênfase na produção para comercialização, condizente com a desarticulação em relação a quaisquer mercados que a absorvesse. O isolamento regional não é uma ideia, é um dado geográfico, econômico e social, visível ainda atualmente, que apenas substancia o desligamento em relação aos circuitos estaduais, regionais e nacionais.

A localização da população atingida é, no caso de Sobradinho, um fator determinante, considerando os apriorismos associados ao estereótipo do beradeiro – ignorante, limitado, politicamente dominado, economicamente isolado, socioculturalmente atrasado – presente nas ideias e ações dos planejadores. O discurso e o tratamento que foi dado posteriormente às populações confirma esta visão. A regressão no número da população rural em Remanso, em apenas uma década, contrastada com a duplicação da população urbana, atesta o enorme ingresso de pessoas das mais variadas regiões, que vieram para a nova cidade, e acabaram se estabelecendo, somadas ao êxodo rural, como elementos constituintes da demografia local, naquele momento de reconfiguração. Na época da edificação da nova cidade, criava-se um enorme canteiro de obras que atraía operários de todas as partes, e, em muitos casos, findos os contratos de obras públicas, era tão grande a demanda em construções particulares, que estes trabalhadores acabavam ficando. Também correu por todo o país a notícia da fartura da pesca, no início do reservatório, motivo pelo qual acorreram ao entorno de Sobradinho pescadores às centenas.

Porfim, um contingente de funcionários públicos de vários órgãos que se instalaram em Remanso acabaram se estabelecendo. As movimentações populacionais ocasionaram interpretações diversas, como a que se registra em uma pesquisa da SEI:

> Torna-se interessante notar a diferença de critérios utilizados para a transferência das pessoas que habitavam as zonas urbana e rural. A reconstrução dos núcleos urbanos com a manutenção da configuração espacial original, preservando-se as relações de vizinhança, dotando-os de serviços básicos, infra-estrutura, equipamentos sociais e comércio, fez com que os habitantes da

> área urbana mantivessem sua estrutura espacial e econômica pouco alterada. O contrário ocorreu com os moradores da área rural, basicamente constituída por pequenos produtores, expropriados de seus meios de vida e produção (SEI, 2000:24).[6]

É certo que houve um desmantelamento do modo de vida rural e cerceamento no acesso aos recursos naturais, mas não se pode dizer, como afirma a SEI, que entre as populações urbanas houve manutenção das configurações espaciais. Pelo contrário, o que se nota é uma queixa frequente em relação ao apagamento das redes de vizinhança, pela alteração das estruturas anteriores, o que foi inclusive meio de produzir nichos de moradores, apartirde suas características sociais.Uma verdadeiraexperiência de segregação por modelamento urbano.

5. ENTRE O PROMETIDO E A REALIDADE, UM GIGANTESCO VAZIO

Em suma, as condições oferecidas às populações do entorno do Lago de Sobradinho logo na "entrega do produto" já eram vistas como precárias no momento, e a passagem do tempo agravou as fragilidades materiais e imateriais dos atingidos pelo projeto.

A abundância inicial de água represada, dadas as condições climáticas, ambientais e hidrológicas do Rio São Francisco, reverteu-se desde os anos 2000 em escassez, considerando-se que poucas vezes em quarenta anos o Lago esteve com capacidade de armazenamento em sua cota, e ao longo dos anos ocorreu uma inversão na intermitência do padrão "cheio/vazio" de modo que a partir dos anos 2010 o reservatório desapareceu de modo definitivo, restando apenas o curso original do Rio, como antes da construção da Barragem, com o acréscimo do assoreamento e toda a contaminação das indústrias e descarga de dejetos em geral, exponencialmente maior que antes.

Como já mencionado, os governos municipais das cidades do entorno enfrentam atualmente enorme dificuldade em fazer a captação e transporte da água para o abastecimento urbano, dada a distância, que encarece o serviço resultando em aumento nas taxas cobradas por água e esgoto entregues aos cidadãos. E o menor volume de água na qual se dilui maior montante de poluição e dejetos, compromete seriamente sua qualidade. O sistema de captação da água da nova Remanso, visto na figura 1, inutilizado com o esvaziamento da Barragem, lá está como outro monumento ao absurdo:

6. SEI. **Mudanças Sociodemográficas Recentes:** Região Baixo Médio São Francisco. Salvador: SEI, 2000.

Figura 2:Vista do sistema de capta ção da Nova Remanso desativado. (Edcarlos Mendes, julho de 2017).

Pior sorte foi reservada aos moradores das áreas rurais, que retirados da beira do Rio, foram assentados em áreas de sequeiro, com escassez de água, e em grande parte dependente da famigerada indústria dos carros-pipa, que circulam às centenas produzindo uma outra transposição do Rio São Francisco, também para os municípios vizinhos, alguns no Estado do Piauí.

A introdução do modo capitalista de produção na área do reservatório, coma desvalorização da mão-de-obra e do produto local, além da transformação dos modos de ocupação da terra, são importantes fatores de transformação, que do modo como se processaram, somaram prejuízo para os expropriados da região. A avaliação positiva que geralmente se faz da Barragem de Sobradinho como fator de desenvolvimento regional está intrinsecamente ligada aos aspectos estruturantes que ela representa, como lembra Sigaud:

A construção de Sobradinho trouxe consigo uma infraestrutura moderna, ainda que mal distribuída, capaz de dar suporte à implantação de empreendimentos capitalistas na área do reservatório. Estradas, energia elétrica, equipamentos urbanos, instituições de crédito estão hoje disponíveis naquela área (1983:55).[7]

Contudo, a geração de energia, potencial produtivo, crédito, circulação de capital e todo o incremento que se possa mencionar, são ostensivamente direcionados, espacialmente selecionados, e com beneficiários evidentes. A regra do jogo excluiu assim, *a priori*, aqueles que mais seriam prejudicados diretamente.

Por vários motivos, o pequeno agricultor não poderia acessar linhas de crédito, se beneficiar da estrutura viária e comercial, ou mesmo possuir energia elétrica e água, senão por sua coleta direta na borda do reservatório, para os que lá residiam.

Chega a ser acintosa a menção da agricultura irrigada, por exemplo, associada a soluções progressistas ou melhoria para as populações da maior parte dos quatro municípios que tiveram área submersa. Agronegócio, Agroindústria, Agroexportação, Turismo, Vinícolas, e demais avanços hoje tão alardeados se limitam ao polo Juazeiro-Petrolina. Ainda hoje, registram- se entre organizações sociais, como cooperativas, sindicatos e colônias de

7. SIGAUD, Lygia. Projeto Sobradinho: **Avaliação Sócio-Econômica da Relocalização Populacional.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1983.

pescadores, grande dificuldade de organização, para adequação aos moldes produtivos empresariais, e inserção nos circuitos comerciais. Com dificuldade, passadas quase quatro décadas, algumas organizações conseguem, aos poucos acessar recursos e instrumentação técnica para incremento produtivo.

Não obstante, os deslocados demonstraram excepcional capacidade de sobrevivência, administrando um prejuízo imediato, de animais, plantações, e modos de produção, lidando com uma situação completamente nova e para o qual não havia preparo anterior, souberam criar uma grande variedade de ocupações, passando de pequenos lavradores a pedreiros, pequenos comerciantes, ajudantes de caminhão, motoristas… num contexto de supressão das atividades tradicionais, grande inflação, provocada pela injeção dos recursos indenizatórios, e a chegada de um enorme contingente de trabalhadores de outras regiões. Boa parte das ocupações eram temporárias, sub-remuneradas e ligadas ao momento econômico, mas a população soube transitar desta instabilidade inicial para novos modos de vida.

Assim, o mote da construção de Sobradinho – a geração de energia elétrica para o progresso – resultou em um saldo de prejuízo para todos aqueles que contribuíram com o ônus da construção do aparato hidrelétrico, mas não foram agraciados pelo seu lucro. Porque a energia elétrica na sociedade moderna é um negócio, de um produto caro e imprescindível. E deste mesmo produto foi privada a sociedade que pagou mais caro. **Porque as comunidades da borda do Lago somente tiveram acesso** à **energia elétrica 30 anos depois**, no curso de outros projetos federais. E porque as comunidades urbanas ainda ficaram quase 20 anos recebendo energia precária de Boa Esperança, no Estado do Piauí, e ainda quando passaram a receber energia de Sobradinho, pagando o valor exorbitante que alimenta o lucro de um tipo de *business* que exacerba o modo de produção capitalista em detrimento de um mínimo interesse social em seus projetos.

As próprias cidades – discursos do progresso em si – com sua infraestrutura limitada, desprezaram o *boom* demográfico e as possibilidades de crescimento ordenado, primando por equipamentos urbanos mínimos, desprovidos de cuidado estético, segurança, interesse ambiental ou mesmo respeito pela população que nelas habitaria, em alguns momentos desumanizados explicitamente no trato dado pelos construtores.

6. DO QUE RESTA, O QUE VALE

Quem percorre os imensos ermos onde antes estava o leito do outrora Lago de Sobradinho, geralmente se depara com uma questão: Não seria isso previsível à época da construção de Sobradinho?

Não é uma pergunta retórica, ou infundada. Os ribeirinhos já sabiam, desde os anos 1960, do assoreamento do Rio São Francisco, o que aliás já estava inviabilizando a folclórica

navegação a vapor na época em que a CHESF chegou. Portanto, somando-se às questões ambientais que então já despontavam, se especulava que as condições morfológicas do Velho Chico se agravariam no futuro próximo. Era senso comum entre os beradeiros do Remanso pré-Sobradinho que não existia água suficiente para inundar tanta terra. Edson Muniz, morador da antiga cidade, relembra:

> Íamos ficar ali no barranco, na cidade velha, ali na frente da cidade, na calçada do Prisco, e ouvia muita gente dizer: "Mas, onde é que se vai encontrar tanta água pra se cobrir um poste desse, porque naquela época se dizia que a cidade seria inundada em dois anos, então aquelas pessoas mais velhas, que conheciam enchentes, aqui em Remanso, procuravam saber... (AZEVEDO, 1985)[8]

Figura 3: Juracy e Edcarlos visitando as ruínas da antiga Remanso (MARQUES, 2017).

E, enquanto o melancólico espetáculo da inundação efetivamente se consumava, submergia também mais uma das crenças daquele povo, de que conhecia as águas, e poderia mensurar sua dinâmica. O Lago de Sobradinho em sua cota máxima, e até acima dela, no início dos anos 1980, quando chegou a adentrar na Nova Remanso (Figura 4) causava espanto e horror pelo que era e pelo que significava.

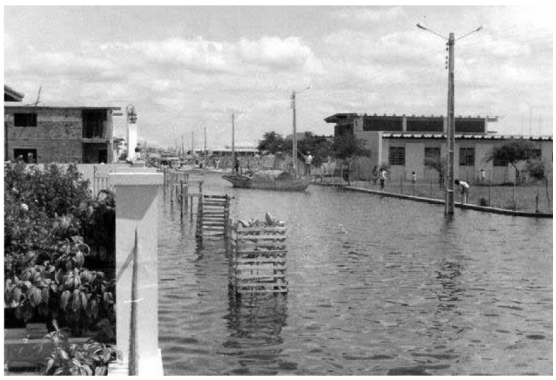


Figura 4: Inundação na Nova Remanso. Foto de Cândido Coelho, 1980.

8. AZEVEDO, Agnaldo Siri. **Não houve tempo sequer para lágrimas.** Filme. Produção de Chico Drummond. Direção de Agnaldo Siri Azevedo. Salvador. Promatú. 1985. 15 min. color. son

Em contraste, a visão do vazio e abandono que hoje predomina, com milhares de quilômetros quadrados, inutilizados e desapossados porque são terras públicas, onde a aridez e a poeira do vento norte reforçam a percepção de deserto, causam grande espanto e horror pelo que é e pelo que hoje representa.

Figura 5: Vista da área entre a Velha e a Nova Remanso, em 2005

A figura 4, captada por satélite, ilustra esta afirmação. Obtida em 2005, ela está bastante defasada, porque nenhuma das porções de água mostradas existem mais, há muito tempo. E é apenas uma fração do território gigantesco onde antes houve o maior lago artificial em espelho d´água do mundo. Assumindo-se que o Lago em cheia possuía em média acima de 10 km de largura, e comprimento de até 350 km, é possível imaginar o tamanho da área, uma vez que o que resta hoje é apenas o curso original do Rio São Francisco, como era há 50 anos.

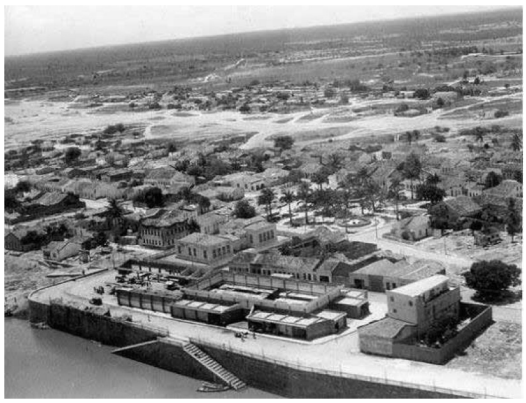
É este o colossal vazio a que se remete esta análise, assumindo que há alguma vida em todas as porções de espaço, mas considerando a proporcionalidade do esvaziamento, no contraste com tudo o que havia antes, construído materialmente e acumulado simbolicamente, e repentinamente apagado. É um vazio em perspectiva, de terra sem dono e sem lei, um deserto originado da expropriação da terra do agricultor, da água do pescador, da cidade do remansense, não há que se pensar em algo mais que perda, e olhando na direção da antiga vida, onde tudo estava, e hoje é o infinito descampado, a ideia de vazio tem pleno sentido.

A figura 5, que recorta o espaço onde antes existiu a cidade de Remanso, captada em 2006, também está defasada, uma vez que hoje há bem menos água, estando a parte superior esquerda totalmente emersa. Note-se que já havia bastante vegetação, devido ao tempo em que a terra estava fora da água, o que aumentou significativamente passados mais de dez anos desde a imagem.

Figura 6: Vista da área da Velha Remanso, em 2006 [9]

9. GOOGLE. **Google Earth**. Version 7.1.8.3036 .2016. Remanso. Disponível em: https://www.google.com.br/ earth/download/ge/agree.html. Acesso em: 13/07/2017.

É notável o contraste com a imagem da cidade anterior, que causa a impressão de um apagamento de fato, uma devastação de uma civilização, como se vê nas imagens 6 a 8, de cenários semelhantes aos de guerra e destruição nuclear.



Figuras 7 e 8: Vista aérea da Velha cidade. Autoria e datas desconhecidas.

Figura 9: Vista aérea do local da velha cidade em 2006. Google Earth.

Outra particularidade na abordagem da realidade espacial do extinto Lago de Sobradinho é a negação do fato, tanto em falas informais de técnicos da CHESF, que evasivamente ressaltam as dimensões do reservatório e omitem ou minimizam as depreciações, que não aparecem em escala temporal para o público, mas se sabe que ocupam quase a totalidade do período de 40 anos. Para desmantelar efetivamente o discurso da água abundante, é necessário que se faça um estudo que demonstre objetivamente qual foi a taxa média de preenchimento do Lago desde sua criação, o que pesará definitivamente na análise do seu custo-benefício hídrico.

É também curioso que a cartografia corrente também assumiu o discurso da negação do vazio, legitimando-o ao representar invariavelmente o Lago de Sobradinho em sua plenitude

nas proximidades da cota 392 ou acima, uma miragem episódica que não faz parte da realidade dos moradores da região, mas visível em todos os mapas possíveis, desde guias rodoviários, livros escolares, cartografia oficial e mesmo nas imagens de satélite disponíveis na internet, que somente em 2016 atualizaram parcialmente a paisagem das terras parcialmente imersas.

O vazio é contundente, é perturbador, mas é real. Está lá neste momento e aumentará com o tempo.

Evidentemente, há pessoas que circulam pela área, produzem e vivem na terra arrasada. Na beira do Rio, onde houve o porto fluvial da velha cidade, alguns barcos ainda atracam, trazendo passageiros de Sento Sé, e pequenos pescadores no seu movimento diário em busca do que restou de pescado, cada vez mais escasso e miúdo, bem diferente da promessa da pesca maravilhosa e abundante que precedeu Sobradinho.

Atrelado a este pequeno fluxo, algumas barracas vendem bebidas e refeições a alguns esporádicos turistas, geralmente pessoas que conheceram a velha cidade e residindo longe, chegam com nostalgia para revisitar lugares e memórias.

Em 2014, um cidadão mais entusiasmado resolveu construir uma moradia na Velha Cidade, bem próximo ao antigo cais, chegando a erguer paredes de blocos, no que foi demovido da ideia pelo poder público municipal, que interditou a obra, quem sabe um início de reocupação da velha cidade.

Alguns criadores de gado aproveitam a vastidão das pradarias, que se vê na figura 9, para manter rebanhos, e já houve casos inclusive de cercamento em áreas onde havia a cidade. Também há áreas cercadas onde se pratica o plantio de vazante, principalmente de feijão, o que declinou nos últimos anos em razão da baixa constante da água, que se afastou das pequenas roças. Esta economia da vazante, importante para muitas famílias, representou por muito tempo também uma ameaça ambiental pela utilização indiscriminada de agrotóxicos potentes, o que tem sido coibido pelas autoridades com ações educativas e também repressivas. O uso exacerbado de produtos químicos na produção agrícola da região é apontado como possível causa da elevada incidência de câncer na região.

Figura 10: Vista da ár ea d o antigo Lago de So br a d i n h o . Foto de Edcarlos Mendes, julho de 2017.

Todos estes elementos, materializações da angústia de todo um povo, sedimentam a ideia da ausência, do apagamento, do vazio. A retirada de populações inteiras, de culturas materiais estabelecidos secularmente, substituídas ao cabo por nada, em que pese o empobrecimento do povo pelo enriquecimento das empresas energéticas, a supressão do repertório da cultura imaterial, com o desenraizamento social, são termos de uma equação perversa, incontestável pelo volume de dados e evidências.

Figura 11: Barcos abandonados na área **do Lago. Foto de Juracy Marques, 2017.**

À soma de todo o acervo cultural daqueles povos, com a riqueza e as peculiaridades que são marcantes, se prometeu agregar a riqueza do incremento estrutural, o ingresso na modernidade, melhores condições de vida para as próximas gerações. O que se viu e está ainda em curso, é a subtração contínua e crescente das bases da vida material, das raízes dos mundos simbólicos, das expectativas futuras.

A ironia da história é que existe o pescador que não pode pescar, o agricultor que já não planta, o citadino que não assimila a cidadania no urbanismo artificial, entre tantas culturas submersas, contudo o mar que as levou foi por sua vez também apagado, deixando entre tantas ausências barcos sem água, sem peixe e sem pescadores (Figura10).

Malgrado tudo isto, há uma nova Remanso, onde a vida seguiu um curso próprio, e as gerações atuais tomaram os rumos que lhes cabiam, trazendo certo progresso e melhorias, como certamente todo o país também experimentou, mas isto depende da escala do olhar, porque diante do que foi tirado, e da pequenez da nova cidade no centro da imensidão baldia, não se pode remeter a outro resultado da equação, senão que o nada é maior, a ausência é mais contundente, e o vazio, afinal, se impõe, não como uma força da natureza, mas como resultado da ambição humana.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Agnaldo Siri. Não houve tempo sequer para lágrimas. Filme. Produção de Chico Drummond. Direção de Agnaldo Siri Azevedo. Salvador. Promatú. 1985. 15 min. color. Son

DUQUÉ, Ghislaine. Casa Nova: interventions du pouvoir et strategies paysannes; un municipe du sertao bahiano, a l'heure de la modernisation. Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales. Paris, 1980.

GERMANI, Guiomar I. Cuestión Agraria y Assentamiento de Población ent el Área Rural: La nueva cara de la lucha por la tierra. Bahia, Brasil (1964-1990). Tese de Doutorado em Geografia. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1993.

GOOGLE. Google Earth. Version 7.1.8.3036 .2016. Remanso. Disponível em: https://www.google.com.br/earth/download/ge/agree.html. Acesso em: 13/07/2017.

PEREIRA, Rosa Maria Viana. O papel da Igreja na resistência camponesa de Sobradinho. 1987. 121 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

PROJETO GeografAR. Acesso à terra e Desenvolvimento Territorial no Médio São Francisco. Projeto Geografar/Universidade Federal da Bahia e University of Greenwich. Salvador, 2006.

VAINER, Carlos B. & ARAUJO, Frederico G. B. de. Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

SEI. Mudanças sociodemográficas recentes: Região Baixo Médio São Francisco. Salvador: SEI, 2000.

SIGAUD, Lygia. Projeto Sobradinho: Avaliação Sócio-Econômica da Relocalização Populacional. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1983.

CAPÍTULO VIII

PERFIL HISTÓRICO E SOCIOCULTURAL DA "VELHA" PETROLÂNDIA – PE

Luciano Silva de Menezes
Juracy Marques
Joaquim Alves Novaes

Tentei descobrir na alma alguma coisa mais profunda do que não saber nada sobre as coisas profundas.
Consegui não descobrir.

Manoel de Barros

1. ÁGUA E PEDRA

Figura 1: Antiga Igreja de Petrolândia inundada (MARQUES, 2015).

Procuramos esboçar, nesse trabalho, parte de um perfil histórico e sociocultural de Petrolândia - PE, inundada pela Barragem de Itaparica, em 1988. Assim, buscamos também demonstrar, de modo descritivo, aspectos eelementos de natureza econômica; por analogias, evidenciamos determinadas concordâncias, dandoproeminênciaaumasérieddediversidadesprodutivasinseridasnumcomplexo quadro estrutural do município. Constatamos, objetivamente, que muitos fatos vigentes possuem intrínsecas inerências com parte dessa conjuntura que foi compulsoriamente submersa pelo Lagode Itaparica. Destacamos e comparamos as linguagens visuais das fotografias cedidas, gentilmente, por atingidos de Petrolândia, com fontes literárias e depoimentos concernentes. Com efeito, o trabalho resultou em uma ampliação e conexão desses indícios históricos, viabilizando a procura das similaridades e das disparidades, através dos recursos oferecidos pelas imagens fotográficas, pelos depoimentos e pelas fontes escritas.

O Município de Petrolândia, em Pernambuco, inundado pela Barragem de Itaparica, em 1988, tinha nas atividades agrícolas, sobretudo, de subsistência, um sustentáculo econômico essencial. Sendo importante ressaltar que desde 1943, quando a "Itaparica" passou a ser denominada Petrolândia, ocorreram diversos desdobramentos com modificações básicas e constitutivas no organismo econômico do Município. No entanto, no decorrer de quatro décadas e meia,[1] entre o Decreto Estadual, de número 952, de 1943, que nomeava o Município e a inundação da cidade, em 1988, ocorreram inúmeros fatores que devem ser levados em consideração.

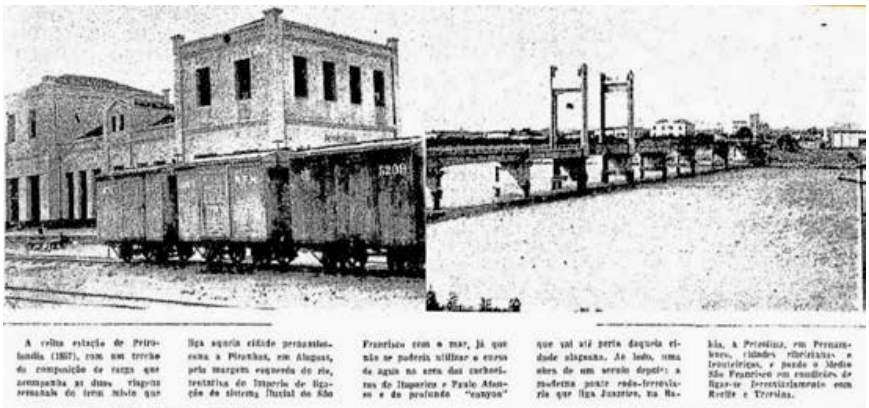


Figura 02: Estação de Petrolândia – PE, na segunda metade do século XIX. (Fonte: Disponível: < http://1.bp.blogspot.com/-).

Podemos destacar, dentre esses fatores, a fundação do "Núcleo Colonial Agroindustrial do São Francisco – Núcleo Barreira, em 1943. Além desse fator, Galindo e Neto (2000) afirmam que nas áreas urbanas de Petrolândia, desenvolviam-se atividades econômicas de construção civil, prestações de pequenos serviços, comercializações e atividades de Olarias, de Casas de Farinha, além de pequenas fábricas de doces e bebidas e, em alguns casos, atividades que convertiam matérias – primas agrícolas oriundas da própria região. No entanto, não é concebível desprezar as diversidades das relações socioeconômicas comuns aos modos de vidas das populações atingidas em Petrolândia.

Podemos comparar, parte dessa asserção no tocante as atividades econômicas realizadas nas Olarias da "antiga" Petrolândia, nesse depoimento:

> Petrolândia sobrevivia dos ribeirinhos que trazia mercadoria e que vendia na feira, e das olarias manuais. Manual! E, depois, foi que houve industrializada,

1. Salientamos, especificamente, esse período, no qual a denominação "Petrolândia" prevaleceu. Todavia, acentuamos que antes da definição estabelecida pelo Decreto 952, ocorreram uma série de complexidades históricas e políticas contundentes para as configurações do município. Destacamos as constantes alterações da sede do município, com as suas redefinições, que atualmente podem auxiliar na absorção desse passado, além fornecer elementos para elucidar quadros atuais; e a vasta abrangência do município, anexando as áreas de Jabotá, Tacaratu, Espírito Santo e Volta do Moxotó formavam aglomerados populacionais que vinham sofrendo modificações no corpo econômico desde o funcionamento da linha férrea que ligava Jatobá, em Pernambuco, a Piranhas, em Alagoas.

mas, a maior parte era manual. O cara que ia lá, tirava o barro, batia o tijolo, assava e vendia para comprar o pão de cada dia. Depois houve as Cerâmicas. Antes, só existia uma Cerâmica que era a da Comissão do Vale. "Comissão do Vale do São Francisco" era a única que tinha. Começou com outros nomes. Começou com "Comissão do Vale", "SUVALE", e depois, passou para "Comissão do Vale". E aí, teve aquelas Olarias; aqueles batedores de tijolos. Tudo manual mesmo! Assava no chão mesmo; feito um tipo de uma caeira. Ai, fazia aquilo, lá. Assava e vendia. E aí, depois, industrializou com a Cerâmica do finado Zé Araújo. Finado Jeremias também colocou outra. (LACERDA, 2017).

Figura 3: Olaria de Petrolândia – PE. (Foto de autoria desconhecida, cedida por Petrolandense).

Estando geograficamente situado às margens do Rio São Francisco, o município de Petrolândia era favorecido pelas atividades de pesca e de agriculturas. Apesar da proeminência dos trabalhos rurais, é necessário ressaltar outras fontes de rendas existentes. Quanto a esse aspecto, Galindo e Neto (2000) elencaram que além das culturas de subsistência e comerciais,[2] coexistiam as coletas de frutas; a pesca; os trabalhos assalariados; os serviços em pequenas Olarias; as vendas de frutas, peixes, hortaliças e verduras e a criação e venda de animais.

Segundo Menezes (2014), Petrolândia estava a 14 km da Barragem; e era a mais importante cidade a ser coberta pelas águas. Além desse fator de designação geográfica o autor menciona alguns eixos do corpo econômico do município. Em especial, a fundação de uma "Cooperativa Mista dos Funcionários e Colonos do Núcleo Colonial de Petrolândia". Descrevendo também, a intensificação dos criatórios bovinos, suínos e caprinos. Além disso, segundo oautor, havia importantes estruturas degalpões aviários e chocadeiras modernas. […] "havia 105 granjas em funcionamento, já com área medindo 8 ha, em plena produção de melões, melancia, goiaba, coco, tomate e uma avicultura bastante desenvolvida" (MENEZES, 2014, p.89).

Figura4: Vista aérea da área **urbana de Petrol**ândia **demonstra a proximidade em relação ao Rio. O mesmo delimitava a fronteira entre os Estados de Pernambuco e da Bahia. (Foto de autoria desconhecida, cedida por Petrolandense).**

2. A cebola e a melancia, segundo Galindo et al. (2000), eram produtos mais expressivos na comercialização.

A partir da construção da Barragem de Itaparica foram atingidas[3] grandes áreas rurais eurbanas de três municípios do Estado da Bahia e quatro no Estado de Pernambuco, além dos deslocamentos de grupos indígenas[4]. Dentre os municípios que seriam atingidos, Petrolândia, no Estado de Pernambuco, eraomunicípio mais próximo da Barragem. Portanto, asua área integral, seria, ulteriormente, encoberta pelaságuas. Desse modo, aparte maisprofunda doreservatório, seria, justamente, a extensa área urbana da cidade. Resultou, portanto, dentre outros prejuízos, uma perca imensa do patrimônio ambiental - histórico e paisagístico.

Indubitavelmente, o Rio e os seus recursos estavam como cerne desses bens naturais que seriam sucumbidos pelo grande lago de Itaparica. Nesse caso, o Rio não surge apenas como parte de um quadro de valores culturais e significativos, mas também, como um elemento externo, e ao mesmo tempo, intrínseco, por ser o principal determinante socioeconômico de Petrolândia. Noutras palavras, o ambiente próximo ao Rio caracterizava uma série de ensejos condicionais, que funcionando em reciprocidades com as disposições preexistentes nos sujeitos e na coletividade, resultavam em múltiplas afirmações no corpo social.

Figura5: Cachoeira de Itaparica, em Petrolândia – PE. (Foto de autoria desconhecida, cedida por Petrolandense).

Lima (2007) afirma que, anteriormente, a economia do município era basicamente a agricultura de subsistência, sendo, o comércio e a indústria, praticamente irrelevante. Todavia, em determinados processos avaliativos, segundo Cardoso e Jucksch (2008), podem ocorrer medidas que busquem justiçar as desapropriações, afirmando, sobretudo, por meio de relatórios, às atividades econômicas como insignificantes. Nesse caso, na ótica de alguns relatórios, a região a ser atingida é apresentada como estagnada e de pouca rentabilidade.

A partir da construção da Barragem, passa a incidir, mediante deslocamentos compulsórios, desintegrações e desorganizações de várias comunidades que viviam nas áreas ribeirinhas. No tocante a essas desestruturações, Araújo (1990) descreve que a construção da Barragem de Itaparica provocou profundas alterações e reformulações nos modos de vida e nas tradições

3. ParaVainer (2008), com o advento de uma legislação ambiental e de normas contendo regras para os licenciamentos, a questão dos impactos socioambientais, tal como a própria noção de atingido, começa a ganhar relevância. Assim, sendo estritamente uma categoria social em disputa, a noção de atingido varia no tempo e no espaço, conforme os contextos políticos e culturais e, por que não dizer, em consonância com o desenrolar e desenlace dos conflitos opondo diferentes atores sociais envolvidos no processo de concepção, implantação e operação de projetos hidrelétricos.

4. Araújo (2000) menciona que no município de Rodelas – BA, ocorreu o deslocamento de 97 famílias do grupo indígena Tuxá.

culturais que foram adquiridas na convivência com o Rio. Evidentemente, nesse aspecto dos vínculos com Rio, as articulações daquelas comunidades estavam, de certo modo, centradas, economicamente, nos trabalhos agrícolas, por meio da agricultura de vazante[5] e da agricultura irrigada.

Galindo e Neto (2000) destacam a existência de dois modos de agriculturas entre os municípios afetados pela Barragem de Itaparica.[6]6 Classificando um modo de cultura como agricultura tradicional, e outro, como agricultura irrigada. Sustentando que, na grande área que foi inundada, havia, dentre culturas temporárias e permanentes, a agricultura tradicional, caracterizada pelos roçados de produtos como feijão - *Phaseolus spp* e o *Vigna unguiculata*, milho - *Zea mays*, mandioca - *Manihot esculenta*, mamona - *Ricinus communis L.* e algodão -*Gossypium*, e a agricultura irrigada, que era realizada nas margens do Rio São Francisco.

Uma diversificação considerável dos cultivos na área rural[7] da "antiga" Petrolândia, pode também ser ratificada nesse recente depoimento:

> Plantava tudo! Porque a gente vivia de tudo aquilo que plantava. Arroz, feijão, milho, jerimum, batata doce, macaxeira. Plantava tudo! Feijão de corda! Mas, plantava do outro também, se quisesse. Nascia também! Sem ser com irrigação. Só com a água do Rio que molhava a terra. Naquele tempo era tudo diferente. Tinha época para tudo. Naquela época a gente sabia quando chovia e quando não chovia. Não era? Hoje não sabe se chove. Quando o Rio subia, a gente esperava. A natureza dizia quando o Rio ia subir. A natureza é sábia! Ai, quando baixava, deixava a terra toda molhada. E isso, a água subia numa época também que vinha chuva. A água subia e quando baixava, deixava molhado o terreno e a gente plantava todas essas coisas (NOVAES, 2017).

Com efeito, a partir dessa ênfase nas áreas fecundas proporcionadas pelas cheias periódicas, sentimos a necessidade de reiterar a relevância do Rio como agente determinante e modificador das atividades de agriculturas naquela região.

Scott (1994) menciona a respeito das terras férteis que foram inundadas nos Estados da Bahia e de Pernambuco, calculando algo em torno de 150 km a montante da parede da barragem[8]8.

5. A agricultura de vazante é realizada, segundo Antonino e Audry P. (2001), nas bordas dos rios. Assim, na medida em que baixar o nível da água, realiza-se às culturas apenas com a água retida no solo, realizando ciclos e produzindo, sobretudo, em períodos de estiagens. Os cultivos de vazantes são diferenciados de acordo com as regiões, sendo as culturas mais nobres, o feijão, a melancia e o milho.

6. De acordo com Araújo (2000), as ações referentes à construção da Barragem de Itaparica foram desencadeadas na primeira metade da década de 1970, sendo que, o enchimento do reservatório ocorreu no início de 1988. Os municípios atingidos foram: Petrolândia, Belém do São Francisco, Floresta e Itacuruba, no Estado de Pernambuco; Glória, Rodelas e Chorrochó, no Estado da Bahia.

7. Aqui, fazemos referência a Várzea Alegre: pequeno povoado entre a área urbana de Petrolândia e a Vila de Barreiras. Novaes (2017) afirma que havia, em uma das fazendas da Várzea Alegre, a maior criação de caprinos da região, além do funcionamento pleno de uma Casa de Farinha.

8. Em setembro de 1986, o presidente José Sarney assinou um decreto que declarava a utilidade pública das terras, para

Nessa conjuntura, em que se extinguem essenciais referências de vida, há uma pertinência com a "Dimensão da Sustentabilidade Ambiental", que segundo Vieira (2008), está inerente as grandes alterações das paisagens ribeirinhas provocadas pelas construções de Barragens.

De maneira similar, Andrade destaca alguns fatores relacionados a humificação dos solos, nas áreas ribeirinhas, a partir das cheias temporárias:

> Com as cheias, as ilhas e terras marginais submergem, sendo fertilizadas pelo rio, à proporção que as margens baixam são utilizadas pelos agricultores ribeirinhos para a formação de roçados; estes aproveitam não só o húmus depositado pela cheia como também a umidade deixada pelo rio, e novas áreas vão sendo descobertas e as culturas continuam a expandir – se, formando o que chamamos de agricultura de vazante, que garante ao sertanejo o milho, o feijão, o amendoim, a fava, a cana-de-açúcar para a fabricação de rapadura e aguardente – para sua alimentação, assim como a cebola, utilizada em geral, para o abastecimento das cidades sulinas. Já que é aí, a agricultura comercial por excelência (ANDRADE, 2005, p. 56).

A irregularidade no nível das águas delimitava sincronicamente a temporalidade e os modos de trabalhar à terra. Certamente, partindo desse aspecto, Araújo (2000) denominou o Rio como uma espécie de bússola orientadora da vida e do trabalho cotidiano. Precisamente, descreve que, *a priori*, houve uma mudança no calendário das enchentes, assim como na vida de muitos agricultores, em virtude da construção da Barragem de Sobradinho. Rothman (2008) sublinha que por mais de duas décadas, no Brasil, construções de Barragens e outras grandes obras resultaram em impactos devastadores para os meios naturais. Em especial, ressaltou as grandes degradações dos ecossistemas e dos modos de vida das populações, sobretudo, as rurais. Essas degradações perpassam no tempo e no espaço, ocasionando, a curto e a longo prazos, uma série de problemas complexos.[9] Para Vainer (2008), os problemas remetem a uma "temporalidade dos impactos", que culmina em drásticos efeitos sociais por um tempo indeterminado. Dessa forma, os grandes deslocamentos populacionais ou físicos, também representam rupturas peremptórias de ordem econômica. E assim, uma boa parte das devastações posteriores[10] estão, de certo modo, imiscuídas com os fatores pertinentes àsrupturas de caráter econômicas.

---

desapropriações de um total de 1.012,70 km². Seria a área total destinada à formação do reservatório da usina hidrelétrica de Itaparica, no rio São Francisco.

9. Destacamos, sobretudo, problemas referentes às inundações de florestas, que em estado de putrefação e metano (CH_4), segundo Mccully (2006), libera grandes quantidades de gases estufa, sobretudo, dióxido de carbono (CO_2), em passagens pelas turbinas. No caso de Petrolândia, também houve inundações de cemitérios e de outros elementos considerados nocivos e contaminantes.

10. Para Vainer (2008), muitas afetações se dão, antes, durante e depois das construções das Barragens. Portanto, perduram, dentre outros problemas, extensivas incertezas coletivas, os rumores primários e os seus impactos, os prejuízos e a inacessibilidade em relação aos recursos naturais, a perda significativa dos bens imateriais e materiais, além das incalculáveis descontinuidades socioculturais.

É importante ressaltar o número bastante significativo de agricultores que exerciam, regularmente, atividades de plantios nas áreas que foram inundadas pela Barragem de Itaparica. Scott (1994) destacou um número de agricultores superior a 35 mil, enquanto que, Galindo e Neto (2000) confirmaram, com base no senso demográfico do IBGE, no quadro geral, o número de 109, 2 atingidos, dos quais, 76, 6 mil viviam no meio rural e 77% residiam no Estado de Pernambuco.

Esses dados confirmam uma dinâmica dos grupos de agricultores e, concomitantemente, extensivos e complexos vínculos econômicos de parte da população em relação às atividades agrícolas naquela região. Todavia, é necessário destacar que, em relação aos municípios que seriam atingidos pela Barragem, Petrolândia apresentava, de acordo com Galindo e Neto (2000), o menor percentual de dependência econômica em relação aos fatores agropecuários, com 36%.

> [...] o exame em nível de município mostra que o grau de dependência da vida econômica da população à atividade agropecuária, chega a representar 77, 5% em Belém do São Francisco, 71, 9% em Floresta, mais de 80% nos municípios situados na Bahia e, cerca de 93% em Itacuruba. Petrolândia foge dessa regra, com o engajamento de apenas 36% de sua população economicamente ativa na agropecuária (GALINDO E NETO, 2000, p. 30).

Apesar de apresentar um menor percentual de dependência econômica em relação aos fatores agropecuários, havia em Petrolândia uma produção agrícola considerável. Galindo e Neto (2000) ressalta um impulso na produção de tomate, no município, ao relacionar as culturas nas margens pernambucanas e baianas. Destacando, portanto, além do tomate - *Solanum lycopersicum*, melão - *Cucumis melo L.*, caju - *Anacardium occidentale*, banana - *Musaceae*, arroz – *Oryza sativa* e cebola – *Allium cepa*.

Nesse contexto, a partir das informações e de dados referentes aos setores rurais do município de Petrolândia, podemos perceber um pouco da complexidade das estruturas agrícolas, dos trabalhos, e, consequentemente, dos fatores econômicos convergentes. Fica, portanto, perceptível à heterogeneidade dessas comunidades rurais, principalmente pelasdiversidades dos grupos e categorias existentes nas esferas fundiárias.

Em relação a essa diversidade dos grupos camponeses atingidos pela Barragem de Itaparica, Araújo (2000) denomina como diferenciação camponesa. Noutras palavras, essa diferenciação significava a existência simultânea dos fazendeiros, dos assalariados,[11]

11. Tanto o assalariamento quanto a arrendamento eram fontes complementares, regulares e eventuais nas rendas das famílias. Esse grupo representava 6, 1% dos atingidos rurais, de acordo com Araújo (2000).

dos granjeiros[12], dos comodatários[13], dos parceiros - meeiros,[14] dos arrendatários[15], dos posseiros e pequenos proprietários[16]. No entanto, toda essa diferenciação camponesa que era encontrada nos grupos ribeirinhos do sertão de Itaparica, sobretudo em Petrolândia, passaria, abruptamente, por um deslocamento compulsório. Seria, portanto, restringida às limitações dos novos núcleos agrícolas.

Em virtude da construção da Barragem de Itaparica, foram desterrados e reassentados em propriedades projetadas. No caso específico de Petrolândia - PE, um grande número de trabalhadores rurais foi reassentado nos novos espaços, denominados de Agrovilas e Projeto Apolônio Sales.Todavia, segundo Scott (2006), eles foram obrigados a deixar para trás roçados plantados e vender muitos animais a preços extremamente reduzidos. Além disso, perderam uma paisagem bastante conhecida e passaram a ocupar espaços idealizados com carências emergenciais, principalmente, em relação ao solo e aos equipamentos de trabalho.

2. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A partir dessas descrições e análises sócio - históricas de algumas configurações elementares – constitutivas da "velha" Petrolândia, viabilizamos reflexões contextuais, concatenando, inevitavelmente, esse passado com fatos e efeitos ainda vigentes. É, portanto, conveniente destacar, não somente às preocupações e os problemas referentes ao baixo nível das águas do Lago de Itaparica, como também, a ininterrupta redução dos recursos naturais; a qualidade da água, e, consequentemente, a qualidade de vida das comunidades nas proximidades do reservatório.

Entendemos que distinguir e cotejar recursos visuais das fotografias com depoimentos e as demais fontes possibilitaram novas ampliações dos contextos petrolandenses. Conjunturas que, ao serem dirimidas, tiveram suas populações realocadas compulsoriamente, fomentando, por tempo indeterminado, bruscas interferências e descontinuidades. Com efeito, os inumeráveis problemas circunstanciais, atemporais, concernentes à construção da Barragem de Itaparica, podem significar elementos condicionais para conjecturar possíveis e indispensáveis restaurações, a curto ou a longo, dos espaços físicos, em especial, os ecossistemas fluviais em todo o Lago de Itaparica.

12. Segundo Araújo (2000), trata-se de grupos que integravam o antigo projeto Barreiras, estabelecido pela SUVALE, no município de Petrolândia – PE.

13. Araújo (2000) descreve como um grupo social inscrito no "Cadastro Familiar", feito pela CHESF, em 1985, na época, 5,5% da população rural atingida.

14. Representava, de acordo com Araújo (2000), 40% da população total dos camponeses atingidos.

15. Destacamos a distinção entre dois tipos de arrendatários, feita Araújo (2000). De um lado, os arrendatários mais capitalizados, com recursos técnicos e financeiros, com atividades produtivas mais amplas, e do outro, aqueles arrendatários para os quais, o arrendamento significava acessibilidade à produção familiar.

16. Araújo (2000) destaca uma divisão entre os proprietários e posseiros: os que tinham acesso a créditos e equipamentos, e os pequenos proprietários e posseiros dependentes das parcerias.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de. A Terra e Homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ANTONINO, A. C. D.; AUDRY, P. Utilização da água no cultivo de vazante no Semi

– árido do Nordeste Brasileiro. Ed. Da UFPE. IRD. Institut de Recherche pour le Développment. França, 2001.

ARAÚJO, M. L. C de. Na margem do lago: um estudo sobre o sindicalismo rural. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.

ARAÚJO, M. L. C. de.; CALDAS NETO, M. de.; LIMA, A. E. V. (Orgs.) Sonhos

Submersos oudesenvolvimento?Impactos sociaisda Barragemde Itaparica. Recife: FJN, Editora Massangana, 2000.

CARDOSO, I. M.; JUCKSCH, I. Análises dos Ambientes Naturais da Zona da Mata Mineira Estudada em Projetos Hidrelétricos. In: In: ROTHMAN, F. D. Vidas alagadas

– Conflitos socioambientais e barragens. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008.

GALINDO,O.; NETO, L.G.ACaracterizaçãoGeo-econômica daÁrea de Projeto. In: Araújo, M. L.C. de.;CALDAS NETO, M. de.; LIMA,A. E.V. (Orgs.)SonhosSubmersos ou desenvolvimento?ImpactossociaisdaBarragemdeItaparica.Recife:FJN, Editora Massangana, 2000.

LIMA,S.R.R.BarragemdeItaparica:vinteanosapósoprogramadereassentamento

– (des) envolvimento e (des) estruturação de vidas. Disponível em: < http://www. ecsb2007.ufba.br/layout/padrao/azul/ecsb2007/anais/st4_BARRAGEM%20 DE%20 ITAPARICA.pdf > acesso em 07 de jan. 2014.

MCCULLY, P. FizzyScience– t*hebattleover Dam–CreatedGreenhouse gas emissivos*. 2006.

MCCLULLY, P. *Big Hidro: hole is global warming.* Disponível em: < http://www. sfgate. com/opinion/openforum/article/FIZZY-SCIENCE-Big-Hydro-s-role-in- global-2484534. php.> Published 4:00 am, Friday, November 17, 2006. Acessado

em 06 de jun. 2016.

MENEZES, G. de. De Jatobá a Petrolândia: três nomes, uma cidade, um povo. Recife: Ed. do Autor, 2014.

ROTHMAN, F. D. Vidas Alagadas – conflitos socioambientais e barragens. Viçosa,

MG. Ed. UFV, 2008.

SCOTT, R. P. Riscos aos reassentados no ambiente construído pela Barragem de Itaparica: Investindo no ambienteetransformandoocampesinato. 1994. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1994/T94V2A20.pdf>. Acessado em: 10 de jun. 2016.

_____. Re-assentamento, saúde e insegurança em Itaparica: um modelo de vulnerabilidade em projetos de desenvolvimento. 2006. Disponível em: < http:// www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/7495> Acessado em: 06 de set. 2016.

VAINER, C. B. Conceito de "Atingido": uma revisão do debate. In: ROTHMAN, F. D. Vidas alagadas –Conflitos socioambientais e barragens. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008.

VIEIRA, U. G. Paradoxos do Licenciamento Ambiental de Hidrelétricas em Minas Gerais: o licenciamento prévio de Irapé e Pilar. In: ROTHMAN, F. D. Vidas alagadas – Conflitos socioambientais e barragens. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008.

SITES CONSULTADOS

Petrolândia. Disponível em: http://www.portais.pe.gov.br/c/document_library/ get_file?p_l_id=18393234&folderId=18394117&name=DLFE-89625.pdf. Acessado em 13 de maio de 2017.

Estação de Petrolândia – PE. Disponível em: < http://1.bp.blogspot.com/-ytEDQfozt0g/UwCWRFCYQTI/AAAAAAADniw/3vKAHZKNDcc/s1600/921275_452461011542888_2047177119_o.jpg> Acessado em 12 de fev. de 2017.

DEPOIMENTOS

R. P. Lacerda (Março de 2017);

M. S. C. Novaes (Março de 2017).

Gravação: Máquina digital sony. DSC – W570.

CAPÍTULO IX

MUDANÇAS DA "VELHA" PARA A "NOVA" PETROLÂNDIA – PE: DESLOCAMENTOS PROVOCADOS PELA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE ITAPARICA

Luciano Silva de Menezes
Juracy Marques
Daniela Santos Silva

Um fim de mar cobre os horizontes.
Manoel de Barros

1. PEDRA E ÁGUA

Figura 1: Moradores da Antiga Petrolândia (Foto: Marcos Soares)

Nesse capítulo, pretendemos descrever parte do processo de mudança dos moradores da cidade de Petrolândia, em Pernambuco, em razão da construção da Barragem de Itaparica. Demonstrando assim, de forma descritiva, o contexto da época de transição. Tomamos como base, alguns artigos de periódicos, dados informativos e fotos relacionados a esse período, que foram obtidas mediante pesquisas de campo e veículos que reconstituem quadros de rememorações da antiga Petrolândia. Desse modo, essas descrições procuram remontar, de forma peculiar, parte dessa reminiscência histórica.

A partir de 1985, intensificava gradativamente os discursos referentes à inundação da cidade de Petrolândia - PE. As obras da Barragem de Itaparica estavam em andamentos e, simultaneamente, ocorriam embates entre a CHESF e as famílias que deveriam ser

reassentadas e indenizadas. Prevaleciam, naquele momento, algumas políticas desarmônicas[1] com os interesses dos atingidos[2]. No ano seguinte, em 1986, seria firmado um acordo entre a companhia energética e os trabalhadores rurais.[3]

O futuro era impensável. Uma cidade inteira submersa, "afogada" pelas águas era algo inconcebível. Evidentemente, naquele contexto, uma parte considerável da população não tinha conhecimento dos problemas provocados pela construção da Barragem de Sobradinho, na Bahia. As informações dessa natureza eram demasiadamente precárias. Scott (2006) afirma que entre os agricultores a ideia de desocupação era desconhecida, exceto, na área urbana de Barreira.

Naquela época, principalmente, entre as classes mais pobres do contexto urbano, o rádio era um aparelho predominante, enquanto, os aparelhos de televisão eram mais escassos. O acesso a jornais impressos ficava restrito a poucos leitores. Nessa conjuntura, Bomfim (1999) fala dos isolamentos sociais, dos baixos níveis educacionais e de contextos de desinformações, sobretudo, dos trabalhadores rurais que sofreram com as migrações involuntárias. Em meio aos mecanismos políticos de promessas e persuasão ocorria uma dispersão em forma de uma involuntária debandada.[4]

Em pouco tempo, com a presença e o trabalho incessante das máquinas, permeava uma atmosfera mista de medo e pressa. O medo era semeado pelos repetidos discursos que afirmavam a possibilidade de um avanço desenfreado das águas; por outro lado, a pressa se dava pela impossibilidade das transferências das famílias dentro do prazo estabelecido. A aceleração dos processos de construções com um avanço dinâmico e precipitado parecia impor uma ordem para uma retirada urgente.

As famílias que possuíam imóveis, nas áreas urbanas, deveriam receber modelos similares na "Nova" Petrolândia. Assim, as casas a serem entregues, deveriam corresponder aos padrões

1. Para Kant (2011), a verdadeira política deve prestar uma homenagem a moral; enquanto o direito deve ser consagrado ao homem, por maiores que sejam os sacrifícios pagos pelo poder dominante. Corresponde a uma harmonia da política com a moral, num conceito transcendental do direito público.

2. Segundo Vainer (2008), foi através da emergência de uma legislação ambiental e de uma legislação estabelecendo regras para o licenciamento ambiental, que a questão dos impactos sociais e ambientais, assim como a própria noção de atingido, começa a ganhar relevância. Entende-se que sendo essencialmente uma categoria social em disputa, a noção de atingido varia no tempo e no espaço, conforme os contextos políticos e culturais e, por que não dizê-lo, em consonância com o desenrolar e desenlace dos conflitos opondo diferentes atores sociais envolvidos no processo de concepção, implantação e operação de projetos hidrelétricos.

3. O acordo entre a CHESF e o Polo Sindical, representando os trabalhadores rurais, aconteceu em 1986, após pressões da população atingida e da paralização das obras de construção da barragem. Em setembro de 1986, o presidente José Sarney assinou um decreto que declarava a utilidade pública das terras, para desapropriações de um total de 1.012,70 km². Seria a área destinada à formação do reservatório da usina hidrelétrica de Itaparica, no rio São Francisco, nos Municípios de Petrolândia, Floresta, Itacuruba e Belém de São Francisco, no Estado de Pernambuco, e Abaré, Chorrochó, Rodelas e Glória, no Estado da Bahia. Muitas famílias foram excluídas do processo de reassentamento. Com o descumprimento de medidas por parte da CHESF, alguns litígios nos Ministérios Públicos da Bahia e Pernambuco continuam na atualidade.

4. De acordo com Aristóteles (2001), são consideradas involuntárias as ações sob uma compulsão ou por ignorância. É compulsório ou forçado aquele ato cujo princípio motor é externo ao agente, e para o qual a pessoa que age não contribui de maneira alguma para o ato, porém, pelo contrário, é influenciado por ele. Como exemplo, quando uma pessoa é levada pelo vento ou por homens que a têm em seu poder.

da moradia que seria afetada pela inundação. Enquanto àquelas famílias que não possuíam imóveis, precisam, a princípio, serem inscritas em cadastros e, posteriormente, receberiam um terreno na "Nova" Petrolândia.

Em meados de 1986, recordo[5] que nos corredores da Escola de Jatobá, nas aulas, nas ruas, nas igrejas, ouvíamos muito falar a respeito do advento de um "progresso". E esse progresso trazia duas faces: uma delas exigia a necessidade de sacrifícios; enquanto a outra anunciava um futuro próspero com benesses.

Toda força intempestiva desse "progresso" parecia ter uma arrogância refinada com eufemismos que se justificava: "é o preço que devemos pagar para obtermos um determinado desenvolvimento". Triunfava, inevitavelmente, um sentimento de contradição diante da ideia proferida, de prosperidade social e tecnológica, que seriam propiciadas pelo aumento da produção de energia. Não podemos deixar de ressaltar, que havia também, uma grande necessidade de externar sentimentos guardados e sufocados no íntimo de muita gente.

Os versos de uma canção chamada "Recordações", do saudoso Ruy Sá, expressava em poucas palavras, muito do que queríamos dizer naquele momento.

> Um dia chegou bem mais forte a força do progresso
>
> Falando primeiro e mais alto do que a própria razão
>
> Estragando e desmarcando compassos do coração
> Oh, oh, Petrolândia!
>
> Levo guardado na mente Lembranças que serão
> permanentes Oh, oh, Petrolândia![6]

A rotina da cidade passou gradativamente a ser modificada com movimentações intensas de pessoas que circulavam em busca de resoluções de problemas de ordens diferenciadas. Transitavam, intensamente, entre a prefeitura, o fórum e outras repartições públicas e privadas. Passou a haver também, uma constante circulação de veículos pequenos e de grandes portes: caminhões, ônibus e máquinas pesadas, que davam uma dinâmica e materializava aquilo que, inicialmente, parecia ser um falso boato.

5. Nesse caso, procuro reconstituir um quadro de lembranças na qual estive presente, com reflexões sobre minhas experiências vivenciadas, acrescidas aos dados coletados recentemente, mediante entrevistas. Para a evocação dessas lembranças nos orientamos pelo pensamento de Gwyn Prins (1992), ou seja, na Reminiscência Pessoal, uma vez que, ela pode propiciar uma atualidade e uma riqueza de detalhes que de outra maneira não podem ser encontradas. Essa forma de trabalho possibilita, segundo Gwyn Prins, História em pequenas escalas, possibilitando aos historiadores meios para descrever o que Clifford Geertz chamou de "descrição densa"
– relatos ricamente tecidos que têm a profundidade e os contornos que permite uma análise antropológica substancial. Cf. Gwyn Prins. História Oral. In: **A Escrita da História:** novas perspectivas. Burke Peter (Org.) trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

6. L p. Recordações. A inacessibilidade aos dados da ficha técnica nos impossibilitou de elucidar precisamente o ano de gravação do disco. Todavia, acreditamos que a gravação tenha sido feita na segunda metade da década de 1980.

Figura 2: Mobilizações em Petrolândia, em 1985 (Fonte: Assis Ramalho).

Durante todo o dia, ônibus e "paus de araras" precários faziam um trajeto exaustivo que ligavam as duas cidades. Levando pessoas que iam e voltavam por aquelas estradas, parcialmente provisórias, num emaranhado infinito de poeira.

Perdurava no íntimo e na essência um fantasma do despovoamento; no esboçar dos sentimentos, ocorriam às desolações físicas e existenciais – desocupações por toda parte. O destino exigia violentamente um renunciar: abdicar sua própria casa, seu modo de vida, o Rio, os espaços coletivos e todo um cotidiano desprovido de pressa e muitos laços de amizade. Parecia ser uma desistência de si próprio, sendo que, em troca receberíamos uma lacuna impreenchível. Abria-se mão da existência e da liberdade.[7]

A cada mudança realizada, a cada caminhão que partia com uma família, pairava também um sentimento de angústia inenarrável. Uma aflição que predominava por toda parte. Havia uma imensa consternação de caráter coletivo que não eximia praticamente ninguém.

> "A saída dos caminhões que tinham feito o transporte para os novos locais comunicava que as pessoas estavam sozinhas, por mais que professassem assistência institucional garantida para meses vindouros". (SCOTT, 2006, p. 83).

Para esse autor, a sensação de vazio era visível em quase todos.

"Ficar para trás" também caracteriza um dissabor, sobretudo, peloreceio de uma enchente descontrolada. O pavor se apropriava até mesmo dos animais; alguns, afugentados desapareciam. Concomitantemente, algumas crianças desapontadas procuravam seus cães e gatos. Já não havia mais tempo para nada. Conter as lágrimas era uma tarefa quase impossível.

Segundo Scott (2006), a mobilização de equipes visava atender tanto o trabalho de resgate de animais domésticos e silvestres ameaçados pelas águas que subiam; quanto a convencer os

7. De acordo como Sartre (2002), a existência e a liberdade só se manifestam sobre o fundo de uma necessidade na qual o homem se relaciona em práticas com seu ambiente.

velhos ocupantes da beira do rio, como o senhor Francisco, que se agarrou numa árvore e se recusou a soltar, na medida em que as águas tomavam conta de tudo.

> "Cenas semelhantes a essa se repetia; houve também muito choro no apartar de vizinhos cujas novas moradias não coincidiam, mesmo que o trabalho procurasse preservar alguns laços comunitários" (SCOTT, 2006, p. 83).

Num determinado momento as desolações ganhavam espaços e tomavam formas concretas, assustadoras e impressionantes. Muitas ruínas! Os escombros estavam por todo lado que se voltasse. Homens demolindo casas e prédios, enquanto outros passavam a retirar telhas e restos de cimento dos tijolos para reaproveitá-los.[8]

Figura 3: Janela retirada do Hospital - Unidade Mista Santa Inês (Fonte: Arquivo pessoal do autor).

Eram feitos enormes empilhamentos com os materiais desgastados pelo tempo; quase sempre, encobertos de poeiras e lodo. Uma boa parte era colocada nos caminhões e levada para a "Nova" Petrolândia, onde seria reutilizada ou vendida a custos mais baixos. Aqueles que não tinham condições físicas, ou tempo para extrair esse material, eram obrigados a procurar outros meios.

Scott (2006) destaca que, naquela ocasião, foram deixados para trás roçados inteiros plantados. Muitos animais de criação foram vendidos a preços reduzidos. "Os reassentados despediam-se de uma paisagem conhecida e entraram num caminhão para ocupar uma casa idealizada por um planejador" [...] (SCOTT, 2006, p. 83).

8. Em março de 2017, na "Nova" Petrolândia, foi possível encontrar e registrar materiais da "Velha" Petrolândia, que foram reaproveitados. Dentre eles, telhas e janelas do Hospital – Unidade Mista Santa Inês. A respeito dessas janelas e telhas retiradas do Hospital, ocorreram desentendimentos entre um secretário do município e a pessoa que teria sido autorizada a extrair esses materiais. Uma ordem para colocar todo material de volta no Hospital teria sido dada depois de todo trabalho braçal de retirada e de implantação na "Nova" Petrolândia.

Figura 4: Família em retirada em meios aos e scombros (Fonte: Assis Ramalho).

O que havia de mais intensivo e repressor estava materializado no caos. Os destroços legitimavam o fato em si, causando uma apreensão das subjetividades. A população de Petrolândia não foi para onde quis ir, mas sim, para onde quiseram que ela fosse.[9] Reduzidos a um silêncio sob uma conjuntura desfavorável, todo excesso, resultou em violência, privando e submetendo pessoas, tal qual o "Rouxinol" nas garras do "Falcão".[10]

Algumas pessoas subiam e caminhavam nos telhados em busca de telhas para serem reaproveitadas. Outros quebravam forros de gesso para retirar caixas d'água que ficariam para trás. Portas, portões e janelas de madeiras e metais eram frequentemente arrancados e levados em carrinhos- de-mão e carroças de burros. Predominava um espírito de pressa, visivelmente assimilável nos semblantes. Uma expressiva corrida desenfreada para se obter algo em meio aos escombros e as demolições das estruturas físicas.

Figura 5: Demolição da área central da cidade de Petrolândia (Fonte: Assis Ramalho).

Não houve tempo para derrubada total das casas e de alguns prédios. Muitos ficaram intocáveis e foram tomados, paulatinamente, pela água que começou a subir após o fechamento definitivo das últimas adufas. Segundo Teixeira et al. (1993), o início de enchimento do lago se deu em 19 de fevereiro de 1988, com abertura das comportas da Barragem de Sobradinho,

9. Quase três décadas depois da inundação, ouvimos um depoimento de um pescador atingido pela barragem, que afirmou: "é como se eu tivesse deitado numa rede e você me tirasse e jogasse no calçamento, no meio da rua".

10. O Falcão leva o Rouxinol presos nas suas garras e menciona: infeliz por que lamentas? Um mais forte te apanhou e agora irás para onde eu te levar. Ainda que seja um bom cantor, se eu quiser posso te jantar ou te libertar. Para Hesíodo, seria insensatez medir forças com os mais fortes. Priva-se da vitória e passa vergonhas e sofrimentos. Hesíodo demonstra um embate entre o *Diké* – Justiça das leis humana e a *Hýbris* – a soberba desmedida. Cf. HESÍODO. **Teogonia; Os trabalhos e os dias.** São Paulo: Martim Claret, 2009.

que tinha um grande reservatório, situado na jusante da Barragem de Itaparica. No período entre 26 de fevereiro a 07 de março, seriam fechadas, a primeira e a segunda, adufas da Barragem de Itaparica.

Após o enchimento completo do lago, em Petrolândia, as torres da Igreja São Francisco de Assis foram os únicos elementos visíveis, que prevaleceram intactos, aproximadamente, por dois anos após a inundação.[11]

A Igreja São Francisco de Assis se encontrava no setor mais profundo do lago. Após a subida completa das águas, as torres expostas pareciam emprestar substâncias[12] a uma memória reprimida no inconsciente de um povo. Caracteriza uma pequena reminiscência que representava o todo, entretanto, submetida a um fim irreversível.

Figura 6: Igreja São Francisco de Assis, em Petrolândia**. Processo inicial do enchimento do lago (Fonte: Assis Ramalho).**

No final de 1987 e início de 1988,[13] ainda havia mobilizações intensas das famílias que dependiam dos materiais fornecidos pela CHESF, para darem continuidades nas construções de suas casas. Contraditoriamente, existia uma enorme incerteza e intensificava as vulnerabilidades sociais que parecia reconstituir aquela conjuntura. Scott (1994) destaca as irregularidades administrativas, apontando limitações reais do poder do Estado e das classes dirigentes em efetivar projetos de grande porte, acordados com o planejamento idealizado que reorganiza o ambiente físico – social. Desse modo, houve muita disparidade entre os planejamentos e as execuções dos projetos. Além disso, foram indevidas as observações das realidades orçamentárias.

Em meio ao processo de derrubada das casas e a necessidade de reaproveitamento dos materiais, havia dimensões totalmente obscuras e inacessíveis à compreensão social. São princípios ocultos que, segundo Morin (2001), governam a nossa visão das coisas e do mundo, sem que disso tenhamos consciência.

11. Aqui, fazemos apenas uma referência a visibilidades do setor urbano da cidade de Petrolândia - PE. Ressaltamos que, parte da Igreja "Sagrado Coração de Jesus", situada na Vila de Barreiras, zona rural de Petrolândia, permanece visível até o presente momento.

12. Para Halbwachs (1990), quando as imagens se fundem intimamente com as lembranças, elas parecem emprestar a estas suas substâncias. Assim, nos sentimos capazes, por nossas forças, de enxergar um espelho turvo, alguns traços e contornos, (talvez ilusórios) que nos devolva as imagens do passado. Cf. HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Edições Vértices: Editora: Revistas dos Tribunais LTDA, 1990.

13. De acordo com Lima (2014), o período de transferência instituído pela CHESF, seria entre agosto de 1987 a junho de 1988.

Para as aquisições dos materiais de construção era necessário passar pelos processos burocráticos no escritório da CHESF, situado na "Nova" Petrolândia. Após o recebimento inicial dos terrenos, ocorriam as doações parciais de tijolos, telhas, cimentos e madeiras.

Os processos foram demorados e as pessoas levavam meses para serem atendidas. Mesmo após a inundação total das áreas, as doações e as construções se arrastaram em passos lentos por um longo tempo. Segundo Bomfim (1999), em 1991, ocorreram novas manifestações nos escritórios da CHESF e na barragem. Mediante intimidações de policiais da Bahia e de Pernambuco, houve detenções e espancamentos, inclusive de dirigentes sindicais. A partir desse momento, os encontros entre o Polo Sindical e a CHESF, foram mediante aparatos coercitivos de segurança. Homens e mulheres permaneciam no escritório da CHESF, a espera, submetidos às filas intermináveis. Muitos ficavam sentados no chão aguardando resoluções. Naquelas circunstâncias, crianças e adolescentes vendiam picolés nas proximidades. Havia também alguns vendedores provisórios de lanches e de água, buscando arrecadar alguns trocados.

Scott (1994) destacou um processo de empobrecimento[14] durante a fase de espera para a implantação do projeto reassentamento agrícola. Além desse aspecto, o autor enfatiza uma dependência das famílias em relação aos comerciantes locais.

> Hoje, para muitos, o desmantelo é tanto que os comerciantes que fornecem as famílias com grande parte dos seus suprimentos mensais também acompanham a ida ao banco para assegurar o pagamento da dívida, e o início de mais um mês de dependência. (SCOTT, 1994. p. 395).

Todo esse processo doloroso era resultante da obrigatoriedade brusca da mudança, da transferência em si, que continuava a ser demasiadamente complexa. Para Scott (2006), foi uma despedida com sequelas indeléveis e um encontro que reafirmava inseguranças estruturais e coletivas locais.

No final de 1988 e início de 1990, a "Nova" Petrolândia parecia ser um canteiro de obras inacabáveis.[15] Pairava um cheiro forte de cimento fresco que eram usados nas diversas construções, sobretudo, muros e tanques utilizados como reservatórios de água. Empilhamentos de tijolos, de telhas e de areias desenhavam aquele cenário. Via-se, com relativa frequência, um misto de materiais novos com materiais reaproveitados.

---

14. De acordo com Scott (1994), entre os altos administradores da CHESF, cultivava uma imagem de miserabilidade tão generalizada no sertão que permitiu declarações como as de Antônio Britto, que as duas classes mais ricas do sertão são os aposentados e nossos reassentados que recebem esse salário. Referindo-se a VMT – Verba de Manutenção Temporária. Segundo ele, a VMT recebida no banco, boa parte era deixada nos setores comerciais e os comerciantes já tinham o dia do pagamento decorado, assim, apropriação do dinheiro dos trabalhadores acontecia por roubo, assaltos ou por endividamento sistemático.

15. Após quase três décadas depois da inundação, ouvimos depoimentos de famílias que ficaram um longo período em barracas de lona, enquanto, através de mutirões, entre conhecidos, lentamente, foi possível construir aproximadamente cinquenta casas, na Quadra 01, setor que passou a ser denominado de "Mutirão".

Passávamos[16] horas sobre os tonéis cheios de água, debruçados lavando uma enorme quantidade de telhas encobertas de lodo. Enquanto fazíamos esse trabalho, uma parte das telhas permanecia dentro dos tonéis para umedecer. Usávamos escovas rústicas e uma mangueira que jorrava água de maneira impetuosa.

Nesse período inicial, muitas casas ainda estavam inacabadas. Algumas parcialmente cobertas; outras faltavam oreboco, opiso. Eram também notáveis as ausências de portas e janelas, em algumas casas. Algumas necessitavam de pinturas, dentre outros acabamentos. Tais circunstâncias indicavam uma precipitação nas transferências das famílias, que foram impelidas para desocupar rapidamente as áreas que seriam alagadas.

Muitas famílias que não foram indenizadas tinham suas dificuldades. Passavam assim, abuscar alternativas para construir gradativamente seus lares. Havia também, uma grande dificuldade na obtenção de mão-de-obra,[17] e as despesas precisam ser arcadas pelas famílias, dentro de suas possibilidades.

Outro grande problema se referia à qualidade técnica questionável das moradias construídas pela CHESF. Scott (1994) afirmou que um reassentado ecoava a voz do descontentamento de muitos. Naquela ocasião, uma enorme quantidade de tela metálica teria sido utilizada para reforçar as paredes de sua casa. Reparos de custos equivalentes aos gastos necessários para a construção de uma nova casa.

Os versos de uma poesia dessa época ratificam esses problemas enfrentados pelos atingidos - reassentados na "Nova" Petrolândia.

> Somente o tempo é que sara A dor da separação
> Daquela cidade mãe
> Só ficou recordação
> A madrasta que nos deram é toda cheia de rachão.
>
> (ENEDINA CALADO)

Praticamente, em todas as Quadras, existiam quintais não murados e desprovidos também de cercas. Ressaltamos, principalmente, às Quadras afastadas da zona central da cidade. Dentre elas, a Quadra 02, estabelecida nas proximidades da beira do lago. Parte da população do "Alto da Raposa" [18] havia sido reassentada naquele núcleo urbano.

16. Aqui, adotamos uma concepção de Halbwachs (1990), remetendo a um fato cuja realidade não é discutível. São acontecimentos na qual estivemos presente, nele participamos ativamente, porém, as cenas nos parecem estranhas, como se outra pessoa estivesse em nosso lugar. São momentos de incidentes marcantes e inevitáveis em nossas vidas, que podem ser localizados no tempo e no espaço, a partir de descrições exatas de outras pessoas.

17. Houve, temporariamente, uma espécie de cadastro de pedreiros locais e oriundos de outras regiões, organizado pela prefeitura. Eles recebiam um valor para exercer seus trabalhos nas áreas mais precárias. O "Mutirão" – Quadra 01, foi um setor no qual essa mão – de – obra se mostrou mais contundente.

18. Pequena área periférica, localizada nas proximidades do Rio, na "Velha" Petrolândia. Era formada por uma população demasiadamente empobrecida e fragilizada pelas exclusões sociais. Naquele espaço havia uma população relativamente

Era comum, pessoas circularem entre os espaços correspondentes aos muros. Não havia uma definição precisa, desde a quadra 01, onde ficava o escritório da CHESF até as proximidades da Rodoviária, na quadra 03. A mesma situação ocorria nas demais Quadras.

A Quadra 01 passou a ser conhecida como "Mutirão", em virtude das condições de solidariedade e trabalhos coletivos, inerente à construção das residências. Contudo, as dificuldades não se restringiam somente aos setores próximos à beira do lago. Os problemas sociais, nas dimensões urbanas da "Nova" Petrolândia se estendiam pelas Quadras 04, 05, 06, 07, 08, 09 e, principalmente, na quadra 13. Que era um setor totalmente afastado das margens do reservatório.

A partir 1988, existia uma série de problemas inter-relacionados, no tocante as áreas urbanas de "Nova" Petrolândia. Naquele momento era perceptível um aumento populacional, a partir de famílias que vinham em busca de trabalho nas diversas obras. Por outro lado, houve migrações, em grande intensidade, que se iniciaram ainda na "Velha" Petrolândia. Muitas famílias se recusaram a mudar para a "Nova" Petrolândia e buscavam outros destinos.

A cidade "nova" tomava outra conotação demográfica em relação à cidade que fora inundada. Lima (2007) menciona um movimento migratório de "desocupados" oriundos das agrovilas em direção as áreas urbanas de Petrolândia, ocasionando um aumento populacional considerável. De acordo com ele, essas migrações teriam provocado elevados índices de violência e problemas relacionados à prostituição e drogas. Scott (2006), por sua vez, destaca que, naquela região, o desemprego era mínimo antes dos agricultores perderem suas bases de produção.

Quando o lago encheu por completo não havia mais Rio, em seu lugar, estava um imenso volume de água de tonalidade amarronzada. Na superfície flutuavam animais de várias espécies em estado de decomposição: serpentes, aves, gatos - *Felis catus*, cachorros - *Canis lupus familiaris*, cabras - *Capra aegagrus hircus*, ovelhas - *Ovis aries*, dentre outros. Era apenas um retrato da ineficácia do trabalho de resgate dos animais, que iniciou tardiamente.

> Esses grandes projetos são implantados sem uma preocupação social mais profunda com as populações ribeirinhas, que sofrem com o impacto das transformações que ocorrem no ecossistema da área. Como resultado, cidades, vilas, florestas e plantações têm sido inundadas sem a adoção de procedimentos cuidadosos de captura de animais, desmatamento, remoção de cemitérios, isolamento de fossas, esvaziamento de tanques de combustível ou de outros materiais tóxicos. Nessas circunstâncias, nem sempre se avaliam de maneira técnica e científica as possíveis repercussões para a saúde física e mental dos habitantes. (TEIXEIRA et al. 1994, p. 503).

---

pequena, com intensos vínculos e interações.

Essas são algumas das colocações de Teixeira et al. (1994), que constaram uma elevação do número de casos de doenças entre março e maio de 1988, ocorrida na região de Paulo Afonso – BA,[19] período correspondente ao enchimento do reservatório da Barragem de Itaparica. Sobre esse aspecto, Scott (1994) destacou a incompreensão de um reassentado a respeito do não aproveitamento das madeiras que ficaram submersas, ao mesmo tempo em que, questionava a qualidade da água destinada ao consumo das famílias.

Peixes de tamanhos variados eram devorados por aves e outros animais necrófagos que ficavam às margens ou se aventuravam pousando em pedaços de madeiras que flutuavam sobre as águas. Em meio aos galhos de árvores, víamos brinquedos, sapatos, objetos de plásticos, roupas, sandálias e garrafas. Em pouco tempo, um miasma exalou das putrefações animais e vegetais. Assim, um quadro mórbido se alastrava nas águas que eram usadas para o consumo da população e de animais.

Os resultados eram drásticos e refletiam nas epidemias em larga escala: doenças de pele eram uma constante. Teixeira et al. (1993) demostraram que as intervenções das barragens no Rio São Francisco resultaram em danos à saúde física e mental de grande parte das populações ribeirinhas. Naquela ocasião, a água passou a ser uma fonte de infecção, um veículo que causou enfermidades diversas.[20]

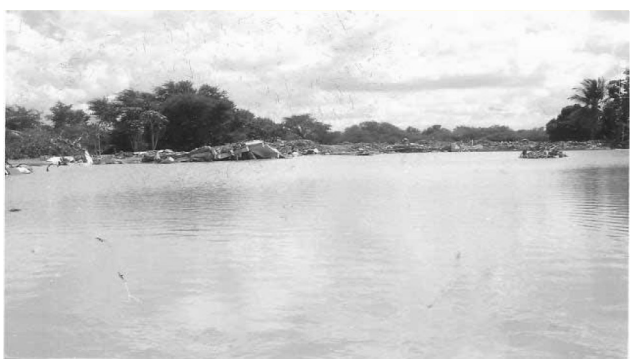


Figura 07: Elação das águas do reservatório, em fevereiro de 1988. (Fonte: Assis Ramalho).

As atividades da pesca ficaram totalmente prejudicadas por um período considerável. Por um longo tempo as águas permaneceram visivelmente escurecidas. Aquele era um ambiente incapaz de suprir as necessidades imediatas de algumas famílias que viviam da pesca e se

19. Segundo Teixeira et al. (1994), os casos de gastroenterite começaram a se elevar em 24 de março de 1988, quando as comunidades rurais do município de Glória – BA, dentre outras áreas, foram inundadas pelas águas da Barragem de Itaparica, sofrendo assim, influências do reservatório. Além desse aspecto, destaca-se a ocorrência de chuvas nesse período, como fatores de potencializações dos problemas. De acordo com eles, foram encontradas na água do reservatório dois tipos de cianobactérias do gênero *Anabaena* e *Microcistis,* sendo elas resistentes ao tratamento da água e com capacidade de gerar um quadro de gastroenterite.

20. A respeito de um quadro epidêmico relacionado às doenças cutâneas, acreditávamos, a princípio, terem ocorrido apenas nas Quadras 03 e 06. Todavia, em depoimentos mais recentes, constatamos problemas similares que teriam ocorridos com a grande maioria das crianças que moravam nas proximidades da Rua Belo Jardim, na Quadra 01 – no Mutirão. No entanto, enfatizamos que não foi possível, até então, sabermos precisamente, se se tratava de impetigo ou eczemas disidrótico. Porém, as aparições de pequenas bolhas, sobretudo, nas mãos e nos pés das crianças, nos aproximam muito dessas hipóteses.

aventuravam pelas margens do reservatório. Nesse longo intervalo, em meio às precariedades sociais e ambientais predominava um cenário de alcoolismo, pobreza e violência. Scott (1994) destacou o alto preço pago pelos reassentados, que enfrentaram mais de meia década de marginalização, imergidos em empobrecimentos e desorganizações sociais.

Com o passar do tempo, o lado direito do lago passou a ser uma área em que a pesca se intensificava. As águas naquele espaço eram mais estáveis. Esse espaço ficava defronte ao terminal rodoviário. As águas entre o lado esquerdo e o lado direito eram divididas por uma longa pista, configurando a entrada principal da "Nova" cidade.A área esquerda às margens do reservatório correspondia às Quadras 01, 02 e 03.

Figura 08: Entrada da "Nova" Petrolândia. (Fonte: http://www.ferias.tur.br/cidade/5388/ petrolandia-pe.html).

No final da década de 1988 e início de 1990, ocorreram diversos problemas relacionados às políticas públicas aplicadas na "Nova" Petrolândia. Eram perceptíveis as insuficiências frente ao grande projeto de mudanças. Naquela ocasião, existia uma população com baixa qualidade de vida, reduzida às condicionalidades existenciais. Quase sempre, ignorados nas partilhas dos benefícios sociais. As vulnerabilidades visíveis geravam outras inseguranças situacionais.[21]

Por um longo período, na "Nova" Petrolândia, poucos lugares ficaram isentos dos elementos poluentes provocados pelas obras. Os locais públicos, em suas precariedades, impossibilitavam melhorias socioculturais, para que fosse possível atenuar os efeitos maléficos causados pela mudança brusca.

Havia apenas, em cadaQuadra, modelos similares de praças, desprovidas de árvores e plantas. As ruas não tinham pavimentação alguma e praticamente não havia árvores.[22]

21. Scott (2006), a respeito dessas inseguranças, menciona três perspectivas: Insegurança estrutural, Insegurança administrativa e Insegurança coletiva local. A primeira insegurança exclui, contudo, não isola às populações. A segunda insegurança se dá, quando o insólito torna-se realidade. E, na última insegurança, existem conflitos, reivindicações e competições internas; heterogeneidade e homogeneidade entre os grupos.

22. Constatamos, recentemente, lamentações, nos depoimentos de atingidos de Petrolândia, a respeito da poeira na qual foram "jogados", em 1988. Acrescidos a esses problemas, estavam às restritas dimensões das ruas da "Nova" Petrolândia e a enorme carência de arborização.

Naquele período, alguns eventos festivos ocorriam em dois pequenos polos. Havia apenas um clube inacabado, que se encontrava nas proximidades do escritório da CHESF. E, na área central da cidade, havia um pequeno espaço de festas, improvisado num pavilhão de um hotel. Configura – se, assim, esses polos que eram separados por aproximadamente mil metros.

Em síntese, podemos dizer que aquela conjuntura sociocultural e estrutural, da "Nova" Petrolândia trazia também, muitas fragilidades iniciais que acarretaria novas vulnerabilidades em novas dimensões temporais.

2. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Na descrição desse relato, procuramos destacar alguns problemas das populações atingidas pela Barragem de Itaparica, em Petrolândia – PE. As adversidades das famílias que sofreram deslocamentos compulsórios e foram impossibilitadas de continuar em seus espaços físicoss e de poder realizar seus sonhos peculiares.

Mostramos parte das forças exorbitantes exercidas pelo projeto e pela construção da Barragem de Itaparica, na vida de muitas famílias. Além disso, ressaltamos os inapagáveis problemas concebidos a partir dessa grande mudança.

Em suma, as bruscas rupturas ocorridas na mudança para a "Nova" Petrolândia, desencadearam outras tantas fragilidades sociais e precariedades ambientais. Porém, hoje refletimos sobre o discurso que propagou a ideia de um lugar melhor, na "Nova" Petrolândia. De fato, tal presságio se cumpriria, mas, para um número restrito de pessoas beneficiadas imediatamente e posteriormente, com a construção da Barragem. Entretanto, acreditamos ser necessário destacar, atualmente, outros elementos distintos, nesse mesmo quadro de rupturas.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. 6 ed. Trad. Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2001.

BOMFIM, J. D. Movimentos sociais dos trabalhadores no Rio São Francisco. Scripta Nova revista Eletrónica de Geografía y Ciencias sociales. 2009. Disponível em: < http://www.ub.edu/geocrit/sn-45-30.htm> Acessado em 09 de jun. 2016.

HESÍODO. Teogonia; Os trabalhos e os dias. São Paulo: Martim Claret, 2009.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Edições Vértices: Editora: Revistas dos Tribunais LTDA, 1990.

LIMA, S. R. R. Barragem de Itaparica: vinte anos após o programa de reassentamento – (des) envolvimento e (des) estruturação de vidas. Disponível em: < http://www.ecsb2007.ufba.br/layout/padrao/azul/ecsb2007/anais/st4_ BARRAGEM%20DE%20ITAPARICA.pdf > acesso em 07 de jan. 2014.

MORIN, E. Introdução ao pensamento complexo. 3 ed. Trad. Dulce Matos. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

KANT, I. À paz perpétua. Trad. Marco Zingano. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: L &PM, 2011.

SARTRE, J. Crítica da razão dialética: precedido por questões de método. Trad. Ghilherme João de Freitas Teixeira; apresentação da edição brasileira, Gerd Bornheim. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SCOTT, R. P. Re-assentamento, saúde e insegurança em Itaparica: um modelo de vulnerabilidade em projetos de desenvolvimento. 2006. Disponível em: < http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/7495> Acessado em: 06 de set. 2016.

SCOTT, R. P. Riscos aos reassentados no ambiente construído pela Barragem de Itaparica: Investindo no ambiente e transformando o campesinato. 1994. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1994/ T94V2A20.pdf>. Acessado em: 10 de jun. 2016.

TEIXEIRA, M. G. L C.; COSTA, M. C. N.; CARVALHO, V. L. P.; PEREIRA, M. S.;

HAGE, E. Epidemia de Gastroenterite na área da Barragem de Itaparica, Bahia. Bol Of Saint Panam 114(6), 1993. Disponível em: http://pesquisa.bvsalud.org/ ses/resource/pt/who-48894. Acessado em 23 de ago. 2016.

VAINER, C. B. Conceito de “Atingido”: uma revisão do debate. In: ROTHMAN, F. D. Vidas alagadas – Conflitos socioambientais e barragens. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008.

CAPÍTULO X

PRODUÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA NO BRASIL: POTENCIAL E FALHAS

Matteo Nigro

A reta é uma curva que não sonha.
Manoel de Barros

1. INTRODUÇÃO

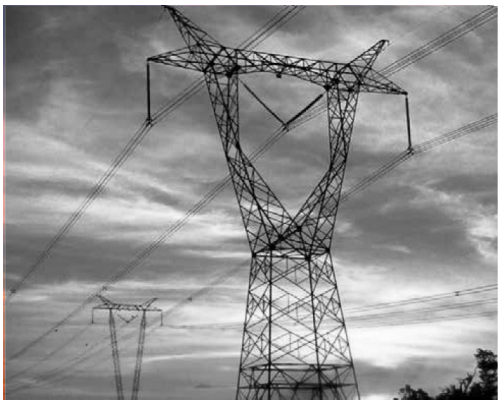


Figura 1: Torre de alta tensão (Bocão News)

A energia elétrica é um dos recursos com quem o ser humano criou uma forte e irreversível dependência, pois sem eletricidade não existiria o modo de vida urbano e tecnológico que atualmente domina o cenário mundial.

A produção contínua de energia é um dos desafios da humanidade, e as fontes energéticas são múltiplas. O Brasil tem uma matriz energética bastante diversificada - hidráulica, gás natural, biomassa, derivados de petróleo, nuclear, carvão e derivados, eólica e solar. Apesar de todas essas fontes, é comum ler que o Brasil possui uma produção de energia essencialmente limpa e renovável, porque é caracterizada por um grande potencial de usinas hidrelétricas. Estas são diferenciadas em três tipos: usinas hidrelétricas ou grandes centrais hidrelétricas (UHE), que têm uma faixa de potência acima de 30MW; pequenas centrais hidrelétricas (PCH), cuja faixa de potência varia de 1 até 30 MW; centrais de geração hidrelétrica (CGH), com até 1 MW de potência.

Segundo o banco de informações de geração da ANEEL (BIG-ANEEL, 2017 a), em 2003, no Brasil havia 517 centrais hidrelétricas em operação; atualmente os empreendimentos hidrelétricos são 1266. A maioria das grandes centrais hidrelétricas brasileiras está localizada no Sul do país na bacia do rio Paraná, e nas sub-bacias do rio Paranaíba, rio Grande e rio Iguaçu. Outras grandes usinas hidrelétricas se encontram no rio Tocantins e no rio São Francisco.

Apesar do grande potencial hidrelétrico do país, a energia hidráulica vem diminuindo fortemente a sua eficiência na produção. A crise hídrica foi um dos fatores que revelou a fragilidade da geração de energia hidráulica, já que, a partir dos anos 2013-14, em decorrência do baixo nível da água nos reservatórios do país, as usinas hidrelétricas têm reduzido muito a geração de energia. É possível se obter maior quantidade de energia somente nos períodos de alta pluviosidade, quando a vazão das águas e a altura de queda são maiores. Por isso, a produção de energia hidráulica depende do ciclo das chuvas, que se mostra cada vez mais instável e difícil de prever.

Com a ocorrência de períodos de estiagem prolongados no Brasil, para compensar a redução da energia produzida pelas usinas hidrelétricas, se optou por investir em outras fontes não renováveis como as usinas térmicas que utilizam a queima de petróleo, gás, carvão e derivados, trazendo gastos maiores para os cofres públicos do Brasil e para o bolso do consumidor.

No sentido de discutir a eficiência dessa fonte de produção energética, este estudo apresenta alguns dados sobre a produção efetiva da energia hidráulica no Brasil, em relação ao potencial das usinas hidrelétricas instaladas em funcionamento. Os dados reunidos foram encontrados em relatórios de produção energética dos órgãos responsáveis pela gestão, pesquisa e regulação do sistema elétrico brasileiro, quais: o MME, a EPE, a ANEEL, o ONS, bem como em estudos acadêmicos sobre impactos e custos das barragens com usinas hidrelétricas nos rios brasileiros.

O objetivo geral deste estudo foi avaliar a eficiência da produção de energia elétrica a partir da energia hidráulica no Brasil, tendo como objetivos específicos comparar a capacidade de produção de energia com a energia efetivamente gerada nos últimos 10 anos. Outro objetivo foi apresentar as falhas econômicas na construção de usinas hidrelétricas, bem como entender o tamanho do impacto econômico com a produção de energia termelétrica em função da crise hídrica.

Potencial e geração da hidreletricidade no Brasil

De todas as fontes da energia (combustíveis) que utilizamos: eletricidade, gás natural, lenha, bagaço de cana, gás de coqueira, carvão mineral, carvão vegetal, álcool etílico, alcatrão, óleo diesel, óleo combustível, gasolina, nafta, querosene, entre outros, a eletricidade é a segunda mais consumida no Brasil: 17,4%, após o óleo diesel: 18,4% (MME, 2016).

A energia gerada a partir da força da água dos rios que passa pelas usinas hidrelétricas é classificada como limpa no mercado internacional, e em 1992 o Brasil era o país com maior potencial hidrelétrico do mundo; já em 2007 o Brasil resultou o terceiro maior potencial hidrelétrico do mundo, atrás de China e Rússia (ANEEL, 2008 b, p. 56-57).

Porém, ao discutir a sustentabilidade desse modelo de geração de energia, aparecem problemas de impactos socioambientais e econômicos causados pela instalação debarragens hidrelétricas, especialmente dos grandes empreendimentos, que se mostram ambientalmente e economicamente inviáveis. Segundo Bermann (2007),

> [...] não se trata de demonizar os empreendimentos hidrelétricos, mas sim de apontar as restrições sociais e ambientais que estão presentes e que devem ser efetivamente consideradas para que a expansão da hidreletricidade no país seja conduzida deforma socialmente justa eambientalmente sustentável (BERMANN, 2007, p. 149).

Ao lado das questões socioambientais, é necessário avaliar e discutir a eficiência do modelo da hidreletricidade comparando o seu potencial com a produção de eletricidade.

A capacidade total instalada das usinas hidrelétricas no Brasil atualmente é de 64,7% (figura 1) em relação às outras fontes de energia. Mas os dados de fontes diferentes podem divergir, pois, já, segundo a consulta no site do Banco de Informações de Geração da ANEEL, atualmente (2017), a capacidade instalada do potencial hidráulico no país é de 61,51% (BIG-ANEEL, 2017 b).

Segundo o atlas da energia elétrica do Brasil,

> Em novembro de 2008, as usinas hidrelétricas, independentemente de seu porte, respondem, portanto, por 75,68% da potência total instalada no país, de 102,262 mil MW [...] No passado, o parque hidrelétrico chegou a representar 90% da capacidade instalada (ANEEL, 2008 b, p. 54).

Matriz de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Abr/2017

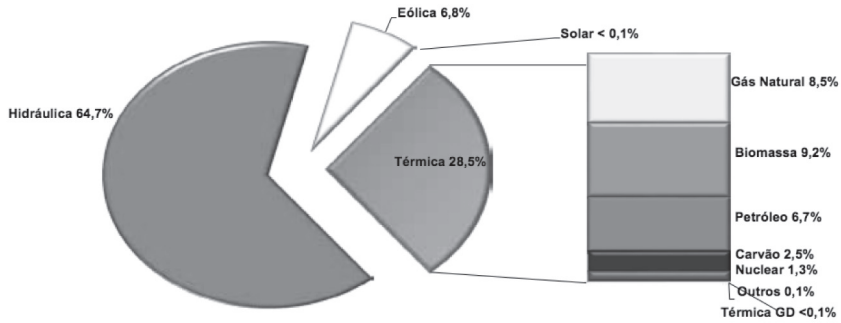
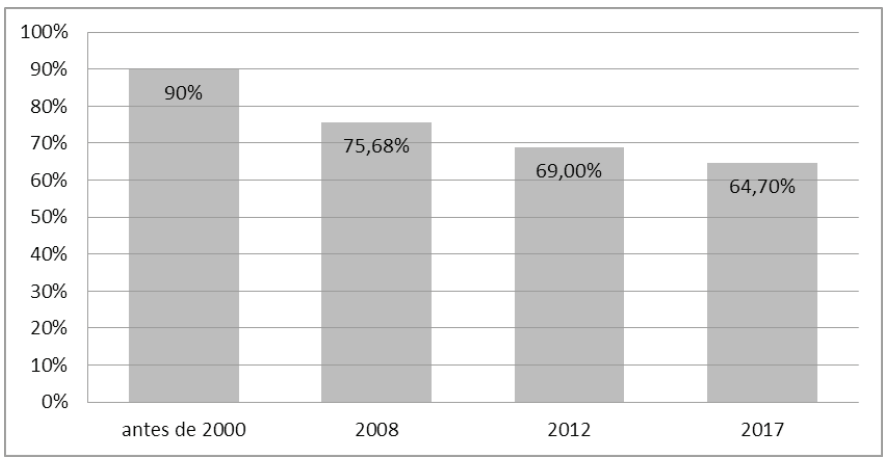


Figura 2: MATRIZ DE CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – ABRIL 2017 (MME).

O gráfico 1 mostra a diminuição da capacidade instalada das usinas hidrelétricas no Brasil, ao longo de quase duas décadas.

GRÁFICO 1 – CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA NO BRASIL



Fonte: Organizado por Nigro M. a partir de ANEEL (2008 b); MME (2017); ABEE (2017).

Resulta que, no Brasil ocorreu uma redução progressiva do potencial de geração da hidreletricidade, por conta da diversificação da matriz energética do sistema elétrico brasileiro, que investiu em outras fontes de energia. Isso pode ser explicado pela necessidade de tornar o sistema elétrico mais seguro em caso de falhas, acidentes ou escassez hídrica, no sentido de garantir o abastecimento da eletricidade para todos os setores de consumo.

Segundo os dados do MME (2017) referentes ao consumo anual médio, o setor que mais consome energia no país é o industrial, com 28,6% da energia produzida; seguido pelo setor residencial com 23,3%; em seguida há 19,6% de perdas e diferenças; continuando com o setor comercial que consome 15,3%, seguido pelas demais classes com 8,4%, e por último, o setor rural que consome apenas 4,8% da energia elétrica no Brasil.

Outra razão pela qual o potencial hidrelétrico brasileiro diminuiu nos últimos 20 anos é a precariedade ou ausência de estudos de viabilidade satisfatórios de novos empreendimentos hidráulicos, uma vez que as construções de barragens das usinas hidrelétricas causam grandes impactos sobre a biodiversidade, o clima e as populações. Por causa desses impactos ocorreu um aumento de restrições jurídicas que adiam os processos de licenciamento ambiental de usinas hidrelétricas.

Os últimos dados do balanço energético nacional mostram que mais da metade (em 2015, 58%) da energia elétrica produzida no país é proveniente de usinas hidrelétrica; logo após há o gás natural com 12,9% e em seguidas outras fontes renováveis e não renováveis (tabela 1).

TABELA 1 – OFERTA INTERNA DE ENERGIA ELÉTRICA (OIEE) NOS ANOS 2014 E 2015

FONTE	2014 (GWh)	2015 (GWh)	2014 (%)	2015 (%)
Hidro	373.439	359.743	59,8	58,4
Bagaço de cana	32.303	34.163	5,2	5,5
Eólica	12.210	21.626	2,0	3,5
Solar	16	59	0,003	0,010
Outras renováveis	13.879	14.864	2,2	2,4
Óleo	31.668	25.662	5,1	4,2
Gás natural	81.075	79.490	13,0	12,9
Carvão	18.385	19.096	2,9	3,1
Nuclear	15.378	14.734	2,5	2,4
Outras não renováveis	12.125	12.049	1,9	2,0
Importação	33.775	34.422	5,4	5,6
Total	**624.254**	**615.908**	**100,0**	**100,0**

Fonte: reformatado a partir de MME (2016, p. 6).

Observa-se uma pequena redução da produção de hidreletricidade entre os anos 2014 e 2015, em função da crise hídrica. Neste contexto, para entender os percursos da eficiência

da energia hidrelétrica, as tabelas 2, 3, 4 e o gráfico 2 mostram as oscilações da produção de energia hidrelétrica no Brasil, durante as últimas quatro décadas, com dados mais detalhados da última década.

TABELA 2 – PRODUÇÃO DA ENERGIA HIDRELÉTRICA NO BRASIL NAS ÚLTIMAS 5 DÉCADAS

Unidade de medida	1970	1980	1990	2000	2005
%	87,0	92,6	82,9	77,4	76,3

Fonte: organizado por Nigro M. a partir de EPE (2016).

TABELA 3 – PRODUÇÃO DA ENERGIA HIDRELÉTRICA NO BRASIL DE 2006 A 2010

Unidade de medida	2006	2007	2008	2009	2010
%	75,7	77,4	70,0	76,9	79,6
GW/h	348.805	374.015	369.556	390.988	403.290

Fonte: organizado por Nigro M. a partir de EPE (2016; 2015; 2014; 2013; 2012; 2011; 2010; 2009;2008; 2007); MME (2016).

TABELA 4 – PRODUÇÃO DA ENERGIA HIDRELÉTRICA NO BRASIL DE 2011 A 2015

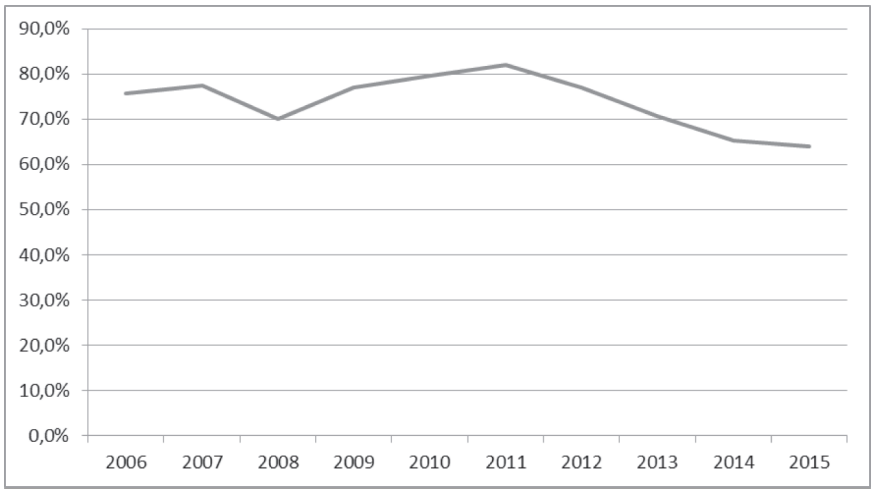
Unidade de medida	2011	2012	2013	2014	2015
%	81,9	76,9	70,6	65,2	64,0
GW/h	428.333	415.342	390.992	373.439	359.743

Fonte: organizado por Nigro M. a partir de EPE (2016; 2015; 2014; 2013; 2012; 2011; 2010; 2009; 2008; 2007); MME (2016).

Os dados mostram uma progressiva diminuição de eficiência hidrelétrica especialmente a partir do ano 2011, até atingir a produção menor em 2015, onde 64% incluem 58,4% de produção hidrelétrica interna mais 5,6% de importação.

À luz do histórico de produção de energia hidrelétrica que diminuiu de 30% em quase quatro décadas, uma das tendências futuras imagináveis seria a redução progressiva, mas não seria correto fazer previsões utilizando esse critério, pois a energia hidráulica depende estritamente do volume de água nos reservatório, portanto, das precipitações.

GRÁFICO 2 – DIMINUIÇÃO DA HIDRELETRICIDADE NO BRASIL ENTRE 2006 E 2015.



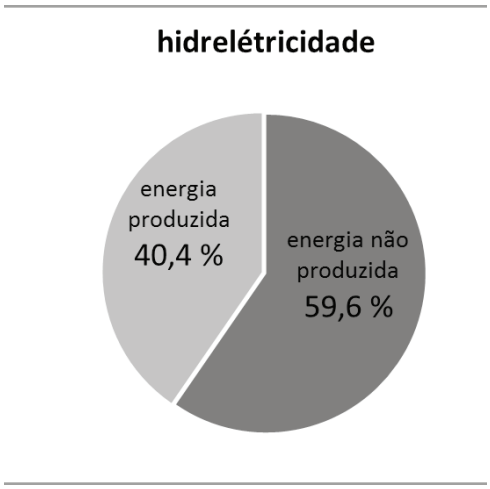
Fonte: elaborado por Nigro M. a partir de EPE (2016; 2015; 2014; 2013; 2012; 2011; 2010; 2009; 2008; 2007).

Mas há outra análise a ser avaliada na eficiência da produção hidrelétrica. Apesar da grande capacidade instalada de usinas hidrelétricas no país, a produção efetiva de energia hidráulica é muito baixa em relação ao seu potencial; isso se mostrou mais evidente com a crise hídrica que começou em 2014. O gráfico 3 mostra a relação entre o potencial de produção de todos os empreendimentos hidrelétricos instalados em funcionamento no país, e a energia elétrica efetivamente gerada pelas usinas.

O resultado do aproveitamento energético derivou da conversão entre unidades de medidas (MW em GWh) – do valor da potência instalada – e o cálculo da porcentagem. Especificando, 615.908 GWh foi a demanda total de energia elétrica do país; destes, 325.101 GWh (58,4%) foi a energia hidrelétrica produzida, e o restante 290.807 (41,6%) foi proveniente de outras fontes. No Brasil existem bastantes usinas hidrelétricas que, se fossem aproveitadas em 100% da sua capacidade, seriam capazes de produzir 802.854 GWh, ou seja, 186.946 GWh (23,2%) de eletricidade a mais do que é necessário. Se o modelo de

geração de energia hidrelétrica fosse eficiente, o país sozinho, sem precisar de importação, poderia gerar energia hidrelétrica suficiente para atender todos os setores da população, e ainda vender os restantes 23,2% de eletricidade[1].

GRÁFICO 3 – ÍNDICE DEAPROVEITAMENTO DA ENERGIA HIDRELÉTRICA NO BRASIL NOANO 2015



Fonte: elaborado por Nigro M. com base em cálculos realizados a partir de EPE (2016).

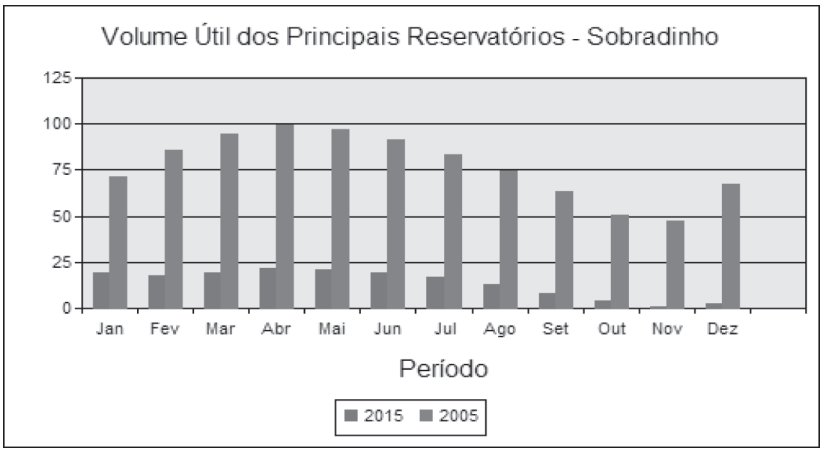
Entretanto, a realidade é outra, e evidentemente o modelo de produção de energia hidrelétrica vem mostrando seu enfraquecimento. Em 2015 foi aproveitado menos da metade (40,4%) do potencial hidrelétrico já instalado no país.

A queda progressiva da energia elétrica produzida a partir da energia hidráulica decorreu das poucas chuvas e do baixo nível dos reservatórios. O ano 2015 foi o mais crítico e, entre os reservatórios do Brasil, destacamos Sobradinho que, em novembro de 2015, teve o seu volume útil de apenas 1,11% (gráfico 4).

Vale destacar que o baixo volume útil do reservatório de Sobradinho não é exclusivo do ano 2015, já que os dados dos últimos 11 anos mostram a diminuição progressiva do nível da água (gráfico 5) e consequentemente a diminuição da eficiência na produção de energia hidrelétrica.

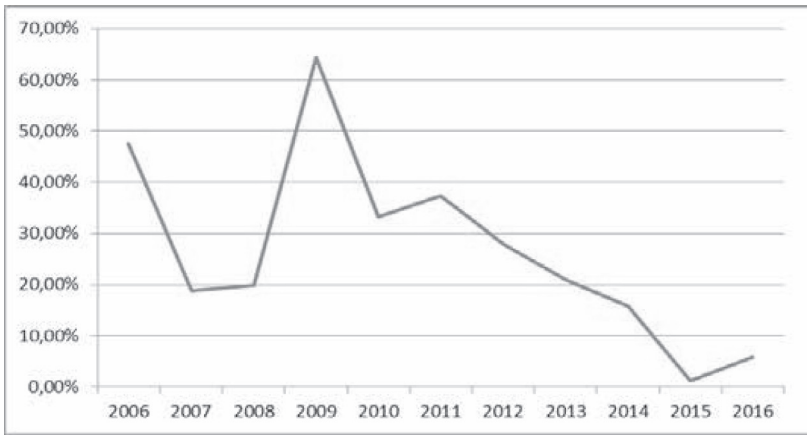
1. Apesar disso, atualmente no Brasil há 39 empreendimentos de fonte hidrelétrica em construção, e 176 já previstos, em construção não iniciada (BIG-ANEEL, 2017 b).

GRÁFICO 4 –COMPARAÇÃO DOVOLUMEÚTIL NO LAGO DESOBRADINHO NOS ANOS 2015 E 2005 (%)



Fonte: ONS (2017).

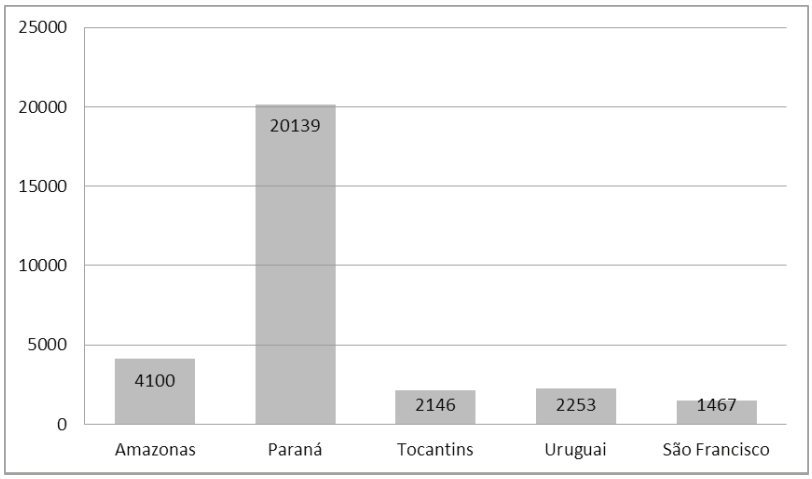
GRÁFICO 5 – NÍVEL DO VOLUME ÚTIL NO RESERVATÓRIO DE SOBRADINHO NO MÊS DE NOVEMBRO DOS ANOS 2006 A 2016



Fonte: elaborado por Nigro M. a partir dos dados do ONS (2017).

Outra forma de avaliar a eficiência da energia hidrelétrica é mediante a energia natural afluente – energia produzida a partir das vazões naturais afluentes aos reservatórios – medida em MWmed, durante um período específico. Para isso, a título de exemplo, foi escolhido o mês de junho de 2016. O gráfico 6 mostra que, das cinco principais bacias hidrográficas do Brasil, a bacia do rio são Francisco apresenta os valores menores de energia hidráulica gerada.

GRÁFICO 6 – ENERGIA NATURAL AFLUENTE MEDIDA EM MWMED NO MÊS DE JUNHO 2016



Fonte: elaborado por Nigro M. a partir dos dados da ONS (2017).

O rio São Francisco vem enfrentando sérios problemas de diminuição da quantidade e qualidade da sua água, e as usinas hidrelétricas localizadas ao longo da sua bacia – Três Marias, MG; Sobradinho, BA; Itaparica, BA; Paulo Afonso, BA (3); Moxotó, AL; Xingó, SE – sentem, cada vez com mais intensidade, a diminuição da geração de energia elétrica; por isso, a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) vem apostando em outras fontes de energia renováveis, como a eólica e fotovoltaica.

2. GASTOS COM ENERGIA TERMELÉTRICA FRENTE À CRISE HÍDRICA

Apesar do baixo índice de aproveitamento das usinas hidrelétricas em operação no país, o fornecimento da eletricidade para a população durante os períodos críticos não foi comprometido, graças ao sistema interligado nacional (SIN). Para suprir as carências da hidreletricidade, acontece um incremento na geração de energia a partir de outras fontes não renováveis, como relatam Galvão; Bermann (2015):

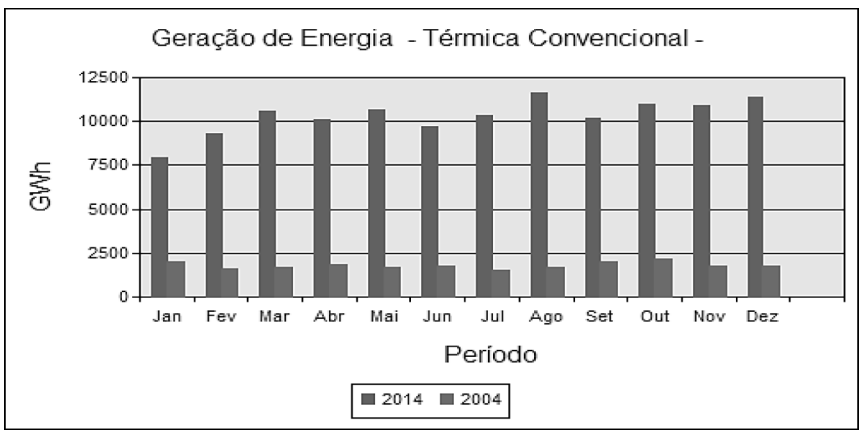
O Sistema Elétrico Brasileiro se caracteriza por ser extremamente extenso, o que não deixa de ser favorável, em razão do esforço histórico de interligar sistemas e promover o intercâmbio inter-regional. O ONS tem a atribuição de monitorar o sistema de despacho de carga (geração e transmissão) […]. O despacho de carga é realizado pelo critério econômico, colocando no sistema, que é interligado, isto é, possibilitando intercambio de energia entre as várias regiões do país, a energia elétrica de menor custo de produção, acrescentando

na medida das necessidades, e de forma sucessiva, custos maiores. O sistema hidrotérmico é utilizado de forma a complementar a oferta com a termoeletricidade de fontes fósseis (derivados de petróleo, carvão mineral, gás natural) ou termonuclear, quando o sistema hidrelétrico é insuficiente (GALVÃO; BERMANN, 2015, p. 65).

O uso de usinas termelétricas aumentou nos últimos 10 anos; em 2015 alcançou 22,2% da produção total, e o gás natural resultou, depois da energia hidráulica, a fonte mais utilizada para produzir energia elétrica, como já foi mostrado na OIEE de 2014 e 2015. O gás natural é a porção de petróleo que existe na fase gasosa; é uma fonte de energia não renovável derivada de combustível fóssil, que emite CO_2 na atmosfera, contribuindo com o aquecimento global.

Os gráficos 6, 7, 8 mostram o aumento do uso da queima de combustível fóssil na produção de energia, comparando os últimos três anos com os 10 anos anteriores.

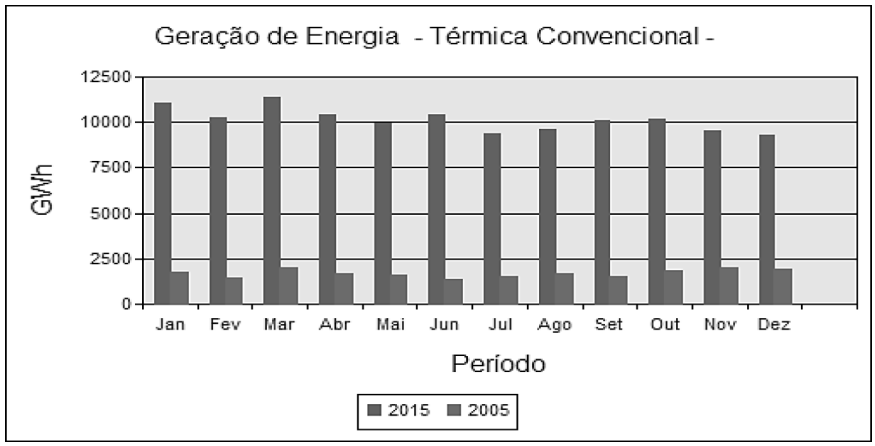
GRÁFICO 6 – COMPARAÇÃO DA GERAÇÃO DE ENERGIA TERMELÉTRICA CONVENCIONAL ENTRE 2004 E 2014



Fonte: ONS (2017).

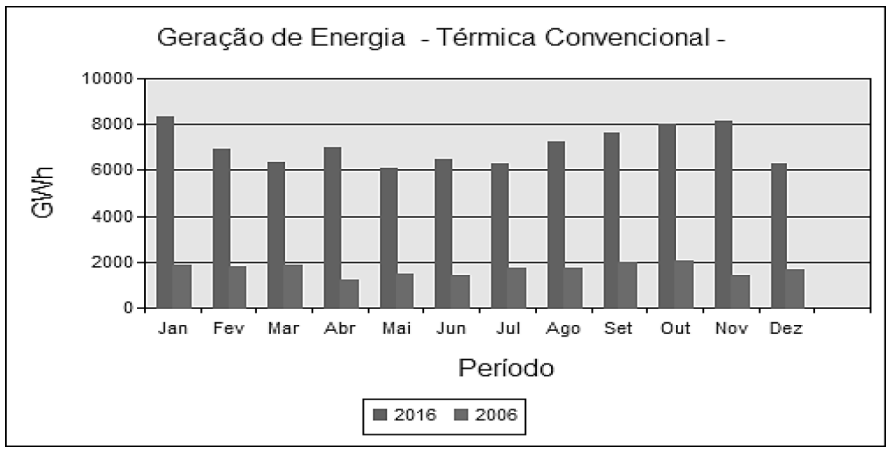
O forte aumento da participação das usinas termelétricas baixou o nível de produção de energia "limpa" e renovável proveniente das hidrelétricas. Com isso pode-se afirmar que houve umenfraquecimento domodelo deenergia hidrelétrica, em vários aspectos: foi reduzida a sua capacidade instalada de produção, diminuiu a geração efetiva de energia hidrelétrica, diminuiu o índice de aproveitamento das usinas hidrelétricas em operação, ediminuiuamatriz de energia renovável no Brasil.

GRÁFICO 7 – COMPARAÇÃO DA GERAÇÃO DE ENERGIA TERMELÉTRICA CONVENCIONAL ENTRE 2005 E 2015



Fonte: ONS (2017).

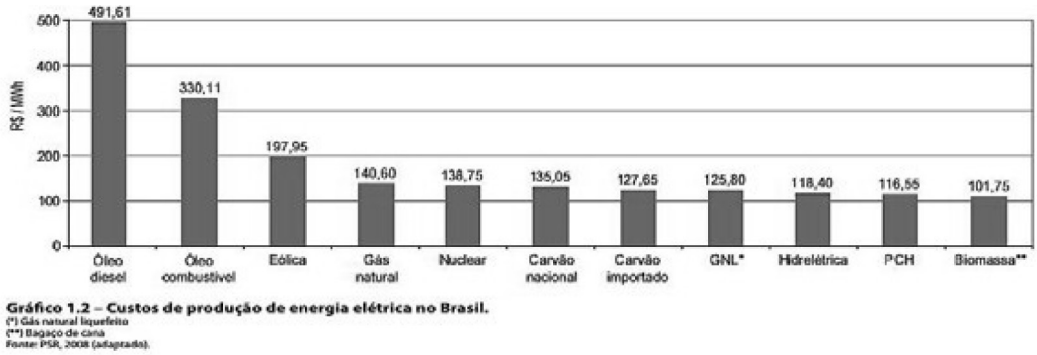
GRÁFICO 8 – COMPARAÇÃO DA GERAÇÃO DE ENERGIA TERMELÉTRICA CONVENCIONAL ENTRE 2006 E 2016



Fonte: ONS (2017).

Enquanto isso, os custos de produção de energia elétrica aumentaram. O gráfico 9 mostra o custo do MWh de quase todas as fontes de energia elétrica. Após a biomassa – que é renovável, pois usa como combustível o bagaço de algum produto alimentício – as segunda e terceira mais baratas são a energia hidráulica de pequenas e grandes centrais hidrelétrica.

GRÁFICO 9 - CUSTOS DE PRODUÇÃO DAS DIVERSAS FONTES DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL - 2008

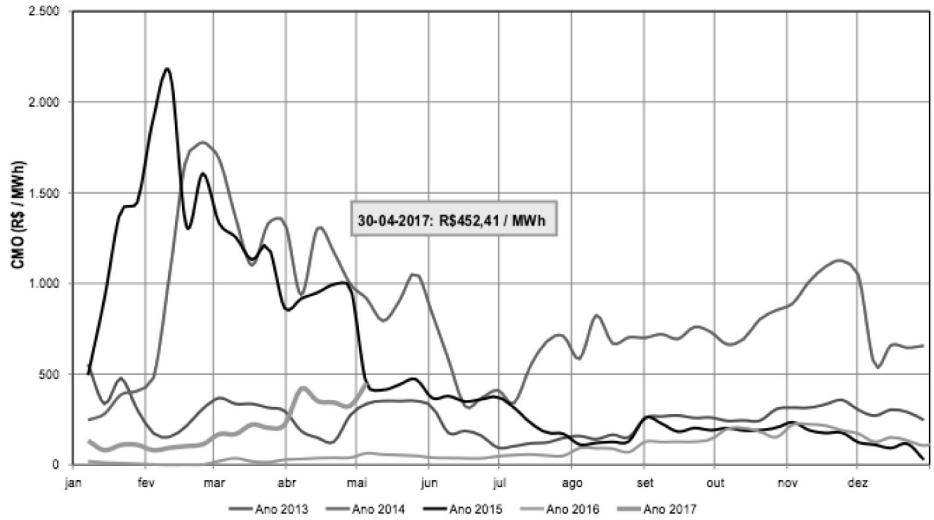


Fonte: ANEEL (2008 a, p. 30).

Os derivados de petróleo – como o gás natural que é muito usado no Brasil –são mais caros, e o gráfico 10 mostra o aumento do custo de operação na produção de energia elétrica durante os anos de 2013 a 2017, que foi o período mais afetado pela crise hídrica no Brasil, chegando a ter um custo de 2.200,00 R$ por MWh de energia produzida, em fevereiro de 2015; mais de seis vezes maior do que o custo médio fixado pelo ONS que é de cerca 360,00 R$ por MWh.

GRÁFICO 10 - EVOLUÇÃO DO CUSTO MARGINAL DE OPERAÇÃO DE 2013 A 2017

Subsistema Sudeste/Centro-Oeste*



Fonte: MME (2017, p. 27).

O forte incremento do uso das termelétricas para atender a demanda de energia do país durante a crise hídrica – e ainda atualmente, mesmo que com menor intensidade –, comportou o aumento dos gastos e consequentemente o consumidor brasileiro teve que pagar uma tarifa maior na sua conta de eletricidade. Isso porque os custos de construção das usinas termelétricas são elevados, além de serem modelos altamente deletérios para a saúde do Planeta. Além dos custos de construção e de operação, as termelétricas têm altos custos de manutenção, uma vez que necessitam constantemente serem abastecidas por combustível a ser queimado.

Mas o principal impacto é de natureza ambiental, pois os gases residuais com grande componente de poluição são lançados diretamente na atmosfera, contribuindo para o efeito estufa no Planeta, além de facilitar as chuvas ácidas. Outro aspecto a ser considerado na avaliação dos impactos das centrais termelétricas, é o consumo elevado de água doce, que se usa tanto para produzir calor, quanto como fluido refrigerante para alimentar o sistema de resfriamento da usina, de modo a manter uma temperatura adequada das turbinas elétricas. De acordo com IEMA (2016, p. 15) sobre o consumo de água em termelétricas, "Para usinas operando com ciclo Rankine, a vazão situa-se na faixa de 100 a 250 m^3/MWh, e, para operação em ciclo combinado, entre 40 e 120 m^3/MWh".

A água é um recurso usado na produção de energia elétrica tanto no modelo das hidrelétricas, quanto das termelétricas. Nesse sentido, a escassez da água doce representa um problema não só ambiental, mas também energético.

3. CUSTOS DAS USINAS HIDRELÉTRICAS

Enquanto o custo de produção de energia hidrelétrica é relativamente baixo, para construir as próprias barragens e usinas hidrelétricas, os custos são insustentáveis.

O estudo de Ansara et al. (2014) mostra que as grandes usinas hidrelétricas do mundo geralmente estouram o orçamento e atrasam em média dois anos nos tempos de construção. Especificamente, 90% das usinas hidrelétricas analisadas na pesquisa de Ansara et al. (2014) ficaram mais caras do que o orçamento inicial. O aumento do custo de construção das barragens no mundo é em média de 96%; já no Brasil esse valor aumenta para 101%. Por isso surge a questão: se vale a pena, do ponto de vista econômico, investir em grandes barragens?

Numa entrevista, Bermann (2017), especialista em produção de energia hidráulica, relata que as grandes obras de usinas hidrelétricas, como a de Belo Monte no rio Xingu (que está custando 30 bilhões de R$ em dinheiro público), são superdimensionadas na sua capacidade de produção de energia. Consequentemente os valores de construção ficam mais caros do que o necessário, isso além dos orçamentos que nunca correspondem aos gastos reais.

Entre as razões que deixam as obras deusinas hidrelétricas mais caras há: os estudos de viabilidade que são subestimados nas etapas de planejamento; a distorção nos projetos iniciais feita por técnicos que apresentam custos menores para conseguir a aprovação dos projetos; há também uma componente psicológica que tende a baixar os custos da obra numa visão otimista (ANSARA et al. 2014).

Bermann (2017) afirma que as hidrelétricas não são limpas, principalmente devido à emissão dos gases de efeito estufa, de que pouco se fala na avaliação dos impactos por barragens. Acontece que nos primeiros dez anos de operação de uma hidrelétrica, a matéria orgânica vegetal fica completamente encoberta da água e apodrece. O processo de apodrecimento acidifica a água e emite gás metano (CH_4), que é um gás 21 vezes mais forte que o gás carbônico (CO_2), principal gás do efeito estufa.

Contudo, a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera é somente um dos problemas socioambientais causados pelas barragens. As populações que serão expulsas, a perda de biodiversidade, a diminuição do potencial pesqueiro, tudo isso não é considerado diante da vontade de gerar energia e lucros.

4. CONCLUSÕES

No Brasil, o modelo de produção da hidreletricidade vem apresentando uma eficiência cada vez mais baixa. Para implantar usinas hidrelétricas são gastos muitos recursos financeiros em troca de pouco retorno econômico, uma vez que o índice de aproveitamento do potencial hidrelétrico instalado e em operação é muito baixo, gerando menos da metade de sua potência.

O modelo de energia hidráulica se mostrou obsoleto, pois depende estritamente das chuvas e, nos períodos de escassez hídrica – que em regiões como o Nordeste do país, especialmente na bacia hidrográfica do rio São Francisco, são frequentes e prolongados – a geração de hidreletricidade é comprometida e ineficiente.

Enquanto o potencial hidrelétrico instalado no país diminui, e os reservatórios atingem um volume útil precário, os investimentos em fontes não renováveis com termelétricas aumentam. Diante dos problemas ambientais e dos custos insustentáveis de construção, produção de energia e manutenção das usinas térmicas, a solução não pode ser continuar a investir em usinas termelétricas, nem construir novas hidrelétricas, especialmente emum país que tem um grande potencial de energia solar em todo o seu território. É preciso valorizar também o potencial da biomassa do bagaço de cana ou de outros resíduos agrícolas, bem como incrementar a energia eólica, estas podem ser soluções mais seguras e eficientes em longo prazo.

REFERÊNCIAS

ABEE, Associação Brasileira de Energia Eólica. Boletim anual de geração eólica 2012. São Paulo: ABEEólica, 2013. 12 p.

ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica (Brasil). Atlas de energia elétrica do Brasil: energia no Brasil e no mundo, características gerais. 3ª ed. Brasília- DF: ANEEL, 2008 a.

_____.Atlas de energia elétrica do Brasil: fontes renováveis, energia hidráulica. 3ª ed. Brasília-DF: ANEEL, 2008 b.

ANSARA, Atif; FLYVBJERGB, Bent; BUDZIERB, Alexander; LUNNC, Daniel. Should we build more large dams?The actual costs of hydropower megaproject development. Energy Policy, v. 69, jun 2014, p. 43-56.

BERMANN, Célio. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. Revista Estudos Avançados, São Paulo: IEA, v. 21, n. 59, 2007, p. 139-153.

_____. "A energia hidrelétrica não é limpa, nem barata". Entrevista publicada no site viomundo.com [03 de jun. 2010]. Entrevistadora: Manuela Azenha. Disponível em: http://www.viomundo.com.br/entrevistas/bermann-a-energia- hidreletrica-nao-e-limpa-nem-barata.html. Acesso em: 15 de jun. 2017.

BIG-ANEEL, Banco de Informações de Geração da Agencia Nacional de Energia Elétrica. Capacidade de geração do Brasil. Disponível em: http://www2.aneel. gov.br/aplicacoes/atlas/energia_hidraulica/4_6.htm. Acesso em 20 de jun. 2017 a.

_____. Matriz de energia elétrica. Disponível em: http://www2.aneel.gov.br/ aplicacoes/capacidadebrasil/OperacaoCapacidadeBrasil.cfm. Acesso em 21 de jun. 2017 b.

EPE, Empresa de Pesquisa Energética (Brasil). Balanço energético nacional – ano base 2015. Rio de Janeiro: EPE, 2016, 292 p.

_____. Balanço energético nacional – ano base 2014. Rio de Janeiro: EPE, 2015, 291 p.

_____. Balanço energético nacional – ano base 2013. Rio de Janeiro: EPE, 2014, 288 p.

_____. Relatório síntese do balanço energético nacional – ano base 2012. Rio de Janeiro: EPE, 2013, 55 p.

_____. Relatório síntese do balanço energético nacional – ano base 2011. Rio de Janeiro: EPE, 2012, 56 p.

_____. Balanço energético nacional – ano base 2010. Rio de Janeiro: EPE, 2011, 267 p.

_____. Balanço energético nacional – ano base 2009. Rio de Janeiro: EPE, 2010, 276 p.

_____. Balanço energético nacional – ano base 2008. Rio de Janeiro: EPE, 2009, 276 p.

_____. Balanço energético nacional: sumário executivo – ano base 2007. Rio de Janeiro: EPE, 2008, 54 p.

_____. Balanço energético nacional: sumário executivo – ano base 2006. Rio de Janeiro: EPE, 2007, 62 p.

GALVÃO, Jucilene; BERMANN, Célio. Crise hídrica e energia: conflitos no uso múltiplo das águas. Revista Estudos Avançados, São Paulo: IEA, v. 29, n. 84, maio/ago 2015, p. 43-68.

IEMA, Instituto de Energia e Meio Ambiente. Uso de água em termoelétricas. São Paulo: IEMA, 2016, 33p.

MME, Ministério de Minas e Energia. Boletim Mensal de Monitoramento do Sistema Elétrico Brasileiro (Abril 2017). Brasília: MME, 2017. 33 p.

_____. Resenha energética brasileira - exercício de 2015. Brasília: MME, 2016. 31 p.

ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico. Histórico da operação – geração de energia. Disponível em: http://www.ons.org.br/historico/geracao_energia. aspx. Acesso em 21 de jun. 2017.

CAPÍTULO XI

A INVENÇÃO DOS *ROYALTIES*: A CONQUISTA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE HIDRELÉTRICAS E SUA IMPORTÂNCIA PARA O MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO[1]

José Ivaldo de Brito Ferreira
Juracy Marques

Sempre Compreendo o que faço depois que já fiz.

Manoel de Barros

1. MOVIMENTOS E LUTAS SOCIAIS E POLÍTICAS EM PAULO AFONSO NOS ANOS 80

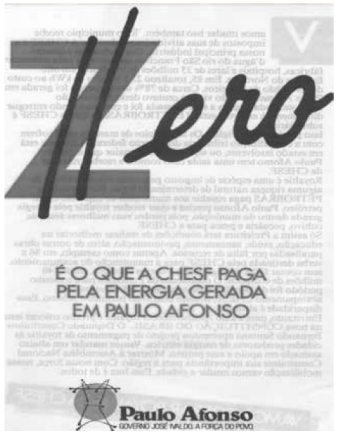


Figura 1: Folheto e cartaz da campanha. 1987. Fonte: Arquivo do Autor.

Na quadra final da década de 70, sobretudo a partir de 1976, os movimentos políticos e sociais, que haviam sido desarticulados e duramente reprimidos pela ditadura, ressurgem na cena nacional com vigor. Em 1978, eclodem as primeiras grandes greves na região do ABC paulista. Greves sindicais, passeatas estudantis, movimentos de atingidos por barragens, movimentos comunitários espalham-se pelo país como um rastilho de pólvora, todos unidos pelo fim da ditadura e pelo restabelecimento da democracia. Anistia, convocação de Assembleia Nacional Constituinte, eleições diretas, melhorias salariais e reforma agrária eram as grandes bandeiras defendidas na época.

1. Artigo extraído da dissertação **O direito que emerge da água: as barragens de Paulo Afonso e a invenção dos** *royalties* **,** apresentada ao Mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental. Uneb. Data de defesa: 10.12.2012.

A cidade de Paulo Afonso foi, também, palco de importantes lutas, iniciadas em 1979 e que se estenderam por quase toda a década seguinte. Dentre elas, as principais foram as lutas dos trabalhadores eletricitários, as lutas pelo reassentamento de Itaparica, as lutas travadas pelos estudantes pauloafonsinos e a luta pela conquista dos *royalties* de hidrelétricas. Intimamente vinculado aos movimentos sociais, irrompe na cidade um clima de intensa movimentação político-partidária, com um caráter ideologizante que abala as, até então, sólidas estruturas existentes.

Os enfrentamentos com a CHESF pipocavam em todos os setores. Os atingidos pela barragem de Itaparica lutavam para conseguir fazer valer os seus direitos, exigindo o reassentamento antes da conclusão da barragem. Ainda queimavam na memória as lembranças da expropriação do povo, que ocorrera nas barragens de Moxotó, Paulo Afonso IV e Sobradinho. Por outro lado, os trabalhadores da empresa, depois de 15 anos de arrocho salarial e de mordaça imposta pela ditadura, começavam a se manifestar, exigindo reposição das perdas e melhores condições de trabalho. Os estudantes, por seu turno, reivindicavam mais e melhores escolas, mobilizavam a população para cobrar dos poderes públicos uma cidade melhor e desafiavam o poderio da CHESF, exigindo a derrubada do muro e maior responsabilidade social da empresa.

A constatação da dura realidade enfrentada pelo município e por seu povo, reproduzida em toda a região, exigia respostas. As lutas travadas inspiravam o desejo de reparação. A CHESF tinha que ser responsabilizada pela enorme dívida social para com a região. Afinal era daí que saia a força e luz que beneficiavam nove estados e que impulsionaram o desenvolvimento econômico do Nordeste brasileiro, além de propiciar lucros fabulosos à CHESF. Paulo Afonso e região, que suportavam os danos provocados pelas barragens e usinas, aspiravam uma participação maior nesta riqueza que produziam.

2. A INVENÇÃO DOS *ROYALTIES* DE HIDRELÉTRICAS

Das lutas do povo pauloafonsino, travadas no referido período, surgiu a proposta de compensação financeira a ser paga por usinas hidrelétricas pelo uso dos recursos hídricos na geração de energia elétrica e na retribuição pelos danos provocados. O pagamento de *royalties* por parte da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF ao Município de Paulo Afonso foi proposta inicialmente durante a II Feira Cultural de Paulo Afonso, promovida pelo Centro dos Estudantes Universitários e Secundaristas de Paulo Afonso (Ceuspa), em 1980, durante debate sobre alternativas para o desenvolvimento de Paulo Afonso, em que estiveram presentes representantes da Igreja Católica e da Associação Comercial local. Falando em nome dos estudantes, José Ivaldo defendeu a ideia, baseando-se nos *royalties* pagos pela Petrobrás aos municípios e estados produtores de petróleo.

A seu ver, era a forma de recompensar o município pelo uso do seu território e dos recursos naturais e pelos impactos socioambientais e econômicos causados pela construção e operação das barragens e usinas. Os *royalties* possibilitariam, ainda, que o município viesse a ter uma receita capaz de enfrentar os enormes problemas causados pelo crescimento populacional vertiginoso impulsionado pelas obras das hidrelétricas. Eleito vereador, ele passa a utilizar a tribuna e a projeção política que alcançara para difundir ainda mais a proposta de *royalties*, seja nos municípios e estados circunvizinhos, seja na capital estadual, conversando e defendendo a ideia para meios de comunicação, políticos e autoridades dos mais diversos matizes. Como afirma um dos entrevistados:

> Zé Ivaldo vinha de lutas populares, por educação, por água tratada, em apoio aos eletricitários, em apoio aos trabalhadores rurais atingidos pelas barragens da Chesf, contra o muro da Chesf, contra a discriminação existente entre os moradores da vila da Chesf e o resto da cidade. E ainda como líder estudantil, e depois como vereador, já defendia a criação dos *royalties* de hidrelétricas. Foi eleito prefeito defendendo estas propostas. A campanha dos *royalties* foi, assim, uma continuidade do movimento que culminara com a eleição de Zé Ivaldo, que representava os anseios de uma população sofrida por tantos anos de opressão e descaso. (ENTREVISTADO JOSE RENATO MELO DA SILVA, 2012).

ACHESF reagia a qualquer gesto que pudesse significar questionamentos a seus privilégios e interesses, tratando com arrogância e desdém as reivindicações locais que estivessem um pouco além do que ela oferecia. Ilustrativo é o episódio ocorrido em 1983, quando o seu presidente, Sr. Rubem Vaz da Costa, que acabara de assumir o cargo, em visita a Paulo Afonso, resolve se encontrar com os vereadores locais. Durante a conversa, o vereador José Ivaldo apresenta ao anfitrião a proposta de pagamento de *royalties* por parte da CHESF ao Município. Um dos entrevistados relata o diálogo:

> O presidente, em tom de brincadeira, perguntou a ele: "Mas, vereador, a CHESF vai pagar *royalties* a Paulo Afonso ou a Serra da Canastra, onde nasce o Rio São Francisco? ".Todo mundo achou graça. E aí Zé Ivaldo respondeu: "É simples, presidente: se der para transferir as usinas para a Serra da Canastra então se paga lá. " (ENTREVISTADO JOSÉ DIMAS DOS SANTOS ROQUE, 2012).

Durante a campanha eleitoral de 1985, como candidato a prefeito, ele retoma o tema, alçando-o a uma das suas principais bandeiras ao propor em seu programa de governo que "*Lutaremos para que a CHESF pague royalties ao Município, ou seja, pague* à *Prefeitura uma parte de seus lucros com a produção e comercialização de energia elétrica*". Em entrevista ao Jornal da Bahia, publicada na edição de 28.01.1985, afirma:

> O Vereador tem certeza que o governo Tancredo Neves redefinirá a política para oVale do São Francisco, investindo no desenvolvimento socioeconômico da região "e não apenas na produção de energia". Além disso, a nova realidade política, que incidirá certamente no fortalecimento dos municípios, implicará com que a CHESF tenha que pagar *royalties* e imposto municipais à cidade, "terminando com um estranho privilégio que prevalece até hoje".

Com a vitória na eleição para prefeito de Paulo Afonso, a juventude local assumia o poder municipal. E pretendia permanecer defendendo suas bandeiras históricas. Paulo Afonso, que nascera e crescera em função das obras da CHESF, gerava energia para todo o Nordeste, viabilizando a produção de riquezas em terras distantes, mas vivia uma realidade dicotômica: a um tempo experimentava um crescimento econômico exponencial, dado às grandes obras que vinham sendo realizadas no seu território e na região, que geravam emprego e renda e atraíam levas de pessoas em busca de oportunidades. Por outro, o poder público não dispunha de recursos para enfrentar as necessidades crescentes de infraestrutura que o crescimento populacional exigia, já que a sua principal atividade econômica não gerava dividendos para os cofres públicos, como constatado por um dos entrevistados:

> Administrar Paulo Afonso era um desafio enorme. Superar as deficiências estruturais, a falta de pessoal, de material mínimo para trabalhar e de recursos financeiros, em contraposição a uma enorme demanda da população por serviços e obras essenciais era uma tarefa complicada. A fase das casas construídas com saco de cimento Poty já estava superada, mas persistia a falta de calçamento, de rede de esgoto, de infraestrutura de educação e de saúde, ede outros serviços normais e necessários àvidaurbana. (SOCIÓLOGO E PESQUISADOR JOSÉ RENATO MELO DA SILVA, 2012).

O orçamento da Prefeitura representava algumas vezes menos que a verba disponibilizada pela CHESF para a manutenção do seu acampamento, verdadeira cidade que já dispunha de toda a infraestrutura. Em entrevista concedida à época, o Prefeito denunciava que o município era responsável por cerca de 78% da energia produzida pela CHESF, mas não obtinha nenhum retorno financeiro por isso, aduzindo que a empresa não pagava nem mesmo os tributos municipais devidos, e completava:

> Para se ter uma ideia da disparidade de recursos à disposição da CHESF e os que dispõe a Prefeitura – explica o prefeito - a verba destinada pela CHESF, em 1986, à manutenção do que ela chama de acampamento foi de Cz$ 140 milhões, enquanto que o orçamento da prefeitura, no mesmo ano, foi de Cz$ 28 milhões, um quinto da verba aplicada para a manutenção da área da CHESF. (TRIBUNA DA BAHIA, 12.06.1987).

A inexpressiva participação dos municípios no bolo tributário nacional, que destinava apenas 3% aos entes municipais, levou o governo municipal a co-liderar na Bahia a campanha pela reforma tributária. Já a irrisória receita municipal levou o Município a exigir da CHESF, que se considerava isenta de tais obrigações, o pagamento de impostos e taxas municipais, não sem antes corrigir a defasada planta de valores de tais tributos, além de reclamar o devido recolhimento do ISS que a empresa retinha dos seus prestadores de serviços e desviava para outros municípios, em retaliação ao governo municipal que ousava desafiá-la.

Mas a luta em defesa dos *royalties* de hidrelétricas não fora esquecida. Aproveitando a elaboração da nova Constituição Federal pela Assembleia Nacional Constituinte, que fora eleita em 1986 e instalada em 1987, cujo regimento permitia a participação da sociedade no processo, através da apresentação de emendas constituintes populares, subscritas pela população, o prefeito resolveu apresentar a proposta dos *royalties* aos constituintes, para

o que idealizou uma campanha que conseguisse viabilizar as assinaturas de apoiamento exigidas. O regimento da Constituinte (RIANC), de acordo com seu art. 24, exigia um mínimo de trinta mil assinaturas de eleitores, apresentadas por 3 entidades associativas.

> O prefeito de Paulo Afonso, José Ivaldo, fez o lançamento da campanha de Royaltie. Desde segunda-feira, diversas comissões estão distribuídas por toda a cidade, buscando assinaturas da população (30 mil). O documento será levado à Assembleia Nacional Constituinte para que seja colocado na Constituição do Brasil. [...] José Ivaldo disse que Paulo Afonso precisa e quer receber *royalties* pela energia gerada dentro do município [...]. (TRIBUNA DA BAHIA, 21.05.1987).

A CHESF, entretanto, resolveu trabalhar para inviabilizar o movimento. Para tal, espalhou boatos de que os *royalties* seriam pagos pelos contribuintes, principalmente os eletricitários que residiam na sua vila, que, até então, e por vários anos ainda, pagavam uma irrisória taxa pela energia que lhes era fornecida pela própria empresa. Ademais, usou de toda a sua força para pressionar os prefeitos das cidades circunvizinhas que poderiam ser beneficiadas a não aderirem à campanha.

Outra questão que limitou a capacidade de mobilização do movimento foi o não envolvimento oficial do Sindicato dos Eletricitários da Bahia, por decisão do seu presidente, Lázaro Bilac, embora vários dirigentes da entidade tenham participado contra a sua orientação. Também influiu a tímida participação do Polo Sindical do Submédio São Francisco, que, envolvido na dura luta pelo reassentamento, temia ampliar demais o elenco de propostas e enfraquecer suas reivindicações específicas.

Em face da quantidade excessiva de assinaturas exigidas, já que o Município tinha menos de 30 mil eleitores, e do exíguo prazo para a sua coleta, além do boicote da CHESF, que

ameaçavam inviabilizar o trabalho, o Prefeito muda de tática e busca o apoio do Fernando Santana, velho militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), eleito deputado federal constituinte, e do deputado estadual Emiliano José. Fernando concordou em apresentar a emenda constituinte, acrescentando ao texto a proposta de beneficiar os municípios produtores de energia térmica e de minérios, conforme notícia transcrita:

> A Eletrobrás deverá passar a pagar *royalties* aos municípios produtores de energia elétrica (...). Isso passará a ocorrer caso seja aprovado projeto do deputado federal Fernando Santana (PCB-Ba) apresentado à Constituinte. A iniciativa do deputado foi provocada pelo prefeito de Paulo Afonso, José Ivaldo (PMDB), que desde que assumiu mostra-se inconformado com a inexistência de qualquer contribuição da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) ao município que dirige e à região enquanto um todo. O pagamento de *royalties* "resgataria, nem que parcialmente, uma significativa dívida social acumulada pela CHESF nessas três décadas". (TRIBUNA DA BAHIA, 1987).

A campanha foi retomada com mais vigor. O Prefeito passou a conceder entrevistas aos veículos de comunicação defendendo a proposta. Conseguiu o engajamento pessoal do Governador Waldir Pires e procurou o apoio de deputados da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, bem como dos prefeitos das cidades da região que viriam a se beneficiar. Alcides Modesto, eleito deputado estadual pelo PT, e o deputado Emiliano José viabilizaram importantes apoio de deputados e senadores de vários estados do sul e sudeste que sediavam usinas hidrelétricas.

Em Paulo Afonso, a campanha ganhou as ruas, angariando forte apoio popular, reforçada pela distribuição de panfletos e cartazes e veiculação de propaganda em emissoras de rádio e carros de som. Reuniões para esclarecer e sensibilizar a população foram realizadas por todo o Município. A coleta de assinaturas de apoio à emenda de Fernando Santana passou a ser feita em postos espalhados pela cidade, angariando mais de 17 mil assinaturas, sendo enviadas à Constituinte.

Embora não se tenha notícias de campanhas semelhantes, é de se esperar que movimentos de menores proporções possam ter ocorrido em outros municípios, seja em função da repercussão do movimento pauloafonsino, até porque as fronteiras municipais e estaduais foram por ele extrapoladas, seja sem vinculação com este. Germani (2003) considera que a conquista dos *royalties* de hidrelétricas foi influenciada pelo movimento dos atingidos por Itaipu:

> A grande repercussão da resistência à construção de Itaipu e as decorrentes perdas de terras férteis e produtivas dos municípios atingidos deram fundamentos à instituição da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) – prevista no parágrafo 1º do art. 20 da Constituição Federal –

> através da qual as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia, por geração hidrelétrica, pagam um percentual pela utilização de recursos hídricos aos Municípios, Estados e à União, sob a gerência da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Historiadores, jornalistas, ex-secretários e líderes políticos locais, de variadas tendências, entrevistados para a pesquisa que fundamentou o presente trabalho, unanimemente, relembraram a campanha deflagrada em Paulo Afonso, em 1987 e 1988, pela conquista dos *royalties* de hidrelétricas, liderada pelo prefeito municipal de então, tendo envolvido a população, recordando que foi levada a outros estados e municípios atingidos por barragens e que conquistou o apoio de várias lideranças políticas, conforme alguns dos depoimentos destacados:

> A participação que eu tive foi mais como jornalista mesmo. Não como participante ativo, mais como observador, divulgando, publicando as informações do que acontecia na luta pelos *royalties* empreendida por um grupo de Paulo Afonso que tinha como líder o próprio José Ivaldo, Francisca Barros Siebert também participou, e com apoio de alguns parlamentares de Salvador e de uma corrente de alguns companheiros daqui de Paulo Afonso. (JORNALISTA ANÍBAL ALVES NUNES, 2012).

> Acreditávamos na proposta e na força política do Prefeito José Ivaldo. Foi uma luta muito justa. Paulo Afonso se transformou depois do recebimento dos repasses dos *royalties*. Lembro da conscientização da sociedade para que desse a sua contribuição, através de subscrição de petição à Assembleia Nacional Constituinte para que a CHESF pagasse ao Município uma contribuição financeira pela exploração dos recursos hídricos. (EX- SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS, NILSON PEREIRA DASILVA, 2012).

> Lembro-me de sua divulgação pelos meios de publicidade falada e escrita, incentivando a comunidade a assinar o manifesto pela conquista dos *royalties*. Além do Prefeito José Ivaldo, não recordo de outras pessoas que tenham participado da campanha dos *Royalties*, porque na ocasião não estava envolvido no processo político da cidade. (EX-SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS CARLOS LUIZ DA SILVA COVA, 2012).

A proposta original de emenda popular foi apresentada pelo deputado constituinte Fernando Santana às subcomissões do Sistema Tributário e dos Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica e reapresentadas nas Comissões da Ordem Econômica e da Organização do Estado, com o seguinte texto:

> O regime de exploração de recursos naturais, com o aproveitamento de minérios, energia hidráulica ou térmica garantirá a participação em seus resultados aos estados e municípios onde a operação se efetuar (JORNAL NOVO DIA, 1987).

Após a longa tramitação pelas diversas comissões da Constituinte, onde foi submetida a vários ajustes, foi incluída no texto final da Constituição Federal, aprovada e promulgada em outubro de 1988, em seu art.20, § 1º. conforme transcrito:

> § 1º - É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

A partir de então, ficava assegurado aos estados e municípios produtores de energia hidrelétrica, ou cujos territórios foram atingidos por barragens, a participação nos resultados ou compensação financeira pela exploração dos potenciais hidráulicos para geração de energia. A luta fora vitoriosa.

> Como forma de neutralizar os impactos negativos das hidrelétricas, na Constituição de 1988, foi criado o sistema de compensação financeira, através do qual as empresas geradoras transferem recursos para os governos dos estados e municípios da área de influência direta do empreendimento. Recursos que devem ser aplicados na moderação dos impactos negativos e compensação dos desequilíbrios. Esta compensação financeira é incorporada ao preço final da energia; desta forma, o consumidor de energia elétrica, predominantemente situado fora da região, é quem desembolsa os recursos para a arrecadação e distribuição da ANEEL. (P&D – Pesquisa e Desenvolvimento, 2011).

3. A IMPORTÂNCIA DOS *ROYALTIES* DE HIDRELÉTRICAS PARA O MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO.

A legislação que regulamentou o Art. 20, § 1º, da Constituição Federal (Lei nº. 7.990/91 e Decreto nº. 1, de 11.01.91), adotou a fórmula de compensação financeira, em vez da participação nos resultados, ambas previstas pelo dispositivo constitucional. A Compensação Financeira é conhecida genericamente pela denominação de *Royalties*, embora a legislação tenha atribuído tal denominação apenas àquela devida pela Usina Hidroelétrica Itaipu

Binacional ao Brasil. Eles obedecem à mesma sistemática de distribuição dos recursos da Compensação Financeira, contudo, apresentam regulamentação específica quanto ao recolhimento, conforme o Tratado de Itaipu, por ser a usina pertencente ao Brasil e ao Paraguai.

> Segundo Relatório de 1992 doCOMASE – ComitêCoordenador dasAtividades de Meio Ambiente do Setor Elétrico - os preceitos instituídos na Constituição Federal de 1988 procuravam alterar os mecanismos existentes para compensar os estados e os municípios cujas terras tivessem sido inundadas a partir da construção de reservatórios. Dessa forma, passou-se a reconhecer a necessidade de destinar recursos financeiros às regiões atingidas, de forma a assegurar que elas se adequassem às mudanças econômicas, sociais e ambientais ocorridas a partir da implantação e da operação de uma usina hidrelétrica (P&D – Pesquisa e Desenvolvimento, 2011).

Conforme estabelecido na Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, com modificações dadas pelas Leis nº 9.433/97, nº 9.984/00 e nº 9.993/00, são destinados 45% dos recursos aos Municípios atingidos pelos reservatórios das Usinas Hidroelétricas (UHE´s), enquanto que os Estados têm direito a outros 45%. A União fica com 10% do total. As concessionárias pagam 6,75% do valor da energia produzida a título de Compensação Financeira (CF). Atualmente, tramita no Congresso Nacional proposta que pretende elevar para 65% a participação destinada aos municípios.

Embora não tenha tão grande significação para Estados e União, tal compensação tem peso expressivo para os municípios beneficiados. Em 2006 a arrecadação foi superior a R$ 1,1 bilhão, dos quais R$ 440 milhões foram destinados aos municípios. Mas mesmo para as outras esferas governamentais as compensações financeiras passam a ter destaque cada vez maior.

> De maneira geral, o valor arrecadado com as compensações financeiras tem sofrido aumento tão significativo a cada ano, em todo o país, que existe uma perspectiva de que estes se tornem fontes importantes de recursos para a gestão ambiental. No Orçamento Federal de 2007, por exemplo, o valor estimado das compensações financeiras já supera o valor dos recursos destinados a dotação na área de gestão ambiental, em todo o país. No entanto, é preciso, também, fomentar o controle social da aplicação dos recursos, ao menos parcialmente, na área ambiental (RIVA *et al.* 2007, p. 20).

Tais recursos, portanto, transformaram-se em fonte adicional de reforço financeiro dos combalidos tesouros municipais, sendo uma das principais receitas, quando não a principal, dos municípios beneficiários, podendo, se bem administrados, contribuir para impulsionar

o desenvolvimento sustentável local. O Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE) realizou estudo que verificou o impacto positivo proporcionado pelos *royalties* de hidrelétricas aos municípios beneficiados:

> Utilizando-se um levantamento feito a partir dos principais dados econômicos, sociais e geográficos dos municípios selecionados, chegou-se às seguintes conclusões:
>
> - Os municípios beneficiados por recursos importantes são em geral de pequeno e médio portes, tendo baixo desenvolvimento dos setores secundário e terciário (indústria e comércio), ou seja, sua economia se concentra basicamente no setor agroindustrial.
>
> - Em geral não são municípios pobres, de acordo com as classificações internacionais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Dentre os municípios selecionados, com base no IDH-1991, apenas quatro tinham um IDH classificado como de município pobre, mas isto não se repete no IDH-2000, em virtude do sensível aumento desse índice em todos os municípios selecionados no período de 1990 a 2000. Somente dois municípios estão na lista dos 1.000 municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, Olho D'Água do Casado, em Alagoas, e Pilão Arcado, na Bahia com IDH 0,542 e 0,546, respectivamente.
>
> - Estes municípios sofreram um sensível aumento do IDH entre 1991 e 2000. Em 2000 o município com menor IDH foi o de Olho D'Água do Casado, em Alagoas, com 0,542, acompanhado de Pilão Arcado, na Bahia, com 0,546. Os municípios com maior IDH, considerados de alto desenvolvimento humano, foram Entre Rios do Oeste com 0,847, e Marechal Cândido Rondon, com 0,829, ambos no Paraná (SEBRAE, 2012).

Em 2012, 177 usinas hidrelétricas recolheram Compensação Financeira. As geradoras caracterizadas como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) estão isentas do pagamento de Compensação Financeira. O rateio dos recursos da Compensação Financeira entre os municípios obedece a dois critérios: o repasse por ganho de energia por regularização de vazão e o de área inundada por reservatórios de usinas hidrelétricas.

Segundo dados relativos a 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, 22 Estados (incluindo o Distrito Federal) e 712 Municípios recebem Compensação Financeira e *Royalties* de Itaipu. Em 2011 foram distribuídos, a título de compensação financeira e *royalties* de Itaipu, R$ 2.005.970.509,70 (Dois bilhões, cinco milhões, novecentos e setenta mil, quinhentos e nove reais e setenta centavos), cabendo aos Municípios e Estados iguais montantes de R$ 820.896.734,69 (oitocentos e vinte milhões, oitocentos e noventa e seis

mil, setecentos e trinta e quatro reais e sessenta e nove centavos), e aos órgãos da União o valor de R$ 364.177.040,32 (Trezentos e sessenta e quatro milhões, cento e setenta e sete mil, quarenta reais e trinta e dois centavos).

Do total de R$ 48.629.272,08 distribuídos aos municípios baianos em 2011, a título de compensação financeira de hidrelétricas, o Município de Paulo Afonso recebeu mais de R$ 21 milhões (o valor exato foi de R$ 21.531.184,01), conforme dados da Aneel, equivalente a 11,33% da receita municipal total do mesmo ano, que foi de R$ 189.945.291,52. Este percentual tem variado ao longo do período entre 10% e 20% da receita total municipal. O Estado da Bahia recebeu em 2011 o valor de R$ 48.629.272,08.

Na região de Paulo Afonso, são beneficiados, além deste, os municípios de Glória, Rodelas, Chorrochó e Abaré, na Bahia, Petrolândia, Jatobá,Tacaratu, Belém do São Francisco, Floresta e Itacuruba, em Pernambuco, Delmiro Gouveia, Piranhas, Olho D'Água do Casado e Pariconha, em Alagoas, e Canindé do São Francisco, em Sergipe. Para boa parte deles os *royalties* significam expressiva receita pública e elemento dinamizador da economia local, como Canindé do São Francisco - SE.

> Destaca-se também, nesse contexto, o município de Canindé do São Francisco - SE, com uma agência do Banco do Brasil e outra do Banco do Estado de Sergipe – Banese, mais um banco privado, o Bradesco. No caso desse município o movimento financeiro relativamente elevado, em parte, se explica pelos *royalties* pagos pela CHESF como compensação pelo uso do seu território para produção de energia oriunda da usina de Xingó, considerada a maior usina hidrelétrica do Nordeste. Nesse caso, o aporte de recursos financeiros transferidos para municipalidade amplia o valor circulante da riqueza, sustentando a movimentação local dos bancos nesse município (AZEVEDO, 2011, p.98).

Os recursos da compensação financeira e *royalties* podem ser aplicados em quase todas as despesas municipais, exceto pagamento de dívida e do quadro permanente de pessoal. Por este motivo é utilizado principalmente na realização de obras e serviços de infraestrutura, tais como pavimentação, construções, praças, energia elétrica, transportes, etc.

A receita oriunda dos *royalties* de hidrelétricas tem se constituído em importante fonte de recursos para os cofres municipais locais, como de resto para quase todos os demais beneficiários dopaís, conforme a literatura cotejada sobre o tema. Galdino (1995, p. 83), ao falar sobre o mandato do Prefeito José Ivaldo, afirma:

> Outra proposta de seu tempo tem sido a tábua de salvação das últimas administrações municipais: o pagamento pela CHESF de "*royalties*" às Prefeituras que tiverem suas terras inundadas com a construção de barragens e usinas

> hidrelétricas. Na sua luta para a aprovação desse projeto contou com o apoio do Deputado Federal Fernando Santana que, por esse empenho, recebeu da Câmara de Vereadores o título de Cidadão de Paulo Afonso.

Do mesmo modo, Reis (2000) enfatiza:

> Uma outra proposta do seu governo, o Royalty ou *Royalties* tem sido responsável por boa parte da arrecadação deste município pago pela CHESF através da Aneel, a Agência Nacional de Energia Elétrica. Os *Royalties* têm sido pagos não só a Paulo Afonso, mas a todos os municípios localizados ao longo do curso deste rio e de outros rios brasileiros, que tiveram de alguma forma seu curso represado para formação de barragem e a edificação de alguma usina. Na luta pela aprovação deste importante projeto, o Executivo Municipal contou com o apoio do Deputado Federal Fernando Santana, que por seu empenho recebeu da Câmara Municipal o título de Cidadão de Paulo Afonso.

Paulo Afonso tem nos *royalties* de hidrelétricas uma de suas três maiores receitas junto com o ICMS e o FPM. Uma análise dos balanços de todo o período compreendido entre o início do repasse da contribuição, 1991, até o ano de 2011, vinte anos, portanto, comprova tal assertiva. O aporte tem variado entre 10% a 15%, embora tenha alcançado a faixa dos 20% no período de 2005 a 2007. Mais significativo ainda foi o desempenho dos *royalties* nos anos de 1992 (47,9%) e 1994 (35,5 %), conforme tabela ao lado:

TABELA COMPARATIVA ENTRE RECEITA CORRENTE E *ROYALTIES*
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO-BA

ANO	RECEITA CORRENTE (R$)	%	*Royalties*	%
1989	4.915.750,00*	100%	-	-
1990	197.887,59*	100%	-	-
1991	-	-	434.367,68****	-
1992	25.295.463,49*	100%	12.118.028,27****	47,9%
1993	-	-	46.070.601,35****	-
1994	5.752.179,72*****	100%	2.042.047,37*****	35,5%
1995	22.992,864,98*	100%	3.069.207,49****	13,3%
1996	26.420.430,14***	100%	3.838.160,70****	14,5%
1997	28.392.268,19***	100%	4.050.582,77****	14,3%
1998	32.892.605,86***	100%	4.585.143,86****	13,9%
1999	34.936.378,34***	100%	4.266.565,58****	11,8%
2000	40.336.800,40***	100%	4.764.193,43****	11,8%
2001	51.639.441,80***	100%	7.233.455,34****	14,0%
2002	-	-	8.432.554,79****	-

2003	-	-	10.886.126,09****	-
2004	-	-	12.630.511,64****	-
2005	89.661.760,55*	100%	17.117.193,63****	19,1%
2006	92.000.410,44*	100%	19.946.160,51****	21,7%
2007	116.680.526,93*	100%	22.136.788,48****	18,9%
2008	140.383.404,98*	100%	17.118.323,54****	12,2%
2009	145.000.376,75*	100%	20.417.342,87****	14,0%
2010	162.943.517,70*	100%	19.795.919,60****	12,1%
2011	189.945.291,52*	100%	21.531.184,01****	11,3%

Tabela Elaborada pelo Autor.

Fontes: * Secretaria do Tesouro Nacional (STN);
** Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI/BA);
*** Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM/BA);
**** Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);
***** Prefeitura Municipal de Paulo Afonso (PMPA).

O expressivo volume de recursos tem sido utilizado principalmente em infraestrutura, obras e serviços públicos, de acordo com as informações levantadas nas entrevistas aplicadas, particularmente as que foram concedidas por ex-gestores municipais. A opinião unânime colhida do conjunto é de que os *royalties* servem para tais finalidades, sendo quase a única receita utilizada para esta destinação. A título de ilustração transcrevemos algumas das opiniões:

> Eu acho que quase todo o elemento de despesas da secretaria de obras depende dos *royalties* da CHESF. Os recursos foram investidos no saneamento, iluminação, pavimentação, grandes obras, praças e no embelezamento da cidade. A cidade hoje tem um aspecto muito diferente do de antigamente, está muito melhor e mais bonita, e supera muitas cidades com população semelhante. Então, por aí você já tem uma ideia de como é importante o recurso dos *royalties* para o município (ECONOMISTA E HISTORIADOR LUIZ RUBEM DE ALCÂNTARA BOMFIM, 2012).

> Inegavelmente, os *royalties* constituíram-se numa nova alternativa de receita para os municípios, melhorando sua infraestrutura. E para Paulo Afonso foi fundamental, sendo que no período que ocupei o cargo de secretário de finanças de Paulo Afonso, entre 1992 e 2004, os *royalties*, junto ao ICMS e o FPM, foram as maiores receitas do Município, desvinculadas da saúde e da educação (EX-SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS CARLOS LUIZ DA SILVA COVA, 2012).

> É de uma importância muito grande. Os *royalties* passaram a ser um instrumento de gestão do município. E os valores não são pequenos, são valores

> bastante expressivos, para usar em saneamento, pavimentação, obras, etc.". (JORNALISTA E HISTORIADOR ANTONIO GALDINO DASILVA, 2012).

> "Os *royalties* têm suma importância para Paulo Afonso, que é a mais importante cidade da região nordeste da Bahia. A receita municipal aumentou muito após o repasse dos *royalties*. Os *royalties* contribuem para o desenvolvimento social, econômico e ambiental e ajudaram a melhorar a cidade (EX-SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS NILSON PEREIRA DA SILVA, 2012).

Os entrevistados revelaram a impressão geral de que, após o advento dos *royalties*, a cidade experimentou avanços significativos na sua conformação visual, melhorando em muito o seu aspecto, passando a ser dotada de infraestrutura mais moderna e eficaz, proporcionando melhores condições de vida à sua população, com a resolução de problemas crônicos que a afligiam. Dentre eles, a maioria avalia que o recurso contribuiu para impulsionar a economia local, na medida em que gerou empregos e renda derivados das obras e serviços implementados, avaliando que proporcionaram melhorias sociais, mesmo que indiretas.

> Os *royalties* contribuíram para o desenvolvimento econômico e social do Município, pois são recursos consideráveis que circulam na cidade e ajudam a gerar emprego e renda, já que as obras e serviços em que são aplicados demandam empresas, mão de obra e insumos. Sua utilização em investimentos de obras e infraestrutura proporciona melhorias na qualidade de vida da população, na medida em que garante energia, iluminação, saneamento, pavimentação, praças e vários outros serviços, equipamentos e instalações públicas (ECONOMISTA E HISTORIADOR LUIZ RUBEM DE ALCÃNTRA BONFIM, 2012).

> Com o advento da constituição e aprovação dos *royalties* para o município de Paulo Afonso nós começamos a ter um crescimento espetacular no desenvolvimento da cidade, na geração de emprego, de renda, de vindas de outras empresas para se instalar no município. Então os *royalties* foram sem dúvida, a maior fonte geradora, que impulsionou o desenvolvimento de Paulo Afonso. Foi a válvula impulsionadora do desenvolvimento de Paulo Afonso. (EX-VEREADOR REGIVALDO CORIOLANO DA SILVA, 2012).

A nota destoante, apontada pela quase totalidade dos entrevistados, é em relação à questão ambiental, a carecer de uma maior atenção e da destinação de recursos para enfrentar as graves questões relativas ao meio ambiente, tendo em vista os impactos já causados ao longo de todo o processo de implantação de barragens no território municipal.

> Já do ponto de vista ambiental ainda falta muito, mas algum avanço foi obtido: a coleta de lixo melhorou, com a aquisição e contratação de equipamentos e

> veículos e foi implantada uma central de separação de lixo para a reciclagem, maior e mais moderna do que a que nós havíamos implantado; a rede de saneamento que antes existia apenas na área da ilha, incompleta, e alguma coisa em alguns bairros, foi ampliada para quase toda a cidade. E isso foi feito com recursos municipais. Só agora é que a Embasa passou a atuar em saneamento, com a reestruturação da rede coletora e implantação de estações de tratamento de esgotos (EX-SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS JOSÉ IVANDRO DE BRITO FERREIRA, 2012).

Uma análise mais acurada dos balanços municipais evidencia, de forma preocupante, a irrisória receita própria municipal, oriunda dos tributos diretamente arrecadados e exclusivamente de sua alçada, como o IPTU e ISS, além das taxas municipais, o que aponta para excessiva dependência das transferências federais e estaduais e a constatação de que o Município continua extremamente dependente de sua principal atividade econômica, a produção de energia elétrica, incapaz de diversificar a sua base econômica. Razão assiste a Azevedo (2011, p. 105), ao afirmar:

> No entanto é importante revelar que a base produtiva desse município é bastante dependente da geração de fluxos intra e inter-regional, (externalidades) seja quando extrai benefícios direto da atividade hidrelétrica, (referimo-nos ao pagamento de *royalties* pela CHESF a esse município), seja pela importância do setor de serviço movimentado por outros setores como, comércio, turismo, pesca e pela base agropecuária regional.

Em razão do volume de recursos distribuídos a título de compensação financeira, os municípios da região despertaram seu interesse em aumentar sua participação e passaram a acompanhar com mais atenção o rateio realizado pela Aneel.

> Neste contexto, são observadas questões que envolvem a delimitação das áreas de fronteiras entre alguns municípios que foram atingidos pela construção das hidrelétricas nessa região. Isso ocorre, principalmente, devido a interesses econômicos desses municípios desejosos de verem aumentados os "*royalties*", que é uma espécie de compensação financeira pega pela CHESF, pela utilização dos recursos hídricos, aos municípios que abrigam suas usinas hidrelétricas (AZEVEDO, 2011, p.76).

A disputa iniciada a partir de 2004, acirrou-se mais recentemente, por conta de decisão tomada pela Aneel de partilhar os *royalties* relativos à Usina PA IV, antes atribuídos apenas a Paulo Afonso, onde se localizam, exclusivamente, esta usina e seu reservatório, com os municípios de Glória (BA) e Jatobá (PE). Revista de circulação local dedicou capa e algumas

páginas ao tema, sob o título de "guerra dos *royalties*". Merece destaque a opinião da prefeita de Glória:

> Glória sofreu dois reassentamentos e merece ser reconhecida por isso. Digo mais: em minha opinião Glória merecia receber bem mais que Paulo Afonso. Nosso município foi o mais prejudicado, com as suas terras invadidas, inundadas (REVISTA MAIS DESTAQUE, 2012).

Paulo Afonso perdeu para os outros dois municípios R$ 8 milhões em apenas 10 meses, o que levou seus dirigentes a convocar à população para lutar pela manutenção dos *royalties*:

> O município de Paulo Afonso precisa realizar umagrande manifestação contra a partilha dos *royalties* da energia elétrica. Foi nesse tom que o ex-procurador Geral do Município, Flávio Henrique Magalhães Lima soltou a voz quarta-feira (28), durante entrevista concedida ao programa Diário da Manhã da Rádio Betel FM 104,9 ancorado pelo radialista Bob Charles. "Achamos que isso é uma violação do direito já consagrado. Nós não podemos perder receita. Isso é um abalo não só para o município, mas também para o governo estadual". Flávio Henrique reafirmou que o município não pode abrir mão das receitas referentes aos *royalties*. Segundo ele, os recursos são imprescindíveis para manter o equilíbrio das finanças e garantir investimentos em infraestrutura, segurança, educação e outros, além do pagamento do funcionalismo público (PAULO AFONSO NOTÍCIAS, 29.11.2012).

A perda do Município de Paulo Afonso continuou, notadamente nos anos de 2013 a 2015, quando o valor recebido foi reduzido a quase um quarto da receita anterior, superando a casa dos 43 milhões.Tal situação foi agravada pela decisão governamental de fixar valores abaixo do cobrado pelo mercado para a energia comercializada por hidrelétricas estatais e pela significativa redução da produção de energia hidrelétrica na bacia do São Francisco, por conta da significativa redução do volume de água armazenado em seus reservatórios, decorrente da prolongada estiagem.

Paulo Afonso recuperou em 2016 a totalidade dos *royalties* da UHE PA IV, tendo registrado receita anual de R$ 13. 280.123, 51 (Treze milhões, duzentos e oitenta mil, cento e vinte e três reais e cinquenta e um centavos), mas que poderá mais duplicar com o pleno funcionamento do sistema hidrelétrico do São Francisco e com a revisão da tarifa. Ademais, proposta de alteração da partilha dos *royalties* que tramita no Congresso Nacional, poderá elevar para 65% os recursos destinados aos municípios, hoje limitados a 45%.

Mas a Guerra dos *Royalties* continua, entre idas e vindas da Aneel, agora acrescida de novos conflitos: o prefeito de Delmiro Gouveia (AL), cidade vizinha, anunciou sua disposição de

recorrer à justiça para incorporar parcela do território de Paulo Afonso, incluindo as UHE's I, II, III e IV.

Por outro lado, cumpre analisar, mesmo que superficialmente, o papel da Compensação Financeira como mitigador das externalidades negativas produzidas por usinas hidroelétricas e de indutor do desenvolvimento socioeconômico e ambiental das regiões beneficiárias de tal compensação.

> Dentre as razões pelas quais as usinas hidrelétricas alteram as estruturas econômicas e sociais pré-existentes na região em que são implantadas destaca-se o pagamento das compensações financeiras decorrentes da exploração dos recursos hídricos e da ocupação do espaço (P&D – PESQUISA E DESENVOLVIMENTO, 2011).
>
> A implementação da Compensação Financeira foi uma maneira de instituir um instrumento que, além de assegurar o pagamento pelo uso do serviço ambiental, assegurasse às regiões impactadas condições para a promoção do desenvolvimento local, considerando os impactos relacionados às usinas hidrelétricas (SETTE et al.., 2004; UPADHYAYA, 2006). (P&D – Pesquisa e Desenvolvimento, 2011).

Embora visto com entusiasmo pela maioria dos autores, existem questões que precisam ser pontuadas para melhor aprofundamento e, quiçá, aperfeiçoamento do instrumento econômico sob análise. Ludmila Silva (2007), que focalizou o caso da usina de Tucuruí, considera que tal compensação contribuiu significativamente para a melhoria dos municípios beneficiários do entorno daquela usina, evoluindo significativamente nos aspectos socioeconômicos após o recebimento da compensação financeira, de forma superior aos demais municípios da região, embora chamando a atenção para uma necessária vinculação da receita em tela:

> A percepção de que, na área estudada, os municípios apresentaram significativas melhorias sociais eeconômicas emelhorias não tão significativas no âmbito ambiental, nos faz refletir sobre a importância da vinculação da receita obtida por meio de um tributo ambiental. Ao vincular as receitas a objetivos essencialmente relacionados ao meio ambiente pode-se melhorar a efetividade ambiental e a eficiência econômica do tributo implementado. Dessa forma, poderíamos ter identificado nos municípios que recolhem a Compensação Financeira não somente o dividendo azul, mas principalmente o dividendo verde.

Já na opinião de Gabriella Silva (2007), que se debruçou sobre o impacto da compensação financeira no desenvolvimento dos municípios do reservatório da usina hidroelétrica de Três

Marias, os recursos da citada compensação são significativos para a receita dos municípios, podendo, se bem aplicados impulsionar o desenvolvimento local, mas a que a falta de definição na sua destinação dificulta tal avaliação, cabendo a adoção de medidas de controle dessa aplicação. Sterchile e Souza (2008) propõem um planejamento de ações que preparem o município para evitar a dependência do recurso, assegurando o desenvolvimento sustentável:

> Portanto, é notório que o repasse de *royalties* contribui com as finanças dos municípios abrangidos pelo recurso, mas é necessário que os gestores públicos, em conjunto com a sociedade civil, discutam e definam o planejamento das ações visando a não dependência deste recurso e que os investimentos não revertam em ônus financeiro futuro para o município, podendo garantir a sustentabilidade do processo de desenvolvimento. Deve-se repensar a aplicação dos *royalties* em programas e projetos que garantam o desenvolvimento local e regional aliado à qualidade de vida de seus munícipes, atentando para a possibilidade de que o repasse do recurso possa ser encerrado.

Marques (2008) chama atenção para o fato de que os municípios situados a jusante das barragens, embora sofram diversas consequências provocadas pela cascata de barragens do São Francisco, não recebem *royalties*, já que apenas cidades que tiveram área inundada são beneficiadas com a compensação financeira. Outra questão levantada diz respeito à capacidade da compensação financeira de, efetivamente, compensar os impactos provocados e as perdas sofridas pelas regiões em que são implantados os grandes projetos hidrelétricos, conforme ressalta Germani (2003): "Esta Compensação ou "*royalties*" tem garantido aos municípios lindeiros ingressos significativos, mas, mesmo assim, estima-se que não cobrem as perdas que tiveram com a redução da área agricultável".

Estudo sobre a CFURH recebida pelos municípios do entorno da barragem de Sobradinho, concluiu pela relevância dos recursos para as receitas municipais, embora considere que não compensa as perdas com a biodiversidade e com o deslocamento das populações:

> As Compensações Financeiras transferidas aos municípios atingidos pela barragem de Sobradinho vem decrescendo em termos de participação nas receitas municipais. Mas, mesmo assim são bastante relevantes para o desenvolvimento dos municípios. [...] A despeito das Compensações Financeiras serem uma forma de diminuir os prejuízos com a construção das barragens, há que se garantir que este recurso seja utilizado para garantir melhores condições de vida às populações atingidas e a preservação ambiental no entorno dos lagos (AGUIAR et al. 2010).

Ao analisar o caso de Porto Nacional - TO, atingido pela UHE Luís Eduardo Magalhães, Rodrigues e Nogueira se valeram do Método deValoração Contingente (MVC) para estimar o valor monetário

dos danos causados ao município pela usina, chegando à conclusão de que importaria em R$ 16,2 milhões/ano, bem distante do valor recebido de R$ 1,9 milhões/ano, e arrematam:

> Neste contexto, pode-se afirmar que o MVC é mais abrangente em termos de determinação do valor econômico que poderia ser usado para a mitigação dos danos ambientais causados pela criação de uma Usina Hidroelétrica, do que o atual método de cálculo da CFURH. Este é fundamentalmente baseado na área alagada, enquanto o MVC parece ser mais completo, na medida em que capta os danos no bem-estar da população atingida, em termos de valores de uso, opção e existência do meio ambiente (RODRIGUES e NOGUEIRA, 2009).

Um outro aspecto importante a ser considerado é que as barragens causam muitos danos e demandas antes mesmo das usinas entrarem em funcionamento, ainda durante a fase de implantação, sem que os entes públicos disponham de recursos para os enfrentar e suprir. Daí porque um dos entrevistados propõe:

> Na verdade, a compensação aos municípios atingidos por barragens deveria começar antes mesmo do início das obras, pois a partir do início delas, a demanda por serviços públicos já aumenta imensamente (EX-SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS JOSÉ IVANDRO DE BRITO FERREIRA, 2012).

Gomes (2011), que não vislumbrou indicadores que comprovem ser a compensação financeira indutora do desenvolvimento sustentável dos municípios afetados pela UHE de Barra Grande - RS, alerta para o fato de que uma avaliação baseada meramente em indicadores econômicos pode levar a resultados enganosos.

> Outro ponto que merece ser destacado é a variação dos indicadores da dimensão econômica. De maneira geral, todos os municípios obtiveram melhora nos dois indicadores considerados para esta dimensão. Como discutido anteriormente a compensação financeira paga aos municípios pelas concessionárias de usinas hidrelétricas no Brasil pode representar mais que 50% do orçamento anual de um município, potencializando indicadores econômicos, como por exemplo, o PIB per capita. Entretanto, os indicadores econômicos necessitam maior atenção na análise, pois podem esconder desigualdades entre regiões e classes sociais e ainda não contabilizam as externalidades sociais e ambientais do processo.

É forçoso retomar o debate acerca da denominada “concepção hídrica”, assim posta por Vainer (2008, p.43 e 44):

> A concepção hídrica foi fortalecida pela legislação referente a compensações financeiras, uma vez que esta considera que os municípios a serem compensados são aqueles que têm parte de seus territórios inundados. Ora, em muitas ocasiões tem ficado evidente que municípios sem qualquer área inundada podem sofre mais severamente as consequências da implantação de uma hidrelétrica que aqueles com áreas tomadas pelas águas do reservatório, mas isto não é contemplado pela legislação, em virtude da concepção hídrica.

Tem razão Vainer, ao considerar que a chamada 'concepção hídrica' não levava em conta os danos provocados às populações que não foram diretamente atingidas pelos reservatórios. Mas tal concepção foi fruto da luta travada pelos movimentos de atingidos por barragens, naquele dado momento histórico, em uma conjuntura adversa, e representava um avanço em relação à postura oficial de considerar atingido apenas aqueles proprietários das terras inundadas. Liderados pelas mais combativas organizações existentes, que desaguaram depois na criação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), tais movimentos alcançaram significativas vitórias, tais como indenizações mais justas e reassentamentos, além do reconhecimento de direitos aos não-proprietários, a exemplo de Itaparica, Itaipu e Alto Uruguai. Havia, porém, por parte dos dirigentes de tais movimento, receio de perder o foco na questão específica, as indenizações ou reassentamentos, ao encampar lutas de maior amplitude. Daí porque a participação do Polo Sindical do Submédio São Francisco na luta pelos *royalties* foi tímida e, sobretudo, na recusa explícita da entidade de participação na luta em defesa do projeto de Irrigação Jusante de Itaparica. O próprio Vainer, aliás, já levantava tal questão, ao relatar os debates travados no 1º. Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, realizado em abril de 1989:

> Neste ponto o debate avançava para romper com a definição dominante no Setor Elétrico, mas também em vários dos movimentos locais, de que atingidos seriam apenas os que fossem afogados. Assim, o movimento nacional, apesar de reconhecer que "historicamente os "afogados" têm sido os que primeiro se mobilizam e, em geral, os que se mantêm à frente da luta <...> atingidos são todos os que sofrem modificações diretas nas suas condições de vida (10 Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens:34). (VAINER, 2002).

E explicitava, em nota de rodapé:

> 24. Esta definição respondia, de maneira clara, às experiências vindas de Tucuruí, onde se mobilizaram as populações a jusante. A CRAB, que já havia enfrentado regionalmente esta discussão, reagia a qualquer ampliação do conceito, temerosa que isto permitisse que grupos ou entidades externas

> pudessem assumir, em lugar dos "verdadeiros atingidos" a condução do movimento (VAINER, 2002).

Importante ressaltar que a luta pelos *royalties* de hidrelétricas significou um avanço na *concepção hídrica*, na medida em que reivindicava compensação aos municípios atingidos diretamente por barragens e não apenas àquela parte da população que tivera suas terras inundadas.

As críticas dirigidas à compensação financeira pelo uso de recursos hídricos, portanto, pretendem que ela tenha um caráter mais amplo do que sua atual configuração, seja contemplando na distribuição os municípios a jusante das barragens, seja estabelecendo vinculação na aplicação de suas receitas, seja adquirindo um caráter de instrumento de mitigação dos impactos verificados ou de impulsionador do desenvolvimento sustentável local. Algumas, porém, confundem-na com o próprio empreendimento, já que a ela são direcionados questionamentos que deveriam ser mais adequadamente dirigidos aos grandes projetos hidrelétricos, frutos de uma política que se apropria dos recursos naturais de dada região para produzir um insumo, a energia, quase toda consumida em outros centros, destinado a suprir a demanda do grande capital, sem um planejamento que leve em conta o desenvolvimento da própria região em que estão inseridos.

> Os impactos automáticos (legais) positivos nos municípios da área de influência podem ter resultados inadequados quando da sua distribuição interna nos municípios. Em primeiro lugar, a compensação financeira calculada sobre área alagada tem grande objetividade e simplicidade, mas não dá conta da diversidade socioeconômica e ambiental da realidade regional nem dos impactos dos empreendimentos na região. Outro componente de distribuição desigual na área de influência reside na cota- parte do ICMS repassada apenas para o município base da usina; mais uma vez se trata de um meio simplificado de repasse de recursos, mas que provoca uma concentração excessiva de recursos nos municípios na forma de receita municipal, influenciando fortemente na capacidade da gestão municipal, fator significativo para o desenvolvimento local e a irradiação dos impactos das hidrelétricas (P&D – PESQUISA E DESENVOLVIMENTO, 2011).

Vale ressaltar, por fim, que foram frustradas as expectativas dos municípios que sediam barragens para outros usos que não o de produção de energia, ou que, por conta delas, tem restrições de uso do solo em função de proteção aos recursos hídricos, de receber compensação financeira inspirada nos *royalties* de hidrelétricas, em virtude de veto do veto do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao artigo 24, da Lei nº. 9.433, de 08.01.1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos. A meu ver, tal pretensão tem amparo fático

e jurídico, posto que se enquadraria como instrumento econômico estimulador da proteção dos recursos naturais e reparador das limitações impostas pela lei, em nada conflitando com as normas constitucionais ou infraconstitucionais. Este também é o entendimento de Rocco (2004, p. 278):

> Os argumentos apresentados são questionáveis, pois não há qualquer vedação tácita ou expressa no texto constitucional ao estabelecimento de compensação financeira aos municípios. Por outro lado, a exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica está entre os múltiplos usos da água – previstos na Política Nacional de Recursos Hídricos, o que a vincula às normas de cobrança. Portanto, a manutenção do instrumento da compensação poderia minimamente estabelecer as normas gerais que visem à regulamentação desta previsão constitucional, trazendo benefícios inestimáveis aos municípios com mananciais de água.

4. CONCLUSÃO

A Constituição Federal promulgada em 1988 inovou, após campanha iniciada no Município de Paulo Afonso, Estado da Bahia, ao assegurar aos Municípios e Estados afetados por barragens hidrelétricas o direito à percepção de *royalties*, ou seja, a participação no resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, ou compensação financeira por essa exploração, conforme disposto em seu art. 20, §1º. Na regulamentação do citado artigo da Carta Magna, foi adotada a forma da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), beneficiando estados e municípios que abrigassem em seu território usinas hidrelétricas e/ou reservatórios para fins de abastecimento de tais usinas, conforme estabelecido pela Lei nº. 7.990/91 e Decreto nº. 1, de 11.01.91.

A implantação e operação de usinas hidrelétricas resultam em profundas alterações ambientais e transformações sociais e econômicas radicais, como as provocadas pelas diversas barragens e usinas instaladas no município estudado, a exemplo da "desnaturalização" da Cachoeira de Paulo Afonso; da transformação em ilha da área compreendida pelo centro da cidade e alguns dos seus bairros; do grande e vertiginoso crescimento populacional; da dinamização da economia local e do enorme passivo social e imensa demanda por serviços e infraestrutura, impossíveis de serem propiciadas pelo poder público local, à época, situação agravada por sua baixa capacidade arrecadatória decorrente da isenção fiscal de que gozava a CHESF.Tal situação só começou a ser equacionada a partir do advento dos *royalties* de hidrelétricas e da reforma tributária proporcionada pela Constituição Federal promulgada em 1988. Seus efeitos, porém, se fazem sentir até hoje.

Embora não seja tão significativa para os Estados e para a União, a receita proveniente dos

royalties de hidrelétricas tem aumentado consideravelmente, podendo vir a se constituir em fonte importante de financiamento da gestão ambiental, junto com as demais compensações financeiras. Já para os municípios beneficiados, a compensação financeira tem peso expressivo, tendo se transformado em fonte adicional de reforço financeiro dos combalidos tesouros municipais, sendo uma das principais receitas, quando não a principal. É o caso do Município de Paulo Afonso, onde se constatou a importância dos *royalties* para a receita pública municipal local, significando expressivo aporte de recursos aos cofres públicos, servindo tal compensação como principal instrumento financeiro para a realização de obras, ações e investimentos em infraestrutura e serviços públicos, que possibilitaram radical transformação na feição urbana e rural do Município de Paulo Afonso. Entretanto, nem de longe, podemos inferir que, tais recursos, tenham minimizado os efeitos das intervenções das barragens na vida das pessoas e sobre o ambiente da área de influência das hidrelétricas.

A CFURH, como as demais compensações financeiras, tem natureza jurídica de instrumento econômico de gestão socioambiental, embora careça de aperfeiçoamentos. Entretanto, conforme demonstrado no presente caso, os municípios beneficiados, de modo geral, aplicam os recursos oriundos dos *royalties* de hidrelétricas em obras de infraestrutura, que não guardam nenhuma, ou quase nenhuma, relação com as questões da natureza. Por seu turno, os estados também não revertem sua parcela de recursos na gestão ambiental, e nem mesmo a União aplica sua cota nas áreas impactadas pelos empreendimentos hidrelétricos. Tal se dá em função da permissividade legal, que não vincula a aplicação dos recursos à gestão ambiental, nem mesmo parcialmente, comprometendo a vocação da compensação financeira.

O Rio São Francisco, que perdeu suas cachoeiras para dar lugar às usinas hidrelétricas, hoje agoniza, sem que os recursos dos *royalties* provenientes de tais instalações sejam aplicados na sua recuperação. E talvez nem ocorra, já que tal modelo de produção de energia, a partir de matriz hidrelétrica, vem sendo apontado como obsoleto em comparação com outras fontes de produção de energias mais limpas, com forte tendência de consolidação, nas próximas décadas, de um ousado processo de desconstrução de usinas hidrelétricas, como está a indicar o cenário mundial.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGUIAR, José H. S.; OLIVEIRA, Gilca G.; GERMANI, Guiomar I.; DINIZ, Edite

L.; MATTOS, Paula A.; MOURA, Pablício V.; **Análise das compensações financeiras pela utilização de recursos hídricos (CFURH) no Estado da Bahia: o caso da barragem de Sobradinho.** III Encontro Latinoamericano de Ciências Sociais e Barragens. Belém, 30 de novembro a 3 de dezembro de 2010.

ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica (Brasil). **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para a geração de energia elétrica.** Brasília, 2012.

AZEVEDO, Sérgio L. M., **Paulo Afonso e o Desenvolvimento Regional.**

EDUFCG, Campina Grande-PB, 2011.

GALDINO, Antônio; MASCARENHAS, Sávio. 1995. **Paulo Afonso: de Pouso de Boiadas a Redenção do Nordeste**. Ed. Fonte Viva. Paulo Afonso, Bahia.

GERMANI, Guiomar I. 2003. **Expropriados: Terra e** Água: **o conflito de Itaipu**. EDUFBA: ULBRA, Salvador, Bahia.

GOMES, Carina S.; ROQUETTI, Daniel R.; MORETTO, Evandro M. **O efeito da compensação financeira sobre o desenvolvimento dos municípios localizados na região de influência da UHE Barra Grande, Brasil.** V CISDA – Congreso Iberoamericano sobre Desarrollo y Ambiente, Santa Fé – Argentina, 12 a 14 de Setembro de 2011.

IULIANELLI, Jorge Atílio S. 2009. **Do campo e das lavouras: notas sobre sindicalismo rural e seus desdobramentos no território de Itaparica**. Militância Ecológica e Luta Sindical no Campo. **Tempo e Presença Digital**. **Ano 4, nº 18**. Koinonia.

JORNAL DA BAHIA, 28.01.1985. **Paulo Afonso Abandonada**. Salvador, Bahia.

JORNAL NOVO DIA, Julho de 1987. Paulo Afonso, Bahia.

MARQUES, Juracy. **Cultura material e etnicidade dos povos indígenas do São Francisco afetados por barragens: um estudo de caso dos Tuxás de Rodelas.** UFBA, Salvador – BA, 2008.

OLIVEIRA, Rezilda R. 200. **ACHESF e o Papel do Estado na Geração de Energia Elétrica. Revista Econômica do Nordeste**, **v. 32, n. 1, jan.-mar**. Fortaleza, Ceará.

PAULO AFONSO NOTÍCIAS. **População e políticos de Paulo Afonso precisam se mobilizar contra divisão de** *royalties* **da CHESF.** www.panoticias.com.br. Paulo Afonso-BA, 29.11.2012.

P&D – PESQUISA E DESENVOLVIMENTO, 2011. **Avaliação dos efeitos de usinas hidrelétricas sobre o desenvolvimento socioeconômico dos municípios diretamente afetados**. UFPE; CHESF. Recife, Pernambuco.

REIS, Roberto R. do A. 2004. **Paulo Afonso e o sertão baiano: sua geografia**

e seu povo. Ed. Fonte Viva, Paulo Afonso, Bahia.

REVISTA MAIS DESTAQUE. **Guerra dos** *Royalties***.** Nº. 25, Paulo Afonso, junho de 2012.

RIVA, Ana L. M.; FONSECA, Luís F. L. da; HASENCLEVER, Leonardo.

Instrumentos econômicos e Financeiros para a conservação ambiental no Brasil: uma análise do estado da arte no Brasil e no Mato Grosso. Desafios e Perspectivas. Instituto Ouro Verde; Instituto Socioambiental (ISA), São Paulo-SP, 2007.

ROCCO, Rogério; **Dos instrumentos ambientais para a sustentabilidade das cidades. O Direito Ambiental das Cidades**; COUTINHO, R.; ROCCO, R.; (orgs.). DP&A Editores, Rio de Janeiro, 2004.

RODRIGUES, Waldecy; NOGUEIRA, Jorge M.; CARVALHO, Eneida de.

Mensuração dos impactos ambientais de empreendimentos hidroelétricos:

o uso do Método de Valoração Contingente. RBRH – Revista Brasileira de Recursos Hídricos, vol. 14, n. 2, Abr/Jun 2009.

SANTANA, Aristóteles L. de. 2012. **Os Anos 80 em Paulo Afonso**. Alma Rubra.

http://aristoteleslima.blogspot.com/. Paulo Afonso, Bahia.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; **Utilização de** *royalties* **e compensações financeiras da exploração da energia hidroelétrica na promoção do desenvolvimento local.** Disponível em pdf em www.dce.sebrae.com.br. Acesso em 26.10.2012.

SETTE, Marli T. D.; NOGUEIRA, J. M.; SOUZA, A. P. **Direito tributário e sua aplicação à gestão ambiental: um enfoque econômico.** Brasília: FACE/ UnB, 2004. Disponível em: http://www.unb.br/face/eco/jmn/trabalhos/2004/ direitotributario.pdf. Acesso em 29.03.2011.

SILVA, Gabriella D.; **O impacto da compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos no desenvolvimento dos municípios: o caso do reservatório da usina hidroelétrica Três Marias.** UNB, Brasília, 2007.

SILVA, Ludmila L. A.; **Compensação Financeira das Usinas Hidrelétricas como Instrumento Econômico de Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental.** UNB, Brasília, 2007.

STERCHILE**,** Shirla P. W.; SOUZA, Edson B. C. de; **Apontamentos sobre a aplicação dos** *royalties* **da Itaipu Binacional e o processo de desenvolvimento.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional - G&DR, v. 4, n. 2, Taubaté-SP, 2008.

TRIBUNA DA BAHIA. 12.06.1987. **Paulo Afonso pede** *royalties* **da energia**. Salvador, Bahia.

TRIBUNA DA BAHIA. 21.05.1987. **Prefeito lança nova campanha**. Salvador, Bahia.

VAINER, Carlos B.; **Conceito de "Atingido": Uma Revisão do Debate – Capítulo 3; VIDAS ALAGADAS: Conflitos Socioambientais Licenciamento e Barragens**; ROTHMAN, Franklin Daniel. Ed. UFV, Viçosa-MG, 2008.

VAINER, Carlos B.; Água **para a vida, não para morte. Notas para uma história do Movimento de Atingidos por Barragens no Brasil.** Artigo apresentado no Workshop "Social Movements in the South", promovido pelo Center for International Affairs, Harvard University, em 2002. Disponível em www. observabarragem.ippur.ufrj.br/central_download.php?hash... Acesso em 19.11.2011.

CAPÍTULO XII

PEIXES E ANZOL: UMA CONVERSA SOBRE BARRAGENS

Cleonice Vergne

Eu via a natureza como quem a veste. Eu me fechava com espumas.

Manoel de Barros

Figura 1: João Paulo (UNEB) e Juracy Marques (HEBERTE)

JOÃO PAULO AGUIAR:

Olha, é uma satisfação estar aqui em Paulo Afonso! Inclusive, porque, foi aqui em Paulo Afonso, há 52, 53 anos atrás que eu fiz contato com barragens, portanto, eu vivo a vida em barragens há mais tempo do que, acho, 90 % dos presentes aqui têm de idade. Tive contato com barragens quando era estudante de Engenharia e estagiei aqui entre 56 e 57, portanto, há 52, 53 anos.

Só isso é suficiente para que eu fique muito satisfeito de estar aqui, para falar sobre barragens, porque eu aprendi e me tornei barrageiro a partir do meu estágio de 50 e tantos anos atrás, aqui em Paulo Afonso; e aprendi uma coisa: tem alguém aqui que já voou pela VASP? Ela tinha um slogan que era o seguinte: "voe com quem gosta do que faz". Então eu tenho 50 e tantos anos de barragem porque eu faço o que gosto. Isso é muito importante. Mas, tá trabalhando em num

lugar que tá sempre insatisfeito é horrível não é não?! Então a propaganda da VASP dizia "voe com quem gosta de voar". Então, trabalhe em barragem com quem gosta de barragem; e eu me enquadro dentro disso. Não fiz nenhuma preparação especial.

Sei que Cleonice Vergne colocou à disposição todos os recursos de multimídia, todos os recursos cibernéticos a minha disposição para minha apresentação; mas, no final, quando a gente ia chegando, eu disse: "Olhe! Vai ser mesmo é no gogó que a gente vai conversar. Não vou precisar de nada". Trouxe inclusive um mapa do Brasil com barragens do setor hidrelétrico. Se depois alguém quiser fazer pergunta e consultar a gente faz.

Veja uma coisa: pra quê? Quais são as funções das barragens? Vamos começar de um troço bem simples. Se você não está na margem do Velho Chico, e tem uma pequena propriedade; e quer comprar uma pequena propriedade na área de cerqueiro. Qual é a primeira coisa que a pessoa pensa? Ou, o que o dono do terreno que vai vender da roça fala? Dentro do nosso sertão árido? "Olha! A propriedade é uma beleza e tem uma barragenzinha que nunca seca. Fazem 20 anos que a gente tem essa barragem". É ou não é isso?!

Quem vai comprar uma roça, fora da beira do São Francisco, a primeira coisa que um dono, para valorizar sua terra diz, é que tem uma barragem e essa barragem nunca seca. E aquele que vai comprar pensa como vai ter água. Ele diz: "Será que tem um lugar aqui que a gente faça uma barragem?"

Então vejam qual é um primeiro papel da barragem. É para o consumo humano e para a dessedentação de animais. E, se o cara na sua roça quer plantar uma horta, quer fazer um pequeno pomar, o que é que ele precisa? Ele precisa de água. Água é vida! Então se ele tem uma barragem, ele garante que vai poder ter água para beber, vai dessedentar os animais. E vai ter, dependendo do tamanho da barragem e do volume que ela consegue acumular, água para fazer sua pequena horta, seu pomarzinho, plantar algumas árvores. Não é isso mesmo?!

Então, vocês já estão aí, com uma resposta que eu dou aqui para minha amiga Cleonice. Para que que serve uma barragem? Quais são seus papéis? Um dos papéis é acumular água. Água que serve para dessedentar, para abastecimento humano, para dessedentar animais, para irrigação, né?!

E, se eu acumulo água para abastecer uma cidade? Eu acho que aqui temos uma maioria de baianos e de pernambucanos, e de Alagoas, de Sergipe. Bom! Muitos sabem que uma parte substancial da água de Aracaju vem do rio São Francisco de uma captação impropriada, né? A Bahia hoje, uma parte substancial, vem do barramento de Pedra do Cavalo. Em Pernambuco, nós temos a barragem de Botafogo, temos as barragens de Duas Urnas, de Itapacurá, também está sendo feita a construção da barragem de Pirapã.

Eu me considero; eu tive uma sorte imensa na vida, porque aprendi a amar barragens, e, comecei a trabalhar na SUDENE, depois passei para trabalhar em empresas, como a COREB que foi absorvida pela CHESF e tal; e como Cleonice colocou aí, desde 1965, durante 30

anos, eu me envolvi com construção de barragens. Do Rio Parnaíba, entre o Maranhão e o Piauí, em Sobradinho, que está todo na Bahia, mas a gente olhava de cima do morro de Sobradinho e via Petrolina lá na frente. Ou seja, basicamente entre Pernambuco e Bahia.

Depois, fui trabalhar em Xingó, entre Alagoas e Sergipe. Uma coisa que a gente não aprende na Universidade; aprende na Universidade da Vida. Não é? Há pouco tempo, discutindo com Cleonice a gente falava de que os povos primitivos não achavam que Xingozinho era divisa de Sergipe e Bahia. Era simplesmente um riacho onde eles - às vezes tinham água, onde eles cruzavam; então a divisão territorial é uma invenção recente.

Eu sou por convicção um internacionalista, ou seja, não significa nada as fronteiras. O maranhense é igual ao seu irmão piauiense; e o pernambucano é igual ao seu irmão baiano; o alagoano e o sergipano não têm diferença, são todos gente, são todos humanos, e são todos pessoas para quem as barragens prestam benefícios. Benefícios! Alguém já imaginou?!

Eu vou falar de Recife, porque evidentemente, depois que eu deixei de ser barrageiro - eu ainda tenho vontade de ser - se aparecer alguma, por aí, para a gente voltar para a beira do rio. Mas, estou sediado em Recife, por isso fica mais fácil eu me referir a Recife, mas o que eu estou dizendo é idêntico a Salvador, quer dizer, o que seria o abastecimento d'água de Salvador se não houvesse hoje a barragem de Pedra do Cavalo que veio complementar a barragem do Rio Joanes, né?! O que seria de Recife, para a sua população, se não tivesse as barragens de Gonjaú, de Itapacurá, logo mais a barragem de Pirapã, ou seja, as barragens, da mesma maneira que a água, é vida, as barragens têm uma função essencial de proporcionar água para que os humanos vivam, e, junto com os humanos, a dessedentação de animais e, para possibilitar a produção de alimentos, a irrigação, né?!

O lazer, vamos dar um passo adiante e fazer 180 graus. As barragens também servem para retenção e tratamento de efluentes que precisam ser tratados para serem devolvidos ao ambiente. Vocês todos! Se eu tenho uma mineradora, eu preciso fazer uma barragem de retenção de dejetos para não jogar aquilo dentro dos cursos d'água, eu preciso fazer lagoa de estabilização. Se alguém visitou Xingó, quando você vem para o bairro Xingó, você não passa numa estrada e tem uma barragem desse lado, e continua com uma barragem do outro lado. Àquelas duas barragens são de tratamentos de esgotos. Aquelas barragens são para tratamentos de esgoto. Quer dizer, todos os esgotos vão pra lá! Decantam; existe as reações aeróbicas e anaeróbicas, e a água, o que sai a jusante, sai em condições de ser bebida. Eu nunca tive coragem de beber (risos).

A gente tinha um colega muito engraçado. E ele dizia uma expressão meio chula, mas que cabe dizer, ele chamava: "João Paulo tá lembrado ontem quando a gente cruzou ali perto do bosteiro?" Ele chamava as barragens de tratamento de esgoto de bosteiro. Então, as barragens servem também para isso, para reter líquidos e efluentes poluidores para tratá-los e voltar para os cursos d'água limpos. Então já tô abrindo aí um painel bem grande, não é?! Todos nós precisamos de tratar efluentes industriais, e isso é inevitável para a vida da gente.

Alguém aqui gostaria de beber água não tratada. Para beber água tratada eu preciso de cloro, que é um dos maiores poluentes do meio ambiente. Então eu tenho que conviver com isso. E quando eu digo eu, somos nós; nós temos que conviver com isso. E as barragens para retenção de resíduos poluidores servem para que eu tenha uma maneira de acumular esses resíduos e tratá-los antes de devolvê-los à natureza. Cleonice chamou atenção de toda uma carreira que eu tive, e de cara, diz que já sou razoavelmente idoso, pelo menos de fisionomia, espero que de físico e de mente não. Mas a gente gosta sempre de contar histórias. Velho gosta de contar história.

Melembreiagora.Tava falando dessa questão do tratamento daágua, aí, levantou-se uma menina: uma mocinha cheia de bobs no cabelo e tal, meio "eco histérica", afirmando que também poderia usar a moringa. E eu: "o meu Deus do céu! O que é que essa mulher tá querendo dizer?!" Que a gente podia beber água tratada com a moringa. Então fica aqui dentro do conhecimento ilustre de vocês: moringa é uma semente africana, que serve para fazer decantação de resíduos na água. Agora você já imaginou, dentro de uma cidade de milhões de habitantes, todo mundo ia pra casa com o seu saquinho de sementes de moringa para tratar a água?! Seria no mínimo inovador. Então a gente precisa ter barragens para isso.

Os grandes rios, eles têm cheias. A natureza provoca cheias avassaladoras; o homem constrói barragens, que têm também, a função de controle de cheias. Talvez aqui alguns se lembrem das duas últimas grandes cheias do São Francisco, foram as cheias de 79 e 80, e também a cheia de 1992. O Rio São Francisco no ano normal, num período úmido, quando as craibeiras, aqui do COLEPA, começam a florir, significa que o rio tá com água nova, vindo lá de cima, né? Mês de outubro, novembro. Então, nesse período até maio o Rio São Francisco tá no período úmido, e ele tem vazões que nos anos normais chegam a 6.000 metros cúbicos por segundo; nos anos muitos secos eles ficam a 3.500 e 4.000 metros cúbicos por segundo, e nos anos das cheias avassaladoras ele ultrapassa 10.000 metros cúbicos por segundo.

A barragem de Sobradinho, que eu participei da construção, ela por duas vezes já minimizou tremendamente os prejuízos para as populações nessas duas cheias avassaladoras, em 1979 a natureza mandou 18.000 metros cúbicos, em Sobradinho nós conseguimos cortar esses 18 para 13; em 1992 nós tivemos 16.000 metros cúbicos, e conseguimos baixar para 10. De certeza, cidades do baixo São Francisco, como Propriá, Pão de Açúcar, cidades do médio São Francisco, mais próximas de Sobradinho, como Juazeiro, depois Curaçá, elas seriam tremendamente prejudicadas caso não tivéssemos conseguido cortar essas vazões. Então barragens também servem para mitigar ações da natureza como são as cheias.

Barragens servem para você praticar a pesca, o lazer, e finalmente, vamos dar os 10 minutos finais pra falar daquilo que eu gosto; que se soma ao que eu gosto, ou seja, de fazer barragem. Barragem serve para produzir energia elétrica! Vocês estão no coração do Nordeste produzindo energia elétrica.

Eu vou me adiantar ao que Juracy vai dizer ou seja, falar dos problemas das barragens. Não vamos deixar os direitos autorais só com ele que vai me dar porrada depois, criticando as barragens (risos). Eu vou me adiantar e tirar seu discurso.

Então vejam, em 1913, Delmiro Gouveia construiu a primeira hidrelétrica do São Francisco.Todo mundo conhece Angiquinho. Ele construiu Angiquinho. Fez uma linha de transmissão até Pedra, que hoje é Delmiro Gouvêa. Fez as casas operárias e a usina, a fábrica de tecidos, a fábrica de linha de Delmiro Gouvêa, da Pedra. Tudo funcionando com energia produzida aqui em Paulo Afonso, e depois, não vou querer cantar aqui que "Delmiro deu a ideia e Apolônio Sales aproveitou", e tal, e tudo aquilo que vocês já sabem. Mas, a partir de 1945, Getúlio assinou um decreto criando a CHESF. Eu vou contar mais uma historinha a vocês, que essa daí foi me contado pela própria figura. Uma vez que ele foi visitar Sobradinho, que tava em construção, e pernoitou lá, e dormiu, Doutor Apolônio me contou uma história que agora socializo ela. Ele com o conhecimento que tinha do São Francisco, com os estudos que vinham sendo desenvolvidos; ele sendo do Ministério de Agricultura, e naquela época energia elétrica era conduzido pelo Ministério da Agricultura, preparou todo o arcabouço para criação da CHESF, para aproveitar inicialmente a energia que poderia ser gerada a partir do degrau natural criado pela cachoeira de Paulo Afonso. E levou, depois de muitos requerimentos, finalmente, no dia 03 de outubro de 1945, Doutor Apolônio levou para Getúlio assinar o decreto de criação da CHESF. Getúlio ainda, havia dentro do governo reações, porque se achava que o Nordeste era tão atrasado que não merecia a construção de uma hidrelétrica de grande porte. Disse: "Não! Vamos estudar mais, vamos levar para os outros ministros". Eu estou contando a história contada pelo próprio autor que a vivenciou. Então, Doutor Apolônio, embora Getúlio fosse agnóstico, Doutor Apolônio tentou usar, e foi feliz no argumento final: "Presidente, eu tô pedindo ao senhor para assinar o decreto de criação da CHESF. A CHESF vai ser a Companhia Hidrelétrica do São Francisco. Amanhã, 04 de outubro, é o dia do São Francisco. "Isso foi uma história de 45, portanto, eu acho que de todo mundo aqui, só tinha eu nascido (risos). Segundo Apolônio, foi esse argumento final que convenceu Getúlio: "Veja Presidente! Amanhã é o dia do São Francisco, veja como São Francisco vai ficar satisfeito com o senhor, de criar na véspera do dia dele, uma empresa com o nome dele". Foi o argumento final para Getulio assinar no dia 03 de outubro de 1945, o decreto de criação da CHESF, véspera do dia de São Francisco. E, aí criou-se a CHESF. Em 1954, dezembro de 54, a CHESF já estava gerando energia e depois vieram as demais máquinas de Paulo Afonso I, veio Paulo Afonso II, veio Paulo Afonso III, né?! Enquanto isso, lá no Parnaíba, íamos fazendo Boa Esperança, de Boa Esperança a CHESF logo depois tava construindo Moxotó; de Moxotó, Paulo Afonso IV; de Moxotó e PA IV, veio Sobradinho; depois de PA IV e Sobradinho, quase paralelo, começou Itaparica; de Itaparica veio Xingó, e, hoje, nós temos capacidade de gerar energia nesse conjunto de hidrelétricas da CHESF. Vocês sabem que a gente tem sempre uma, um sentimento especial pelo primeiro amor, que no meu caso foi Boa Esperança, no Parnaíba, que eu comecei. Mas sou poligâmico, amo essas outras barragens.Comecei fazendo Boa Esperança. Então, somando as usinas do

São Francisco, com uma parcela, digamos, de 7 a 8% do Parnaíba, com mais uma pequena percentagem do Rio das Contas. Com as barragens de Rio das Contas, com a barragem de Pedras do Rio, a CHESF tem a condição de gerar 50 milhões de megawatts hora, por ano de energia. Pra quem pega seu suado dinheirinho e paga energia elétrica, eu acho que a gente pode dizer aqui, que tem gente que tem faixa de consumo mínimo, tem gente que consome da ordem de 100, 150, 200, 300 quilowatt horas, né?! 50 milhões de megawatts hora, significa 50 bilhões de quilowatts hora, por ano. Para vocês terem uma ideia da importância dessa geração hidrelétrica, a fonte mais próxima da hidroeletricidade, em termos de custos, e evidentemente com um potencial poluidor muitas vezes maior que a hidroelétrica é a usina a gás; a usina a gás de ciclo combinado, que é aquela que aproveita o gás que sai da turbina para ainda rodar, aquecer a água e rodar uma turbina a vapor, ou seja, você tem uma turbina a gás, saí o gás ainda quente, aquece a água, produz vapor e vai rodar uma usina, uma máquina a vapor.

O Nordeste, graças às hidroelétricas da CHESF, economiza entre um e meio e dois bilhões de dólares por ano; se não existissem as usinas hidroelétricas da CHESF e tivesse de gerar isso, pela forma mais econômica que existe hoje, disponível em gerar energia, em grandes blocos, que é a energia térmica originária pelas usinas a gás. Antes que você diga: "Não! Mais tem a eólica e tem a solar!" São possibilidades, mais para gerações futuras, daqui a uns 50 anos quando eu acredito que eu não tô mais por aqui, né?! Vai ser possível, a partir da energia solar, que é a fonte de tudo, e do vento, gerar energia em termos industriais.

Alguns de vocês certamente ouviram uma notícia recente de que a Dinamarca, inaugurou o maior parque eólico do mundo. Alguém chegou a ver essa notícia?! O maior parque eólico do mundo gera cerca de 1/3 que uma máquina de Xingó gera. Ou seja, uma máquina de Xingó, uma única maquina da usina de Xingó, gera por ano 3 vezes mais que a energia gerada no maior parque eólico do mundo. Isso não é nenhuma crítica a energia eólica, da mesma maneira que aquela mocinha de bob no cabelo queria que a gente não tratasse a água com cloro para usarmos semente de moringa, o que é inaceitável, é aceitável para condições peculiares, um pequeno grupo, uma fazendinha isolada com 50, 60 pessoas, mas você não pode querer que uma população de 200 milhões de pessoas, 180 milhões de pessoas, vá beber água tratada na base de semente de moringa. Tem que usar o cloro, o cloro polui, tem que se encontrar uma maneira da gente contrabalancear isso, ou encontrar alguma outra coisa que permita tratar a água, sem um agente poluidor melhor do que o cloro, essa é a realidade que a gente tem que ver. E eu estou dizendo isso pra que?!

Então nós temos uma economia de um e meio a dois bilhões de dólares por ano. Significa, portanto, uns três a quatro bilhões de reais, por ano, com energia hidroelétrica que a CHESF produz. Como o Brasil, como um todo, inclusive como o apagão de Itaipu; Itaipu que teve o apagão de ontem, gera cerca de seis vezes e meia a mais energia.

A CHESF é somente 15%. Então se eu disser que energia hidroelétrica é natureza, Deus colocou nas mãos dos brasileiros uma riqueza extraordinária que é a possibilidade de gerar a energia elétrica que a gente precisa. Energia elétrica, na minha percepção, é tão essencial para a vida das comunidades como é o sangue que corre nas veias da gente, individualmente. O homem em sua unidade moderna precisa de energia elétrica, tanto quanto a gente, correndo nos fios de emissão, como a gente precisa de sangue correndo nas veias da gente. Então, o Brasil, pela utilização de seu parque hidrelétrico, estou quase terminando, - ele, economiza por ano, da ordem de treze a quinze bilhões de dólares, pelo fato de a natureza ter dotado o país de tão rico potencial de água. E, eu vou terminar, vou tirar! Num vou deixar a bola quicando na sua frente, eu vou, eu como um bom torcedor de futebol, eu vou tirar a bola, eu vou deixar de quicar na sua frente. Evidentemente que quando a gente faz barragem, a gente tem também influências negativas, e isso é qualquer intervenção do homem.

Pelo menos, uma pessoa aqui que me conhece, minha esposa, que é uma figura maravilhosa, que me acompanha pra onde eu vá e queira ir, eu só digo a ela o seguinte: como ela gosta muito de tocar piano, eu digo na outra encarnação arranje um troço mais simples, uma flauta para a gente deslocar, porque cada vez que a gente se muda, transportar um piano é fogo, né?!

Então não tenho medo de nada, ficar, cuidar da vida da gente como um todo, com toda eficiência do mundo. Quando a gente tava em Boa Esperança, eu to contando um fato real, - quando a gente chegou em Boa Esperança, pra morar no meio do mato, pra fazer a barragem de Boa Esperança, um dia eu chego em casa sujo, cansado e tudo mais, e tá Lulu: "num dá pra morar aqui, num tem segurança". "O que que houve?" "Vai no banheiro!" Tinha um sapo desse tamanho. Então o que é que eu fiz? Contratei os trabalhadores, mandei roçar tudo em torno da casa; canteirinho. Botei uma pedra na entrada e tal e coisa. Acabei com o sapo, mais a quantidade de mosquito aumentou tremendamente, ou seja, qualquer intervenção domundo, do homem, modifica o ecossistema, então eu não vou chegar aqui e deixar a bola quicando aqui na frente de Juracy, pra ele dizer: "Olhe! Ele só fez dizer coisas boas!" Nós temos, na hora que eu faço, nós fazemos barragens, nós temos o passivo da construção dessas barragens. Né?! Por exemplo, uma barragem do tamanho de Sobradinho, ela é uma beleza para os pescadores que moram dentro do lago, mas ela é a desgraça para aqueles que fazem pesca artesanal a jusante, certo, porque eu alterei a vida da ictiofauna a jusante, né?! Nós temos retenção de sedimentos, né?!

Nós criamos condições para o desenvolvimento de algas, muito delas prejudiciais à saúde, e chegam a ser mortais. Há cerca de uns 10 anos atrás, na cidade de Caruaru, perto de Pernambuco, começaram a fazer hemodiálise sem maior cuidado com a água. Como a água que era retida na barragem desenvolvia uma alga extremamente nociva, matou gente. Ou seja, há inconvenientes, e o maior dos inconvenientes de barragens, e ai, eu vou terminar. Você, na hora que você faz reservatórios, você desloca pessoas, então você tem perdas matérias, perdas sentimentais, quando você desloca as pessoas, as perdas materiais são

indenizáveis, são pagas, as perdas sentimentais elas são INAPAGÁVEIS E IMPAGÁVEIS, ou seja, não dá para pagar em dinheiro uma perda sentimental, não dá para fazer esquecer uma perda sentimental. Agora, isso não é exclusivo.

Toda vez, vocês são universitários; toda vez que chega, eu sou meio ranzinza também; toda vez que chega, por exemplo, lá em Recife, rapazes e moças lá da Universidade Federal de Pernambuco querendo, questionando isso: "Não! Mas as perdas do meu povo que foi obrigado a sair". Foi! O deslocamento não desejado traz agregado a ele, uma perda sentimental, mas que na barragem não é diferente, quando 70 anos atrás, o Reitor Joaquim Amazonas, foi construir o Campus da Universidade Federal de Pernambuco, lá tava cheio de pequenos poceiros que tinham suas vaquinhas, então produziam o leite, produziam a aparência. E eles tiveram de sair de lá para abrigar o saber, certo?!

Daqui a pouco nós construímos as barragens; nós produzimos perdas matérias que são pagáveis, são indenizáveis, e produzimos perdas sentimentais que são INAPAGÁVEIS E IMPAGÁVEIS. Ninguém consegue convencer barranqueiro do São Francisco, que nunca teve apoio do poder público, e a CHESF chega, seja em Moxotó, seja em Boa Esperança, seja em Sobradinho, a CHESF é vista como representante do poder público, o governo, e dizer: "Oh! Você vai ter que sair daqui porque nós vamos construir uma barragem". Nada no mundo paga a perda sentimental dele, ele vai deixar a terra, onde os antecessores dele, os pais, os avós etc, foram enterrados; ele vai deixar debaixo d'água a casa onde ele nasceu; ele vai deixar a beira rio onde ele namorou, seja homem, ou seja, mulher. Onde tiveram o primeiro encontro quando foram namorados. Então, nada disso, essa ligação atávica, não há o que pagar, esta é uma perda que se tem, aí entra com referência a Maquiavel, que o companheiro que me antecedeu falou, Maquiavel ele narra em "O Príncipe", que o mal tem que ser feito de uma vez, e o bem tem que ser feito aos poucos. Então, se você tem que fazer uma barragem, para beneficiar, dezenas e milhões de pessoas, você tem que ter, que endurecer sem perder a ternura, e dizer para Juracy: "Olha, infelizmente você tem que sair daqui. As suas perdas materiais nós vamos pagar, vamos tentar manter com você um compromisso social permanente para compensar as suas perdas materiais e sentimentais porque elas são INAPAGÁVEIS E IMPAGÁVEIS". Quando foi que eu aprendi isso? E de novo não se aprende na escola, a gente aprende na universidade da vida. Em mil novecentos e sessenta e tantos, tava em Boa Esperança, passei em Recife, fui na casa dos meu pais, e um certo dia (tossiu muito). Eu não estou emocionado não, foi a tosse viu!? (risos). Um certo dia eu disse pra papai: "Papai porque você num sai dessa casa que todo dia você tem que fechar e abrir doze portas e janelas. Porque você num faz como eu e Lulu, e vai morar num apartamento, cada um tem uma chave é só bater a porta, pra ir embora! ". Então meu pai me ensinou o que era essa perda sentimental, ele disse: "Olha! Eu casei com Cici (era o nome de mamãe, hoje os dois são mortos) e construí essa casa. Fui eu que (papai era engenheiro e professor) construí essa casa. Vocês nasceram e eu criei vocês. Vocês já são independentes, mais em apartamento a gente morre e desce em pé no elevador. Eu vou morrer e sair pela porta da frente de minha casa deitado."

Foi o que aconteceu com ele. Então, na hora que um cara que tem um tipo universitário, tem essa ligação atávica por sua casa, você imagine o beiradeiro do rio São Francisco, em que o universo são aqueles: num máximo uma légua em torno da casa dele. E que ele se vê forçado a sair, para dar lugar a alguma coisa que ele não pediu; e uma parte importante; uma parte quase total dessa energia, num vai atender a ele, vai pra Salvador, vai pra Recife, vai pra Fortaleza, vai pras capitais, vai pras grandes industrias.

Ele tem uma perda sentimental que é impagável, inapagável. Mas vocês já viram, eu não sei se passei o recado bem, que água é vida. A barragem serve para acumular água; água que vai servir ao consumo humano, à indústria, a dessedentação de animais e a irrigação, a barragem serve para controlar cheias, serve pro lazer, serve para navegação etc, etc, né?!

E a barragem serve para gerar energia, no caso do Brasil que economiza da ordem de 13 bilhões de dólares anuais, por gerar hidroeletricidade, ao invés de queimar óleo, queimar carvão, queimar gás.A construção das barragens teve efeitos na flora, na ictiofauna, e principalmente a repercussão dos humanos, a influência antrópica da barragem.

Bem, era isso que queria dizer. Vocês tão vendo que essa foi uma maneira bem improvisada do que eu falei, eu não consigo preparar uma exposição. Eu ainda tinha cabelo, e ainda não conseguia preparar uma exposição. Vai saindo de coração, vai saindo da alma para vocês, e, só me resta esperar que eu tenha atendido o que vocês queriam, e que vocês não me deem muitas pancadas (risos).

CLEONICE VERGNE:

Quem sabe, sabe! Não precisa preparar. Tá na alma! Tá na história! Eu só fiquei triste em uma coisa com o senhor; não falou dos salvamentos arqueológicos, da trajetória dos resgates da memória perdida, que estava submersa não das barragens, das matrizes sedimentares, e foi graças a construção das barragens, no Brasil, que se conheceu, e se abriu o livro que estava fechado nas matrizes sedimentares através da pesquisa arqueológica. E isso foi possível através das barragens. Claro! tudo tem seu lado negativo, porque também, se não tivesse a barragem não encontraríamos esses achados, mas as barragens também transformam essas áreas, em áreas submersas, onde certamente estão outros tesouros.

Já há tecnologia para escavação de águas aquáticas. Eu só queria agradecer o senhor. Eu acho que foi satisfatório; e aí, eu queria alertar pra o pessoal que já pode começar a preparar por escrito as perguntas para o Doutor João Paulo. Passo agora para o nosso, caro, Professor Doutor Juracy Marques.

JURACY MARQUES:

Então, veja só! Algumas pessoas acusam-me de, nos discursos sobre barragens, de seus impactos, eu ser dramático. Entretanto, como João Paulo abriu com um drama, ou seja, afirmando que a eletricidade que corre nos fios de tensão tem a mesma importância que o sangue que corre nas nossas veias, então, permita-me abrir minha fala com um drama. Com dramas. Primeiro, iluminar postes não é iluminar almas! Isso tem uma diferença substancial. E outro conceito que eu quero fincar aqui, dramaticamente, no nosso diálogo, é que a barragem não é uma estrutura de concreto, ela é uma estrutura de poder, nós estamos falando de uma estrutura de poder frente a esses ribeirinhos silenciados que ele acabou de citar; pessoas que não tiveram condições de dizer absolutamente nada. Tiveram que se submeterem a essa lógica de desenvolvimento extremamente violenta que sempre serviu ao capital.

Então, eu queria dramaticamente abrir minha fala, dizendo que estamos analisando uma estrutura de poder e não de uma parede de concreto. Mas eu vou dizer muito pouco, porque eu tenho apenas 30 minutos para tratar da destruição que essas barragens causaram ao São Francisco e à vida de milhares de pessoas.

Sei que algumas pessoas já viram, não sei se João Paulo viu o programa do Globo Ecologia sobre alguns conflitos socioambientais de Paulo Afonso até a Foz, e que também trata das barragens. É um retrato do que representa essas barragens do ponto de vista da biodiversidade, do ponto de vista da vida desses pescadores. Esse vai nos permitir trazer um debate sobre o que representam essas construções, as destruições das cachoeiras, ao longo desse Velho Chico, que é o Rio com a maior cascata de barragens do mundo, não é?! Umadasmaiores cascatas debarragens domundo foi cravada no São Francisco. Então eu queria deixar vocês com um documentário curto que irá mostrar um pedacinho desse drama observado em toda a Bacia do São Francisco (Exibição do vídeo: São Francisco – Um Rio de Lembranças – Globo Ecologia).

Energia e tudo isso tá justificado em nome dessa lógica de desenvolvimento etno e ecocída. Então, se a gente tivesse que parar um tempo aqui para discutir sobre isso precisaríamos de muito mais tempo.

Eu passei 4 anos fazendo um doutorado, estudando os impactos socioambientais das hidrelétricas, por isso que João Paulo sempre fala que eu me especializei em dar porrada nele, mas as críticas que teço é com respeito. Acho que são visões de mundo, são interpretações. Eu queria só que a gente observasse de forma mais crítica a realidade dos barramentos, acho que o vídeo mostra um pouco qual é a consequência desses empreendimentos.

Bem! Acho que uma coisa importante para a gente está discutindo sobre isso. Um empreendimento implantado não é uma coisa dada e encerrada, como disse João Paulo,

trata-se de uma experiência impagável e inapagável, diria mais, impensável.

Aqui em Paulo Afonso tem uma coisa, quando a gente fala da barragem parece que ta falando da mãe, do pai da pessoa. As pessoas agridem a gente por isso, mas eu acho que um empreendimento que tem impactos da escala que teve as barragens no São Francisco, tem que ser pensado, sim. São mais de 250 mil pessoas que foram impactadas das mais diversas formas.

Teve modos de indenização, mas ainda têm coisas acontecendo e nós precisamos pensar se esse é o modelo que ainda se deve aplicar no século XXI, como está acontecendo em Pedra Branca e Riacho Seco, como também pode acontecer com Piranhas, e tantos outros lugares do Brasil e do mundo. Então refletir as consequências disso é fundamental.

Uma das questões que eu trago é "o que é um atingido de barragem". Porque na época que João Paulo falou, na década de 50, se interpretava que o atingido era o proprietário, que a gente chama de uma noção territorial, e aí, quando se construiu a barragem de Xingó, que impactou o Cabeço, já na Foz do Rio, aquele povo do Cabeço pouco importava, eles não foram pensados como atingidos, pois nem eram proprietários, nem estavam nas áreas que foram inundadas nas proximidades da barragem.

Aí o cara diz de lá: "Como que eu não sou atingido se eu morei aqui, morei ali, morei ali, ali. Como se quando fechou a barragem destruiu o rio, destruiu as casas aqui. Porque que eu não sou atingido se eu fui atingido?! " Porque a lógica é de que atingido é o proprietário da área de interdição da barragem. Avançou-se um pouco e, mais pra frente, pensou-se numa lógica que é a noção hídrica, aquele que vai ser inundado. Então todos os remanescentes, todas as pessoas de Glória, Itaparica que vão ter suas áreas inundadas são atingidos. Mesmo assim, o pessoal da Foz do São Francisco não foram interpretados como atingidos, porque a lógica ainda é muito territorial; depois, tem um avanço e a partir da intervenção de organismos internacionais, a exemplo da International Finance Corporation, que é pensar a questão do fisicamente ou economicamente deslocado. Desde então, se ampliou um pouco a noção de atingido de barragem e tem uma série de debates em torno disso.

A gente vai chegar em uma noção do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, que vai dizer o seguinte: "Atingidos são todos aqueles que são marcados pelo efeito ondular". Veja o sentido de ondas de afetação. Como a noção de "efeitos" em Bourdieu. Aqui já tem uma ampliação de quem são esses atingidos de barragens. Devido às pressões, às militâncias, às mobilizações, a exemplo do que aconteceu aqui a partir do Polo Sindical. Assim, a Comissão Mundial de Atingidos de Barragens vai estabelecer que atingidos "são os grupos que por efeito dos empreendimentos, em qualquer territorialidade, enfrenta um outro tipo de deslocamento". Então, você já tem a ampliação de uma lógica a respeito do tipo que a gente chama de atingido. Em consequência disso, a Eletrobrás vai incorporar, no seu plano

de políticas, no Brasil, que, trata-se de um processo complexo de mudanças sociais, que implica além de deslocamento humanos, alteração na organização cultural, social, econômica e territorial. Então, nós estamos falando de um empreendimento que tem um efeito ondular que marca direta ou indiretamente a vida das pessoas, as paisagens, como o Maurício colocou no documentário muito claramente, que é talvez a coisa mais evidente: as barragens do São Francisco puseram fim à diversidade do rio.

Eu tenho uma discussão pontual com a Cleonice, e a gente tem um respeito muito grande um pelo outro. Ela falou que a barragem abriu um livro secreto dos povos pré-coloniais, isso é verdadeiro, e aí eu digo, seria muito bom que esse livro fosse aberto sem essa inundação absurda, sem a necessidade de uma intervenção tão abruta que compromete muitas páginas desse livro maravilhoso da nossa história. O que a gente tem é uma ou outra página que ela foi lá e cavou às pressas, como fez a Gabriela Martins e o Carlos Etchevarne. Então é uma discordância teórica que a gente lida bem. Ela, lá perto da CHESF, e eu, longe. Me questiono sobre qual tem sido, por exemplo, a contribuição dessas hidrelétricas para as pessoas que vivem aqui há séculos. Há exemplo dos povos indígenas, que no século XX, foram tidos como extintos. Estranho esses relatos e documentos, porque só na minha tese de doutorado eu trabalhei com mais de 30 povos. Todos esses ribeirinhos impactados com a construção das hidrelétricas, para geração de energia, no século XXI, estão em condição de miserabilidade. Muitos nunca tiveram acesso à eletricidade. Então que desenvolvimento é esse? Para quem? Para quê?

Só alguns dados gerais. Hoje nós temos mais de 45 mil barragens construídas em todo mundo, o que representa um percentual de mais de 80 milhões de atingidos;Vejam! Nós estamos falando de um tipo de guerra que tem uma marca de genocídio. Muitas pessoas não apenas são deslocadas, muitas morrem. É o caso do São Francisco, tem vários relatos de uma mortandade intensa entre as pessoas, porque isso que o João Paulo falou, o pai dele resistiu. Trata-se de uma coisa muito abrupta. Muitos idosos morreram, e a gente tem um relato. Karen está aqui e me deu a foto de uma das pessoas que três dias depois de ser deslocada faleceu. Porque não é toda planta que sobrevivi a esse desenraizamento abrupto em nome desse desenvolvimento tão anunciado como algo vital, como nosso sangue. Nesse aspecto eu discordo de João Paulo radicalmente.

Eu queria marcar aí uma coisa que é importante, João Paulo começou falando de uma história que começa em 1913, com Delmiro Gouvêa. Tem uma implantação do coração artificial, aqui em Paulo Afonso, na década de 50, na época; década de 70 sobradinho e por aí vai, aí o que é que acontece? A gente pensa e tem uma justificativa de que como não tinha legislação ambiental e o Brasil vivia uma Ditadura. Quando eu analisei os impactos de Sobradinho, eu analisei assim: era um pais que não tinha legislação ambiental, por isso que foi tão absurdo o tipo de intervenção. Sem nenhum cuidado, ou, quase nenhum cuidado com as questões socioambientais, e nós vivíamos a égide de uma ditadura. Talvez tenha sido muito difícil para esses povos dizer alguma coisa, porque não podiam dizer nada. “É o

desenvolvimento e cale a boca!"

Bem! Quando fui analisar o caso Truká e Tumbalalá, com a implantação de Pedra Branca e Riacho Seco e o projeto deTransposição; eu estou no governo Lula, dito democrático, e no momento em que o Brasil tem uma das melhores legislações do mundo na área ambiental, então veja, épocas diferentes, e o mesmo modelo de desenvolvimento se repete com mesma face, com as mesmas consequências. Então quando analisarmos essas questões temos que observar o espírito, é a áurea e não necessariamente o tempo, porque apesar de ter mudado "modelos de governo", que se dizem transitórios de uma ditadura para uma democracia, o espírito deste tipo de modelo de desenvolvimento permanece no século XXI, num governo que nós elegemos e que é tido como democrático, e que está implantando a mesma coisa que foi feita na década de 50.

Veja a luta dos povos do Madeira, dos Povos do Xingu; vocês estão acompanhando agora, vocês viram esse episódio de um corte causado por um índio num engenheiro. Aí, alguém disse: foi um absurdo! O índio cortou um engenheiro da Eletrobrás, não é?! Vocês precisam ver esse documentário na íntegra. Aquilo é uma mentira! Vocês precisam ver o documentário todo! Eu tenho esse documentário e está disponível no NECTAS. Recomendo que vocês assistam. Aquele engenheiro, quando os indígenas dizem "nós não vamos sair daqui! Aqui é nossa terra sagrada"! Ele diz: "Vai porque o governo mandou!" Ele vai para cima dos índios, inclusive povos que são pouco contatados.

Teve um debate e eu perguntei: "Bem! Não é justificado que um engenheiro seja cortado, e não é mesmo justificado, mas quantos índios e quantos grupos são cortados, mortificados, e ninguém diz absolutamente nada?!"

Então, essa luta existe há séculos! Mas não esqueçam do primeiro conceito, estamos lutando não é contra uma parede de concreto, estamos lutando contra uma estrutura de poder. Agora temos um raio - x do que representa as cascatas de barragem do São Francisco, desde Três Marias até Xingó. Depois vocês podem olhar esses dados (mostrando tabelas na projeção), são dados gerais sobre a CHESF. Importante conhecer essa poderosa empresa. Volta essa tabela. Essa tabela foi uma tabela que eu montei ao longo do trabalho de pesquisa, e ela está disponível nesse livro que a gente publicou, Ecologia do São Francisco.

Se vocês querem saber, quando foi construída cada barragem, quantas pessoas foram impactadas, momento de inundação, área, etc. Os dados estão no livro. É uma tabela que a gente vem construindo com muitos pesquisadores. Para quem vai estudar impactos de barragens, esses dados são importantes. Saibam a dimensão disso, porque, se só eu falar, talvez vocês tivessem uma visão muito pessimista. Se, só João Paulo falar, vocês vão ter uma visão, talvez, muito otimista, embora hoje ele marca assim, também, o cuidado, preocupação de falar do impacto disso, não é?!

Trabalhei por muito tempo com os povos indígenas. Há muitos depoimentos de índios aqui do São Francisco, falando da violência que representa isso. Isso aí (encontro com o povo Tuxá em Rodelas) foi no ano passado, os Tuxás de Rodelas, que estão há 20 anos, tentando se restabelecer, depois de uma marca traumática do deslocamento a partir da hidrelétrica de Itaparica.

E aí, depois vocês podem ver. Eu só trouxe essa foto porque os índios, depois de 20 anos, ainda estão lutando por direito, tentando a questão da territorialidade, da afirmação. Então essa marca que a gente diz indelével, ela é uma marca, uma cicatriz, que vem se arrastando ao longo dessas décadas, sem uma resolução muito clara. (Mostra o livro Pedras Pintadas). Esse livro que vocês vêm acompanhando, é um livro que eu e Cleonice acabamos de escrever, sobre a destruição da cultura material aqui em Paulo Afonso. Somos uma cidade turística, uma cidade bonita, das belezas naturais. Está todo mundo sabendo que nós temos, ali, em Malhada Grande, Rio do Sal, Lagoa das Pedras, um patrimônio de 10.000 anos, 9.000 anos, sendo destruído pra calçar ruas, pra fazer brita. O prefeito sabe, o Ministério Público sabe, a CHESF sabe, a sociedade sabe, e eu nunca vi tanta omissão juntas num mesmo lugar. Importante destacar a tentativa impetrada pelo MP. E, aí, a consequência recai sobre esta mulher (CleoniceVergne) que sonha em preservar esse caderno, um pouco em mim, porque estou diretor desta Universidade (campus VIII-UNEB), mas é uma coisa absurda o que tá acontecendo em Paulo Afonso, na beira de uma empresa que explora o rio, e aí, já é uma questão que estou levantando pra João Paulo: porque esta empresa que se instalou na década de 50, ela é, hoje, uma das empresas que mais arrecada no Brasil. Só em 2008, ela obteve um lucro líquido de mais ou menos, 1 bilhão e 400 milhões de reais. Com 1 milhão, nós faríamos uma intervenção radical nesta realidade que envolve 70 famílias, mas é impressionante como, há 10 anos, nós não temos uma intervenção radical para evitar uma das maiores atrocidades do mundo contemporâneo, em termo de destruição de memória pré-colonial e de violência de crianças e de adultos, numa cidade que arrecada mais de 7 milhões. É um absurdo tanta omissão, do lado privado, do lado público, nos nossos olhos, e nós não fazemos absolutamente nada!

Então, esse é o cenário de territórios, onde se implanta modelo de desenvolvimento que gera riqueza, gera desenvolvimento, mas que também têm marcas extremamente segregadoras. É questionável esse desenvolvimento!

O caso de Malhada Grande reproduz um pouco isso. Então, encerraria minha intervenção, queria Leo, que pegasse aí (aponta para projeção) onde está dizendo o seguinte: a barragem traz a marca desse desenvolvimento e ela gera lucro como foi anunciada aqui, e a CHESF todo ano bate recordes de lucros líquidos, ela traz essa marca do apagamento da memória, da destruição da biodiversidade, e eu acho hoje que Paulo Afonso está num nó, ela é uma interrogação sobre isso.

E eu queria finalizar com esse vídeo que é de 1 minuto (documentários sobre a destruição dos sítios rupestres na Malhada Grande), e queria passar pra João Paulo que é um representante dessa empresa que está aqui em Paulo Afonso, e que a gente tem feito um diálogo para uma intervenção radical para a solução desse problema. Temos feito isso com o município, mas o município não tem dado respostas positivas. Ao contrário, ele é um dos destruidores. A gente tem feito tentativas com a CHESF, e a gente tem tentado um diálogo com a empresa, mediado pelo MP, mas acho que a empresa ainda não assumiu esse problema como deve. Eu encerraria dizendo que esse desenvolvimento tão celebrado no São Francisco tem servido aumaparcela minoritária, masele ainda não está efetivamente à disposição de um cuidado com a biodiversidade e com as pessoas que foram marcadas pela implantação desses empreendimentos.

Encerro aqui minha fala mostrando isso, e, ao mesmo tempo, pedindo que vocês, que nós, que a CHESF, que a Prefeitura e que o Ministério Público possa intervir, antes do apagamento total desse cenário natural, memória dos grupos pré-coloniais que ocuparam a América.

Ah! Só reforçando: quando foi destruída a cachoeira de Paulo Afonso, na cosmovisão dos indígenas, os encantados migraram para a cachoeira de Itaparica que depois foi destruída. Para os Pankararu, por exemplo, os encantados foram embora de lá. Então, do ponto de vista de uma compensação, a gente consegue mensurar área atingida, coqueiro, animal, enfim, mas essa dimensão simbólica, como João Paulo falou ela é impensável, imensurável, impagável e inapagável. Acho que o que as barragens trazem é uma questão central para nossa condição existencial no planeta.

CLEONICE VERGNE:

Muito obrigado Professor Juracy, e antes de eu passar a palavra, quero falar uma pequena coisinha aqui: o Professor Juracy disse que nós temos uma divergência e aí, me ocorreu o seguinte: é nas divergências que se constrói cientificamente o saber, e, de repente me senti no século XVIII, quando a antropologia surge como ciência, e foi graças a essa constante divergência que todas as escolas tradicionais e clássicas, estruturalismo, funcionalismo, relativismo cultural, surgem. Então esse é o gostoso da academia, são exatamente as divergências de opiniões cientificas, embasadas, não na escolha do pesquisador, ou do acadêmico, mais acima de tudo, no limite de respeitabilidade das divergências.

Agora vamos começar pela primeira questão: Dr. Juracy Marques, quais os prejuízos que o processo de barramento trouxe na memória e história das populações atingidas?

JURACY MARQUES:

É incalculável, impagável, inapagável. São chavões que aprendi com João Paulo. Eu acho que é a melhor tradução disso tudo.

CLEINICE VERGNE:

Doutor João Paulo, como o senhor se sente alterando o *habitat* dos seres humanos?

JOÃO PAULO AGUIAR:

Olha! Primeiro vamos citar aqui: quando eu estava assistindo, parabéns pela reportagem que fizeram (risos), você falou do século XVIII. Então vamos falar de uma pessoa importante do século XVIII, da época dos enciclopedistas. A grande maioria aqui nunca ouviu falar de "Jean Larré Allourex", mais já ouviu falar de Voltaire, então Voltaire dizia o seguinte, "Não concordo com uma só palavra do que dizeis, mas defenderei com a minha vida o vosso direito de dizê-los". Então, o que nós estamos vendo na conversa entre nós, é uma repetição daquilo queVoltaire chamava a atenção, e que terminou na Revolução Francesa, com a queda, pelo menos dos direitos sagrados dos que comandavam a sociedade.

Evidentemente, eu não chego ao exagero de dizer que eu não concordo com uma única palavra do que ele diz; não concordo com uma cacetada de coisa que você diz! Se você fizer, nós estamos num ambiente de ciência, qualquer trabalho de ciência que você fizer, de investigação, você vai ver que, a transgressão e regressão marinha na Foz do São Francisco, em nada tem a ver com as barragens construídas, é um fenômeno da natureza, um avanço e recuo do mar. É o que ocorre no universo em permanente mutação, se assim o fosse, se precisasse ter barragem pra evitar, pra provocar a transgressão que é o avanço do mar, e a regressão que é o recuo do mar, você não teria no fundo do mar mediterrâneo cidades gregas a vinte metros de profundidade da água, que eu saiba naquela época ninguém fazia barragens né?!

Esse é um fenômeno natural, se você avança um pouco na Foz do São Francisco, passa na Foz do Vaza Barris, tá ele lá, também, com a erosão marinha com o avanço do mar, então a gente tem que interpretar esses outros fenômenos.

Se você avançar um pouco mais para o sul da Bahia, parece que a natureza quer realmente fundir a cuca da gente, porque você tem o rio Jequitinhonha, perto da Foz do Rio

Jequitinhonha; você tem a barragem de Itapebi, e a mesma movimentação de correntes marinhas e, tudo mais, que provocam a erosão na Foz do Rio São Francisco, na Foz do Vaza Barris. Ironicamente a natureza diz: eu vou encucar esse pessoal porque num lugar que tem uma barragem, pertinho da Foz, em vez de fazer erosão eu vou fazer regressão, vou fazer o que se chama engordar. Então, tá lá, a foz do Rio Jequitinhonha sendo engordada, criando praias. Então, a gente tem que ver essas coisas como sendo nossos participantes de um universo em permanente evolução, mas vamos adiante, aqui, com a pergunta do companheiro nosso, Raul, como me sinto.

Como sempre é, respondendo de modo heterodoxo, há uns tempos atrás eu estava fazendo um debate com padres, com comunidades católicas, e uma pergunta desse tipo foi feita; e um membro fez um questionamento dessa natureza. Olha! Eu tenho certeza, eu tenho aqui na minha agenda, que é o meu laptop, porque eu sou um analfabeto cibernético. Então, não é a CHESF que assentou cerca de 150.000 pessoas; são aquelas diretamente influenciadas pela nossa barragem, eu não chamo de atingidos, eu prefiro chamar de influenciados, aqueles que foram influenciados pela construção de barragens; foram reassentados 150.000.

Então eu dizia pra ele: "Olhe! No tempo das barragens que eu construí, eu vou ter no dia do juízo final, 150.000 pessoas querendo me jogar no inferno, mas eu vou ter algumas dezenas de milhões de nordestinos que puderam ter uma vida digna; que puderam trabalhar; que puderam progredir, querendo que eu vá pro céu, então vai ser uma batalha meio desigual, porque terá 150.000 querendo me jogar no inferno e dezenas de milhões querendo que eu vá para o céu. Então eu devolveria com aquela pergunta que fiz do Recife: na hora que você vai construir um campus avançado da UNEB; na hora que você vai implantar um projeto que vai beneficiar centenas de famílias, você trabalhar com pequenos agricultores, e você se vê obrigado a deslocar algumas dezenas de famílias, qual vai ser sua atitude? Vai ser fugir do problema, ou agilizar?!

Na minha vida toda eu utilizei isso, o ensinamento de Guevara: "Aí, que endurecer – se, porém, sem perder a ternura". Você tem que fazer! Não é?! Respeito a posição das pessoas que são contra, mas para você ter energia elétrica, que para mim, continua sendo para a sociedade moderna, tão importante como o sangue que corre em nossas veias.

Você não casou ainda, mas é a energia elétrica, que Deus o livre dessa necessidade, vai ser quem vai salvar a vida de seu filho, quando ele precisar frequentar uma UTI.

É quem vai produzir alimentos através da irrigação. Então, são coisas necessárias, evidentemente que você não vai matar pessoas, você vai manter a ternura. Você vai chegar e operar essas mudanças com o duvido cuidado. Com sentimento de que aquelas pessoas estão sendo submetidas a esse sacrifício; não sendo um sacrifício violento, que é outra coisa que a gente usa muito, e aí, a gente vai em cima de você.

Fala-se muito, tal coisa foi feita na época da ditadura. Eu não me envergonho de nada do

que fiz na época do governo militar, porque eu mantive meus princípios. E, chegou em Sobradinho você nunca solicitou uma força militar para fazer nada, né?! Nada! Então sempre fica no diálogo, as pessoas precisam ser alimentadas, por alguma coisa que nem sempre trouxe benefícios para uniões, e há também, meu caro Juracy, eu vou contar bem rapidinho. Teve um dia que eu saí de Sobradinho, de manhã cedo, porque eu ia pra Sento Sé. Passei numa localidade que você teve, certamente esteve lá, chamada "Xá", então me encontrei com uma pessoa que eu conhecia da beira do rio, chamado Zé Bigode. Parei para tomar um cafezinho na casa de Zé. Então, nunca me esqueço disso, porque era uma casa modesta, mas, ele tava lá com a vaca e os bezerros. Ele tinha as galinhas no pasto; e ele tinha principalmente uma plantação de, como é que se chama esse bicho… pimentão, sabe que tem pimentão amarelo, pimentão vermelho e a folha do pimentão é um verde bem forte. A plantação de pimentão de Zé parecia um quadro de Van Gogh, a mistura das cores e tal. E aí, eu que conhecia Zé da beira do rio. Dessa vez, eu num vou usar uma palavra chulá não! Na conversa eu usei a palavra chula, então eu vou usar uma palavra mais de salão, eu perguntei: "Zé! Rapaz tu melhoraste pra burro num foi?!" "É rapaz! Eu num tenho do que me queixar não". Nessa época eu estava numa briga de foice com o bispo de Juazeiro e depois a gente se tornou companheiro de jornadas contra a privatização da CHESF. Aí eu usei a palavra chula: "Se o filho da mãe do bispo mandar os agentes dele aqui pra você falar mal da gente, você vai dizer que a CHESF "te lascou" né?! " Aí, ele virou assim pra mim; fez-se um riso: "Mas é claro doutor! " Ou seja, ele aprendeu conosco a não ser sincero, ao usar do homem moderno toda a hipocrisia, em privado, ele reconheceu pra mim que a vida dele tinha melhorado, mas fosse alguém, se você fosse lá entrevistar ele, ele diria a você que a CHESF lascou com ele, que acabou com tudo e tudo mais. Esse é o mundo que a gente vive.

JURACY MARQUES:

Uma réplica bem curta! Porque foi uma intervenção, então pessoal a gente percebe que são discordâncias estruturais. Eu acho que da mesma dimensão que esse homem aprendeu com a hipocrisia, a gente consegue ver na fala de tantas e tantas pessoas ribeirinhas, que dizem assim: "Isso fudeu com a minha vida, né?! Isso num me matou, mas me lascou!" Com muita sinceridade, é como se falar a verdade, quebrar o silencia fosse uma hipocrisia.

Quero ainda discordar de João Paulo, porque assim, da forma como ele descreve, esses fenômenos são naturais. Depois que fechou a hidrelétrica de Xingó, o Cabeço foi destruído. Trata-se de um impacto da hidrelétrica de Xingó! Só para agente ir aí pontuando as discordâncias.

JOÃO PAULO:

Você não pode dizer isso de um fenômeno natural que aconteceu há décadas. Falta rigor cientifico nessa sua colocação. Você conhece uma piada do Japonês em Hiroshima: o americano soltou a bomba atômica, aí o Japonês foi um dos poucos sobreviventes da catástrofe, então quando chegaram as primeiras equipes de socorro que encontraram o Japonês, lá na casa toda destruída. Perguntaram: "Como é que foi que aconteceu? " "Eu num sei, eu saí do banheiro, bati na descarga, estourou tudo" (risos). Quer dizer, ele tinha apertado o botão da descarga e provocado a bomba.

O Cabeço foi destruído entre 94 e 98, quando a costa brasileira apresentou a maior movimentação de transgressão e regressão marinha, ou seja, erosão, se você pegar o Cabeço, essa daí eu vou mandar para você a fotografia, e as fotografias do farol que existem no Rio Grande do Sul, que não tem nenhuma hidrelétrica, nenhuma barragem, o mar avançou e deixou ele lá torto, no meio do mar, e não tem nenhuma barragem por perto, é o farol da "Conceição".

CLEONICE VERGNE:

Pessoal paciência! Mas vale a pena! Eu acho que vou estabelecer limite para cada um falar agora. Bom, eu tenho quatro perguntas, eu vou fazer três, porque uma é um tratado…

JURACY MARQUES

Bem, eu vou me deter com uma pergunta que eu acho muito importante que é: "Qual é o grau de conhecimento sobre os impactos das barragens construídas em Paulo Afonso a partir de 1950?"

Considerando em termos de impactos de barragem não dá para respondermos. Se tem um vazio aqui. Se analisarmos Rodelas, Remanso, Petrolândia, observamos alguma consistência em dados, mas em Paulo Afonso parece que é um lugar absolutamente desocupado à época dos barramentos e que não se tem uma memória desse processo de deslocamento. Só agora trabalhando com as comunidades daqui da Prainha e de outros bairros periféricos da Cidade é que as pessoas estão trazendo uma memória da forma como foram deslocadas pro Mulungu, por exemplo.

Como é que se deuepor quê?A década de 50, éumperíodo, embora João Paulo diga que não, mas é um período em que as memórias foram apagadas, silenciadas. São poucas as memórias e as que tentaram resistir, algumas foram apagadas a fórceps. Então eu acho que nós temos a responsabilidade como acadêmicos, de tentar reestabelecer essa memória.

Não sei se João Paulo teria alguma questão sobre isso, porque só agora eu tô tendo noção sobre o que seria uma memória desse processo de deslocamento em Paulo Afonso, que tem quatro grandes hidrelétricas instauradas nesse território de ocupação humana. E aí, a gente sabe muito pouco sobre isso. Acho que essa pergunta dá margem para que a gente se responsabilize enquanto academia, para interpretar como foi esse processo. Quem foi expulso, por quê, de que forma. Essa memória em Paulo Afonso, não tem. Destaco: as cachoeiras de Paulo Afonso eram densamente povoadas pelos povos indígenas desde épocas pré-coloniais!

JOÃO PAULO:

Olha! Eu vou aqui, você vai ler comigo, Paulo Afonso I, II, III, o enchimento foi em 1954. Numa informação que eu tenho da Ilha daTapera e dos arredores, não havia moradores permanentes, ou seja, tem o cara que criava bode e tudo, mas então não havia moradores permanentes, ou seja, ninguém perdeu a sua identidade, do ponto de vista espacial, porque não haviam moradores. "Agora seu Antonio, Dona Maria, Seu João, foi expulso, olha você tem que sair daqui, da Ilha de Tapera, senão a água vem aí e você vai morrer". Eu honestamente, não sei dizer, e não conto. Se você um dia encontrar algum registro disso, num é? Você por favor, me passe, que eu gosto dessas coisas.

Agora eu vou informar para responder ao companheiro Humberto, das três obras que eu participei, em Boa Esperança na década de 60, antes de existir o MST, o Movimento dos Sem Terra, nós fizemos um trabalho, eu elogio, não estou fazendo alto elogio porque foi baseado num homem que morreu recentemente chamado Lindauto Farias que foi o cara que bolou, pra Miguel Arraes. Depois as primeiras centrais de abastecimento que você tem em Paulo Afonso, então Lindauto teve uma ideia espetacular. Naquela época não tinha as condicionantes ambientais e tudo mais. Nós fizemos uma pegada a duzentos metros a borda do lago, e dividimos em lotes, os quais aqueles trabalhadores rurais que moravam dentro do reservatório, trabalhando para grandes proprietários que criavam gado e etc. Cada um deles recebeu um lote na beira do lago. Em Sobradinho. Em Sobradinho nós tivemos reassentados. Eu tenho o número aqui 11.853 famílias. A gente tem a estatística muito precisa de 11.853 famílias, então, houve o reassentamento das cidades e houve o reassentamento rural. Sobre as cidades foram reconstruídas, foram construídas novas cidades que não pagaram. "Vou cobrar royalties agora das perdas sentimentais impagáveis e inapagáveis" (risos). Mas então as pessoas tiveram as suas casas compensadas na nova cidade, respeitou-se a questão de vizinhança tanto quanto possível, e os projetos arquitetônicos, em uma questão. Então as pessoas, e aquelas que não tinham casa, moravam em casa de favor, em casa alugada, elas tiveram meios para ter sua casa própria na nova cidade. Aí, vem a Zona rural, que eram realmente procuradas pela CHESF, que conseguiu, "de gaiva", tornar públicas as melhores

terras do Vale do São Francisco que fica em Serra do Ramalho e fazer um projeto para colocar os poceiros ali, porque a CHESF não tinha.

Poderia até, somente dar um dinheiro, mas iria acabar logo. Então a CHESF não queria deixar essa população ao "leú". Então a CHESF deu as seguintes alternativas: para os poceiros - tiveram todos os bens indenizados, a cerca, o barreiro que ele tinha, o arame, tudo foi indenizado, o capim e tudo mais. Então, tinha todas as alternativas e o projeto de Serra do Ramalho foi um grande fracasso. Teve terra na borda do lago, e, se assentar nas áreas rurais das cidades, e finalmente ter o que a gente chamou de solução própria. Solução própria era: o Antônio ou a Maria dizer "olhe eu tenho um filho no Maranhão ou em São Paulo. Eu quero ir pra junto da minha família em São Paulo". Então você pagava todas as benfeitorias que ele tinha como poceiro e proporcionava recursos necessários para ele viver junto da família em São Paulo ou Minas Gerais ou Maranhão, onde fosse, e isso era chamado de solução própria e por isso foi feito.

Em Itaparica foram feitos os grandes projetos de irrigação. Em Xingó foram atendidas somente 13, 14 famílias, e estas eu negociei com elas pessoalmente. Elas optaram para se transferir. 14 pescadores que moravam dentro, eles optaram por se transferir para o bairro Nossa Senhora da Saúde e eles ligaram e a CHESF fez que eles tivessem na beira do rio. Você quase que expulsava o pessoal de lá para investigar os sítios arqueológicos, não foi Cleonice! (risos) Fazer um galpão onde eles guardassem seus apetrechos de pesca e poderem descansar a noite, dormir lá, ao invés de voltarem para o bairro Nossa Senhora da Saúde, que fica a uns 5 km da beira do rio. Então, esse foi o procedimento que a gente adotou.

CLEONICE VERGNE:

Próxima pergunta. Vou pedir aos senhores para serem breves. Os senhores são favoráveis à transposição do Rio São Francisco?

Aí, essa é do Robério, sétimo período de administração da FASETE. Essa é pro senhor, faço parte do comitê intersetorial da CHESF em Paulo Afonso, como forma de tentar compensar as pessoas atingidas pelos impactos da construção das hidroelétricas; sei que no momento atual é diferente do passado, pelo menos tentasse aplicar a legislação ambiental ou será que a PAC, porque será realmente que Marina entregou o Ministério do Meio Ambiente?

- Pedro José de Souza, sétimo período de Administração, pro senhor também, a CHESF tem o dever e compromisso socioambiental com o Rio São Francisco e seu povo, ela continua com seu comprometimento, e está dando conta, está atendendo?

JOÃO PAULO:

Basicamente é sobre a transposição. Não dá pra ser! Se um médico chegar e disser: "Eu vou cortar a sua perna, você é contra ou a favor? " Agora se o médico disser; "Sua perna está gangrenada, ou eu corto ou você morre. Você é a favor?" Então a transposição não dá para ninguém ser contra ou a favor. Para que seria a transposição? Eu vou dizer de forma bem simples: há uma condição essencial para a qualidade de vida das pessoas: é ter segurança hídrica. Essa é uma conversa que chega até amanhã de manhã. Se quiserem permanecer a gente fica até amanhã de manhã. Agora tem o seguinte: precisa segurança hídrica, porque água é vida. E o que é segurança hídrica? É você ter água nas quantidades necessárias, de forma permanente, 24 horas por dia, 365 dias por ano e de duração ilimitada; é abundância em termos das cidades predefinidas, porque a água é um bem finito.

Então você tem de ver o seguinte: a transposição não éo que o presidente Lula está dizendo. É uma mentira que colocam na boca dele que a transposição é para matar a sede de 12 milhões de nordestinos. Num é nada disso. Agora se para ter segurança hídrica no Vale do Jaguari, no Vale do Salgado, no Vale do Ipojuca, no Vale do Paraíba, a maneira de você ter segurança hídrica é através da transposição, não existe outra, eu sou favorável à transposição. Vai dar um bode tremendo a transposição, porque ela está sendo executada apenas com interesse eleitoral, como é que você vai gerenciar essa água, ninguém está se incomodando, tem algum paraibano por aqui? Num tem um paraibano, vamos dar o exemplo dessa questão de segurança hídrica, bem rápido. A cidade de Campina Grande não tem segurança hídrica, dois casos reais, em torno de Campina Grande existe um anel de hortifrutigranjeiros e desde 2001, está proibido retirar água dos açudes que abastecem Campina Grande para irrigar essa produção hortifrutigranjeira. A cidade de Campina Grande tem uma grande indústria têxtil que vem ser propriedade do Vice-Presidente José de Alencar. Essa indústria têxtil é quem gasta mais água na produção têxtil, na estamparia. Então o que que acontece nestes dois exemplos, Campina Grande tem uma qualidade de vida da população reduzida, porque é obvio que tem hortifrutigranjeiros muito mais caros do que poderiam ter, em qualidade e quantidade melhores porque não podem irrigar; os tecidos fabricados em Campina Grande vão em um caminhão serem estampados em Minas Gerais, porque Campina Grande não tem água, então se nos dermos, se o governo der segurança hídrica a Campina Grande, você vai ter uma qualidade de vida muito melhor na produção de hortifrutigranjeiros, e empregos que hoje deixam de existir em Campina Grande para existir em Minas Gerais, pelo efeito da estamparia, serão abrigados em Campina Grande. Eu como cidadão acredito que dar segurança hídrica a Campina Grande é um troço bom, então olhado por esse prisma, e se a única alternativa para Campina Grande ter água com segurança hídrica é a transposição eu sou favorável a transposição, vendo como cidadão. Finalmente, aqui eu vou terminar esse quadro. Nós temos, eu tenho que contar até porque é uma pessoa que segundo minha esposa, a gente era muito amigo dele, ou é hoje ou amanhã, é amanhã que se completarão

11 ou 12 anos da morte de padre Mário. Nessa questão do compromisso social foi uma discussão muito longa minha com o padre Mário. Eu aprendi a tecer em conjunto, que esse negócio de dízimo você pagava em dinheiro, compromisso social é uma ligação muito, mais firme e é um troço permanente, então desde 12 anos atrás, porque a gente conversou isso antes dele morrer, a gente discutiu isso antes dele morrer, no fim da década de 80 quando eu morava em Xingó; essa questão de compromisso social, não tô ligado a vereador, não tô querendo nenhum aplauso, mas, desde então, 20 anos atrás, eu luto dentro da CHESF por esse conceito de compromisso social, com esse conceito de compromisso social, veja que não é favor. É o compromisso social. Já estamos falando de Paulo Afonso, então o compromisso social da CHESF fez com que disponibilizasse as áreas, hoje ocupadas pela UNEB, o compromisso social da CHESF fez com que a fazenda escola do século passado, de 1950, fosse entregue a uma Fundação para organizar o apoio às crianças e adolescentes em estado de risco. O compromisso social da CHESF fez com que a CHESF disponibilizasse para o Ministério da Educação implantar, se não me engano esse ano, uma Escola Técnica Federal, que agora é Instituto Federal de Educação, no antigo Colepa. Então, citando dois, três ou quatro exemplos, esse compromisso que é permanente, certo? Agora a CHESF também é uma empresa, é uma sociedade anônima cujo maior acionista é o governo, eu como cidadão entendo que a CHESF não aceite que se diga que a destruição dos sítios rupestres é culpa da CHESF. Nós não temos documentados, que pelo menos, eu não conheço, estou atrás; alguém já ouviu falar do engenheiro "Grest"? Eu tô atrás do engenheiro "Grest", procurando saber o que é que aconteceu na década de 50 e 60. Mas, pelo menos a partir da década de 70 a CHESF não comprou um paralelepípedo dos fabricados com a rocha de Malhada Grande, Rio do Sal, Tará, Lagoa da Pedra etc. A CHESF pode tranquilamente disponibilizar um milhão de reais por ano? Não vai! Então você vê, agora é preciso que a CHESF tenha embutido a isso uma obrigação, tenha essa obrigação, por exemplo, se a CHESF fizer de modo próprio um negócio desse, vai aparecer alguém do Ministério Público e vai dizer que estamos jogando dinheiro fora da empresa, então a sociedade tem que se organizar e exigir também. Então eu acho que eu terminei!

JURACY MARQUES:

Bem! Sobre a transposição: os índios falam, eu vou ser bem objetivo, que a transposição é uma serpente onde o rabo está lá nos Truká e a cabeça tá lá nos Anacé. João Paulo disse que na década de 60, 70 ele não precisou da intervenção do governo militar para implantar nada desse nível. No caso da transposição, precisou do exército brasileiro para fazer uma obra dessa dimensão. Então é uma violência atrás da outra, é um projeto que tem uma natureza econômica escrota. Para vestir-se de discurso social, e tudo isso é disfarçado, mas, mais uma vez nós estamos lutando contra uma estrutura de poder, lamentavelmente um projeto político de esquerda. Então, quem conhece bem da história para eu não me estender, eu sou

radicalmente contra esse projeto que ele é equivocado; ele é eleitoreiro e ele veio para servir às oligarquias do Nordeste. Dessas estruturas viciosas e viciadas, das estruturas políticas do Nordeste, a exemplo das oligarquias do Ceará. Isso merecia um outro debate, mas quem conhece essas trajetórias sabe que sou radicalmente contra esse projeto, e aí, eu encerraria um pouco, uma discordância também, que a gente tem um debate, o livro que João Paulo viu, o livro Pedras Pintadas, dizendo que tem uma discordância porque não acredita que a CHESF seja demandante, o nosso papel, então, enquanto pesquisador, foi ir lá e entrevistar os quebradores mais antigos e eles dizem que trabalhavam para empreiteiras da CHESF como a Norcom, Cecol, etc. Tem nome e tudo! Está no relatório cientifico, está no Ministério Público Federal, consequentemente a gente co- responsabiliza a CHESF pela construção do grupo social. Agora, eu já disse isso pra ele e digo pra empresa, desculpando "Juca e Marieta" porque eles, às vezes, ficam chateados quando a gente diz isso, parece que é uma ofensa, não é pessoal, e aí, eu concordo com ele agora dizendo o seguinte: "não precisa que a gente diga que a CHESF seja ou não culpada com isso, para entender que é uma coisa gravíssima para intervenção, a responsabilidade socioambiental ou social implica dizer que nós estamos no pé dessa empresa poderosíssima, um problema social e ambiental gravíssimo, e a intervenção dentro de uma "pasta" é urgente, é isso que a gente tá debatendo, agora concordo também com ele, que a sociedade e as estruturas devem pressionar, porque, por exemplo, a gente tem um processo que se arrasta há 10 anos, não teve julgamento, uma execução. Quando vier julgar não vai ter mais graça, e publicamente João Paulo tem declarado que quer ajudar intervir, mas precisa de uma intervenção, de uma ordem jurídica. Então, nesse sentido, e é uma pergunta que fizeram aqui, compete a nós cidadãos, cidadãs, educadores, a participar dessa intervenção, certo? Então acho que é isso, e acho que agora é agradecer imensamente essa paciência de vocês até agora. Muito obrigado!

JOÃO PAULO:

Deixa eu terminar aqui com um provérbio Árabe, que eu fiz uma adaptação, depois eu digo o provérbio na sua forma. O provérbio árabe modificado por mim, e isso entra a questão da cidadania, e isso é importante, vocês são jovens, começando, o provérbio árabe modificado por mim diz o seguinte: "Não lamentes chorando feito uma criança, o que não soubeste defender como homem".

CLEONICE VERGNE:

Meus sinceros agradecimentos a todos!

CAPÍTULO XIII

INSTUMENTOS JURÍDICOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS, POVOS INDÍGENAS E BARRAGENS

Fábia Lins (Shamaa Dhyan)

Quando ia em progresso para árvore queria florear. Gostava mais de fazer floreios com as palavras do que de fazer ideias com elas.

Manoel de Barros

1. DIREITOS, HUMANOS, BARRAGENS

Figura 1: Indígenas na Rio Mais 20 (MARQUES, 2012)

Considerando que a presente publicação está alinhada à perspectiva da América Latina e do Caribe sobre os efeitos do ambiente físico, biológico e humano causados pelas construções das usinas hidroelétricas, a intenção desta sessão não é apresentar a fundamentação legal da ampla proteção aos direitos humanos acordados desde oséculo XX, mas sim fazer dois recortes pontuais, em abordagem sintética, enfocando a normatização internacional dos direitos humanos em momento que o Brasil se internacionaliza e globaliza, frente à discussão deveras relevante sobre as remoções de barragens.

Um primeiro, sobre os principais instrumentos jurídicos internacionais de direitos humanos, que deveriam ser respeitados e aplicados pelos Estados aos diversos atores envolvidos nos grandes projetos hidroelétricos. E um segundo, da normatização internacional dos direitos humanos às populações atingidas por barragens , em especial ao povos indígenas[1], devido às bruscas mudanças no meio sócio-econômico e cultural, a exemplo das migrações forçadas, a que estão sujeitas.

Muito embora estes dois recortes se relacionem de tal modo que a análise de um, acaba por vincular-se ao outro, cabe assim destacar:

1. Nos dizeres da OIT , o reconhecimento como"povos" se distingue do até então reconhecimento como "populações".

1.1 MARCO JURÍDICO DO DIREITO INTERNACIONAL E PRINCIPAIS INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOSAPLICÁVEIS A PROJETOS HIDROELÉTRICOS[2]

Importantes fatos de repercussão mundial ocorridos no século passado foram responsáveis pela transformação dos fundamentos do direito e, como consequência, fizeram sobrelevar os direitos fundamentais. De acordo com Flávia Piovesan (2010), a verdadeira consolidação do Direito Internacional dos Direitos Humanos surge em meados do século XX, em decorrência da Segunda Guerra Mundial.

A partir do final de década de 1950 foram concluídos os primeiros acordos internacionais multilaterais em matéria de proteção do meio ambiente, mas somente entre as décadas de 80 e 90 um sistema complexo de instrumentos internacionais enfocando os temas ambientais ganhou notoriedade, não apenas visando impedir o avanço da degradação ambiental, mas também possibilitar a todos e a todas qualidade de vida, incluindo as gerações futuras. Ribeiro (2001), afirma que a ordem ambiental internacional é composta por diversos atores, onde cada documento possui uma dinâmica própria devendo ser estudado de maneira particular. Atualmente, estão em vigor mais de trinta convenções internacionais multilaterais sobre meio ambiente que, certamente, incitam os Estados a buscar esse meio de solução de controvérsias internacionais.

Com a criação da ONU e de suas agências especializadas e em particular a criação, em 1972, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente[3] (PNUMA) iniciou-se a defesa do meio ambiente global e regional. Vale ressaltar que a maioria dos acordos ambientais multilaterais foram desenvolvidos graças aos esforços de participação das organizações da sociedade civil .

1.1.1 DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

O sistema internacional de proteção aos direitos humanos está organizado em duas dimensões:

a) **Universal -** que opera sob proteção da Organização das Nações Unidas (ONU) e rege para todos os Estados membros da ONU - 193 países membros[4]

No marco da ONU, os instrumentos aplicáveis mais importantes são:

2. Ajustes e tradução do capítulo "El Derecho Internacional Ambiental y de Derechos Humanos aplicable al desarrollo de grandes represas hidroeléctricas" de autoria original de Astrid Puentes Riaño, Ana Maria Mondragón Duque y Maria JoséVeramendi Villa na publicação HidroeléctricasY Actuación Del Ministerio Público En Latinoamérica . A publicação original está disponíbvel http://leonardorezende.com.br/pdf/hidreletricas-e- atuacao-do-mp-na-america-latina.pdf

3. Programa das Nações Unidaspara o Meio Ambiente tem mantido , desde sua criação uma especial relação com a sociedade civil, trabalhando de maneira coordenada e conjunta com o propósito de encorajar a participação de cidadões e cidadãs e dos governos no cuidado com meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável.

4. O total de membros fundadores da ONU é de 51 países, entre eles o Brasil. Disponível em https://nacoesunidas. org/conheca/paises-membros/

i) **Declaração Universal de Direitos Humanos**[5]
ii) **Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos**[6]
iii) **Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**[7]
iv) **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos povos Indígenas**[8]

b) **Sistema Interamericano dos Direitos Humanos –** que opera sob a proteção da Organização dos Estados Americanos (OEA) e rege para todos os Estados do Continente Americano membros da OEA. Neste caso, os instrumentos principais são:

i. **Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem**[9]**, também conhecida como "Declaração Americana", proclamada em 1948**
ii. **Convenção Americana sobre os Direitos Humanos**[10]**, também conhecida como "Convenção Americana", adotada em 1969**

1.1.2 DIREITO INTERNACIONAL AMBIENTAL

Um conjunto de normas internacionais de grande importância é o direito internacional ambiental . Este corpo normativo tem como objetivo a proteção do ambiente a favor da humanidade, estabelecendo obrigações para os Estados em relação a proteção ambiental aplicáveis nos projetos hidroelétricos. Por serem vinculantes, podem também ser úteis como complemento na proteção dos direitos humanos aos afetados.

a) **Os Princípios do Direito Ambiental Internacional:**

A aplicação destes princípios, contidos em diversos tratados internacionais, é vital para assegurar que os projetos de construção de grandes hidroelétricas sejam implementadas da melhor maneira e que seus possíveis impactos sejam levados em conta e evitados, mitigados ou reparados**.**

i. Principio de prevenção;
ii. Princípio de precaução;

5. Declaração Universal de Direitos Humanos adotada e proclamada naAssembléia Geral em 10 dezembro de 1948, disponível em http://www.un.org/es/universal-declaration-human-rights/

6. Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos adotado e ratificado pela Assembléia Geral em 16 de dezembro de 1966. Entrou em vigor em 23 de março de 1976. Disponivel em http://www.un.org/es/comun/ docs/?symbol=A/RES/2200(XXI)

7. Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais adotoado e ratificado pela Assembléia Geral em 16 de dezembro de 1966. Entrou em vigor03 de janeiro de 1976. Disponível em http://www.un.org/es/ comun/docs/?symbol=A/RES/2200(XXI)

8. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos povos Indígenas adotado, ratificado e aderido pela Assembléia Geral em10 de dezembro de 2007. Disponível em http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/ DRIPS_es.pdf

9. Adotada pela Conferência Internacional Americana realizada em Bogotá em abril de 1948, juntamente com a aprovação-da criaçõa da Organização dos estados Americanos, a Declaracão Americana sobre Direitos e Deveres do Homem precede a própria Declaração da ONU.http://www.un.org/es/universal-declaration-human-rights/

10. https://www.oas.org/dil/esp/tratados_b 32_convencion_americana_sobre_derechos_humanos.htm

iii. Princípio de avaliação dos impactos ambientais;
iv. Princípio da informação, participação e acesso a justiça.

b) **Tratados Internacionais mas relevantes em matéria ambiental**

As Convenções Internacionais sobre o ambiente representam uma possibilidade de conciliar os mais diversos interesses em torno de uma mesa de negociação. Atualmente, estão em vigor mais de trinta convenções internacionais multilaterais sobre meio ambiente que, certamente, incitam os Estados a buscar esse meio de solução de controvérsias internacionais.

Elas institucionalizam as relações entre atores diversos e indicam a necessidade de se voltar o olhar e a análise a temas emblemáticos, como soberania e capacidade de gestão dos recursos ambientais.

Ensina Ribeiro (2010), que a maior expressão do movimento de regulação da ação humana na Terra são as convenções internacionais sobre o ambiente. Cada uma delas emprega pressupostos que são definidos em meio a negociações difíceis, dadas as várias interpretações que tais temas apresentam. O autor afirma ainda, que, a ordem ambiental internacional é composta por diversos atores, e cada documento possui uma dinâmica própria e deve ser estudado de maneira particular. Em outro trabalho (2001a), analisa a segurança ambiental internacional e o desenvolvimento sustentável, considerados a base das formulações que orientam as decisões internacionais envolvendo a temática ambiental, no qual destaca que a segurança ambiental internacional encontrou muito mais resistência que o conceito anterior, "mas não deixou de cumprir a função de justificar 'cientificamente' a política externa dos países" (RIBEIRO, 2001a: 10).

Assim podemos destacar abaixo, apesar de não detalhá-las com mais rigor, as Convenções que mais diretamente estabelece diálogo com o tema das construções de projetos hidroelétricos:

i. Convenção sobre a Diversidade Biológica[11]

ii. A Convenção sobre as Zonas Húmidas de Importância Internacional, também conhecida como Convenção de Rasmar[12]

iii. Convenção Marco das Nações Unidas sobre Cambío Climático[13]

iv. Protocolo de Kyoto[14]

11. Disponível em http://www.un.org/es/events/biodiversityday/convention.shtml
12. Disponível em http://www.gddc.pt/siii/docs/dec101-1980.pdf
13. Disponível em https://unfccc.int/resource/docs/convkp/convsp.pdf
14. Disponível em https://unfccc.int/resource/docs/convkp/kpspan.pdf

1.1.3 OUTRAS NORMAS "SOFT LOW"

Esta categoria de normas compreende declarações e recomendações de diversas entidades internacionais sobre a implementação e operação de barragens e de grandes projetos de desenvolvimento não vinculantes. Todavia, estas normas são "soft low", ou seja, apesar de possuírem um peso significativo, elas não são estritamente vinculantes, muito embora tenham um carácter importantíssimo para grandes empresas e projetos que possam violar o ambiente e/ou os direitos humanos.

a) Normas dos Sistema Universal dos Direitos Humanos :

i. **Declaração da extinção da Declaração de Direitos Humanos**[15] que versa sobre graves violações de despejos forçados, especialmente os direitos humanos internacionais para adequar moradia, alimentação, água, saúde, educação, trabalho, segurança da pessoa, à liberdade de tratamento cruel, desumano e degradante, e liberdade de movimento.

b) Normas estabelecidas pela Comissão Mundial das Represas (CMR):

A norma mais completa sobre a construção de grandes hidroelétricas e que analisa de maneira integral estes projetos, foi estabelecida pela Comissão Mundial de Barragens (em alguns documentos internacionais citadas como "Comissão Mundial das Represas"). Esta Comissão reúne um grupo de especialistas de comunidades afetadas, governos, industrias, academia e organizações não governamentais de todos as regiões do mundo, com o propósito de examinar a eficácia da construção de grandes barragens e estudar alternativas para o desenvolvimento de recursos hídricos e energéticos.

As recomendações e conclusões da CMB[16], mesmo com apenas 10 anos de existência, são excepcionalmente relevantes, já que as mesmas podem ajudar os grandes projetos hidroelétricos de maneira integral , evitando graves impactos irreversíveis.

Assim, o primeiro período do direito internacional dos direitos humanos contemporâneo é marcado pela elaboração de documentos de proteção de direitos do indivíduo de forma genérica, dirigida a toda a humanidade.

A temática referente aos povos indígenas também não escapou da preocupação internacional e , como bem enfatizou Marés (2013) "mais que uma preocupação apenas sob um prisma de Direitos Humanos , a emergência do reconhecimento dos direitos indígenas surge como uma necessidade para desenvolver sistemas de proteção do ambiente".

15. Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH) , Resolução 1993/77, 67°reunião em 10 março 1993

16. Disponível em https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/41/cmb_sumario.pdf

1.2 LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E AMBIENTAIS DOS POVOS INDÍGENAS

Historicamente a violação dos direitos indígenas estão associados a atividades à busca de riquezas, e por isso muitas vezes estes temas são tidos como inconciliáveis. A chegada dos europeus à América, marco importante da história da humanidade, ocorreu em um contexto de grandes empreendimentos de navegações marítimas motivadas pela busca de novas possibilidades comerciais. No Brasil tal narrativa genérica ganha contornos próprios a partir das consequências advindas de particularidades da nossa história, como, por exemplo , a monocultura da cana de açúcar, o extrativismo, a corrida do ouro, o em várias dimensões modelo latifundiário, a expansão das fronteiras pastoris e agrícolas, o agronegócio, o coronelismo. Não há duvida, portanto, que no Brasil, seja no período colonial, no império ou na república, os índios foram e continuam sendo duramente atingidos em nome a geração de riqueza econômica (ANJOS FILHO, 2009).

Até a segunda metade do século XX, as politicas indigenistas estatais aplicados aos povos indígenas os trataram como seres selvagens e não humanos, e, posteriormente , como relativamente incapazes, necessitando do tutela do estado para garantir seu "desenvolvimento". Matos (2016), esclarece que a construção de normas tendentes à proteção aos direitos humanos dos povos indígenas em âmbito internacional resulta da constatação de que estes foram, além de reiteradamente vítimas de extermínio, violência, invasões e destruição da sua cultura e do seu território, também excluídos da concepção ocidental de direitos humanos.

O desenvolvimento do Direito Internacional em matéria indígena ocorreu de modo lento e gradual ao longo do século XX, num processo direcionado para superar a clara ênfase *individualista* dos Direitos Humanos e o caráter integracionista das políticas locais e dos acordos intergovernamentais. Segundo dados das Nações Unidas, a população indígena é de aproximadamente 370 milhões de pessoas - em torno de 5% do total mundial – e constitui mais de um terço das 900 milhões de pessoas que vivem em extrema pobreza em áreas rurais do mundo . Sendo que 45 milhões – ou 8,3% da população total da região – vivem, atualmente, na América Latina, em 826 comunidades espalhadas por dezenas de países[17].

Apesar das constatações acima citadas, uma variedade de instrumentos normativos internacionais aborda e reconhece direitos aos povos indígenas cujo objetivo é garantir-lhes direitos mínimos que , conforme Franco (2011),passam a participar ativamente, e por vezes até em condição de igualdade às dos Estados na elaboração dos textos internacionais.

O discurso de direitos humanos construído no ocidente deu pouca importância ao povos indígenas e, também não fizeram parte dos sistemas jurídicos nacionais. No entanto, ainda a partir de Franco (2011), o processo de globalização colocou para os povos indígenas uma crise de identidade,

17. O número de comunidades indígenas é maior no Brasil, que abriga 305 – 70 delas estão em risco desaparecimento físico ou cultural, de acordo com o estudo. Além dos 45 milhões, a Cepal estima que haja ainda mais indígenas (cerca de 200 povos) em isolamento voluntário na Bolívia, Equador, Venezuela, Paraguai, Colômbia e Brasil - Dado elaborado pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), no relatório "Povos Indígenas na América Latina: Progressos da Última Década e Desafios para Garantir seus Direitos", divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, durante a 1ª Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas.

proporcionando também, como resultado, um arcabouço jurídico de proteção e promoção de direitos até então inexistente em matéria indígena.

1.2.1 DIREITO INTERNACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS

Foram as Nações Unidas que pioneiramente deram os primeiros passos no tratamento dos direitos dos povos indígenas. E, muito embora, seja possível encontrar ações anteriores, foi a partir dos anos oitenta, que os fóruns internacionais começaram efetivamente abrir espaço para o reconhecimento dos direitos indígenas.

A Organização Mundial do Trabalho (OIT)[18] foi a primeira agência internacional a se ocupar com a situação dos povos indígenas e tribais do mundo, quando em 1926, preocupada com as condições precárias dos trabalhadores indígenas no mundo, instituiu uma Comissão de Peritos em Trabalho Indígena, que resultou em uma Convenção em 1930 sobre o trabalho forçado, Chamada 29, que obrigou os Estados a suprimir o emprego do trabalho forçado em todas suas formas.

Oprimeirodocumento internacional que estabeleceu normas específicas aos povos indígenas foi a convenção n° 107 da Organização Internacional do Trabalho, adotada em 05 de junho de 1957. A referida Convenção permaneceu por mais de trinta anos e tratou de um rol de direitos indígenas que eram objeto de reivindicações e não apenas de questões trabalhistas, sendo a proteção e a integração das populações indígenas seus dois principais focos. Esta convenção composta de 38 artigos, divididos em oito partes e ratificada por 27 países membros, recebeu o nome de Convenção Relativa à Proteção e Integração das Populações Indígenas e de outras Populações Tribais e Semitribais nos Países Independentes, também conhecida como Convenção sobre populações Indígenas e Tribais.

De acordo com Mattos (2016), a Convenção n° 107 identificou os indígenas como pessoas que necessitavam de medidas especiais que pudessem proteger seus direitos humanos, acabando por refletir a ideia da necessidade de assimilação dos grupos culturais diversos daqueles existentes nos sistemas políticos dominantes nacionais e internacionais que propunham a emancipação social dos territórios coloniais.

Interessante notar que o destacado instrumento jurídico refere as populações indígenas e outras populações tribais e semitribais. Em seu art. 1o, parágrafo 2o, delimita que o termo semitribal compreende os grupos e pessoas que estão próximos de perder suas características tribais, mas que ainda não estão integrados na coletividade nacional. Essa referência também deixa claro o objetivo integracionista da Convenção 107. Foi justamente esse olhar paternalista em relação aos indígenas, que os via de forma infantilizada e inferior, traduzido no ideal integracionista, que fez com que a Convenção 107 da OIT sofresse críticas cada vez mais contundentes, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970 . Até que, sob pressão de grupos de interesse e representantes de povos indígenas de

18. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi criada em 1919. É pessoa jurídica de Direito Internacional Público, com sede em Genebra. Foi prevista na Parte XIII do Tratado de Versalhes e constituída como órgão autônomo da Sociedade das Nações, tendo assim permanecido até 1946. A partir daí transformou-se em organismo especial da ONU, que tem como objetivo atingir a paz universal por meio da justiça social. Internamente, a OIT conta com os seguintes órgãos: Conferência Internacional do Trabalho, Conselho de Administração, Repartição Internacional do Trabalho e o Comitê de Liberdade Sindical.

países diversos levou a ONU a realizar um estudo detalhado sobre a realidade vivenciada pelos povos indígenas. Este processo reforçou a necessidade da revisão da Convenção.

Neste contexto, a OIT promoveu em 1986 um Encontro de Especialistas dando início aoprocesso derevisão, que culminou na 76ª reunião daConferência Internacional do Trabalho, em 27/06/1989, em Genebra com a instituição da Convenção 169 da OIT Convenção Sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes (OIT, 2011, p. 7), logo mais detalhada abaixo.

Paralelamente a essa revisão na OIT, o Grupo de Trabalho sobre Povos Indígenas da ONU (GTPI) avançou em suas discussões sistemáticas. Vários mecanismos em relação aos direitos indígenas foram criados no âmbito das Nações Unidas, dentre eles: o Fórum Permanente para assuntos indígenas - órgão consultivo do ECOSOC, que se reúne anualmente em Nova York para discutir sobre os principais problemas dos povos indígenas do mundo[19] e uma relatoria Especial para os direitos e liberdades fundamentais dos Povos Indígenas (FRANCO 2011).

Na Conferência Mundial dos Direitos Humanos, realizada emViena, em 1993, foi declarada a Década Internacional dos Povos Indígenas[20] (1994-2004) e estabeleceu-se um marco: a partir de então os Estados deveriam dar uma atenção especial aos direitos humanos dos Povos Indígena.

É visível que a luta dos povos indígenas vem de um longo processo de persistências e, mais visível ainda , é constatar que esta persistência continua. Todavia , o primeiro longo processo marcado pela defesa e reconhecimento de seus direitos em direção a realinhamentos legais planou-se historicamente, em dois grandes marcos: o Convênio sobre Povos Indígenas e Tribais da OIT, que reconhece pela primeira vez seus direitos coletivos e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que propõe o direito desses povos à livre determinação**.** Esta evolução na época dos anos 90 do direito internacional, deu lugar à existência de padrões definidos sobre o direito ao território dos povos indígenas, que se articula em três elementos constitutivos: as terras, os territórios e os recursos naturais.

a) A CONVENÇÃO N° 169 /OIT

A Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais é um dos instrumentos normativos da Organização Internacional do Trabalho que mas recebeu atenção nos últimos anos, sendo reconhecido como um importante marco jurídico no processo de construção dos direitos dos povos indígenas, pois reconhece pela primeira vez seus direitos coletivos, representando uma manifestação destacada do direito internacional contemporâneo. A complexidade dos temas dimensionados nos seus quarenta e três artigos, representa um enorme desafio para os Estados, muito embora a experiência dos tribunais mostra uma grande riqueza das possibilidades de invocação da Convenção 169. A Convenção 169 foi empregada e invocada pelas próprias comunidades e povos indígenas e por outros atores – tanto órgãos públicos como organizações da sociedade civil – que atuam em defesa dos direitos e interesses dessas comunidades. Parte da utilização desse instrumento internacional consistiu, justamente, no litígio perante os tribunais locais e, quando foi possível, perante órgãos do

19. Disponível em :http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/

20. No dia 20 de dezembro de 2004 a 59ªAssembléia Geral da ONU aprovou a 2° Década Internacional dos Povos Indígenas (2005-2015)

sistema regional de direitos humanos. Nas palavras do relator das Organizações das Nações Unidas (ONU), James Anaya[21]21 (ANAYA, 2005), a especial importância da Convenção n°169 da OIT reside no fato de gerar nos Estados que a ratificam obrigações convencionais que se harmonizam com as principais demandas dos povos indígenas. Ainda, a Convenção torna-se parte de um conjunto mais amplo de desenvolvimento normativo que pode ser denominado de um novo direito consuetudinário internacional em matéria indígena, baseados em consensos acerca da necessidade de estabelecimento de patamares mínimos.

> Um dos temas de maior transcendência no que diz respeito aos direitos dos povos indígenas na América Latina é o vinculado ao direito dos povos e das comunidades de ser consultados adequadamente antes que as autoridades públicas tomem decisões que possam afetá-los. Entre essas medidas estão, por exemplo, aquelas que envolvam a exploração dos recursos naturais que se encontrem em seu território, a realização de obras de infraestrutura que possam afetar esse território, prestação de serviço educativo nas comunidades indígenas e o esboço de planos de desenvolvimento para os povos e comunidades indígenas. Enquanto requisito procedimental que deva ser cumprido necessariamente antes da tomada de decisões, sua falta de cumprimento determina a invalidez das medidas tomadas sem respeitar a exigência de consulta. O instrumento normativo internacional em que esse direito aparece plasmado com maior claridade é a Convenção 169 da OIT (OIT, 2011).

Aproximando mais em concreto a Convenção n°169 ao tema dos **insustentáveis projetos hidroelétricos,** ressaltam-se:

O artigo 6.1 a) refere "Ao aplicar as disposições do presente Convenção, os governos deverão consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e em particular através de suas instituições representativas, cada vez que se prevejam medidas legislativas ou administrativas susceptíveis de afetá-los diretamente";

O artigo 7 do Convênio refere "Os povos interessados deveram ter o direito de decidir suas próprias prioridades no que incumbir ao processo de desenvolvimento, na medida em que este afete suas vidas, crenças, instituições e bem estar espiritual…, e de controlar, na medida do possível, seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural…";

O artigo 13 dispõe que"…os governos deverão respeitar a importância especial que, para as culturas e valores espirituais dos povos interessados, reveste sua relação com as terras e territórios…" ;

O art. 15 Os direitos dos povos interessados aos recursos naturais existentes nas suas terras deverão ser especialmente protegidos. Esses direitos abrangem o direito desses povos a participarem da utilização, administração e conservação dos recursos mencionados" .

21. James Anayaem março2008 foi designado pelas Nações Unidas como Relator Especial sobre a situação dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais dos Povos Indígenas .Na Faculdade de Direito de Harvard, ele era membro do Conselho de Assessores de Estudantes. Ele ensina e escreve nas áreas de direitos humanos internacionais e questões relativas aos povos indígenas.

Dito de outro modo, desta vez pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe: os artigos 6, 7 e 15 do Convênio 169 da OIT estipulam não só que os Estados devem fazer todos os esforços para consultar plenamente os povos indígenas em matérias relacionadas com desenvolvimento, terra e recursos, mas também que se devem estabelecer os meios através dos quais possam participar livremente, ao menos na mesma medida queoutros setores da população e em todos os níveis na adoção de decisões em instituições eletivas e organismos administrativos e de outra índole responsáveis por políticas e programas que lhes concernem. (CEPAL, 2004)

Doravante, faz relevância significar que este instrumento internacional garante a permanência nos territórios tradicionalmente ocupados pelos grupos nativos, devendo os Estados reconhecer a ligação especial que possuem com o espaço geográfico, tutelando os direitos de posse, propriedade e uso das terras. E ainda, de acordo com Roweder (2010), quando nestes territórios for pretendida a exploração econômica dos recursos ali disponíveis, deverão ser consultados os grupos indígenas e lhes será garantido o acesso à participação, administração e manutenção desses bens, e, caso as atividades estatais vierem a interferir em territórios tradicionalmente ocupados, a atuação só se realizará após consulta aos interessados, devendo quaisquer ingerências ser mitigadas, ou, se inevitáveis, justamente indenizadas.

De todo um modo, é inegável a influência que a Convenção n°169 exerceu nas mudanças constitucionais em âmbito regional das Américas. E, de outro modo, conforme salienta Matos(2016),quando comenta que aConvenção não escapa às críticas, que apontam a omissão em relação à proteção da propriedade intelectual, posição mais firme sobre o direito à autodeterminação e sobre a falta de instrumentos de participação dos próprios povos indígenas no controle de sua aplicação. Ainda conforme Mattos "Infelizmente, no Brasil, a Convenção n°169 da OIT é objeto de atenção tão-somente pelo meio indigenista e por poucos advogados membros do Ministério Público que atuam diretamente na questão indígena, o que acaba fazendo com que o estudo das suas disposições privilegie meramente o conhecimento do seu teor e a necessidade da sua transmissão para as comunidades e para as organizações indígenas". (MATOS, 2016)

Finalmente, como constataremos a seguir, o Convênio 169 está na base da Declaração de Direitos dos Povos Indígenas, assinada em 2007, visto que influenciou o entendimento em termos menos conflituosos da questão étnica com as demandas contemporâneas dos indígenas.

a) DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Proclamada pela Assembleia Geral das nações Unidas no ano de 2007, após um longo processo de construção iniciado em 1970, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, além de possuir um texto avançado, é o primeiro e até agora, o único instrumento internacional que trata exclusivamente dos direitos dos Povos Indígenas no direito internacional. Considerada um corolário das prolongadas lutas indígenas e mesmo não sendo vinculante ao países, ela é um instrumento de princípios e de compromissos políticos que oferece um quadro normativo explícito como enfoque para as políticas públicas , onde os países signatários deveriam envidar todos os esforços para sua implementação.

A Declaração expressa formalmente o direito à autonomia e ao autogoverno dos povos indígenas em questões relacionadas com seus assuntos internos e locais, destacando o direito destas populações a

decidir, junto com o Estado, sobre os recursos naturais nos seus territórios, e sobre o exercício da justiça comunitária, de acordo com seus valores e tradições ancestrais, legitimando assim suas autoridades locais.

O conteúdo da Declaração inicia-se, como é tradição nos documentos da ONU, com um preâmbulo em que são descritas as motivações e as justificativas do texto elaborado que preveem diversos direitos para os povos indígenas. Tanto o preâmbulo quanto os artigos da Declaração assinalam que os direitos nela estabelecidos constituem as normas mínimas para a sobrevivência e o bem-estar dos Povos Indígenas de todo o mundo, partido da afirmação "os povos e indivíduos indígenas são livres e iguais a todos os demais povos", constados em seu art. 2. Também se preocupa em estabelecer que eles "não sofrerão assimilação forçada", o que é objeto do art.8.

Uma proteção corajosa e que merece atenção nas nossas pesquisas pois, aborda a temática das migrações forçadas, respaldando a causa de populações indígenas cujas terras são pretendidas como área de construção de barragens, está no art. 10, que lhes assegura não serem removidos a força de seus territórios.Ademais o artigo demanda que um reposicionamento não pode acontecer sem o consentimento prévio das população e atingidas, e, mesmo assim com compensação justa e, se possível, com opção de retorno. Roweder (2010), aponta que, no Brasil, o art. 10 pode ser base jurídica para um embate mais equânime entre os interesses dos povos nativos e os do Estado brasileiro ou de empresas privadas. Este ponto é completado pelo art . 19, que consagra o Direito de Consulta – por ele , os Estados devem obter consentimento prévio das comunidades ao implementar políticas públicas que as afete diretamente.

Na mesma esteira, O art. 26 que assegura o direito dos indígenas as terras, territórios e recursos que eles tradicionalmente possuíam.

Na visão da socióloga e líder indígena Azelene Kaingang[22]22, a obrigatoriedade é muito relativa quando se trata de instrumento aceito de forma voluntária. Nenhum país é pressionado a aceitar, portanto, conclui- se que haja um compromisso numa disposição de um determinado país em implementar a Declaração, ainda que não exista obrigatoriedade legal de sua aplicação. Esta é, por exemplo, a situação do Brasil diante da recém adotada Declaração dos Povos Indígenas. (KAIGANG, 2008)

A pressão dos povos indígenas e a evolução dos padrões internacionais fizeram com que a situação do reconhecimento mudasse significativamente na atualidade. Observa-se um alto nível de reconhecimento constitucional dos direitos territoriais indígenas, pois muitos países reconhecem e protegem os territórios indígenas de alguma forma nos direitos constitucionais. Diversos desenvolvimentos legislativos complementam tais reconhecimentos através de lei, decretos ou regulamentos, e, em geral, tais marcos regulatórios estabelecem procedimentos de aplicação. Em vários países tiveram uma importância notável — como em Honduras, Nicarágua e Panamá na América Central e no Estado Plurinacional da Bolívia, Brasil, Colômbia e Equador na América do Sul — ao possibilitar que os povos indígenas avançassem nos processos de titulação e acessassem os direitos de propriedade sobre suas terras e territórios (CEPAL 2014).

22. **Azelene Kaingáng** é graduada em Sociologia pela Universidade Católica do Paraná – PUC - PR, e mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais pela Universidade de Chapecó – Unochapecó - SC. Desde 1994, é servidora da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, onde é coordenadora geral de Defesa dos Direitos Indígenas. Também é fundadora e membro da Comissão Nacional das Mulheres Indígenas e do Warã Instituto Indígena Brasileiro. Em 2006, ganhou o Prêmio Nacional dos Direitos Humanos da Presidência da República e, em 2010, recebeu a Comenda da Ordem do Mérito Cultural, por sua luta pelos direitos dos índios brasileiros.

Na perspectivadestesdoisgrandesmarcosinternacionais, onde ambos versam sobre os direitos dos povos indígenas, nota-se uma importante distinção entre os instrumentos para proteção dos direitos indígenas da ONU e da OIT, sendo que o dessa última preocupa-se mais em garantir um tratamento justo para o nativo em relação ao mercado de trabalho e da sua inclusão aos instrumentos de assistência social. Já a Declaração das Nações Unidas avança surpreendentemente por assegurar aos indígenas os mesmos benefícios disponíveis para os demais grupos sociais, e também por atribuir- lhes uma certa "soberania" na gestão do seu território e sua sociedade não conforme o direito tradicional, mas de acordo com as regras tradicionais daquela comunidade. Entretanto, percebe-se também um mecanismo que possa assegurar efetivamente os direitos elencados, principalmente, na Declaração dos Direitos Indígenas.

Em recente notícia, às vésperas da comemoração dos 10 anos da Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas, a Organização das Nações Unidas publica em site oficial e lamenta sobre os significativos obstáculos que continuam a prejudicar a capacidade dos povos indígenas de desfrutarem seus direitos estabelecidos no document.[23]

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia geral deste artigo foi evidenciar os mecanismos legais nacionais e internacionais que tocam nas questões centrais ligadas às políticas públicas, que situam os projetos de grandes barragens nas suas relações com o meio ambiente e os grupos sociais nele inseridos, particularmente os povos indígenas.

Sabemos, as construções de grande hidrelétricas em todo o mundo tem sido uma das ações humanas que tem trazido grandes impactos à natureza e à vida de milhares de pessoas. Como regra, altera, corta, quebra, a dinâmica de ecossistemas em larga escala colocando em marcha a extinção de espécies animais e vegetais e deslocando um grande contingente humano que soma-se às massas humanas de refugiados ambientais.

Esta problemática, como evidenciado neste capítulo, está inserida na preocupação de importantes tratados ambientais e é pauta da luta de grandes instituições político-científico-ecológico-sociais como a Comissão Internacional de Barragens e, no caso brasileiro, do Movimento dos Atingidos de Barragens (MAB), movimento ao qual dedicamos a construção desse livro, por sua importante atuação junto as vítimas das grandes barragens no nosso país.

Em suma, **Barrando as Barragens: O Início do Fim das Hidrelétricas**, além de ser um título extremamente original para uma publicação que dá voz aos vários pesquisadores e pesquisadoras dedicados na construção de um debate que contribua com o desenvolvimento sustentável, é também um chamamento à uma grande oportunidade, como já acontece em outros países, de conhecer os caminhos a serem percorridos para inovar as políticas públicas brasileiras. Uma inovação que precisamos e merecemos, para aliviar não tão somente os nossos rios, mas sobretudo para resignificar a sagrada presença dos indígenas, povos originários desta nação, e para sempre nossos parentes.

23. https:// nacoesunidas.org/ dez- anos- apos- declaracao- internacional- indigenas- sofrem- exclusao-desrespeito-e-assassinatos/? utm_ source=feedburner& utm_ medium=email& utm_ campaign=Feed%3A+ONUBr+%28ONU+Brasil%

REFERÊNCIAS

ANAYA, S. James. **Los pueblos indígenas en el derechointernacional.** Madrid: Editorial Trotta, 2005.

ANJOS FILHO, Robério Nunes dos. **Direito ao desenvolvimento de comunidades indígenas no Brasil.** Diss. Dissertação (Doutorado)–Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009

ANJOS FILHO, Robério Nunes dos. **Direito ao desenvolvimento de comunidades indígenas no Brasil**. Diss. Dissertação (Doutorado)–Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CAROLINE BARBOSA CONTENTE NOGUEIRA – **A Autodeterminação dos Povos Indígenas frento ao Estado.** Universidade Pontifícia do Paraná , 2016 categorias jurídicas. In: RICARDO, Fany. (Org.). **Terras das sobreposições territoriais**. São Paulo: Instituto DDPI – Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas

FILHO, Carlos Frederico Marés de Souza. BERGOLD, Raul Cezar**. Os direitos dos**

povos indígenas no Brasil: desafios no século XXI.–Curitiba: Letra da Lei, 2013.

FRANCO, FernandaCristina deOliveira. "**Odireito humanoaodesenvolvimento em perspectiva intercultural: considerações sobre os direitos dos povos indígenas em grandes projetos de investimentos. O caso da hidrelétrica de Belo Monte**." (2011).

KEPPI, Jandira. **A ratificação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho pelo Brasil**. Rio Branco: 2001. Disponível em: http://www. publicadireito.com.br/artigos/?cod=acf73df8e44ed30b Acesso 24.07.2107

Marés, Carlos. "Os povos indígenas e o direito brasileiro". **OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL** (2013): 13.

Mattos, Fernando da Silva. "**A proteção dos direitos indígenas pelo Ministério Público**". (2016).

Nações Unidas • Impresso em Santiago, Chile **a garantia de seus direitos (CEPAL)** Fevereiro de 2015 • Original: Espanhol

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DOTRABALHO. Convenção n. 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT. Brasília: OIT, 2011.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 11.ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva,

RIBEIRO,W. C. (2001). **A ordem ambiental internacional**. Contexto, São Paulo.

RIBEIRO,W.C. (2001-a). **Desenvolvimento sustentável e segurança ambiental global**.

Ribeiro, Wagner Costa. **Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais**. Estud. Out 2010, vol.24, no.3, p. 69-80. ISSN 0103-4014

Roweder , JR. **A proteção do direito dos povos indígenas no Brasil: Uma relação necessária com os direitos humanos internacionais.** (2010)

SANTILLI, Juliana Ferraz da Rocha. **Povos indígenas, Socioambiental**, 2005.

Vainer, CB. 2007. **Recursos Hidráulicos: questões sociais e ambientais**. Estudos Avançados 21.

FONTES DAS IMAGENS DO LIVRO BARRANDO AS BARRAGENS:

1. Desenho da Cachoeira de Paulo Afonso feito por D. Pedro II. Fonte: http:// leiturasdahistoria.uol.com.br/a-cachoeira-do-imperador/
2. Foto de João Paulo Aguiar: http://www.uneb.br/paulo-afonso/dedc/ print/2013/01/31/primeira-usina-hidroeletrica-do-nordeste-angiquinho- comemora-100-anos/
3. Imagem doToro Foz Coa: https://br.pinterest.com/pin/528187862533459480/
4. FOTO DEALFEDOWAGNER: http://rogeliocasado.blogspot.com.br/2009/04/
5. Torres de Alta tensão: http://www.bocaonews.com.br/noticias/principal/acidente/99672,adolescente-e-eletrocutado-tentando-tirar-selfie.html
6. Desenho dos indígenas do Rio Madeira: http://docenacl.tumblr.com/